



Ética, política e sociedade

Ética, Política e Sociedade

Soneliise Auxiliadora Cizoto
Daniela Maria Cartoni

© 2016 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Dieter S. S. Paiva

Camila Cardoso Rotella

Emanuel Santana

Alberto S. Santana

Regina Cláudia da Silva Fiorin

Cristiane Lisandra Danna

Danielly Nunes Andrade Noé

Pareceristas

Reinaldo Barros Cicone

Juliana Daros Carneiro

Editoração

Emanuel Santana

Cristiane Lisandra Danna

André Augusto de Andrade Ramos

Daniel Roggeri Rosa

Adilson Braga Fontes

Diogo Ribeiro Garcia

eGTB Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Cizoto, Sonelise Auxiliadora
C565e Ética, política e sociedade / Sonelise Auxiliadora Cizoto,
Daniela Maria Cartoni. – Londrina : Editora e Distribuidora
Educacional S.A., 2016.
264 p.

ISBN 978-85-8482-346-8

1. Ética política. 2. Ciência política. 3. Ética social. 4. Ética.
I. Cartoni, Daniela Maria. II. Título.

CDD 172

2016

Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 A formação do pensamento ocidental	7
Seção 1.1 - Mito e pensamento no período pré-socrático	9
Seção 1.2 - Pensamento socrático e lógica aristotélica	22
Seção 1.3 - Tipos de conhecimento: filosófico	35
Seção 1.4 - A razão no centro do conhecimento: Iluminismo, Racionalismo e Empirismo	46
Unidade 2 Formação da Moral Ocidental	59
Seção 2.1 - Origens da Moral Ocidental	62
Seção 2.2 - A Ideia do Dever	77
Seção 2.3 - Individualidade e Subjetividade	92
Seção 2.4 - A Moral na Modernidade	109
Unidade 3 A política e a evolução das concepções de mundo	127
Seção 3.1 - Origem e finalidade da vida política	130
Seção 3.2 - Platão, Aristóteles e o homem político	143
Seção 3.3 - O direito divino de governar e o realismo político	156
Seção 3.4 - O Iluminismo e a política no séc. XIX	173
Unidade 4 A disputa contemporânea entre as concepções de mundo	195
Seção 4.1 - A consolidação do estado liberal no século XIX	199
Seção 4.2 - O socialismo e a crítica ao modelo capitalista	212
Seção 4.3 - A socialdemocracia e o estado de bem-estar social	228
Seção 4.4 - O neoliberalismo e suas manifestações no mundo contemporâneo	244

Palavras do autor

Quantas vezes você já ouviu a afirmação que “o mundo é pequeno”? De qual mundo estamos falando quando dizemos isso? Será que um mundo tão amplo, diversificado, plural, pode mesmo ser pequeno? Antigamente, o mundo também era pequeno ou será que mudou de tamanho? Claro que não estamos falando de nenhum encolhimento do planeta, mas sim da nossa percepção de que, agora, o mundo parece menor, mais conhecido, bem mais próximo de nós. Para nossos antepassados era impensável um mundo assim: agora as viagens são mais rápidas graças ao incrível avanço dos meios de transporte dando a sensação de que as distâncias encurtaram, nossas formas de comunicação são em tempo real garantidas por tecnologias que estão ao nosso alcance.

Temos um paradoxo à vista: mesmo um mundo tão conectado, tão globalizado, aparentemente “pequeno”, carrega também marcas de diferentes culturas, modos de viver, compondo uma vasta riqueza e pluralidade nos grupos sociais. Esse mundo se traduz em muito amplo, variado, múltiplo. E é nesse cenário de um mundo pequeno e imenso ao mesmo tempo, de um mundo conhecido e constantemente novo e surpreendente que nos inserimos e atuamos como sujeitos. É nesse cenário de conflitos, contradições e dúvidas que sujeitos, como você, podem promover transformações sonhadas e planejadas rumo a uma sociedade mais justa e solidária.

Enxergar nosso mundo sob a ótica da ética e da política nos trará ferramentas imprescindíveis para entender mais e melhor como nos compomos socialmente, como outros grupos se diferenciam de nós e quão rica pode ser essa relação carregada de diversidades. A disciplina “Ética, Política e Sociedade” vai caminhar com você por questões provocadoras, reflexões instigantes, buscando compreender melhor como chegamos até aqui e quais percursos podemos escolher para atuar como cidadãos conscientes e transformadores.

Esse livro é composto por quatro unidades. A primeira aborda a evolução do pensamento ocidental e os principais expoentes do conhecimento. Na segunda unidade, vamos explorar a formação da moral ocidental destacando importantes pensadores que lançaram os fundamentos para nossa construção moral. Com a formação da política, tema da terceira unidade, culminaremos nossos estudos sobre a origem e finalidade da vida política e a formação do homem político. Por fim, na quarta unidade, o tema será a disputa contemporânea entre as concepções de mundo, acerca das diferentes percepções de mundo sob os aspectos filosófico, político e econômico.

Seja bem-vindo a esse novo e instigante desafio!

A formação do pensamento ocidental

Convite ao estudo

Para iniciar nossos estudos é fundamental que estejam claros os conceitos a serem abordados nesta unidade, os principais pensadores e obras que contribuíram na formação do pensamento ocidental.

Iniciaremos com a reflexão sobre o papel dos mitos para explicar a relação entre o homem e a natureza, que inicialmente era baseada em fábulas e divindades, mas depois foram substituídos pela razão por bases filosóficas do estudo do cosmos, em particular por seus expoentes entre os gregos. A partir das teorias sobre o funcionamento do universo iniciadas pelos pré-socráticos, seguiremos com explicações sobre o pensamento sofista, a maiêutica de Sócrates e a lógica aristotélica.

Para discutir como sucedeu o desenvolvimento do pensamento no Ocidente, durante a Idade Média, teceremos análises sobre como foi marcado pela religião. O debate entre fé e razão foi protagonista das obras de Santo Agostinho e Tomás de Aquino durante a chamada "Idade das Trevas". Após este período, com o Renascimento Cultural, abordaremos o papel que a razão assume no centro do conhecimento, a partir das principais ideias do Iluminismo, Racionalismo e Empirismo, com grande impacto para a ciência, arte, política e economia.

Confira as competências e os objetivos da disciplina:

Competência por fundamento de área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
Objetivo geral:	Compreender os principais autores e conceitos que consolidaram o pensamento ocidental.
Objetivos específicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os precursores do pensamento por meio da compreensão do papel dos mitos e o pensamento do período pré-socrático. • Caracterizar o pensamento socrático e a lógica aristotélica. • Compreender a relação entre fé e razão, a partir dos representantes da Escolástica e Escola Patrística. • Apresentar a importância da razão nas escolas do pensamento iluminista, racionalista e empirista.

Embora este conteúdo aparente ser muito filosófico e conceitual, há uma relação muito próxima com nossa realidade. Para entender como estas questões podem ser observadas hoje em nosso cotidiano, tanto nas relações pessoais como profissionais, estudaremos o caso do Milton e seu desafio no trabalho que tem uma relação muito próxima com interpretação da realidade, da sociedade e seus pilares.

Milton sempre foi um aluno dedicado e, assim que finalizou a graduação em Administração, foi contratado pela empresa do setor de alimentos em que fez o estágio na área de *marketing*. Por seu empenho, em pouco tempo, assumiu um cargo de planejamento de campanhas junto à agência de publicidade contratada.

Entre os produtos fabricados pela empresa, está a Margarina Plus Vita, que é responsável por boa parte das vendas da empresa e é distribuída para pontos de vendas no país todo. O desafio de Milton é a realização de todo planejamento da campanha, com a definição dos conceitos essenciais relacionados ao produto e pelo repasse das informações para a agência que executará as ações de mídia, que inclui propagandas em televisão, anúncios em revistas e ações em mídias digitais.

Em reunião com o diretor da empresa foi solicitado que o apelo seja relacionado à frase “Café da manhã com a margarina Plus Vita torna os momentos em família mais felizes”. Para seguir os conceitos da empresa e projetar ações de comunicação e *marketing* do produto com base nos valores e anseios de seu público-alvo, de que forma Milton poderá utilizar os conceitos e métodos presentes na filosofia e escolas do pensamento?

Para a reflexão necessária à superação deste desafio, fique atento à organização dessa Unidade, que apresenta quatro seções que auxiliarão na integração entre o conteúdo teórico-conceitual dos princípios que constituem o pensamento ocidental. Na primeira seção, serão apresentados os elementos sobre a constituição do pensamento científico numa perspectiva histórica identificando as características da forma científica de se construir o conhecimento. A partir da segunda seção serão abordadas as bases do relativismo do pensamento sofista e os pilares da filosofia por meio do pensamento socrático, racionalismo platônico e lógica aristotélica para formação dos conceitos universais. Na terceira seção, discutiremos a relação entre fé e razão, a partir do pensamento da Escolástica e Escola Patrística. E, na quarta e última seção, trataremos especificamente do pensamento racionalista de René Descartes, do movimento iluminista e ideias de Immanuel Kant e do empirismo de John Locke.

Bons estudos!

Seção 1.1

Mito e pensamento no período pré-socrático

Diálogo aberto

Nessa seção começaremos nossas reflexões sobre a relação entre homem, cultura e sociedade a partir do papel do mito e o surgimento da filosofia, em particular sobre as principais características do período pré-socrático.

Temos a ideia de que o pensamento filosófico é função exclusiva de grandes pensadores, mas qualquer pessoa pode adotar postura filosófica por meio de atitudes críticas perante o mundo e situações cotidianas. Esta é a premissa desta disciplina: permitir que desenvolva a capacidade de reconhecer os principais elementos que contribuíram para formação de nosso pensamento e desenvolver a capacidade de análise a partir de sólidas bases tanto conceituais como práticas, ultrapassando pré-conceitos e estereótipos.

Para compreender como o pensamento de diversos autores pode auxiliar em nossas reflexões cotidianas, vamos analisar a história de Milton, que sempre foi um aluno dedicado e tem constantemente buscado o crescimento profissional. Assim que finalizou a graduação em Administração, foi contratado pela empresa do setor de alimentos em que fez o estágio na área de *marketing*. Por seu empenho assumiu, em pouco tempo, um cargo de planejamento de campanhas junto à agência de publicidade contratada.

Dentre os produtos fabricados pela empresa está a margarina Plus Vita, que é responsável por boa parte das vendas da empresa e é distribuída para o país todo. O desafio de Milton é a realização do planejamento da campanha, com a definição dos conceitos essenciais relacionados ao produto e pelo repasse das informações para a agência que executará as ações de mídia, que inclui propagandas em televisão, anúncios em revistas e ações em mídias digitais.

Um fato importante a ser destacado é que o diretor comercial

da empresa definiu que todas as ações devem estar associadas à frase “café da manhã com a margarina Plus Vita torna os momentos em família mais felizes”. A partir deste pedido, Milton percebeu que precisava começar o seu trabalho por uma reflexão sobre os conceitos relacionados tanto ao produto, à saúde e à família na atual sociedade. Para evitar o senso comum, deverá adotar uma atitude mais reflexiva a estes fatores, evitando resvalar aos estereótipos ou respostas padronizadas.

Questiona-se: de que forma Milton poderá resolver essa questão para apresentar à empresa uma proposta de campanha de *marketing* que seja, ao mesmo tempo, inovadora e adequada ao perfil do consumidor contemporâneo? Como pode recorrer aos conceitos e métodos presentes na filosofia e também na mitologia para que ajudem a compreender os valores e anseios de seu público-alvo? Quais “perguntas filosóficas” podem utilizar no seu trabalho para orientar o planejamento?

É importante que ele perceba que a simples coleta de informações e estatísticas não são suficientes, pois esta tarefa inclui uma reflexão mais profunda sobre as transformações pelas quais passam as famílias, seus hábitos de consumo, momentos de sociabilidade e relação com saúde e definições sobre a felicidade. Portanto, deverá adotar uma atitude crítica para associar a situação real com a teoria, por meio da escolha de perguntas que representem uma atitude filosófica sobre os fatores associados ao produto para o qual deve elaborar a campanha de *marketing*.

Competência Geral/por Fundamento de Área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
Objetivos Específicos de Aprendizagem da Seção	<ul style="list-style-type: none">• Compreender natureza e função do mito.• Analisar as características da atitude filosófica.• Conhecer os principais pensadores do período pré-socrático.

Não pode faltar

Para a reflexão sobre o desafio de Milton, é importante perceber que a solução para a atividade na empresa está intimamente relacionada à construção do conhecimento crítico e sua capacidade de interpretar a realidade. Embora ele necessite de conhecimentos sobre estratégias de *marketing*, o primeiro passo é decodificar o mundo e a sociedade, interpretar as necessidades

e os desejos do público-alvo da campanha publicitária e analisar estas informações para a tomada de decisão.

Esta situação demanda por respostas que não estão prontas, mas exige a interpretação do mundo, o questionamento acerca da realidade e das expectativas, o que se caracteriza como um processo de construção do conhecimento e de visão crítica sobre as relações humanas. Mesmo que Milton, nosso profissional de destaque, tenha conhecimentos técnicos de pesquisa de mercado, seu trabalho para organizar as informações exige um processo de ressignificação da realidade observada e é neste ponto que acontece uma atitude filosófica em conjunto com os métodos de pesquisa. Como os princípios da Filosofia ajudam na resolução desta situação? Como os mitos são ainda apropriados pela sociedade e estão presentes no inconsciente coletivo? O que podemos aprender com os grandes pensadores que ajudaram a consolidar o pensamento ocidental e quais conceitos são ainda válidos? Desta forma, ele precisará ultrapassar o senso comum, em uma postura reflexiva sobre conceitos relacionados à família, vida moderna, alimentação e cuidados com a saúde para transformar estas informações em algumas perguntas que orientarão todo o trabalho de planejamento.

A construção do conhecimento se dá por meio da evolução do pensamento crítico. Muito mais do que buscar respostas já existentes, a missão é buscar as perguntas que ajudam a refletir de forma crítica sobre a realidade.

Para aplicarmos as principais ideias e conceitos dos pensadores na prática, a associação com o problema proposto acontecerá pela apresentação dos principais conceitos e teorias que constituíram o pensamento racional e assim lhe fornecer argumentos que permitam efetivamente fundamentar suas escolhas.

Para começar, discutiremos o papel do “mito” e sua natureza para compreender a posterior passagem para o pensamento crítico e racional.

Em nosso dia a dia, nós fazemos várias perguntas sobre eventos corriqueiros e muitas vezes não paramos para analisar o impacto destas reflexões. Por exemplo, quando estamos

a caminho do trabalho ou da faculdade, perguntamos a nós mesmos se estamos felizes. Então decorre outra questão mais profunda: “o que é felicidade?” Ou, se estamos atrasados com uma série de compromissos a cumprir e com a impressão de que o tempo disponível não é suficiente para realizar todas as tarefas, questionamos: “o que é tempo?” ou “quem define o conceito de tempo?” Possivelmente, a resposta vai além de um apontamento genérico sobre um número ou medida após olharmos um relógio ou um calendário. Ela partirá do reconhecimento de que há uma realidade exterior à nossa existência, que somos afetados por ela a todo instante, mas que posso percebê-la, analisá-la e questioná-la.

Quando somos capazes de apreender a realidade, estamos realizando uma atitude filosófica de questionamento ao senso comum. Como destaca Chauí (1995, p. 12) sobre esta indagação quanto à nossa existência, crenças e sentimentos:

Ao tomar esta distância, estaria (o indivíduo) interrogando a si mesmo, desejando conhecer por que cremos no que cremos, por que sentimos o que sentimos e o que são nossas crenças e nossos sentimentos. Esse alguém estaria começando a adotar o que chamamos de atitude filosófica. Assim, uma primeira resposta à pergunta “O que é Filosofia” poderia ser: a decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido.



Neste sentido, adotar uma postura de questionamento não tem relação entre o que “eu acho” sobre o mundo ou “o que eu gosto”, mas resultado de um trabalho intelectual de reflexão sobre nossas experiências e até fragmentos das cenas cotidianas para ultrapassar o senso comum e buscar correlações para nosso desejo de saber. Não é simplesmente uma pesquisa de mercado para saber a preferência dos consumidores, mas decifrar o sentido das ações humanas.

Para Chauí (1995), independente do conteúdo a ser investigado, esta atitude filosófica pode se embasar em três características sobre a coisa, valor ou ideia: a) perguntar “o que” é e seu significado; b) perguntar

“como” acontece e quais as suas relações que definem como tal; c) perguntar “por que” existe e como é, seja por sua origem ou causa.

Segundo a autora, em vez de dizermos “ficou maluca?” ou “está sonhando?” para uma pessoa que nos apresenta uma afirmação que causa estranhamento, podemos nos perguntar: “o que é o sonho, a loucura, a razão?” Portanto, a filosofia começa pelo questionamento necessário das crenças e preconceitos do senso comum, empregado na vida cotidiana.

ANATUREZAE FUNÇÃO DO MITO: RUPTURASE CONTINUIDADES

Nem sempre a racionalidade na interpretação do mundo ocorreu por meio de um pensamento sistemático. Antes do surgimento da Filosofia a humanidade pautou-se pelos mitos na constituição de explicações sobre o homem e a natureza. A construção dos mitos teve um papel importante na formação do pensamento ocidental, precedente o pensamento filosófico, pois mito e a filosofia em questão são frutos das origens gregas. Os mitos fizeram parte das explicações sobre a humanidade, os fenômenos da natureza, as virtudes e defeitos, mas ainda estão presentes em nosso dia a dia. Todos já ouvimos falar da história de Cupido quando estamos apaixonados, das explicações de Freud na Psicanálise sobre Mito de Édipo ou alguém utilizando a expressão “trabalho hercúleo” em referência à história de Hércules.

Apesar de suas limitações, os mitos tiveram um papel importante na história, não por trazer histórias fantasiosas, o que poderia ser uma visão reducionista do seu papel em determinada cultura, mas por atribuir o sentido de “pertencimento”. Reconhecendo que um mito é uma instituição compreensiva da realidade em determinado contexto, também se pondera que é uma verdade instituída, ou seja, não possui uma verdade lógica ou expressa pela razão ou evidências, mas que ocorre espontaneamente como uma forma do homem se situar no mundo face a determinados fenômenos, sejam da natureza ou da vida em sociedade.

Nos primórdios, face aos fenômenos que lhes podiam parecer assustadores e desafiadores, os homens buscavam a construção de modelos de interpretação da realidade por meio de deuses e histórias

sobrenaturais, como uma forma de apaziguar as aflições, oferecendo uma explicação que pudesse acomodar e tranquilizar.

Os deuses da mitologia grega cumpriam este papel e eram transmitidos oralmente pelos aedos e rapsodos, cantores ambulantes que davam forma poética a esses relatos e os recitavam em praça pública (ARANHA; MARTINS, 1991). Historicamente, há dificuldade em precisar a autoria dessas histórias previamente à escrita, em uma fase em que predominava a consciência mítica no mundo e não havia tal preocupação, sendo o foco o coletivismo dos enredos.



Pesquise mais

Para compreender mais sobre o papel do mito e sua função na explicação da natureza, leia o texto a seguir.

OLIVIERI, Antônio Carlos. Mitologia: uma das formas que o homem encontrou para explicar o mundo. 2005. In: **UOL Educação**. Seção História Geral. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/mitologia-uma-das-formas-que-o-homem-encontrou-para-explicar-o-mundo.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

Apesar das controvérsias sobre este período, destaca-se Homero como um desses poetas que teria vivido no século IX a.C., sendo a ele atribuída a autoria de dois poemas épicos, que foram: *Ilíada* (que narra a Guerra de Troia) e *Odisseia* (que relata o retorno de Ulisses após a guerra). Essas histórias eram chamadas “epopeias” e tinham importante função didática ao transmitir para os indivíduos, desde cedo, a origem da civilização micênica e sobre seus deuses.



Reflita

O livro “O Mundo de Sofia” (Jostein Gaarder) utiliza o exemplo de um mágico que tira o coelho da cartola para explicar a diferença entre pensamento filosófico e “homem comum”.

Importante esclarecer que não é um livro técnico, mas um romance que busca narrar de forma didática a história da filosofia e seu desenvolvimento no Ocidente a partir das questões levantadas pelos principais pensadores sobre a inquietude humana.

Neste trecho, diz o autor: “Nós, [homem comum] que vivemos aqui, somos os bichinhos microscópicos que vivem na base dos pelos do coelho. Mas os filósofos tentam subir da base para a ponta dos finos pelos, a fim de poder olhar bem dentro dos olhos do grande mágico”.

As pessoas comuns estão acostumadas com uma visão limitada da realidade, pois estão na base dos pelos. Acostumados a esta situação, este local pode até parecer confortável. A filosofia, por sua vez, traz o desconforto do questionamento, do esforço de subir o pelo e da surpresa ao ver como seu conhecimento era limitado.

Outro poeta importante foi Hesíodo, que teria vivido por volta do século VIII a.C. Sua obra mais conhecida é a Teogonia, que nos conta como o mundo surgiu a partir dos primeiros deuses, seus amores e suas aventuras (ARANHA; MARTINS, 1991). Ele descreve a criação do mundo e relaciona, cronologicamente, cada uma das gerações divinas. Inicia a narração com a origem dos primeiros deuses, que personificavam os elementos primordiais do Universo: Caos, o vazio primitivo; Gaia, a terra; Eros, a atração amorosa. Depois segue com os descendentes imediatos, como Hemera, o dia; Nix, a noite; Urano, o céu; Ponto, a água primordial.



Assimile

Mito, do grego *mythos* ("conto"), é uma narrativa de caráter simbólico e imagético, que busca explicar e demonstrar, por meio da ação e modo de ser das personagens, a origem das coisas. Remete para um relato de feitos maravilhosos, cujos protagonistas são personagens sobrenaturais (deuses ou monstros) ou extraordinários (heróis ou deuses). Podem ser categorizados entre várias classes de mitos, como os cosmogônicos (associados à criação e o ordenamento do mundo), dos teogônicos (relatam a origem e o nascimento dos deuses), dos antropogônicos (narram a criação do homem) e dos fundadores (nascimento das cidades), entre outros.

Um mito, por ser característico de determinada cultura, faz parte do seu sistema de valores e tem a função de proporcionar um apoio narrativo às crenças centrais de uma comunidade.

Originalmente, o mito é um relato oral que, com o passar do tempo, os seus detalhes variam à medida que são transmitidos os conhecimentos de geração em geração. Como o desenvolvimento da escrita, o mito passou a ser reelaborado em termos literários, daí a diversidade das suas versões e variantes.

Por sua relação com o surgimento da filosofia, a mitologia grega é mais citada entre as da antiguidade, mas temos também a mitologia romana, egípcia, mesopotâmica, nórdica, hindu, africana, persa, fenícia, germânica, entre outras. Atualmente, fala-se de uma mitologia moderna, decorrente das lendas urbanas.

Nas empresas, por uma abordagem antropológica das relações humanas no ambiente de trabalho, podemos dizer que há uma “cultura organizacional” e entre os elementos para transmissão dos valores da organização, há os mitos que fazem parte de sua evolução e identidade, reproduzindo determinadas histórias que ajudam a definir ou balizar o comportamento daqueles que lá trabalham.

Principais características dos pensadores pré-socráticos

Os pré-socráticos são reconhecidos como iniciadores do pensamento filosófico-científico por terem empreendido a passagem do *mythos* ao *logos* (razão). Apesar de não haver uma uniformidade em suas teorias, compartilhavam a preocupação em estabelecer explicações acerca das transformações da natureza, o que se traduziu na cosmologia.

Estes homens, que se estabeleceram nas colônias gregas da Jônia, em meados do século VI a.C., marcariam a história de todo pensamento ocidental. Receberam o nome de “pré-socráticos” por antecederem Sócrates, considerado o responsável pelo amadurecimento de fato da Filosofia. Tiveram papel fundamental como precursores de uma nova forma de pensar e conceber o mundo pela interpretação da *Physis*. Por este motivo são também chamados de “filósofos da natureza”, pois investigaram questões sobre como e de que é feito o mundo, rompendo com a visão mítica que prevalecia até então para adotar uma forma científica de pensar.



Exemplificando

A Grécia clássica foi o berço deste pensamento e, apesar de geograficamente dispersa, tinha uma vida cultural relativamente homogênea, como língua comum, crenças religiosas e formas de organização política (pela polis) semelhantes, facilitando a fusão e disseminação das diferentes culturas trazidas pelos povos que invadiram o território, integrando-se aos habitantes mais antigos.

Eram povos que no século VI a.C. buscavam terras cultiváveis e formaram pequenas comunidades em terras próximas ao Mar Mediterrâneo, espalhando-se da Jônia, na Ásia Menor, até o sul da Itália e que seriam responsáveis pelas bases do pensamento ocidental por meio da civilização helênica.

A constituição da polis foi um elemento marcante não apenas no processo político, mas para o surgimento da própria Filosofia, com espaços para

debates e exposição entre pensadores, numa organização das cidades que superava a centralização militar ou do rei pelo domínio do saber e decisões sobre a vida das pessoas e das cidades.

De acordo com o local e problemas discutidos, os pré-socráticos são divididos em quatro escolas do pensamento, sendo que o elemento comum era o questionamento sobre a origem do mundo e transformações da natureza. Na Escola Jônica, os representantes foram Heráclito, Tales de Mileto, Anaximandro e Anaxímenes; na Escola Itálica, tivemos a proeminência de Pitágoras; na Escola Eleática, tivemos o destaque para Parmênides e Zenão de Eleia e, por fim, na Escola Atomística, as teorias de Leucipo e Demócrito sobre a matéria e o vazio.



Faça você mesmo

Analise a seguinte situação: você, junto a outros alunos, está realizando um trabalho voluntário em uma comunidade carente onde a população tem baixo nível de instrução, sendo que alguns, com mais idade, são analfabetos. Após uma forte chuva, que levou ao destelhamento de várias casas, vocês estão dando apoio para que os moradores consigam restaurar suas casas. Como muitos estão desolados porque perderam o pouco que possuíam, vocês resolvem trabalhar o aspecto motivacional dessas pessoas, provendo um encontro para contar uma história e também se mobilizaram para fazer contato outros grupos de alunos que podiam ajudar.

Neste encontro, devido ao perfil dos moradores, entenderam ser melhor o uso de uma história para passar a mensagem e escolheram o mito de Pandora, especialmente para promover o lema "Apesar dos males no mundo, sempre restará a esperança". Para isso, pesquisem o que é *Storytelling* e quais os seus usos, pois também são utilizados para *marketing* e comunicação. Na sequência, pesquisem sobre o mito de Pandora e como podem adequá-lo ao discurso da reunião.



Vocabulário

Arkhé: significa a fonte, a origem e a raiz de todas as coisas da *Physis*, como elemento integrador entre a origem das coisas.

Arquétipos: conjunto de "imagens primordiais" originadas de experiências e repetições passadas de geração em geração e que estão presentes nos mitos, lendas e contos de fadas.

Cosmologia: surgiu como a parte da filosofia que estuda a estrutura, a evolução e composição da natureza a partir dos pensadores pré-socráticos. Entre as principais características estão a substituição da explicação da natureza através de mitos e divindades por explicações racionais e a tentativa de explicar o universo (cosmos) como um todo, a partir de um elemento de integração. Cosmos é o contrário de caos.

Physis: no contexto dos primeiros filósofos, refere-se ao conjunto de todas as coisas naturais que existem e seu estudo refere-se à origem e à constituição do elemento primordial da Natureza, eterno e em perene transformação.

Sem medo de errar

Agora meu convite é para juntos buscarmos a resposta para a situação-problema apresentada no início da seção. Vamos fazê-lo, considerando os conhecimentos que já foram apropriados, construídos e transformados.



Lembre-se

A tarefa de definir quando teve início a história do pensamento seria árdua e imprecisa se tentássemos estabelecer um ponto exato no tempo. O que podemos dizer é que os mitos e lendas desempenharam um papel importante neste esforço de explicar as complexas relações entre os homens e, também, os fenômenos da natureza, mas cujas aventuras e narrativas seriam substituídas por uma forma sistemática de descrever a realidade.

Estas explicações são substituídas por uma nova forma de pensar sobre a realidade, que decorre do surgimento da filosofia entre os gregos (séc. VII a.C.). Este processo foi marcado por um crescente processo de racionalização da vida na cidade, em que o ser humano abandona a verdade revelada pelos mitos para se debruçar sobre explicações sistemáticas tanto para fenômenos naturais como humanos.

Verificamos na situação-problema que Milton possui um desafio de planejamento da campanha de *marketing* para um produto que deve ser apoiado, a pedido da diretoria, no conceito de felicidade. Para que ele possa adotar uma atitude filosófica perante esta questão, avalie como o conceito pode ser abordado por uma pesquisa e reflexão a ser integrada às ações de comunicação.

Ainda exercitando os conceitos já discutidos, reflita se os mitos ainda podem ter influência na sociedade contemporânea e em que medida constroem arquétipos, seja na publicidade, em filmes, novelas e nas relações familiares?



Atenção

A filosofia é a inquietação que conduz ao questionamento. Seu objeto é a reflexão, o movimento do pensamento que nos permite recuar perante a realidade observada para, nos distanciando dos fatos aparentemente banais, podermos buscar seus fundamentos, por razões e correlações da existência.

Neste sentido, uma atitude filosófica é mais do que uma análise de estatísticas ou fatos, mas sim decorre de uma provocação sobre o sentido dos fenômenos.

Avançando na prática

Pratique mais!	
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com a de seus colegas.	
"Mito e Cultura Organizacional"	
1. Competência de fundamentos de área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Identificar práticas nas quais o senso comum e estereótipos são predominantes.
3. Conteúdos relacionados	Postura crítica e mitos aplicados à cultura organizacional.
4. Descrição da SP	Após um disputado processo seletivo, Mariana conquistou o emprego como gerente de uma equipe no Departamento Financeiro. Por ser muito sociável, logo estabeleceu bons vínculos com sua equipe e com as demais áreas, buscando conhecer mais sobre a cultura da empresa. No entanto, um episódio lhe causou estranhamento. Um dia, solicitou a um funcionário de sua equipe que buscasse um documento arquivado no prédio anexo ao escritório e este recusou. Sem entender, o rapaz explicou que não iria sozinho ao prédio, pois já estava anoitecendo e havia uma história que circulava na empresa de aquela construção antes era um necrotério da prefeitura e que muitos funcionários tinham ouvido barulhos suspeitos enquanto estavam lá.

	<p>Mariana achou estranho e, ao pedir para outro funcionário, este lhe contou que havia um mito na empresa sobre este prédio que circulava há anos e amedrontava muitos funcionários, uma história que era repassada a todos que entravam na empresa.</p> <p>Como percebeu que este comportamento podia atrapalhar o trabalho da equipe, não só porque precisaria constantemente de arquivos que estavam naquele prédio, mas também pelo medo que podia atormentá-los, resolveu promover uma reunião informal de trabalho para discutir a relação entre mito e realidade. Para explicar as diferenças entre senso comum e senso crítico, pediu para que cada funcionário escolhesse um mito para contar aos colegas e depois apresentou algumas questões sobre atitude filosófica para que se libertassem daquilo que pudesse causar medo decorrente do oculto ou do mistério, concentrando-se em situações concretas e palpáveis acerca de nossa realidade finita na vida. Assim, pediu para que refletissem sobre três questões: O que é morte? Por que sentimos medo? Qual é o sentido da vida e de nossa finitude? Ela esperava que, sem ofender as crenças pessoais e religiosas de cada membro da equipe, esta provocação pudesse ter impactos positivos ao libertá-los do medo, ao mesmo tempo, respeitando a cultura da organização.</p> <p>Você concorda com a estratégia adotada por Mariana? Se estivesse no lugar dela, como conduziria a situação em uma forma alternativa de abordar a questão?</p>
5. Resolução da SP:	<p>Mariana buscou conhecer a cultura organizacional, ao mesmo tempo em que estimulou a atividade reflexiva e racional nos membros de sua equipe. Um grande cuidado a ser adotado refere-se ao respeito sobre crenças religiosas e pessoais, por isso a busca de um sentido informal ajuda neste processo.</p>



Lembre-se

Nem sempre as interpretações já adotadas ou consolidadas são as mais adequadas.

As inovações e a evolução do conhecimento, assim como da própria sociedade, acontecem exatamente pelo questionamento e espírito crítico. A capacidade de ultrapassar os estereótipos e o senso comum é o que nos leva à solução dos problemas e um ambiente harmônico, seja no trabalho, família e grupo de amigos.



Faça você mesmo

Imagine que você estaria na equipe da Mariana, identifique que elementos seriam importantes para compor esse projeto. Coloque suas ideias no formato de um roteiro para a reunião com a comunidade, tanto para a história a ser apresentada como para organizar a participação e depois finalizar com uma proposta de ação face ao problema enfrentado.

Faça valer a pena!

1. Os filósofos pré-socráticos lançaram questões centrais sobre a origem do universo. Sobre as preocupações destes pensadores, considere:

I – Fundamentavam-se no esclarecimento sobre o papel da mitologia para as explicações tanto dos fenômenos da natureza como do comportamento humano em sociedade.

II – Apesar das diferenças entre as teorias, partilhavam da preocupação em compreender a natureza do mundo, a *physis*.

III – Buscam explicações lógicas e fundamentadas na observação e estudo da realidade para compreender a origem do universo.

IV – Podem ser considerados monistas, ou seja, acreditavam que o universo tinha sido gerado através de um único elemento, a *arkhé*.

Estão corretas as afirmações:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) II e IV.

2. Tales de Mileto, filósofo antigo que se dedicou ao estudo da *arkhé* como o princípio basilar do universo, pertenceu ao período da Filosofia grega denominado:

- a) Helenístico ou greco-romano.
- b) Pré-socrático ou antropológico.
- c) Socrático ou antropológico.
- d) Sistemático ou racional.
- e) Pré-socrático ou cosmológico.

3. Sobre os primeiros filósofos gregos, denominados pré-socráticos, assinale a alternativa correta:

- a) Os pré-socráticos eram denominados também filósofos alquimistas ou cosmológicos.
- b) Os dois principais conceitos da filosofia pré-socrática eram a *physis* e *arkhé*.
- c) O campo de investigação filosófica gerou as bases para o debate entre ética e moral.
- d) Foram responsáveis pela definição dos conceitos fundadores da polis grega.
- e) Ainda não utilizam o pressuposto da razão, pois se apoiavam nos mitos para descrever os fenômenos naturais em um estágio inicial do pensamento filosófico.

Seção 1.2

Pensamento socrático e lógica aristotélica

Diálogo aberto

Para dar continuidade à resolução do desafio pelo qual passa Milton, que foi apresentado no início da unidade, abordaremos como os métodos filosóficos podem ajudá-lo na elaboração da campanha de *marketing*, atendendo aos pedidos da diretoria da empresa e gerenciando uma campanha adequada ao público-alvo.

Vejam a seguinte situação problema desta seção, lembrando alguns pontos importantes: Milton trabalha na empresa BK Foods, que produz diferentes linhas de produtos alimentícios voltados para uma alimentação saudável e equilibrada, ao se diferenciar das demais marcas de mercado por seu apelo contra o excesso de conservantes e demais ingredientes saturados que possam ter impacto na saúde. Ele atua na área de *marketing* e recebeu o desafio da diretoria para assumir a gestão da campanha do principal produto da empresa, a margarina Plus Vita.

Na reunião para definir as diretrizes, a diretoria enfatizou três pontos importantes: um deles é que as ações estejam relacionadas à frase “Café da manhã com a margarina Plus Vita torna os momentos em família mais felizes”. A outra, pelas características diferenciadas de posicionamento de mercado da empresa, foi o pedido para que a campanha não reproduzisse clichês já existentes e divulgados por outras marcas, como a imagem do que acabou sendo conhecido como “família de comercial de margarina”. Além disso, para estar consoante às tendências de comunicação em tempos de mídias digitais, gostariam que a proposta enfatizasse uma atuação em redes sociais e um relacionamento mais próximo com o consumidor.

Para responder de forma adequada à demanda, Milton deverá reunir informações para o planejamento de um projeto inovador, atualizado e alinhado tanto com a missão organizacional quanto às expectativas do consumidor. Agora, o seu papel é ajudá-lo a identificar uma aplicação da maiêutica socrática e outros elementos reflexivos apresentados nesta aula que colaborem para o desenvolvimento de ações realizadas em

redes sociais. O desafio é buscar apoio na teoria destes filósofos e pensar como ajudam na solução para a situação.

Milton deverá, portanto, lançar nas principais redes sociais (*Facebook* e *Twitter*) perguntas para compreender os conceitos associados ao produto (margarina) e outros dois conceitos solicitados pela diretoria da empresa, família e felicidade. Como a campanha deve fugir ao clichê da tradicional “família de propaganda de margarina”? Como entender o comportamento dos consumidores? Como os métodos filosóficos podem ajudar?

Não pode faltar

Alguns autores chamam de “milagre grego” a passagem do pensamento mítico para o pensamento racional e filosófico, que ocorreu principalmente com as teorizações dos pensadores pré-socráticos sobre a origem do universo e as transformações do cosmos. Entre as novidades que transformam a visão do homem para que tome consciência de si, temos a escrita, a moeda, a lei e a polis, culminando com o aparecimento da filosofia no século VI a. C. Mas é importante perceber que este processo histórico é resultado de um longo amadurecimento das ideias e não acontece em um salto dado por um povo privilegiado (ARANHA; MARTINS, 1991).

Entre os vários fatores, Vernant (2002) destaca que o surgimento da polis (cidade-estado grega) foi decisivo, pois através dela as relações entre os homens tomam novas formas, em particular por ser a ágora (praça pública) um espaço onde se discutem problemas de interesse comum. Os debates, que permitem a expressão da individualidade, rompem com a centralização anterior que estava restrita a grupos privilegiados pelo direito de sangue ou de herança do poder, chamando para a participação política.

Neste modelo de organização política, o discurso e a arte de argumentar se tornam recursos muito poderosos e, para ensinar a arte da oratória, os sofistas tiveram importante papel histórico. Surgem os famosos oradores denominados sofistas, palavra que significa sábio em grego. Esses oradores, portadores de uma eloquência incomum, trabalham a ideia de que tudo era questionável, fazendo-se valer de suas prerrogativas eles ensinavam a quem podia pagá-los (ou seja, cobravam pelos serviços prestados, diferentemente de Sócrates que os fazia em praça pública, lecionando muito mais por paixão do que por uma compensação financeira).

Os sofistas foram numerosos na Grécia antiga, porém alguns nomes se destacam, Górgias e Protágoras, sendo a este atribuída a frase: “O homem é a medida de todas as coisas”, demonstrando o relativismo de que a verdade depende de como o indivíduo se coloca perante a realidade.

Suas técnicas se baseavam na arte do persuadir e em fazer com que o interlocutor debatesse sobre o tema proposto como forma de vencer um debate. Ensinavam sobre os mais variados assuntos, mostrando como refutar os adversários pela escolha dos argumentos. Contrapondo-se à maiêutica de Sócrates, a retórica dos sofistas não se propunha a levar o interlocutor a questionar-se sobre a verdade dos fatos ou da ética, ao contrário, se concentravam mais na forma de apresentação das ideias do que na sua natureza ou julgamento. Neste sentido, negavam a existência da verdade, ou pelo menos a possibilidade de acesso a ela. Partiam do pressuposto de que não há opiniões falsas ou verdadeiras, mas sim aquelas que são boas ou más, piores ou melhores.

Este ponto levou ao questionamento de Sócrates, o pensador que foi o “divisor de águas” na história da Filosofia e considerado seu patrono, ao pensamento sofista como uma forma de manipulação das ideologias. O pensamento socrático busca a verdade por meio do questionamento e para isso incita seus discípulos a descobri-la.



Assimile

O ser humano, desde sua origem, em sua existência cotidiana, faz afirmações, nega, deseja, recusa e aprova coisas e pessoas, elaborando juízos de fato e de valor por meio dos quais procura orientar seu comportamento teórico e prático.

A filosofia não foi criada para circular apenas em um meio elitizado de intelectuais e acadêmicos. Ela surgiu com o propósito de ser um “modo de vida”, como preconizava Sócrates em seus discursos em busca do conhecimento e da disseminação do espírito crítico.

Em seu livro “Mais Platão menos Prozac”, Lou Marinoff, representante nos Estados Unidos de uma nova corrente de pensamento que aplica a filosofia ao dia a dia, relata que *“somente por volta do século passado, a filosofia foi confinada numa ala esotérica da torre de marfim, repleta de insights teóricos, mas vazia de aplicação prática”*. Hoje, percebemos que muitos conceitos desenvolvidos por seus principais pensadores ainda estão presentes em nossos dias.



Exemplificando

No nosso dia a dia, conscientemente ou não, vamos convivendo e usufruindo da sabedoria e das experiências de vida. Mesmo sem recorrer a um grande pensador ou analisar se estamos utilizando um conceito de determinada obra, estamos filosofando ao questionar modelos padronizados ou paradigmas pré-estabelecidos. Quando decidimos nos unir a outra pessoa em casamento, paramos para analisar o que é esta instituição e como é vista na sociedade. Da mesma forma, quando decidimos trocar de emprego, analisando qual é a centralidade do trabalho em nossa vida.

Por isso, quando recusamos estereótipos, fugimos de armadilhas que podem gerar atitudes autodestrutivas, como fazer regime rigoroso que possa prejudicar a saúde apenas para seguir o padrão divulgado em revistas de moda.

Sócrates defendia que a opinião (doxa) é individual, mas a sabedoria é universal e construiu seu método para que o homem procurasse conhecer a Natureza antes de buscar persuadir os outros, a partir do autoconhecimento e questionamento de suas verdades pré-estabelecidas. Daí a expressão “Conhece-te a si mesmo”, que estava gravada à entrada do Templo de Apolo, com a qual o processo de questionamento dos significados das coisas revela seu real sentido. Mostra que nosso conhecimento tem limites e que, ao reconhecermos a ignorância, podemos chegar à reformulação de velhas ideias e à formulação de novas.

Voltando ao caso de Milton, ao planejar suas ações nas redes sociais para entender o que as pessoas pensam sobre o produto para o qual deve elaborar a campanha de *marketing*, deve refletir como os princípios socráticos ajudam a formular perguntas para extrair as percepções do público ou quais as fontes que as pessoas utilizam para formação de seus pontos de vista.



Assimile

Sócrates tornou-se rapidamente uma figura conhecida em Atenas, com reputação de espírito questionar que instigava as pessoas ao debate e com isso atraiu também inimigos influentes, o que culminaria em seu julgamento e morte.

A frase “conhecer a si mesmo” demonstra que a partir da ignorância precisamos conhecer nossos limites. Por isso, fazia perguntas aos

cidadãos, expondo contradições nas argumentações e respostas para que gradualmente pudesse extrair *insights* reflexivos.

Assim o método maiêutico ou dialético (que encaminha um diálogo entre visões opostas) se divide em suas partes: a “ironia” (que em grego significa perguntar), que é destrutiva dos conceitos pela descoberta da própria ignorância e a maiêutica (que em grego significa parto) sendo o “dar à luz” a novas ideias, sendo assim construtivo. Sócrates, ao afirmar “Só sei que nada sei”, levava as pessoas ao questionamento de seus conhecimentos para que novos fossem gerados. Por isso, podemos dizer que, por meio de perguntas, destrói o saber instituído para reconstruí-lo a partir da reflexão crítica da realidade e valores.

Muito do que sabemos hoje sobre a obra de Sócrates advém da obra de Platão, seu discípulo, pois o mestre não deixou praticamente nada escrito. Ele aperfeiçoara a dialética, mostrando como intuições sucessivas se contrapõem entre si, de forma que se aproximam das essências ideais que constituem a verdade absoluta do que chama de “mundo sensível” até o mundo das ideias. Ou seja, o sensível, onde nos encontramos, transitório e ilusório, aparentemente real; o mundo das ideias, o inteligível, alcançado apenas pela lógica e razão, ou seja, a realidade verdadeira.



Refleta

Para mostrar que os sentidos humanos possuem limitações em perceber verdadeiramente o mundo material (ou mundo das coisas), considera que esta somente é percebida pela razão, pois estamos impregnados na interpretação da realidade por meio do mundo das ideias.

Para ilustrar tal pensamento, escreveu o que ficaria conhecido como “Mito da Caverna”, uma alegoria em que narra a história de pessoas que estão aprisionadas desde o seu nascimento neste espaço de escuridão. Apenas conhecem do mundo exterior por meio da projeção na parede ao fundo para onde estão virados, proporcionada por uma chama brilhante de uma fogueira.

Entre eles e a luz do fogo há um espaço onde estátuas dos seres como homem, planta, animais etc. são manipuladas, como que representando o cotidiano desses seres. Estas sombras resumem o que é permitido aos prisioneiros conhecerem algo sobre o mundo

e, com o correr do tempo, os homens dão nomes a essas sombras, assim como nós damos às coisas e também analisam a regularidade das aparições.

Imaginando que um destes prisioneiros é capaz de fugir das amarras e observar o contexto do interior da caverna, ele perceberia que na verdade, os seres reais eram as estátuas e não as sombras. Perceberia que passou a vida inteira julgando apenas sombras e ilusões, desconhecendo a verdadeira realidade.

Na epifania da descoberta, perceberia sua ignorância e buscaria contar aos demais prisioneiros na caverna que ainda estavam na escuridão. Estes, entretanto, zombariam e sentiriam pena dele, classificando-o como louco e que, se não parasse com suas maluquices, acabariam por matá-lo.

Assim mostrava que os que nossos sentidos apreendem do mundo material não passa de imagens da caverna. Concorda?

Aristóteles (séc. IV a. C) aperfeiçoou a obra de seus antecessores e escreveu, dentre suas várias obras, o *Organon* ("instrumento de pensamento"), que depois deu origem à Lógica. Segundo Aranha e Martins (1991, p. 49):

O que Aristóteles desenvolve são as regras do pensamento correto, por meio do encadeamento das proposições e das ligações dos conceitos mais gerais para os menos gerais, de forma a garantir o rigor da demonstração. Nesse processo, estabelece as leis do silogismo, o que delineará de maneira marcante a tendência do seu pensamento em privilegiar a argumentação dedutiva.



Os conceitos platônico-aristotélicos influenciariam o pensamento na Idade Média, em particular os representantes da Escolástica que utilizaram os princípios da argumentação e pensamento discursivo.



Pesquise mais

Para saber mais sobre lógica e sua aplicação à ciência, leia o artigo a seguir, de Denise Silva Vilela e Deiziele Dorta:

“O que é ‘desenvolver o raciocínio lógico’? Considerações a partir do livro

Alice no país das maravilhas". Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1618/1363>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

O artigo estabelece relações entre temas das áreas de filosofia da lógica e educação matemática, a partir de cenas da história de Alice no país das maravilhas, abordando alguns modos de pensar, entre os quais está o pensamento lógico e sua associação com o aprendizado em adultos, mas também com a criatividade para o aprendizado das crianças.

Dessa forma, o pensamento filosófico procura liberar o indivíduo do senso comum para transformar a reflexão e conhecimento em instrumentos de libertação.

Aranha e Martins (2005, p. 144) definem o senso comum como o “primeiro olhar sobre o mundo, ainda não crítico, a partir do qual as pessoas participam de uma comunhão de ideias e realizam as expectativas de comportamento dos grupos sociais a que pertencem”. Como não é todo e qualquer conhecimento que leva à autonomia e independência, mas sim o conhecimento crítico, era o papel principal destes filósofos demonstrar à sociedade qual a importância do papel educador que possuíam, evitando que os paradigmas dominantes fossem as ideologias de uma classe ou de um grupo social. O propósito era ultrapassar as respostas prontas e reelaborar significados sobre o mundo.



Faça você mesmo

Você está no ponto de ônibus, a caminho da faculdade e ouve duas mulheres conversando sobre o enredo da novela que está sendo atualmente exibida na televisão. Uma delas diz que resolveu largar o emprego porque merecia uma vida melhor, ao se espelhar em uma personagem da trama. A outra diz que já fez o mesmo, mas foi apenas uma “loucura de consumo” ao comprar uma bolsa igual à da vilã, afirmando se sentir mais poderosa após a aquisição.

Você afirmaria que, com isso, essas pessoas estão refletindo sobre modelos de comportamento ou avaliando o paradigma de consumo decorrente destes padrões de comunicação de massa? Você tem adotado o mesmo comportamento que observou nestas duas mulheres?

Um conceito importante dos estudos aristotélicos é o significado da felicidade. Segundo este pensador, a felicidade deriva da palavra ética, que é o estudo do comportamento, das ações, das escolhas e

dos valores humanos. Embora pareça abstrata, percebermos que há uma série de modelos de “éticas” diferentes que postulam modos de vida e de ação, em todas as nossas decisões e julgamentos.

Em seu livro “Ética a Nicômaco”, consagra a chamada ética do meio-termo, que condena os extremos causadores dos vícios, para que o equilíbrio na conduta do homem permita seu desenvolvimento material e espiritual. Em outras palavras, entendido que a especificidade do homem é a de ser um animal racional, a felicidade só poderia se relacionar com o total desenvolvimento dessa capacidade, que é coletiva e não individual. Poderia ser traduzida como o estado de espírito a que aspira o homem não apenas os bens materiais. Embora as riquezas ajudem o homem a se desenvolver e não se tornar mesquinho, o equilíbrio com bens espirituais, com o uso da razão e da contemplação (a filosofia e a metafísica) é que o leva à felicidade.

Pensando nesta reflexão, como Milton poderia mensurar o que as pessoas pensam hoje sobre “felicidade”, a partir do pensamento de Aristóteles? A sociedade moderna tem resvalado ao consumismo ou à contemplação dos valores e da ética que permitem a concretização destes anseios? Quais elementos podem ser encontrados nas publicações e debates nas mídias sociais? Este é o seu desafio: ajudar Milton a confrontar estes valores a partir da imensidão de conteúdos disponíveis nas redes sociais, utilizando conceitos de categorização dos argumentos também por meio da lógica.



Vocabulário

Alegoria: Figura de linguagem utilizada como representação indireta uma coisa ou ideia sob a aparência de outra. Pode remeter a uma figura literária para representar uma ideia abstrata através de outras formas, sejam humanas, animais ou objetos. Por exemplo, como imagem, uma pomba branca é uma alegoria à paz, podendo também ser um procedimento retórico de maior magnitude, com um sistema de imagens metafóricas que pode dar lugar a obras inteiras.

Clichê: Originalmente, define a chapa metálica utilizada por prensa tipográfica para reproduções. Porém, por ser muito aplicada em outros meios, tornou-se uma expressão idiomática que remete a tudo que tem repetição seriada e torna-se desgastado ou previsível, que gera uma má interpretação em vez de dar outro efeito. Também, pode significar uma ideia relativa a algo que se repete com tanta frequência que já se tornou previsível dentro daquele contexto.

Falácia: Com origem no termo em latim *fallacia*, associada ao sofisma, refere-se ao engano que se faz com razões falsas ou mal deduzidas. No âmbito da lógica, consiste no ato de chegar a uma determinada conclusão errada a partir de proposições que não são verdadeiras.

Sem medo de errar

Nesse tópico retomaremos a situação-problema proposta no início da seção para refletir sobre a relação entre o pensamento dos filósofos gregos e nossa realidade atual. Para isso, você deverá recorrer ao conteúdo teorizado não somente nessa seção mas também na seção anterior – a Seção 1.1.

No caso de Milton, o desafio é reunir informações para apresentar à agência de publicidade que irá elaborar a campanha de *marketing* que permita ultrapassar os clichês do que já é praticado no mercado em associação ao produto e ao conceito de felicidade. Para ultrapassar o senso comum, ele deve adotar uma postura filosófica para análise crítica das informações na etapa de planejamento. Desta forma, é importante que ele reconheça quais são as principais ideias dos pensadores que podem ajudar na sua pesquisa.



Lembre-se

Chegar às respostas para as questões fundamentais da vida e sociedade é menos determinante para o pensamento filosófico do que o próprio processo de busca dessas respostas pelo uso da razão. É importante perceber que os primeiros filósofos foram indivíduos insatisfeitos com respostas trazidas pelos deuses ou pelos costumes, para alcançarem respostas embasadas em observações da realidade e considerações racionais.

Assim como discutimos diferentes assuntos com nossos colegas, seja pessoalmente ou em redes sociais, em situações informais ou na tomada de decisões no trabalho, estamos fazendo o que os filósofos encorajavam, que é criticar as ideias para refiná-las e alcançar novas visões. Como não chegamos a conclusões sozinhos ou em isolamento, a discussão e análise crítica das ideias alheias é muito importante. Era isso que fazia Sócrates, ao andar em praça pública, levando as pessoas a revisitem seus argumentos e suas verdades pré-estabelecidas.

No caso da pesquisa de Milton nas redes sociais, em particular sobre as fontes que as pessoas utilizam para tecer seus argumentos, deve ser um ponto de atenção, pois ao mesmo tempo em que a internet traz um volume incomensurável de informações, oferece muito conteúdo que não possui credibilidade ou que as fontes podem ser questionadas. Neste ponto, uma crítica aos atuais tempos de mídias digitais é que as pessoas consomem conteúdo sem refletir sobre as fontes ou sem o crivo crítico sobre as “verdades” que circulam nas redes sociais.

É importante também que Milton coloque em prática também o senso crítico, ou seja, consiga diferenciar o que é o senso comum e os estereótipos. Que construa argumentos que levem a novas formulações sobre o conceito de felicidade, de acordo com as mudanças pelas quais a sociedade tem passado e seus impactos no estilo de vida, nas relações em família e trabalho ou na forma de expor suas opiniões em redes sociais sobre os mais variados aspectos.

Este princípio ajudará Milton a aplicar o método maiêutico para lançar perguntas nas redes sociais visando compreender as opiniões e delas extrair novos conceitos, por meio de um processo de reflexão. Para isso, o grande desafio é a elaboração de perguntas corretas e o cuidado na abordagem para que, de fato, sejam extraídos *insights* a serem aplicados ao seu trabalho.



Atenção

Para tornar algumas práticas eficazes, é necessário não somente apreender a realidade tal como acontece ou é observada, mas exercitar a capacidade de ver além dos números e dos fatos. Para nos apropriarmos do aprendizado da atitude filosófica, devemos pensar como adquirimos conhecimento e se somos capazes de aplicá-los somente por meio da razão. Portanto, avaliar os limites de seu conhecimento é uma forma de conhecer além daquilo que os olhos podem ver. Decisões pedem por reflexão.

Avançando na prática

Pratique mais!

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com a de seus colegas.

O conhecimento lógico-filosófico no cotidiano	
1. Competência de fundamentos de área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Identificar as respostas baseadas no senso comum e que podem acontecer no cotidiano e como aplicar os conhecimentos filosóficos.
3. Conteúdos relacionados	Os principais pensadores da filosofia grega. Método socrático; Platonismo; Lógica Aristotélica.
4. Descrição da SP	<p>Paulo e Sílvio trabalham em uma empresa, que é uma distribuidora atacadista que revende a supermercados menores em todo o país. Foram convidados para participar de uma reunião com a diretoria comercial para apresentação de um relatório sobre o desempenho da venda de determinadas linhas de produtos. Na área foram observadas algumas alterações no desempenho no mercado em virtude de um momento de conjuntura de crise econômica do país e retração do consumo.</p> <p>Eles possuem acesso a informações, por região do país, sobre cada um dos produtos, preços e tipos de clientes (ou seja, os supermercados que realizam as encomendas e suas características a partir do cadastro de fornecedores, como porte, cidade em que se localiza, histórico de compras por período etc.).</p> <p>Como as informações estão esparsas em fontes diferentes entre departamentos e banco de dados da empresa, Paulo e Sílvio sentiram dificuldade em organizá-las de forma lógica para a apresentação. O prazo para elaboração do relatório é relativamente curto e precisam organizar os dados de forma para a tomada de decisões pela empresa.</p> <p>Utilizando os conceitos da lógica aristotélica, como poderiam criar categorias e aplicar na sistematização do material para elaborar o relatório?</p>
5. Resolução da SP:	<p>Ao analisar a situação, observa-se que há premissas de decisão baseadas nos princípios de ordenamento e categorização da lógica aristotélica.</p> <p>Em suas obras, Aristóteles desenvolveu uma complexa classificação dos seres vivos, desde os mais simples até os seres humanos, criando uma taxonomia baseada em categorias que eram divididas em um sistema hierárquico. A divisão levava em consideração as características compartilhadas, criando também subcategorias.</p> <p>Assim, os funcionários Paulo e Sílvia poderiam também definir categorias de tipos de produtos e suas subdivisões por área/localização, tipo de cliente, volume de vendas e período de compras para compreender o desempenho dos produtos e sua apresentação no relatório.</p>



Lembre-se

Mesmo que alguma alternativa tivesse solucionado o problema, não daria a você um entendimento sobre o problema real. Somente o conhecimento das causas, que requer o saber específico, pode proporcionar.



Faça você mesmo

Refleta sobre a seguinte questão: quais seriam as melhores estratégias para a empresa superar o senso comum no trato dos funcionários?

Faça valer a pena!

1. Na Grécia antiga, principalmente na cidade de Atenas, no século V a.C., desenvolveu-se uma corrente de pensadores conhecidos como sofistas. Tidos como “sábios”, eram pagos para ensinar aos jovens, principalmente a arte da argumentação.

Sobre estes pensadores, considere as assertivas a seguir:

I - Os sofistas eram mestres que viajavam de cidade em cidade e realizavam aparições públicas (discursos) para atrair estudantes, de quem cobravam taxas para ensinar a arte da argumentação.

II - Os sofistas acreditavam que através dos argumentos era possível se chegar à melhor solução em cada caso.

III - Os sofistas destacaram-se porque estavam preocupados em ajudar voluntariamente os cidadãos a desenvolverem as habilidades de discurso, que para os gregos eram fundamentais para a política.

IV - A retórica dos sofistas não se propunha a levar o interlocutor a questionar-se sobre a verdade dos fatos, dos princípios éticos ou dos sentimentos, mas em demonstrar a efetividade dos argumentos, o que tornava motivo de crítica por resvalar ao uso do discurso para a manipulação.

Estão corretas as afirmações:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, II e IV.
- d) II e III.
- e) II e IV.

2. Sobre o período antropológico, que sucede ao pensamento pré-socrático, podemos afirmar:

- a) As ideias de Sócrates foram as primeiras a se disseminarem por meio da escrita e do ensino formal da filosofia como um método de análise do discurso.
- b) Sócrates sempre buscava pessoas em praça pública para dialogar e questionar e, ao proceder em suas investigações, partia sempre de sua “dúvida metódica”.
- c) A célebre frase “Só sei que nada sei” pode ser atribuída a Aristóteles, que se dedicou ao desenvolvimento do pensamento dialético para a argumentação.
- d) O método “maieútico” foi adotado por Platão em suas obras para descrever a fragilidade dos argumentos dos sofistas, aos quais se opunha duramente em todas as suas obras.
- e) A Filosofia socrática consiste no exame de proposições com o fim de demonstrar que a virtude é relativa, pois o “homem é a medida de todas as coisas”.

3. Sócrates foi um dos mais importantes filósofos da antiguidade. Para ele, a filosofia não era um simples conjunto de teorias, mas uma maneira de viver. Sobre o pensamento e a vida de Sócrates, considere V (verdadeiro) ou F (falso):

- () O instrumento adotado por Sócrates para o exercício de sua atividade filosófica foi o diálogo, e sempre com o intuito de despertar em todos os homens a importância de examinar sua vida e suas ideias através da razão.
- () Sócrates fazia uso de um método refutativo de investigação, o que significa que seu principal intento era levar o interlocutor à contradição, independentemente se o último estivesse ou não com a razão, pois demonstrava que a retórica e argumentação são capazes de prevalecer sobre a verdade.
- () Em polêmica com Aristóteles, para quem a cidade nasce de um acordo ou de um contrato social, Sócrates escreveu a República para discutir aspectos da participação política dos cidadãos.
- () O exercício da filosofia, para Sócrates, consistia em questionar e em investigar a natureza dos princípios e dos valores que devem governar a vida. Com isso, contraiu inimizades de poderosos que pediram sua execução sob a acusação de corromper a juventude.
- () A maiêutica socrática é a arte de trazer à luz, por meio de perguntas e de respostas, a verdade ou os conhecimentos mais importantes da vida em sociedade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V - V - F - V - F.
- b) V - F - V - F - V.
- c) V - F - F - V - V.
- d) F - F - V - V - V.
- e) F - F - F - V - V.

Seção 1.3

Tipos de conhecimento: filosófico

Diálogo aberto

Começaremos agora mais uma etapa em nossa jornada para compreensão da formação do pensamento ocidental. Para compreender o contexto é importante destacar o período sobre o qual estamos tratando. Com as mudanças políticas e sociais que se seguiram, o pensamento filosófico predominante entre os séculos V e XV foi chamado de Filosofia Medieval, em alusão ao fato de ter acontecido historicamente na Idade Média.

Os centros de difusão cultural acabam se desagregando, após experimentarem a efervescência intelectual com a consolidação da Filosofia na Grécia e, posteriormente, com o declínio do grandioso Império Romano, que chega ao fim ao presenciar o avanço das invasões bárbaras. Tinha início este longo período da história, com quase mil anos.

Muitos autores consideram uma perspectiva equivocada considerar o período como “Idade das Trevas”. Contudo, a predominância dos valores religiosos e a interferência da Igreja Católica em diversos aspectos da organização social tornam este momento histórico singular em relação aos demais, com traço fortemente teocêntrico.

Por esta influência, os principais filósofos desta época apresentaram como preocupação principal o debate sobre o desenvolvimento e a compreensão das doutrinas cristãs, com destaque para a relação entre razão e fé, a existência e natureza de Deus e as fronteiras entre o conhecimento e a liberdade humana. As duas principais escolas de pensamento foram: Patrística, tendo como expoente Santo Agostinho de Hipona, e a Escolástica, com destaque para São Tomás de Aquino, que são os autores que abordaremos com mais detalhes nesta aula.

A cada seção, estamos resolvendo um aspecto relacionado à situação-problema apresentada no início da unidade. Nessa seção continuaremos a busca do entendimento necessário para ajudarmos Milton, que trabalha no departamento de *Marketing* de uma empresa do setor de alimentos e precisa planejar toda a campanha para o principal

produto da empresa. Este processo envolve não apenas o conhecimento sobre o produto em si mas também sobre os consumidores e, para entendê-los precisamos compreender os anseios da sociedade, qual o pensamento contemporâneo e as necessidades a serem atendidas. É neste ponto de reflexão sobre a realidade para a melhor execução do projeto na empresa que o conhecimento filosófico pode ajudá-lo. Uma atitude filosófica pode nos fazer enxergar além do que os olhos podem ver e antecipar as tendências ou inovar.

Vejamos qual é a etapa desta situação-problema que devemos analisar: o trabalho de Milton já chegou à fase de apresentação do conceito da propaganda a ser veiculada nos meios de comunicação. Após realizar pesquisas com seus consumidores e analisar dados do mercado, foi definida, conjuntamente com a agência contratada, uma versão prévia e apresentada em reunião de diretoria.

Pautando-se nos dados do IBGE sobre o último censo realizado no país e demais estudos sobre o perfil da família brasileira, procurou incorporar elementos revelados pelas estatísticas, como mudanças observadas nos últimos anos, reflexo da mudança estrutural dos grupos familiares. Entre estas destacam-se a maior participação da mulher no mercado de trabalho, taxas mais baixas de fecundidade, envelhecimento da população, reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo e maior disposição dos brasileiros para dar início a um novo relacionamento conjugal depois de experiências de vida a dois anteriores, resultado também da mudança na legislação que acelerou o processo do divórcio.

Com estas informações, a proposta apresentada para a propaganda a ser veiculada na TV, o vídeo mostra uma família composta por mãe, pai e um filho, sendo que este está conectado num tablet e mostra aos pais o que aprendeu na escola durante o café da manhã. O pai elogia e diz que ficará trabalhando em casa enquanto ajuda o filho com a lição e o deixará na escola, enquanto a mãe, com roupa de executiva, sai para viajar a trabalho com uma mala. Despede-se da família e diz que vai tranquila porque o marido e a margarina Plus Vita cuidam bem da saúde e felicidade, tanto dela como da família, dizendo que volta para estar com eles no café da manhã do final de semana.

O conceito, ao ser apresentado aos diretores, foi recebido com resistência porque poderia destruir a tradição da família e seus pilares. Como a empresa é familiar, a diretoria é composta por pessoas com

mais idade que julgaram a campanha muito superficial e que as pessoas anseiam pelos padrões convencionais entre a mãe protetora, já que o brasileiro ainda é tradicional e religioso ao se pautar em modelos dos papéis familiares.

Com estes argumentos, a reunião foi encerrada e pediram para Milton justificar em uma próxima apresentação como estes conceitos refletem a realidade brasileira e devem ser acatados pela empresa. A partir do debate entre valores e razão, no lugar dele, você apresentaria uma nova campanha ou manteria a proposta apresentada? Para defender seu posicionamento, como seria a estrutura desta apresentação e quais dados e evidências utilizaria?

Não pode faltar

Avalie como a reflexão, por meio de uma atitude filosófica já discutida anteriormente e a busca de organização lógica das evidências, pode ajudar neste desafio.



Reflita

Como podemos usar a razão e reflexões filosóficas respeitando as diferenças de opinião ou crenças religiosas? Podemos dizer que não se trata de escolha entre uma ou outra, mas a compreensão de que o conhecimento filosófico traz como principal contribuição o ato de desenvolver no ser humano a capacidade de raciocinar sobre as coisas, de refletir sobre elas possibilitando com isso a construção coerente de respostas.

Como destacado por muitos teóricos, é pelo uso da razão que o ser humano produz e ordena o conhecimento, buscando não apenas invenções associadas à racionalidade econômica mas também ao bem-estar e qualidade de vida da humanidade.



Assimile

O conhecimento filosófico não busca se sobrepor às crenças, mas permite atuar de forma colaborativa na construção de uma visão crítica do mundo, fundamentada no uso da razão para respeitar as diferenças de opinião e uma posterior base científica na comprovação dos fatos.

O conhecimento filosófico, desde que os pensadores começaram a submeter o conhecimento aos princípios de investigação racional,

esbarrou em alguns impasses, principalmente em questões subjetivas relacionadas à moral, ética e crenças. No caso da fé e religiosidade, este foi o tema central dos autores do período medieval.

A noção grega da filosofia como investigação baseada na razão e independente de doutrinas religiosas foi contida com a ascensão do cristianismo, já em fase final do Império Romano. Durante o primeiro milênio da Era Cristã, o monopólio da Igreja Católica se deu também no aspecto da formação cultural e intelectual, pois assumiu o monopólio do ensino e a única forma da filosofia sobreviver foi com a incorporação do platonismo considerado compatível com o cristianismo (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 93).



Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos no debate entre fé e razão, compreendendo suas relações com as escolas filosóficas que fundaram o pensamento ocidental, segue sugestão de artigo:

JOSAPHAT, Carlos. Fé e razão. **Revista Ide**, v. 36, n. 56, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2015.

Santo Agostinho, representante da Patrística, procurou integrar a filosofia grega à religião cristã, identificando conceitos platônicos sobre o mundo das ideias para associar com o divino. Considerava que, pela iluminação, o homem recebe de Deus o conhecimento para verdades eternas, um conceito que foi adotado pelos padres da Igreja Católica, marcando o debate entre fé e razão.



Assimile

Embora a Idade Média seja caracterizada como uma era de obscurantismo pela época seguinte que se autodenomina Renascimento, é preciso compreender que este longo período histórico foi um intervalo entre o esplendor do mundo greco-romano e o iluminismo posterior com avanços da ciência. Apesar disso, não se pode ignorar as realizações desta época, apesar do domínio dos dogmas da Igreja Católica.

A Europa presenciou o surgimento das universidades e a busca de organização do conhecimento. Para além do mundo cristianizado, floresce nas regiões árabes e islâmicas um vigoroso pensamento filosófico e científico. Os árabes, por exemplo, traduziram obras de Aristóteles e permitiram seu conhecimento ao pensamento medieval (ABRÃO, 2004, p. 104).

Também preocupada com a relação entre fé e razão, a Escolástica predomina entre os séculos V e XIII, como um conjunto de doutrinas oficiais da Igreja com a influência dos pensamentos de Platão e Aristóteles, utilizados para a argumentação e pensamento discursivo de seus expoentes, entre eles, São Tomás de Aquino. As obras deste teólogo italiano representaram uma das principais correntes filosóficas da época e ficaram conhecidas como Tomismo.

A presença de Aristóteles é mais enfática na obra de São Tomás, para quem filosofia e teologia não se chocam ou se confundem. São distintos e harmônicos, sendo a teologia uma ciência suprema, fundada na revelação divina, e a filosofia, seu apoio para demonstrar a natureza e a existência divina em plena harmonia com a razão. O conflito entre eles decorreria somente do uso incorreto da razão ao explicar o mistério do dogma religioso sem o auxílio da fé.



Exemplificando

A Filosofia Medieval teve influência não só de pensadores europeus mas também árabes e judeus. Como ocorreu no período em que a Igreja Romana dominava a Europa, fosse no aspecto político como na criação das primeiras universidades ou na vida das pessoas com o conceito de pecado, o pensamento cristão foi predominante.

Segundo Chauí (1995, p. 44),

“a filosofia patrística foi obrigada a introduzir ideias desconhecidas para os filósofos greco-romanos: a ideia de criação do mundo, de pecado original, de Deus como Trindade Una, de encarnação, juízo final ou de fim dos tempos e ressurreição dos mortos etc. [...] Para impor as ideias cristãs, os padres da Igreja as transformaram em verdades reveladas por Deus (através da Bíblia e dos santos) que, por serem decretos divinos, seriam dogmas, isto é, irrefutáveis e inquestionáveis”.

Estas questões demarcavam o debate entre fé e razão, que dominou todo o período com dogmas, com uma separação entre verdades reveladas da fé e verdades da razão humana.

Mas que relação teria religião, ciência e razão?



Faça você mesmo

Para refletir sobre os temas abordados nesta aula, assista ao filme “O nome da Rosa”, que é baseado no livro com o mesmo título de Umberto Eco. O filme se passa em um mosteiro beneditino localizado na Itália durante a baixa Idade Média e tem como bastidor muitos elementos discutidos pela relação entre fé, razão, ciência e dogmas.

Assista ao filme e reflita como o enredo possui um caráter filosófico, quase metafísico, já que nele também se busca a verdade, a explicação, a solução do mistério, a partir de um novo método de investigação.

Ficha Técnica: **O nome da rosa**. Direção: Jean-Jacques Annaud. Duração: 118 min. Ano: 1986. País: Alemanha/França/Itália. Trailer disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y8UAlMlfsI>>. Acesso em: 30 out. 2015.

Embora o debate central da Filosofia Medieval tenha se centrado na questão da religiosidade e sua razão para explicar a fé durante a Idade Média, teve um desdobramento com o sincretismo entre as crenças religiosas e o conhecimento que ainda não era científico, baseado apenas em crenças abstratas (ARANHA; MARTINS, 1986). Assim, os filósofos medievais foram influenciados pelas obras de Aristóteles, que foram conservadas e traduzidas pelos árabes Averróis e Avicena. Platão também influenciou o pensamento medieval, embora os filósofos da época só conhecessem o neoplatônico, pela Filosofia de Plotino do século VI d.C.



Pesquise mais

Uma leitura complementar para a reflexão sobre os conceitos da Física e Metafísica que foram reelaborados pelos escolásticos medievais e depois reinterpretados pela Filosofia Moderna. O texto de José Carlos Estevão chama-se “Afim, para que serve Filosofia Medieval?”, está disponível no link: <<http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64835>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

Sem medo de errar

Vamos, então, retomar a situação-problema apresentada no início dessa seção. Não se esqueça de que ela é uma parte do desafio do Milton apresentada no início dessa unidade, ou seja, para cada aula você terá um desdobramento do dilema para compreender os diferentes aspectos que envolvem as situações vivenciadas por nosso personagem.

Para o caso dessa seção, precisamos analisar como posições baseadas em crenças ou julgamentos podem ser tratadas com o uso da razão. Além disso, vamos refletir como a atitude filosófica auxilia neste processo, trazendo à argumentação todos os elementos lógicos para a interação respeitosa entre opiniões divergentes.

Neste momento da resolução do problema, solicitamos que você busque o conteúdo das seções anteriores. Verifique a importância da atitude filosófica, os métodos dos pensadores já apresentados e a diferença do raciocínio crítico em relação ao senso comum. Como esta aula trata da relação entre fé e razão, avalie como a fundamentação de um posicionamento não é resultado apenas de crenças, sejam convicções políticas ou religiosas, por exemplo, mas que podem ser analisadas à luz de fatos concretos.



Lembre-se

A filosofia não é uma mera contemplação do mundo. Ela permite, por meio da reflexão, a compreensão de conceitos e valores arraigados em nossos comportamentos e relacionamentos nos mais diferentes aspectos da vida. É direcionada de análises críticas que podem provocar *insights*, soluções inovadoras que ultrapassem estereótipos e identificação de aspectos que não haviam sido antes observados ou analisados.

Assim como ocorreram críticas ao pensamento medieval, avalie como você pode ultrapassar os limites de uma visão de mundo que esteja presa a verdades pré-estabelecidas para ter a oportunidade de confrontá-las com outras. Isso não significa que haverá uma troca de posicionamento anterior, mas verifique se os fatos colaboram na defesa dos argumentos, não apenas em um juízo de valor ou na subjetividade de uma crença. Esta postura reflexiva ajudará na interpretação de diversas situações no trabalho que nos exigem ultrapassar os estereótipos e atuar de forma íntegra, responsável e ética.



Atenção

As questões referentes às crenças e aos valores se aplicam também ao ambiente organizacional. Estes têm um aspecto individual, mas afetam a coletividade. Quando atuamos segundo nossos "princípios", nos referimos às regras pessoais ou preceitos de caráter individual para nossas ações. Eles são consequências do conjunto das nossas crenças e dos nossos valores.

Todos temos nossas crenças e valores, mas nem sempre nos damos conta disso de forma consciente. Crença é uma convicção profunda e sem justificativas racionais. É uma disposição subjetiva para nossas ações, entendida como a fé que não é uma preposição explicada pela lógica. Já os valores são as medidas variáveis de importância que se atribuem a alguma coisa e representam as qualidades (de natureza física, intelectual ou moral) daquilo que nos desperta o interesse.

Na apresentação de Milton para defesa de sua campanha, não se trata de uma apresentação a partir do que individualmente ele considera correto ou mais adequado. A seleção das justificativas deve-se pautar na racionalidade de fatos encontrados na realidade, especialmente sobre elementos associados aos produtos, como o conceito de família, estilo de vida, padrões de consumo, relação com tecnologia, mercado de trabalho e preocupação com saúde e bem-estar.

Apesar das variações entre grupos sociais e regiões é possível identificar macrotendências que demonstram o movimento das relações humanas em determinado contexto histórico. Para justificá-las, as fontes de informação devem ser cuidadosamente selecionadas para, por meio de uma organização lógica das evidências, apresentar uma conclusão.

Ao associar esta pesquisa com dados e estatísticas do mercado, Milton está também aplicando princípios do conhecimento filosófico ao definir o processo metodológico na elucidação do fenômeno com os esclarecimentos necessários. Assim, como a atitude filosófica não se satisfaz com impressões imediatas, ele poderá apresentar evidências aos gestores para defender a proposta da campanha, uma vez que estas permitirão análises racionais e lógicas sobre os fatos.

Neste sentido, a apresentação à diretoria não estará pautada em crenças individuais, mas em informações resultantes de um processo crítico de reflexão sobre a realidade, fundamentadas em evidências organizadas de forma lógica sobre os fatos que permitam projeções sobre a aceitação ou não do conceito por parte dos consumidores e sua adequação à cultura e valores da organização.

Avançando na prática

Pratique mais!

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com a de seus colegas.

A ética e o livre arbítrio nas decisões empresariais

1. Competência de fundamentos de área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Compreender o que é ética e seus impactos para a coletividade. Analisar situações para aplicar adequadamente procedimentos éticos e aplicação do livre arbítrio.
3. Conteúdos relacionados	Atitude filosófica. Ética no trabalho. Livre Arbítrio.
4. Descrição da SP	<p>Francisco Braga é Diretor de Operações em uma empresa de médio porte do setor químico. Ele tem enfrentado resistências de parte dos acionistas quanto à instalação de uma estação de tratamento de resíduos industriais. Esta demanda exigiria elevados investimentos por parte da empresa, além de custos de operação e manutenção. No entanto, se for não realizada, os resíduos continuarão sendo lançados no esgoto comum, uma prática da empresa que já é reconhecida como ambientalmente inadequada. Ao apresentar o projeto e os valores envolvidos, recebeu a orientação para arquivar a proposta, já que não há fiscalização efetiva dos órgãos responsáveis e este valor comprometeria a capacidade de investimento para expansão de outras áreas produtivas da empresa.</p> <p>No entanto, Francisco reconhece os impactos ambientais e o risco de um grande acidente, que pode não só causar danos à natureza mas também às comunidades próximas e afetar a integridade e confiança na empresa perante a opinião pública. Você considera esta uma questão ética? Como deve proceder?</p>
5. Resolução da SP:	<p>Para manter sua postura ética, Francisco deveria mostrar de forma enfática que os riscos de um acidente ambiental de grandes proporções causariam danos à imagem da empresa, além da eventual multa das agências reguladoras e outros órgãos de fiscalização, é maior do que os gastos com investimento, manutenção e operação da estação de tratamento. Com isso, terá resolvido um dilema ético pessoal e alertado os acionistas sobre prós e contras da decisão.</p>



Lembre-se

A ética é um tema muito importante para a filosofia e, de forma abrangente, estuda os valores que regem os relacionamentos interpessoais, como as pessoas convivem em harmonia com seus semelhantes e como se posicionam perante diversas questões na vida. Ela não está associada ao conceito de verdade, mas é reflexiva sobre assuntos morais, do modo de ser e agir dos seres humanos, além dos seus comportamentos e caráter.

Por isso, não é simplesmente um conceito a ser debatido quanto ao seu significado, mas algo a ser aplicado cotidianamente, por indivíduos e também por organizações, como respeito à coletividade.



Faça você mesmo

Quando perceber, no ambiente de trabalho, que há uma discussão baseada em argumentos fundamentados em crenças e condições subjetivas, muitas vezes baseadas no senso comum ou estereótipos, ajude a equipe a pensar em termos científicos. Sugiro a escolha de fatos que uma argumentação baseada na lógica permita um confronto de opiniões a partir de fatos. Assim, sem ofensas ou ataques pessoais, mas com a valorização das diferentes opiniões, é construído o conhecimento e, também as respectivas soluções.

Faça valer a pena!

1. A filosofia medieval possuía suas características próprias, o que contribuiu para a compreensão do momento histórico, de acordo com os temas das principais obras do período. Considere as assertivas a seguir:

- I – O principal tema abordado foi a relação entre a razão e a fé.
- II – Buscava-se evidenciar a existência e a natureza de Deus pelo uso da razão.
- III – Dentre os temas de interesse no período estava a individualização das substâncias divisíveis e indivisíveis.
- IV – Foram construídas interpretações da razão em novas abordagens, o que não permite integrar obras dos pensadores gregos à análise da filosofia medieval.

Estão corretas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I e II.
- e) II e IV.

2. A Escola Patrística é o primeiro momento da filosofia cristã. Sobre esta tendência filosófica, assinale a alternativa correta:

- a) Foi um movimento de pensadores cristãos que procuravam justificar teórica e filosoficamente a concepção de vida pelo uso do livre arbítrio nas decisões seculares, que muitas vezes privilegia a razão e não os princípios da Bíblia.
- b) Santo Agostinho é um dos principais pensadores da Patrística e sua importância se deve ao fato de questionar os dogmas da Igreja Católica para propor uma aproximação com o pensamento da dialética grega.
- c) Por defender uma integração da existência divina, a Patrística rejeitou a filosofia greco-romana em seu todo.
- d) O trabalho de São Tomás de Aquino inicia a escola Patrística ao discutir os conceitos da liberdade do homem em detrimento do rigor cristão que dominou o período Medieval.
- e) A patrística resultou do esforço feito pelos primeiros padres da Igreja para conciliar a nova religião – o Cristianismo – com o pensamento filosófico dos gregos e romanos.

3. Sobre a obra de São Tomás de Aquino, considere (V) para verdadeiro ou (F) para falso:

- () Este pensador considera que a filosofia se diferencia da teologia porque se funda no exercício da razão humana, enquanto a teologia baseia-se na revelação divina.
- () As obras de São Tomás mostram que a revelação é um critério de verdade e não cabe questionamento, evidenciando que é impossível a aplicação da filosofia para se alcançar a verdade divina.
- () Suas obras fazem parte da Escolástica, que reconhece o valor positivo do livre-arbítrio do homem, ao mesmo tempo que este deve ser utilizado segundo os princípios cristãos que permitem levar o homem à salvação.
- () São Tomás justifica em suas obras os motivos pelos quais, a partir da Era Medieval, a filosofia se torna uma ciência complementar à teologia.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V - F - F - V.
- b) V - F - V - F.
- c) V - V - F - V.
- d) F - F - V - F.
- e) F - V - F - V.

Seção 1.4

A razão no centro do conhecimento: Iluminismo, Racionalismo e Empirismo

Diálogo aberto

Olá! Essa é a última seção da Unidade 1, na qual traçamos todo o processo de formação do pensamento ocidental, a partir de seus principais pensadores. Nesta aula abordaremos os principais elementos do pensamento racionalista de René Descartes, do empirismo de John Locke e ideias de Immanuel Kant.

Retomaremos a situação baseada na realidade, apresentada na abertura da unidade, e iremos respondê-la, contando com os conhecimentos desenvolvidos em uma das etapas da construção de um plano de *marketing* pelo Milton para a margarina Plus Vita, o principal produto da empresa do setor alimentício em que ele atua.

Graças à sua dedicação e competência, ele foi muito bem-sucedido e a campanha foi um sucesso, aumentando consideravelmente as vendas e posicionamento no mercado. Com esta realização, ganhou uma promoção como reconhecimento por seu brilhante desempenho, assumindo o cargo de Gerente de *Marketing*. Porém, além de assumir novas responsabilidades, também recebeu a missão de indicar alguém da sua equipe para ocupar sua antiga vaga, que era de coordenação no departamento.

Perante este novo dilema, parou para refletir sobre as relações que construiu na equipe e avaliou que, além de ter cultivado bons amigos, estabeleceu laços de confiança com colegas de trabalho que são competentes e dedicados, embora não tivesse prontamente uma indicação. Assim a direção levou alguns dias para tomar a decisão e avaliar cuidadosamente quem será o indicado para a vaga.

Analisando os candidatos, há quatro pessoas que seriam potencialmente indicadas. Uma delas é Fábio, que é o mais jovem dos candidatos, com um perfil de Geração Y que anseia por desafios e tem muita criatividade. Apesar de chegar atrasado em parte dos dias da

semana, não se importa em ficar até mais tarde quando está envolvido nos projetos. A outra é Marina, a última a entrar para a equipe, mas ganhou rapidamente visibilidade por ter estudado no exterior durante a graduação, falar outras línguas e uma excelente base conceitual, já pensando em cursar um MBA. Apresenta muito potencial, mas tem pouca experiência e é mais quieta em relação aos demais no que se refere ao relacionamento com a equipe. A outra pessoa é Elisa, a mais velha e experiente. Já tem um filho com seis anos e, apesar do casamento não ter sido bem-sucedido, não deixou que isso influenciasse seu desempenho. É sempre pontual, engajada e prestativa. Acabou não terminando a faculdade devido às turbulências pessoais, mas manifestou o interesse em concluí-la assim que possível. Por fim, temos o João, uma pessoa que se relaciona bem com todos não apenas dentro da empresa, mas tem excelentes contatos na área. É capaz de estabelecer vínculos e ajuda rapidamente a resolver os problemas da área. Apesar de dividir o trabalho com uma empresa de *e-commerce* com os amigos, pois também se tornou empreendedor, declara que gosta muito de trabalhar no departamento e na empresa.

Para decidir pela promoção de um deles, qual é o melhor método para usar tanto a racionalidade (em um modelo cartesiano) como a sua intuição (com base mais empirista) nesta decisão? Como justificar a decisão para a equipe, para evidenciar os critérios da seleção e promover a meritocracia?

Não pode faltar

Nas seções anteriores, discutimos muito sobre a importância da atitude filosófica não apenas como uma contemplação do mundo, mas uma forma de intervenção prática na realidade a partir de uma postura crítica para a tomada de decisões baseadas na racionalidade, assim como em princípios éticos e análises de impactos para a coletividade.

Abordamos também como o conhecimento filosófico se diferencia do senso comum e nos afasta de preconceitos que podem confundir nossas análises. Ainda, neste sentido, vamos dar continuidade à nossa jornada na evolução do pensamento, associando, nesta aula, a relação dos temas de estudo com a evolução do pensamento científico pela contribuição dos autores da chamada Filosofia Moderna desenvolvida no período entre o século XV e XIX (ARANHA; MARTIN, 1986).

Figura 1.1 | Linha do tempo identificando a Idade Média à Idade Contemporânea

	Alta Idade Média Invasões bárbaras Fortalecimento da igreja Queda do Império Romano					Baixa Idade Média Feudalismo Fim do Império Carolíngio					Idade Moderna Estados Absolutistas Mercantilismo Renascimento					Idade Contemporânea Estados Nacionais Liberalismo Iluminismo				
SÉCULO →	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI			
	476 Queda do Império Romano										1453 Tomada de Constantinopla					1789 Revolução Francesa				

Fonte: adaptada de Hobsbawm (2007)

A Filosofia Moderna pode ter seu início relacionado ao surgimento do Renascimento Cultural (nos séculos XV e XVI), em que há a retomada dos valores da cultura clássica (representada pelos autores gregos e latinos) e uma autonomia de pensamento e o uso individual da razão. Em oposição a estes valores medievais em que havia domínio da Igreja Católica, com seu domínio político e religioso, no Renascimento muitos pensadores questionaram os dogmas cristãos que impediram o desenvolvimento do conhecimento científico e filosófico.

Precursor do Iluminismo, o Renascimento foi um movimento muito mais voltado para as artes: literatura, pintura, escultura e música. Ainda que não fosse caracterizado por um processo de plena ruptura do ponto de vista do pensamento intelectual, forneceu as bases para o pensamento moderno com a proeminência das escolas do pensamento baseadas no racionalismo, antropocentrismo, o humanismo e experimentalismo (CHAUÍ, 1995).



Pesquise mais

Indicamos o artigo a seguir como leitura complementar sobre o desenvolvimento do pensamento científico moderno e sua relação com principais ideais do pensamento iluminista. Os autores incluem uma discussão também sobre o conceito de modernidade, que não está necessariamente atrelado à dinâmica histórica natural, mas como um constructo existencial humano, sujeito às suas vertentes ideológicas e necessidades tanto políticas como sociais.

BATISTELA, Ailton Carlos; BONETI, Lindomar Wessler. **A relação homem / natureza no pensamento moderno**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1424_959.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

No tocante ao racionalismo, a explicação para os fenômenos da natureza e sociedade passam a se dar por meio da razão e da lógica. O homem passa a ser o centro do universo na visão antropocentrista, em contraposição ao teocentrismo, que é a visão de Deus como o centro do universo e a explicação para todos os fenômenos naturais e sociais.

O principal expoente do racionalismo foi René Descartes, que trouxe contribuições para a ciência até os dias de hoje. Além de filósofo, foi também matemático e físico. É considerado o personagem central na Revolução Científica por ser o criador do que é conhecido hoje como o método científico. A mais importante obra é "O Discurso do Método". Nesta obra está a frase mais famosa de Descartes: "Penso, logo existo".

Considerando que todos os seres humanos pensantes são dotados de racionalidade, Descartes questiona por que a humanidade, ao longo de toda a sua história, cometeu tantos erros? Para isso oferece como resposta à construção de uma maneira objetiva para que a razão humana não cometa os mesmos erros: o método. Descartes (1996, p. 7) relata:

"Assim, meu propósito não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir sua razão, mas somente mostrar de que modo procurei conduzir a minha. Aqueles que se metem a dar preceitos devem achar-se mais hábeis do que aqueles a quem as dão; e, se falham na coisa menor, são por isso censuráveis".

Vale descartar que o método cartesiano parte da premissa de que somente as ideias verdadeiras, ou seja, aquelas sobre as quais não pairam dúvidas de sua veracidade devem ser analisadas. Descartes considera que não se deve levar à exposição do método científico aquilo que é evidentemente falso, mas também adverte sobre o cuidado de não pré-julgar precipitadamente as ideias como falsas, passando pelo processo de verificação nas etapas do método.



Assimile

O método cartesiano é dividido em quatro partes, conforme descreve em "O Discurso do Método":

O primeiro era de nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse evidentemente

como tal; ou seja, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. O segundo, dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para melhor resolvê-las. O terceiro, conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos; e supondo certa ordem mesmo entre aqueles que não se precedem naturalmente uns aos outros. E, o último, fazer em tudo enumerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir. (DESCARTES, 1996, p. 23)

Descartes entendia que ao analisar cada uma das partes separadamente, a resolução de cada uma das dificuldades era melhor do ponto de vista metodológico.

Outro importante autor foi John Locke (1632-1704), o principal expoente da vertente empirista. O empirismo é uma corrente filosófica que defende, em linhas gerais, que o conhecimento adquirido é uma função direta das experiências pessoais de cada indivíduo. O aprendizado, nesses termos, ocorre por meio do processo fundamentado na observação empírica, ou seja, derivada de experiências.

Locke estabelece uma oposição à possibilidade de que o conhecimento possa ser construído com base em princípios estritamente racionais e, neste sentido, é um contraponto ao racionalismo cartesiano, ao afirmar que a ciência não prescinde da razão, mas a verdade e o conhecimento dependem da comprovação da experiência sensível.



Reflita

Locke, no Livro II do Ensaio Acerca do Entendimento Humano, aborda como se formam as ideias, como as ideias advêm das sensações, da reflexão, como a percepção daquilo que é conhecido é retido pela mente (retenção).

Todas as ideias derivam da sensação ou reflexão. Suponhamos, pois, que a mente é, como dissemos, um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem nenhuma ideia; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo numa palavra: da experiência. (LOCKE, 1990, p. 57)

Todavia, defende que o conhecimento depende de uma longa série de provas para não depender da percepção individual. Locke usa o exemplo dos espelhos: um rosto refletido em vários espelhos é idêntico, embora a nitidez do rosto vai sendo perdida conforme acontecem os reflexos.

A partir do século XVII, o Iluminismo (ou Esclarecimento) dará continuidade às questões filosóficas e científicas inauguradas pelo pensamento renascentista e amplia o foco também em questões políticas, econômicas e sociais. Como movimento intelectual, foi a base do pensamento que conduziria aos ideais das "revoluções burguesas" e seria responsável pela queda do chamado "antigo regime" – o Absolutismo.

As bases filosóficas dos iluministas dariam origem à democracia contemporânea que se iniciou com a Revolução Francesa, a partir de dois princípios fundamentais: a igualdade e a liberdade. Estas ideias teriam também impacto na formação da economia capitalista, com o conceito de propriedade privada de John Locke (1632-1704) e a essência do liberalismo econômico (*laissez faire*) de Vincent de Gournay (1712-1759) da escola dos fisiocratas e, posteriormente, os pensadores da chamada "escola clássica" da economia, entre os quais se destaca Adam Smith (1723-1790) (HOBBSAWN, 1997).



Exemplificando

O direito do trabalho e as leis de proteção ao trabalhador são decorrentes de princípios universais dos direitos humanos e da dignidade que apresentam grande influência do pensamento iluminista, em particular o direito de liberdade e igualdade.

O pensamento iluminista, que fazia os homens iguais pela razão, que lhes é inerente, defende que a razão e liberdade pertencem ao homem

porque ele nasceu humano e não por virtude de sua classe social, ou por pertencer a determinado país, grupo étnico ou religioso. Estes princípios influenciaram as Constituições no mundo ocidental e todo o arcabouço jurídico democrático.

Imagine como seria o mundo se não houve estes princípios? E, apesar de existirem, por que ainda há dificuldades para que sejam sempre cumpridos?

Para uma pesquisa rápida sobre a dificuldade que ainda encontramos sobre o respeito à dignidade humana e direitos do trabalhador, faça uma pesquisa na internet sobre casos de empresas conhecidas que foram fiscalizadas ou multadas por desrespeitarem a legislação e ainda possuírem pessoas que se encontram na situação análoga ao trabalho escravo.

Um importante autor iluminista foi Immanuel Kant (1724-1804), que iniciou seus estudos sobre o problema do conhecimento após ter contato com a obra do empirista Hume. Ele estudou a dicotomia entre o racionalismo, que aborda a possibilidade do conhecimento efetivo e absoluto e a negação deste pelo empirismo, que trata da importância dos sentidos para a sistematização do conhecimento.

Para Kant, a estrutura da razão é inata e universal, enquanto os conteúdos são empíricos, obtidos pela experiência. A partir destes pressupostos, afirmou que o conhecimento é racional e verdadeiro. Para os domínios da ciência e da ação, em seu livro "Crítica da Razão Pura", constrói a inter-relação entre a intuição sensível ao conceito do intelecto com categorias lógicas que para o conhecimento universal e necessário. Ele também se ocupou do problema da moral, tema que detalha em "Crítica da Razão Prática", publicada em 1788, onde discute os princípios da ação moral e a ação do homem em relação com a coletividade.



Faça você mesmo

Avalie como o desenvolvimento científico, apesar de uma discussão pautada na neutralidade de seus princípios ou métodos, apresenta influências externas. Assista ao documentário indicado a seguir e reflita: "Como o pensamento científico pode se desvencilhar de interesses econômicos ou políticos?"

Documentário: "Quem matou o carro elétrico?". Direção e roteiro: Chris Paine. Estados Unidos, 2006. *Trailer* disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7tcv2ZXtk_E>. Acesso em: 30 out. 2015.

Assim como os demais pensadores iluministas, Kant identificou a natureza e importância do método científico. De seu ponto de vista, nossa experiência de mundo envolve dois elementos: o que chama de “sensibilidade”, nossa capacidade de experimentar diretamente coisas particulares no espaço e no tempo, associando-se à intuição; e o segundo, que chamou de “entendimento”, que é nossa capacidade de usar os conceitos. Estes elementos devem, entretanto, ser considerados no tempo e espaço, o que traz limites ao conhecimento humano e por isso traz como principal contribuição o idealismo transcendental, que reconhece tanto a razão (defendida pelos racionalistas) quanto a experiência (defendida pelos empiristas) como necessárias para a compreensão do mundo.



Vocabulário

Ciência: Conjunto de conhecimentos gerados a partir de hipóteses acerca de objetos/fenômenos, obtido por meio de procedimentos sistemáticos, lógicos e racionais, passível de verificação para comprovar a sua valia.

Epistemologia: Área da Filosofia que trata das doutrinas e fundamentos e dos métodos do conhecimento científico.

Como você constata ao final desta unidade, o desenvolvimento do pensamento moderno foi essencial para a evolução do conhecimento científico para ultrapassarmos o senso comum ou visões superficiais da realidade. A introdução de um método permite que as análises sigam procedimentos baseados no ordenamento dos assuntos, apresentação de evidências e possibilidade de justificativa dos resultados pela demonstração ou principais racionais e éticos.

Sem medo de errar

Agora que já discutimos os principais conceitos do método científico e sua evolução a partir dos autores da Filosofia Moderna, vamos retomar a situação-problema proposta no início dessa seção e avaliar como pode ser resolvida com base nos conhecimentos adquiridos até aqui.

Para justificar a escolha do membro da equipe que ocupará sua antiga vaga, Milton necessita tomar uma decisão com base em premissas de meritocracia e fundamentar esta decisão não apenas para os seus superiores como também para a equipe, que deve compreender quais critérios são base para o crescimento profissional na empresa e pelo seu novo gestor.

É neste momento que você irá rever as premissas já abordadas teoricamente para escolha dos argumentos, seja pelo método racionalista (indicando quais as etapas para a tomada de decisão e critérios adotados para a conclusão) ou pelo método empirista, a partir das percepções sensíveis da experiência que foi desenvolvida junto à equipe.



Lembre-se

É neste momento que você irá rever as premissas já abordadas teoricamente para escolha dos argumentos, seja pelo método racionalista (indicando quais as etapas para a tomada de decisão e critérios adotados para a conclusão) ou pelo método empirista, a partir das percepções sensíveis da experiência que foi desenvolvida juntamente à equipe.

A utilização do método científico ajudará Milton na seleção das informações e perfis de competência para uma associação com as responsabilidades da vaga. A adoção de etapas com uma metodologia ajudará a construir uma visão mais próxima da imparcialidade e meritocracia.



Atenção

Os métodos nos ajudam na tomada de decisões, sendo importante para a busca da melhor escolha, mas também ajudam a justificar os seus resultados. No caso de Milton, ao expor para os demais integrantes quais os critérios, deixará claro o que cada um precisa realizar para também conseguir uma promoção, por critérios objetivos e não preferências pessoais ou relações de amizade.

A transparência e ética são elementos essenciais no processo não científico, mas também se aplicam às decisões pessoais e profissionais, como vimos neste caso do Milton, em que dúvidas sobre os critérios de reconhecimento no ambiente de trabalho podem gerar desmotivação, queda na produtividade e insatisfação da equipe.

Avançando na prática

Pratique mais!

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com a de seus colegas.

A ciência pode criar máquinas que substituem o ser humano?	
1. Competência de fundamentos de área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Compreender os rumos do desenvolvimento científico e aplicá-los nas práticas cotidianas a partir de princípios éticos e humanistas.
3. Conteúdos relacionados	Evolução científica e caminhos da ciência. A ciência como parâmetro de conduta ética e responsável.
4. Descrição da SP	<p>Orlando é gerente de RH de uma empresa do setor de serviços, que oferecer serviços de <i>telemarketing</i> para outras empresas de diferentes setores. A organização possui um grande número de funcionários em diferentes estados brasileiros e um grande problema que ele enfrenta é a alta rotatividade, tomando a questão da contratação e retenção de funcionários uma importante preocupação como gestor. A caminho do trabalho, ouviu em uma estação de rádio uma notícia que empresas americanas começaram a testar o uso de computadores para contratar funcionários, pela aplicação de um método que não precisa da intermediação de humanos pelo uso de máquinas programadas com um algoritmo que avalia os candidatos e escolhe o melhor para a vaga.</p> <p>Ouçã a notícia que intrigou Orlando no <i>link</i>:</p> <p>DIMENSTEIN, Gilberto. Seção "Capital Humano". Jornal da CBN, 1ª edição. 29/06/2015. Podcast. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/gilberto-dimenstein/2015/06/29/EMPRESAS-AMERICANAS-COMECAM-A-TESTAR-O-USO-DE-COMPUTADORES-PARA-CONTRATAR-FUNCIONARIOS.htm#ixzz3fDj4wc4e>. Acesso em: 30 out. 2015.</p> <p>Ao chegar em seu escritório, ficou pensando: "Este método seria o mais adequado para resolver o problema de contratação da empresa e reduzir drasticamente a rotatividade de funcionários?</p>
5. Resolução da SP:	<p>O setor de <i>telemarketing</i> apresenta elevada rotatividade em relação aos demais, seja por questões associadas à natureza do trabalho ou salariais, pois muitas vezes é o primeiro emprego ou visto como uma entrada no mercado de trabalho pelos profissionais.</p> <p>Desta forma, a substituição do ser humano na contratação não é o suficiente para alterar a situação, pois há elementos importantes a serem discutidos em uma entrevista de emprego e que terão impacto na decisão posterior do funcionário permanecer ou não no emprego e também se a empresa irá contratá-lo a partir dos critérios da vaga e de sua cultura de gestão. Assim, a tecnologia é importante e auxilia o processo, mas pode ser complementar ao processo heurístico de intervenção humana.</p>



Lembre-se

Nosso desenvolvimento científico não é linear, mas resultado de questionamento das verdades e da influência de diferentes escolas do pensamento. Para conhecer sua evolução e conhecer mais sobre seus métodos, é fundamental conhecer como as questões contemporâneas decorrem da filosofia da ciência à luz dos pensadores clássicos.

Segundo Oliva (2003), a filosofia da ciência tem como objetivo "formular um critério que permita distinguir as construções da ciência das especulações metafísicas e dos posicionamentos ideológicos". Assim, ao estudarmos os métodos, podemos colocar tanto as verdades à prova da ciência como questionar outras implicações do seu desenvolvimento, como o próprio critério de cientificidade e suas implicações éticas para a sociedade e natureza.



Faça você mesmo

A partir do caso do Orlando e suas preocupações quanto à rotatividade dos funcionários, coloque-se no lugar dele para ajudar a resolver a situação. Elabore um plano de ação para retenção dos funcionários, tanto para o aprimoramento do nível motivacional como engajamento à empresa, o que diminuirá a rotatividade.

Faça valer a pena

1. Considere as afirmações a seguir sobre o período histórico conhecido como Iluminismo:

I – O pensamento iluminista teve forte influência não apenas na Europa, mas chegou até o Oriente por meio das viagens marítimas decorrentes da expansão comercial para amplos mercados baseados no liberalismo econômico.

II – O Iluminismo foi o movimento filosófico que se difundiu pela Europa ao longo do século XVIII, também chamado de Século das Luzes.

III – As críticas feitas ao Absolutismo por pensadores ingleses, como John Locke, influenciaram também muitos filósofos franceses, entre eles Montesquieu, Voltaire e Diderot, que adotariam o tema em suas obras sobre política.

IV – A descoberta de métodos científicos durante o Iluminismo colaborou para justificar os temas religiosos, que marcaram as expressões artísticas neste período histórico.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) II e IV.

2. Assinale a alternativa que apresenta um princípio filosófico no período iluminista:

- a) Apoio à revolução ideológica da aristocracia.
- b) Defesa do ideal monárquico para a garantia da unidade política.
- c) Crença na razão como fonte para a crítica social e política.
- d) Comprovação pela ciência do Direito Divino dos Reis para legitimar o Absolutismo.
- e) Integração do pensamento clássico greco-romano ao modelo político absolutista.

3. Os conceitos apresentados pelos filósofos do período iluminista marcaram uma revolução intelectual, com impactos tanto no âmbito político quanto científico e cultural. Dentre os seus ideias, podemos afirmar que apresentavam em comum:

- a) A negação do humanismo renascentista baseado no experimentalismo, na física e na matemática.
- b) A defesa dos pressupostos políticos do Estado Absolutista para estabilidade econômica e social.
- c) A ascensão das classes populares como base do poder político.
- d) A igualdade social como alicerce do exercício da cidadania por meio da centralização do poder político.
- e) A crença no racionalismo como fundamento do conhecimento humano.

Referências

ABRÃO, B. S. **História da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

ARANHA, Maria L. de A.; MARTINS, Maria H. Pires. Breve histórico da ciência. In: ARANHA, Maria L. de A.; MARTINS, Maria H. Pires. **Temas de filosofia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

ARANHA, Maria L. de A.; MARTINS, Maria H. Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1986.

ARANHA, Maria L. de A.; MARTINS, Maria H. Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1991.

BATISTELA, A. C.; BONETI, L. W. **A relação homem / natureza no pensamento moderno**. Curitiba:

PUCPR, 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/analais/pdf/1424_959.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

DESCARTES, Rene. **Discurso do método**. Descartes – vida e obra, Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996.

ESTEVO, J. C. Afinal, para que serve Filosofia Medieval? **Cadernos de filosofia alemã**: crítica e modernidade, n. 17, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64835>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

HOBBSBAWM, E. Introdução. In: HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JOSAPHAT, C. Fé e razão. **Revista Ide**, v. 36, n. 56, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2015.

LOCKE, J.; ALEX, Anoar (Trad.). **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

OLIVA, A. **Filosofia da ciência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OLIVIERI, A. C. Mitologia: Uma das formas que o homem encontrou para explicar o mundo. In: **UOL Educação**. Seção História Geral. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/mitologia-uma-das-formas-que-o-homem-encontrou-para-explicar-o-mundo.htm>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

VERNANT, J-P. **Entre mito e política**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2002.

VILELA, D. S.; DORTA, D. O que é “desenvolver” o raciocínio lógico? Considerações a partir do livro Alice no país das maravilhas. **Estudos RBEP**, Brasília, v. 91, n. 229, p. 634-651, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1618/1363>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

Formação da Moral Ocidental

Convite ao estudo

Nesta unidade, vamos juntos com você no caminho pela busca da formação da moral ocidental. Vamos, também, enveredar questões fundamentais para refletir sobre as bases da moral ocidental: a ideia do dever, individualidade e subjetividade, chegando até a moral na Modernidade. Com grandes pensadores, como Sócrates, Aristóteles, Santo Agostinho, Descartes, Rousseau, Kant, Hegel, Nietzsche e Sartre, você vai compreender e questionar como regulamos a vida em sociedade. E mais: ao desenvolver uma leitura crítica de como a sociedade funciona, como a vida em grupo é regulada, terá a oportunidade de assumir ações muito mais reflexivas, romper preconceitos, exercendo, assim, sua cidadania de forma plena.

Veja as competências e objetivos da disciplina:

Competência de fundamento de área a ser desenvolvida:	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
Objetivos específicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o processo de formação da moral ocidental. • Conhecer a origem da moral ocidental. • Entender a ideia do dever em Santo Agostinho e em Descartes. • Identificar e reconhecer os vínculos entre individualidade e subjetividade. • Relacionar a moral na Modernidade como um construção histórico-cultural.

Acompanhe a seguinte situação geradora de aprendizagem:

A moral e a ética são indispensáveis no convívio humano, e, nos grupos sociais, estão intimamente relacionadas. Sem moral, a convivência humana torna-se impossível. Sem ética, torna-se

lamentável, vergonhosa, mesquinha e infeliz.

Veja como a conduta ética exige o agente consciente, isto é, o sujeito que sabe a diferença entre certo e errado, entre bem e mal, entre permitido e proibido, por exemplo. A consciência moral conhece as diferenças e também avalia sua própria capacidade de julgar as condutas e de agir em consonância com valores morais. Passa a responder de forma responsável por seus sentimentos e ações, pelas consequências do que sente e do que faz. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética.

A forma principal de manifestação da consciência moral é a capacidade de escolher, entre as diversas alternativas, a partir de valores éticos, e decidir qual é a melhor. É nossa capacidade de avaliar e considerar as motivações pessoais, assim como as exigências da situação, as consequências tanto para si como para os outros, o ajuste entre meios e fins, a obrigação de respeitar as leis e normas estabelecidas ou de transgredi-las (se o estabelecido for injusto ou imoral, por exemplo). Avaliar qual sua vontade nesse processo faz parte do campo ético. Você é o agente moral que vai perguntar: “quero? devo? posso?”

O agente moral ativo controla interiormente suas paixões, inclinações, debate consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, questiona como os valores devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores superiores a esses, avalia sua capacidade para estabelecer para si próprio regras de conduta, pergunta para sua vontade e sua razão antes de tomar uma atitude, tem respeito e consideração pelos demais sem submeter-se de forma inquestionável a eles, é responsável por suas ações e escolhas, avalia e julga suas próprias intenções e não aceita qualquer violência contra si ou contra os outros. Por isso o agente moral ativo é autônomo e verdadeiramente livre. Como você, em suas escolhas. E agora, ainda mais, ao ampliar a ciência do que quer, deve e pode.

A partir dessas reflexões, o foco da Unidade seguirá pela busca de respostas às seguintes questões:

- Como elaboramos e privilegiamos determinados valores que guiam nossa conduta na vida em sociedade?

- As sociedades tornam legítimas algumas posturas e lutam para que prevaleçam nas atitudes de cada componente do grupo. Por quê?

Para vencer esses desafios, acompanhe, nessa Unidade, as quatro seções. Na primeira, vamos entender as origens da moral ocidental. Veremos como os sofistas e Sócrates se opunham sobre questões éticas e em quais aspectos concordavam. Também, vamos investigar mais dois tópicos na Seção 1: o dualismo platônico e o conceito de virtude em Aristóteles. Na Seção 2, o tema será a ideia do dever a partir de Santo Agostinho e de Renê Descartes. Individualidade e subjetividade serão nossos focos na Seção 3, com importantes contribuições de Rousseau e Kant. A moral na Modernidade fecha nossos estudos na Seção 4, com a visão de três pensadores fundamentais: Hegel, Nietzsche e Sartre.

No transcorrer de seus estudos, leituras, análises, debates e estudos de caso, você vai identificar e reconhecer como a moral atua na sua vida diária. Poderá fazer escolhas de modo mais consciente, autônomo, próprio de quem está inserido como cidadão num mundo plural.

Seção 2.1

Origens da Moral Ocidental

Diálogo aberto

“Conhece-te a ti mesmo”.

Sócrates

Será que você realmente se conhece? Sabe o que pensa e por quê? Tem seus princípios fundados na sociedade e, também, atua para mudar a sociedade na qual vive? A partir do conhecimento de si mesmo, atua em consonância com esses valores?

A partir de ações e sentimentos específicos exprimimos nosso senso moral, que é a forma como avaliamos tanto a nossa própria situação como a de nossos pares a partir de ideias. Essas ideias podem ser pautadas por parâmetros de justiça e injustiça, por exemplo. Ao analisar uma situação e nos reconhecermos frente a ela com sentimentos de piedade, indignação, responsabilidade, por exemplo, podemos nos tornar mais solidários, envolvidos, participativos. O que estamos fazendo é uma avaliação, a partir do senso moral, considerando a correção, a justiça. Senso moral também é a maneira como avaliamos as ações dos outros a partir de ideais, de critérios de solidariedade, grandeza de alma, mérito, de certo e errado, de justo ou injusto, por exemplo.

Muitas vezes, nos deparamos com situações, ou sabemos que outros as viveram, que envolvem angústia ou aflição e requerem um posicionamento.

Acompanhe essa interessante história, “O mito da caverna”, que foi escrita pelo filósofo grego Platão e se encontra no livro “A República”. Aqui segue uma adaptação do mito:

Imagine uma caverna subterrânea onde, desde a infância, sucessivas gerações de seres humanos estão aprisionadas. Na caverna, há uma fresta por onde passa luz que vem do exterior. Dentro da caverna estão os homens, que nasceram e cresceram ali assim como seus antepassados. Ficam de costas para a entrada, acorrentados, sem poderem se mover, forçados a olhar somente a parede do fundo da caverna, onde são projetadas sombras de outros homens que, lá fora, mantêm acesa uma

fogueira.

Pelas paredes da caverna também ecoam sons que vêm de fora, então os prisioneiros associam esses sons às sombras. Como jamais viram outra coisa, os prisioneiros julgam que as sombras sejam a realidade e não uma projeção. Suponha agora que um dos prisioneiros consiga se libertar e avance na direção da saída da caverna. Num primeiro momento, ficaria completamente cego, pois a fogueira na verdade é a luz do sol e ele ficaria inteiramente ofuscado. Lá fora, descobre que as sombras eram feitas por homens como ele, e descobre também todo o mundo e a incrível natureza.

Caso esse homem decida voltar à caverna para revelar aos seus antigos companheiros a situação extremamente enganosa em que se encontram, correrá, segundo Platão, sérios riscos: desde ser ignorado, ser zombado e desacreditado até, caso consigam, ser agarrado, espancado e morto por eles, ao considerarem que ficou louco ou que é um mentiroso. Mas, pode ser que seja ouvido por alguns e, contra a vontade da maioria, também esses decidam sair da caverna em direção à realidade.

A partir dessa alegoria, Platão nos traz algumas importantes reflexões. Vamos pensar nessas perguntas:

- O que significa a caverna nessa história?
- O que são as sombras projetadas no fundo da caverna?
- Que representam as correntes que aprisionam os homens?
- Quem é o prisioneiro que se liberta e sai da caverna?
- O que é a luz do Sol?
- O que é o mundo lá fora iluminado pelo sol da verdade?
- Qual instrumento que liberta o prisioneiro e com o qual ele deseja libertar os outros homens?

Não pode faltar

Argumentação. Oratória. Convencimento. Retórica. Persuasão. Essas são marcas dos sofistas. Veja que interessante: na Grécia Antiga, os sofistas eram professores que viajavam pelas cidades ensinando a arte da retórica a quem lhes pagasse. Segundo Chauí (2012), temos apenas citações e fragmentos sobre esses professores e, por isso, não podemos precisar o que pensavam. Platão e Aristóteles eram os principais adversários teóricos dos sofistas. Aristóteles atacava os sofistas

por ensinarem a argumentação sobre qualquer tema mesmo que os argumentos usados não fossem válidos. Note: aqui, para a Filosofia, o termo validade tem o sentido de verdade. Aristóteles indicava que a arte dos sofistas como “sabedoria aparente, mas não real”, acusava-os de buscar uma verdade relativa de acordo com o lugar e o tempo no qual o homem estava inserido. O que quer dizer que os sofistas atuavam sob as bases de um relativismo ético.

Na época dos sofistas não havia em Atenas um sistema público de ensino superior. Jovens que dispusessem de recursos pagavam aos sofistas com o objetivo de serem preparados a enfrentar as dificuldades da vida adulta. Conseguir resolver divergências com vistas a um interesse comum através do diálogo era uma importante habilidade para o exercício da democracia. E, nisso, os sofistas eram muito hábeis, ensinando aos jovens técnicas de persuasão que aprendiam então a defender e convencer o interlocutor uma posição. Depois, a posição contrária à primeira.



Assimile

Sofistas: o termo originalmente significaria “sábios”, mas adquiriu o sentido de desonestidade intelectual, principalmente em decorrência das definições de Aristóteles e Platão.

Chauí (2012) indica que, entre os mais importantes sofistas está Protágoras. Para ele, era preciso aprender a argumentar pró e contra uma posição, pois ambas são verdadeiras. Essa habilidade, chamada de antilógica, era um ótimo recurso para se preparar para debates. Quando se conhece com profundidade os argumentos contra e a favor, é possível defender bem qualquer posição e apontar objeções nos argumentos dos adversários.

Você já deve conhecer a máxima de Protágoras: “O homem é a medida de todas as coisas”. Veja que interessante: essa máxima revela muito bem a flexibilidade dos sofistas, o relativismo do qual foram acusados pelos filósofos da época. Analise como uma referência pode nos dar mais do que um único ponto a ser considerado. Podemos mudar a referência e alterar as visões. Se uma pessoa pensa que uma coisa é verdade, tal coisa é a verdade para ela. Em outras palavras: a verdade é relativa e subjetiva, não é absoluta e objetiva.



Exemplificando

Se uma pessoa está com febre, ela pensa que a temperatura do ambiente está baixa, mesmo que ela esteja em Fortaleza e os termômetros apontem 38 graus. Veja como esse simples exemplo que Chauí (2012) nos oferece mostra como não há uma verdade única e objetiva a ser considerada: a verdade sempre seria relacionada aos indivíduos.

Na visão dos sofistas, uma ideia pode ser considerada e seu inverso também. Frente a isso Platão apontou que, se todas as crenças são verdadeiras, a crença de que nem todas as crenças são verdadeiras também é verdadeira. Note como essa reflexão tem muita sintonia com aspectos da nossa sociedade que tem lutado pela pluralidade, pela multiplicidade de visões a partir do sujeito.



Pesquise mais

Nesse artigo, são examinadas as bases históricas e filosóficas do pensamento ocidental para explicitar a natureza do conhecimento com destaque nos meios acadêmicos e científicos. São analisadas as consequências de ideias e atitudes presentes na tradição filosófica iniciada por Sócrates e Platão sobre o modo típico de pensar e resolver problemas em nossa cultura. A tarefa do conhecimento é descrita como uma disciplina de diálogo e construção coletiva.

MAGALHAES, Mauro de Oliveira. A aprendizagem como disciplina de diálogo: implicações científicas e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 37-50, Abril. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jul. 2015.

Acompanhe também esse outro aspecto que tem muita semelhança com nossos dias: na Grécia Antiga, o momento em que o cidadão mais aparece e mais exerce sua cidadania é quando discute, opina, delibera e vota nas assembleias. Por isso que a educação, na época dos sofistas, tinha como padrão a formação do bom orador, aquele que sabia falar em público e persuadir os outros na política (*polis* – cidade).

Estudos de historiadores mais recentes apontam os sofistas como representantes do espírito democrático, o que significa que estavam imersos em conflitos marcados pela pluralidade de interesses e opiniões. Por outro lado, seus adversários formariam o grupo dos partidários de uma política aristocrática, na qual apenas alguns interesses e opiniões comporiam o conjunto de direitos para o restante da sociedade.

Vamos conhecer agora o que propunha Sócrates, um dos mais importantes filósofos de todos os tempos, nas palavras de Chauí (2012):



Propunha que, antes de querer conhecer a natureza e antes de querer persuadir os outros, cada um deveria, primeiro e antes de tudo, conhecer-se a si mesmo. [...]

a expressão “Conhece-te a ti mesmo”, [...] foi o centro das preocupações e investigações de Sócrates.

Por fazer do autoconhecimento ou do conhecimento que os homens têm de si mesmos a condição de todos os outros conhecimentos verdadeiros, é que se diz que o período socrático é antropológico, isto é, voltado para o conhecimento do homem, particularmente de seu espírito e de sua capacidade para conhecer a verdade. (CHAUÍ, 2012, p. 52)

Pelas ruas e praças de Atenas, – conforme relatos de Aristóteles e Platão, uma vez que Sócrates não deixou nada escrito – Sócrates perguntava para as pessoas o que eram os valores nos quais acreditavam e que respeitavam ao agir. Veja as perguntas que ele fazia: O que é a amizade? O que é a justiça? O que é a piedade? O que é a coragem? A resposta que os atenienses indicavam era: são virtudes. Então Sócrates perguntava de novo: O que é a virtude? E a resposta das pessoas: virtude é agir de acordo com o bem. E, claro, Sócrates questionava: O que é o bem? Você percebeu que as perguntas de Sócrates levavam seus interlocutores a reconhecer que respondiam sem pensar no que estavam falando, apenas repetindo o que tinham aprendido um dia? Ora, como cada pessoa interpretava o que havia aprendido na infância de uma maneira, era comum que, durante o diálogo, revelassem contradições. Chauí (2012) nos conta que, após um tempo de conversa com Sócrates, o ateniense estava frente a duas escolhas: ou ficar zangado e ir embora irritado, ou admitir que não sabia aquilo que supunha saber. Então o ateniense se dispunha a iniciar, junto com Sócrates, a busca filosófica da virtude e do bem.

As perguntas de Sócrates estavam fundadas nas ideias, nos valores e deixavam os interlocutores embaraçados e curiosos porque, ao tentarem responder ao “o que é?”, eles notavam muito surpresos que não sabiam responder, que jamais haviam questionado suas próprias crenças e valores. Mas ainda havia algo pior que os aguardava: quando as pessoas supunham que Sócrates tinha as respostas, tal como os sofistas pareciam ter, ele, afirmava: “Eu também não sei, por isso estou perguntando”. Foi daí que originou a famosa expressão atribuída a Sócrates: “Sei que nada sei”.



Como os costumes que herdamos do nosso grupo social se tornam tão intensos nas nossas ações, tão inquestionáveis? Por que nos parecem uma “medida universal” a ser seguida?

Os costumes, por serem muito anteriores ao nosso nascimento e por estarem enraizados na trama da sociedade, são tidos como inquestionáveis e, muitas vezes, quase sagrados. Chauí (2012) afirma que as religiões tendem a mostrá-los como tendo sido ordenados pelos deuses, na origem dos tempos. O que Sócrates fazia era perguntar o que eram, o que valiam e qual a origem desses costumes.

Veja só que interessante: em grego a palavra costume é *ethos* – que claramente originou ética – e, em latim, *mores* – donde, moral. Ética e moral referem-se ao conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e são considerados como valores e obrigações pautando a conduta das pessoas. Ainda assim, reforçamos: ética e moral não são sinônimos. A língua grega tem duas vogais diferentes para escrever e pronunciar a nossa vogal “e”. Chauí (2012) nos mostra que o resultado é que, em grego, há duas palavras “*ethos*”: uma com a vogal breve (chamada *epsilon*) e outra com a vogal longa (chamada eta):

a) *Ethos*, escrita com a vogal longa (*ethos* com eta), significa costume;

b) *Ethos*, escrita com a vogal breve (*ethos* com *epsilon*), significa caráter, temperamento, índole natural, atitudes, sentimentos. Nesse sentido, *ethos* se refere às características pessoais de cada um de nós e que determinam quais virtudes e quais vícios somos capazes de praticar. É o senso moral e a consciência ética individuais.

Agora fica bem mais claro para você o cerne das questões de Sócrates: ao se dirigir aos atenienses, perguntava qual o sentido dos costumes estabelecidos (*ethos* com eta: os valores éticos ou morais da sociedade, transmitidos de geração a geração), e também quais as disposições de caráter (*ethos* com *epsilon*: características pessoais, condutas individuais) que impulsionavam a pessoa a respeitar ou a transgredir os valores e por quê. A indagação ética socrática dirige-se a dois focos: à sociedade e ao indivíduo.

Acompanhe como Chauí (2012) indica a influência e o poder das questões socráticas:



As questões socráticas inauguram a ética ou filosofia moral, porque definem o campo no qual valores e obrigações morais podem ser estabelecidos pela determinação de seu ponto de partida: a consciência do agente moral. É sujeito ético ou moral somente aquele que sabe o que faz, conhece as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos valores morais. Sócrates afirma que apenas o ignorante é vicioso ou incapaz de virtude, pois quem sabe o que é o bem não poderá deixar de agir virtuosamente. (CHAUÍ, 2012, p. 387)

A Sócrates devemos o início da filosofia moral e a Aristóteles devemos a distinção entre saber teórico e saber prático.

– Saber teórico: é o conhecimento de seres e fatos que existem e agem independentemente de nós e sem nossa intervenção ou interferência. O conhecimento da Natureza é teórico.

– Saber prático: conhecimento daquilo que só existe como consequência de nossa ação, por isso, depende de nós. A ética é um saber prático. O saber prático difere de acordo com a prática que pode ser considerada como técnica ou como práxis. A ética refere-se à práxis.

No campo da práxis há três aspectos inseparáveis: aquele que age, a ação e o objetivo da ação. Aristóteles diz que, na técnica, ocorre o contrário: o agente, a ação e a finalidade da ação estão separados, são independentes. A técnica tem como objetivo a fabricação de algo diferente do agente e da ação de fabricar. Aristóteles distingue a ética e a técnica como práticas diferentes a partir do modo de relação entre o agente com a ação e com a finalidade da ação.



Exemplificando

Acompanhe esses exemplos de Chauí (2012):

a) Na práxis, falar a verdade é uma virtude do agente, inseparável de sua fala (ação) e da finalidade, que é enunciar uma verdade. Isso quer dizer que, na práxis ética, somos aquilo que fazemos e o que fazemos é a finalidade boa ou virtuosa. Tudo relacionado, inseparável.

b) Na técnica, o tripé agente, ação e objetivo da ação estão separados. Um carpinteiro, por exemplo, ao fazer uma mesa, realiza uma ação técnica, mas ele próprio não é essa ação nem é a mesa produzida pela ação.

Aristóteles definiu o campo das ações éticas: são definidas pela virtude, pelo bem e pela obrigação, mas também compõem um campo especial no qual a decisão e a escolha são essenciais. Veja: na natureza o curso da realidade segue leis universais, não há como nem mesmo por que decidir e escolher, as coisas acontecerão submetidas a leis que as regem independentemente de nossa vontade ou deliberação. Mas, observe que importante, escolhemos e decidimos sobre tudo que, para ser e acontecer, depende de nossa vontade e de nossa ação. Pensamos, consideramos, deliberamos e decidimos sobre o que é possível, sobre aquilo que pode ser ou não e que, para ser ou acontecer, depende de nossa vontade e de nossa atitude. Aristóteles acrescenta à consciência moral de Sócrates, a vontade comandada pela razão como o outro ponto fundamental da vida ética.

A importância dada por Aristóteles à vontade, à deliberação e à escolha o levou a considerar uma virtude como condição de todas as outras: a sabedoria prática, a prudência. Quem é o prudente? É aquele que, frente às situações, é capaz de analisar e avaliar qual atitude que melhor realizará a finalidade ética. Isso significa que, no leque das escolhas possíveis, o sujeito virtuoso vai escolher a mais adequada e realizará então o que é bom para ele mesmo e para os outros. Para Chauí (2102), a ética é concebida como educação do caráter do sujeito moral para dominar racionalmente seus desejos e impulsos orientando assim a vontade dirigida à felicidade, ao bem, formando o homem como membro da coletividade. A finalidade principal é a harmonia entre o caráter do sujeito virtuoso e os valores coletivos, que também devem ser virtuosos. A busca do bem e da felicidade são a essência da vida ética.



Assimile

Para que haja conduta ética, é necessário que exista o agente consciente, isto é, o sujeito que sabe a diferença entre certo e errado, entre bem e mal, entre permitido e proibido, por exemplo. A consciência moral conhece as diferenças e também avalia sua própria capacidade de julgar as condutas e de agir em consonância com os valores morais. Passa a responder de forma responsável por seus sentimentos e ações, pelas consequências do que sente e do que faz. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética.

A forma principal de manifestação da consciência moral é a capacidade de escolher, entre as diversas alternativas, a partir de valores éticos, e decidir qual é a melhor. Trata da nossa capacidade de avaliar e considerar as motivações pessoais, assim como as exigências da situação, as consequências tanto para si como para os demais, o ajuste entre meios e fins, a obrigação de respeitar as leis e normas estabelecidas ou de transgredi-las (se o estabelecido for injusto ou imoral, por exemplo). Essa forma de liberdade – compreendida como a capacidade para se autodeterminar – faz com que, do ponto de vista do agente moral, a ética apresente uma distinção essencial: a diferença entre passividade e atividade.

Passivo é aquele que se deixa dominar, se deixa levar pelas circunstâncias, pela vontade, pelos impulsos, pela opinião e pelo medo dos outros. Não exerce sua própria liberdade, consciência e responsabilidade. O agente moral ativo, ao contrário, é o que controla interiormente suas paixões, inclinações, debate consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, questiona como os valores devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores superiores a esses, avalia sua capacidade para estabelecer para si próprio regras de conduta, pergunta para sua vontade e sua razão antes de tomar uma atitude, tem respeito e consideração pelos demais sem submeter-se de forma inquestionável a eles, é responsável por suas ações e escolhas, avalia e julga suas próprias intenções e não aceita qualquer violência contra si ou contra os outros. Dessa forma, o agente moral ativo é autônomo e, por isso, verdadeiramente livre.

Nesse cenário vale considerar as importantes contribuições de Platão que herdou de Sócrates a abordagem de uma questão a partir do debate, da discussão de opiniões contrárias. Platão se dedicou a definir as formas de conhecer e as diferenças entre o conhecimento verdadeiro e a ilusão. Para ele, há diferentes maneiras de conhecer, diferentes graus de conhecimento. Platão aponta quatro formas diferentes, quatro graus de conhecimento que vão do grau inferior ao superior: crença, opinião, raciocínio e intuição intelectual. Esses conhecimentos se dividem, segundo ele, em dois grupos, conforme explica Chauí (2012):

a) Conhecimento sensível – que abrange a crença e a opinião. A crença é nossa confiança no conhecimento sensorial, cremos que as coisas são como as percebemos de forma sensorial. Já a opinião é

nossa aceitação sobre o que nos ensinaram sobre as coisas. Pensamos de acordo com nossas lembranças e sensações. Platão defende que devemos nos afastar desses conhecimentos por serem ilusórios, por nos oferecerem apenas a aparência das coisas, as sombras das coisas verdadeiras.

b) Conhecimento inteligível – composto pelo raciocínio e intuição intelectual. Esse é o conhecimento considerado válido para Platão. O raciocínio exercita e treina o pensamento, nos distancia das meras sensações e opiniões e nos prepara para a intuição intelectual, que é como podemos conhecer a essência das coisas.

Platão aponta um tipo de procedimento, ao qual chamou de “dialética”, que consiste em trabalhar a partir da análise e do exame de ideias contrárias sobre um mesmo assunto. A partir da dialética platônica seria possível descobrir qual das duas teses é falsa e qual é a verdadeira que deveria, então, ser conservada. O objetivo do exercício dialético, para Platão, é o de proporcionar a intuição intelectual de uma essência ou ideia.



Faça você mesmo

Para Hegel, a moralidade assume conteúdos diferenciados ao longo da história das sociedades. Segundo ele, a vontade individual é apenas um dos elementos da vida ética de uma sociedade em conjunto. A moral se dá então a partir da relação entre indivíduo e a sociedade. Em cada momento histórico, afirma Hegel, a moral se manifesta nos códigos normativos, na cultura e nas instituições sociais. Dessa forma, Hegel vincula a ética à história e também à sociedade.

Você reconhece uma questão da ética contemporânea da nossa sociedade? Qual?

Podemos citar as pesquisas com células tronco, o respeito à diversidade sexual, a violência contra minorias (como as mulheres, crianças, idosos), questões ecológicas e ambientais etc.

Sem medo de errar

Vamos voltar à situação-problema proposta no início dessa seção e também retomar importantes conteúdos para resolvê-la. A história do “Mito da Caverna” desafia você a pensar a partir de transferências e paralelos usando seus estudos e também outros aspectos da Filosofia.

A partir dessa alegoria, Platão nos traz algumas importantes reflexões. Vamos pensar nessas perguntas:

- O que significa a caverna nessa história?
- O que são as sombras projetadas no fundo da caverna?
- Que representam as correntes que aprisionam os homens?
- Quem é o prisioneiro que se liberta e sai da caverna?
- O que é a luz do Sol?
- O que é o mundo lá fora iluminado pelo sol da verdade?
- Qual instrumento que liberta o prisioneiro e com o qual ele deseja libertar os outros homens?

Cada um dos tópicos da alegoria de Platão é um signo, uma simbologia fazendo uma relação entre a imagem e seu significado. Nesse cenário, a caverna, as sombras, as correntes, o prisioneiro, a luz do Sol, o mundo externo e o instrumento que liberta o prisioneiro são símbolos que podem ser traduzidos e assim explicam o mito.



Lembre-se

Para Platão, há quatro graus de conhecimento que vão do inferior ao superior: crença, opinião, raciocínio e intuição intelectual. Esses conhecimentos se dividem em dois grupos:

- a) Conhecimento sensível – que abrange a crença e a opinião.
- b) Conhecimento inteligível – composto pelo raciocínio e intuição intelectual.



Atenção

Veja como o conceito de dialética é diferente para cada pensador:

Para Platão, a dialética é o único caminho que conduz ao conhecimento verdadeiro. A partir do método dialético – com perguntas e respostas – pode-se iniciar a busca da verdade.

Em Hegel, a dialética é um processo: primeiro existe a tese, que é a ideia, gerando uma antítese, que se contrapõe à tese. Surge então a síntese que é a superação das duas anteriores.

Já Marx reformula o conceito de dialética a partir de Hegel. Volta-se para a sociedade, indica as lutas de classes vinculadas a uma organização social, surgindo assim a dialética materialista ou materialismo dialético.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

"Origens da moral ocidental"

1. Competência de fundamentos de área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Reconhecer posturas éticas no âmbito profissional e que, tais posturas, estão vinculadas àquelas que a pessoa assume como um todo na vida diária.
3. Conteúdos relacionados	Ética e moral.
4. Descrição da SP	<p>Trabalho na área comercial de uma grande empresa. Cada um de nós atende diretamente a vários clientes. Mas, eventualmente, temos contato esporádico com algum cliente que é atendido por outro colega nosso. Num desses contatos um cliente reclamou comigo sobre o atendimento que vem recebendo de um colega meu.</p> <p>1- Devo levar essa reclamação ao meu gerente ou ficar calado?</p> <p>2- Como agir quando precisamos fazer alguma crítica negativa ou alguma repreensão?</p>
5. Resolução da SP	<p>1- Possibilidades de ação:</p> <p>a) Pedir ao próprio cliente que fale com o colega ou mesmo com o gerente caso a situação não se resolva.</p> <p>b) Conversar com o colega para que fale com o cliente na tentativa de resolver o caso.</p> <p>2- Críticas e repreensões devem ser feitas primeiro e diretamente à pessoa a quem se referem, numa conversa e sem participação de outros. Em um segundo momento, caso seja necessário incluir mais alguém, inclusive um superior, isso deve ser feito às claras, com a ciência dos envolvidos.</p>



Questões éticas envolvem posturas e condutas do nosso cotidiano. A ética abrange uma grande área e pode inclusive ser aplicada à vertente profissional. Há códigos de ética profissional que apontam como um indivíduo deve agir e se comportar no âmbito da sua profissão. Há inclusive corporações que divulgam suas normas éticas. Mas, independentemente de qualquer código ou norma estabelecidos exteriormente, a ética é a fundamentação do modo de viver pelo pensamento de cada um de nós para pautar nossas ações de acordo com o que é correto e justo.

**Faça você mesmo**

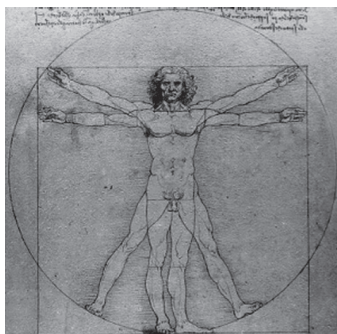
Confira a interpretação do Mito da Caverna, proposta por esta videoaula da UNIVESP TV.

Platão. Produção: UNIVESP TV. Duração: 08:49 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bK09eEvzpCY>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

Em seguida, baseado nas questões levantadas no item Sem Medo de Errar, redija um texto breve, entre 10 e 20 linhas, com a interpretação do Mito da Caverna, segundo suas próprias palavras.

Faça valer a pena

1. O “Homem Vitruviano” foi desenhado por Leonardo da Vinci em 1492.



Fonte: <<http://www.sitedecuriosidades.com/im/g/27D63.gif>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

O Homem Vitruviano expõe o traçado e as proporções do corpo humano em total equilíbrio. Expressa a beleza humana com as posições dos braços e das pernas como quatro posturas diferenciadas inscritas num círculo, sendo que o umbigo é o centro da figura. Tudo está medido e

dividido matematicamente com extrema precisão. Para a Filosofia a figura mostra mais que as proporções perfeitas, a figura humana está totalmente integrada às figuras geométricas, demonstrando a relação do homem com o universo, em equilíbrio com total integração.

É possível estabelecer estreito vínculo entre esse desenho de Leonardo da Vinci com:

- a) A máxima de Protágoras: “O homem é a medida de todas as coisas”.
- b) O debate através do diálogo que Sócrates realizava indicando que cada homem tem sua opinião.
- c) A uma das formas de conhecimento de Platão ao indicar que a sensação é particular a cada um.
- d) A opinião, que é individual e particular a cada sujeito.
- e) A práxis de Aristóteles que aponta para o homem que faz, que realiza as ações objetivas e individuais.

2. Dentre os mais importantes sofistas está _____. Para ele, era preciso aprender a argumentar pró e contra uma posição, pois ambas são verdadeiras. Essa habilidade, chamada de _____, era um ótimo recurso para se preparar para debates. Quando se conhece com profundidade os argumentos contra e a favor, é possível defender bem qualquer posição e apontar objeções nos argumentos dos adversários. Os mestres nessas ações foram os _____.: eram flexíveis e consideravam a verdade como relativa e subjetiva, não como absoluta e objetiva.

As palavras que completam o texto corretamente, na sequência, são:

- a) Pitágoras - antilógica - filósofos.
- b) Aristóteles - lógica - sofistas.
- c) Platão - antilógica - filósofos.
- d) Protágoras - antilógica - sofistas.
- e) Sócrates - antilógica - sofistas.

3. Sócrates nunca escreveu. O que sabemos de seus pensamentos encontra-se nas obras de seus vários discípulos, e Platão foi o mais importante deles.

Considere as afirmações analisando se são (V) verdadeiras ou (F) falsas. Sobre as características do período socrático podemos dizer que:

() Apresenta a confiança no homem como um ser racional, capaz de conhecer-se a si mesmo e, portanto, capaz de reflexão. Reflexão é a volta que o pensamento faz sobre si mesmo para conhecer-se; é a consciência conhecendo-se a si mesma como capacidade para conhecer as coisas, alcançando o conceito ou a essência delas.

() Busca compreender a capacidade de conhecimento do homem, a preocupação se volta para estabelecer procedimentos que nos assegurem que a verdade foi encontrada, isto é, o pensamento deve oferecer a si mesmo caminhos próprios, critérios próprios e meios próprios para saber o que é o verdadeiro e como alcançá-lo em tudo o que investigamos.

() Considera a opinião, as percepções e imagens sensoriais como falsas, mentirosas, mutáveis, inconsistentes, contraditórias, devendo ser abandonadas para que o pensamento siga seu caminho próprio no conhecimento verdadeiro.

Escolha a alternativa que contém a resposta correta, respectivamente:

a) V – V – F.

b) V – V – V.

c) F – F – V.

d) F – V – F.

e) V – F – F.

Seção 2.2

A Ideia do Dever

Diálogo aberto

Estamos no percurso para compreender melhor o homem a partir de valores morais e princípios éticos que regulam a vida em sociedade considerando inclusive que se trata de uma construção histórico-cultural.

Você já viu como a Filosofia se preocupa, desde o seu início, com o problema do conhecimento, voltada para a questão do verdadeiro. Para Sócrates e os sofistas essa questão era tomada de forma diferente. Acompanhe:

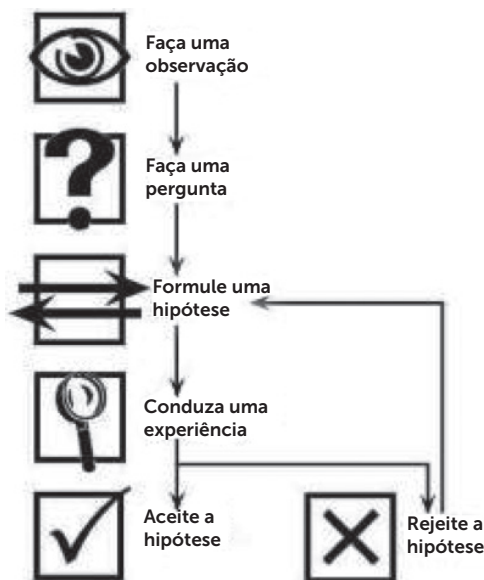
Para os sofistas só podemos compor opiniões subjetivas sobre a realidade, já que não temos como conhecer o Ser. É por isso que a linguagem é tão importante para os sofistas: é ela que nos possibilita conhecer o que os outros pensam e persuadi-los com nossas próprias opiniões e ideias na luta pelo convencimento. Opinião e persuasão, para os sofistas, é mais importante do que o pensamento, uma vez que não existe uma verdade única, constante e fixa.

Para Sócrates, não. A verdade pode ser conhecida e o caminho para chegarmos lá é nos afastarmos das ilusões que os sentidos constroem, é ficarmos longe das opiniões e voltar todos os esforços para compreender a verdade pelo pensamento. Para Chauí (2012), Sócrates defendia que os sentidos nos dão as aparências das coisas e as palavras, meras opiniões sobre elas. Conhecer, então, é passar da aparência à essência, da opinião ao conceito, do ponto de vista individual à ideia universal de cada um dos seres e de cada um dos valores da vida moral e política.

No esforço para definir as formas de conhecer e as diferenças entre o conhecimento verdadeiro e a ilusão, Platão e Aristóteles introduziram na Filosofia a ideia de que existem diferentes maneiras de conhecer ou graus de conhecimento e que esses graus se distinguem pela ausência ou presença do verdadeiro, pela ausência ou presença do falso.

Nessa nova seção vamos incrementar esse cenário considerando mais dois importantes pensadores: Santo Agostinho – com a importância da revelação –, e René Descartes – com o valor da intenção.

Vamos conhecer a situação-problema desta seção, primeiramente analisando o esquema a seguir:



Fonte: <http://www.proficiencia.org.br/~proficie/spaw/uploads/imagens/METODO_ESQUEMA.jpg> Acesso em: 2 ago. 2015.

A partir da imagem podemos fazer interpretações. Dedique-se a esses tópicos:

- 1- Explique cada etapa apresentada nessa imagem.
- 2- Dê um exemplo do que é possível descobrir usando essas etapas.
- 3- Para que serve esse tipo de investigação? Você a conhece? Qual é o nome que damos a esse tipo de conhecimento?
- 4- Quais são as características, as marcas desse tipo de conhecimento?

Não pode faltar

Como você exprime seu senso moral? Como parâmetros de justiça e injustiça, de certo e errado, bem e mal, entre tantos e tantos outros se estabelecem e se revelam na sua vida? Quando nos vemos frente a uma situação, nos reconhecemos com sentimentos de piedade, indignação, responsabilidade, por exemplo, e respondemos de alguma forma. Não há como ficarmos isentos, neutros, porque até mesmo o “não agir” também é uma resposta. O que estamos fazendo é uma

avaliação, a partir do senso moral, considerando a correção, a justiça. Nossa decisão de ação pode nos tornar mais solidários, envolvidos, participativos. Essas posturas são refletidas pela filosofia moral e a questão do conhecimento verdadeiro é crucial nesse contexto. Por isso é tão importante você pensar sobre a vontade, a prudência, a deliberação que envolve a escolha, como Aristóteles apresenta em suas análises.

Para Chauí (2012), os filósofos gregos estabeleceram alguns princípios gerais do conhecimento verdadeiro. Acompanhe:

- as formas do conhecimento, entre elas: sensação, percepção, imaginação, memória, linguagem, raciocínio e intuição intelectual;
- a diferença entre: o conhecimento sensível e o conhecimento intelectual; opinião e saber e também entre aparência e essência;
- a importância da linguagem no conhecimento;
- a definição dos princípios do pensamento verdadeiro, da forma do conhecimento verdadeiro e dos procedimentos para atingir o conhecimento verdadeiro;
- a distinção dos campos do conhecimento verdadeiro, que Aristóteles organizou em três: teórico (que se refere aos seres que nós só podemos observar sem agir sobre eles, sem interferir), prático (que diz respeito às ações humanas, como ética, economia e política) e técnico (que se refere ao trabalho humano, que cria artefatos, produtos, instrumentos alterando a Natureza, como, por exemplo: poesia, medicina, arquitetura, artesanato, retórica). É assim que o intelecto do homem conhece o mundo, atinge a racionalidade e pode pensar sobre a realidade.

No entanto, a perspectiva cristã trouxe diferenças que romperam com essa ideia grega de envolvimento direto, equilibrado e harmonioso entre nosso conhecimento e a verdade, entre nosso ser e o mundo.



Assimile

Chauí (2012) aponta que o cristianismo fez uma clara distinção entre fé e razão, entre verdades reveladas e verdades racionais, entre espírito e matéria, entre corpo e alma. Foi o cristianismo que afirmou que tanto

o erro quanto a ilusão compõem a natureza humana porque o pecado original perverteu nossa vontade.

Graças ao cristianismo agora a teoria do conhecimento tem uma mudança de perspectiva com problemas que os antigos filósofos não conheciam. A filosofia precisou enfrentar três dilemas, conforme Chauí (2012):

1. Como podemos conhecer a verdade uma vez que somos pecadores?

2. Sendo nossa natureza composta de matéria e espírito, uma natureza dupla, como nossa inteligência pode conhecer o que é diferente dela? Isso pode ser traduzido por: somos seres essencialmente corporais, como então podemos conhecer o incorporeal (Deus)? E também o inverso: como sendo seres dotados de alma incorpórea podemos conhecer o mundo corpóreo?

3. Os antigos filósofos partiam da premissa de que éramos participantes de todas as formas de realidade: por nosso corpo, participamos da Natureza; por nossa alma, participamos da Inteligência divina. Com a noção de pecado original introduzida pelo cristianismo se estabelece a separação radical entre os seres humanos e a divindade: somos pervertidos e finitos enquanto a divindade é perfeita e infinita. Surge uma questão essencial: como o humano finito pode conhecer a verdade divina e infinita?



Pesquise mais

A relação entre fé e razão na Idade Média trouxe profundas reflexões filosóficas. Os teóricos da igreja Católica, especialmente Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, realizaram um grandioso trabalho de pesquisa para compreender as questões da fé sob o crivo da racionalidade. Fundamentados em Platão e Aristóteles resignificaram e reconduziram os conceitos e ideias da filosofia platônica e aristotélica para entendimento das verdades divinas.

SALES, Aline de Fátima. Idade Média por uma fé raciocinada: uma leitura em Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. **Itinerarius Reflectionis**, [S.l.], v. 5, n. 2, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ritref/article/view/20388/11876>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

Você já notou por que na Idade Média a fé e a questão do conhecimento passam a ser centrais na Filosofia. Veja que interessante são as marcas desse período e as questões inquietantes nas palavras de Chauí (2012):

Eis por que, durante toda a Idade Média, a fé tornou-se central para a filosofia, pois era por meio dela que essas perguntas eram respondidas. [...] Com isso, o cristianismo introduziu uma distinção impensável para os filósofos antigos, qual seja, a distinção entre verdades de razão e verdades de fé, ou entre o conhecimento que nossa razão pode alcançar por si mesma e o conhecimento que só alcançamos por meio de uma revelação divina. As verdades que dependem da revelação divina são aquelas que nossa razão finita e imperfeita não só não pode alcançar sozinha como são, sobretudo, aquelas que só podemos aceitar sem compreender [...]. Em outras palavras, as verdades da fé são mistérios. (CHAUÍ, 2012, p. 162-163)

Pouco a pouco a Igreja passa a ser a instituição com mais poder do Ocidente. É nesse cenário que Santo Agostinho insere o conhecimento como lugar central na filosofia totalmente condicionada pela fé religiosa e, especificamente, à ética cristã. Na sua principal obra – “Confissões” – conta sobre a própria conversão ao cristianismo depois de uma vida em pecado. É um percurso de revelação, de intensa redefinição de si mesmo à luz de Deus, culminando com a redenção. A trajetória que Agostinho conta nesse livro descreve a busca da salvação, tanto filosófica como psicológica. Essa busca se transformaria num paradigma da vida terrena para os cristãos e influenciou o princípio confessional por séculos.

Para Agostinho, o pensamento é ao mesmo tempo a essência do ser humano e a fonte dos erros que podem afastá-lo da verdade. Sendo que o conhecimento é a capacidade de concluir verdades imutáveis por meio dos processos mentais. Ao considerar que o homem é sempre sujeito ao erro, uma verdade imutável só poderia provir de Deus, que é a perfeição. Veja: o ser humano tem pensamento autônomo e acesso à verdade eterna, mas dependeria, para isso, de iluminação divina.



Reflita

Como conhecer a verdade a partir das reflexões de Santo Agostinho?

As reflexões desse filósofo perguntam sobre o conhecimento, sobre como podemos conhecer, introduzindo a razão, o pensamento e

os sentidos no debate teológico. Para Agostinho, os sentidos não se enganam e, por isso, tudo que os sentidos captam é, para nós, a verdade. Mas pode ser um erro afirmar que essa verdade é a verdade do mundo

Nessa análise, o bem vem de Deus, então o mal – que é a ausência do bem – é atribuído ao homem, já que conduz de forma errada as próprias vontades. A ausência do bem também se deve a uma forte inclinação do ser humano para o pecado quando privilegia os impulsos do corpo, e não os da alma. É Agostinho que traz para a filosofia o problema das relações entre a razão e fé. Atormentado por essa cisão, Agostinho estudava desesperadamente teologia, matemática, filosofia, mecânica, tudo com a finalidade de explicar a existência de Deus pela razão humana. Defendia que o homem, pela inteligência poderia, finalmente, explicar o porquê de Deus e colocar os parâmetros da fé apoiado em bases científicas. Lutou para chegar a uma resposta científica para a fé.

Agostinho elaborou sua teoria do conhecimento humano indicando três níveis distintos: o conhecimento sensível (o existir), a sensação (o viver) e a razão ou ciência (o pensar). Segundo ele, há, ainda, um quarto grau: a verdade, mas este grau não está no domínio do homem, pois pertenceria apenas a Deus.

Chauí (2012) aponta que foi Santo Agostinho quem trouxe a ideia de que cada ser humano é uma pessoa. Por isso, somos responsáveis individualmente por nossos pensamentos e atitudes. Os primeiros filósofos cristãos e os medievais afirmavam que podemos conhecer a verdade, desde que a razão se submeta à fé, já que essa comporta as verdades últimas e principais.



Assimile

A partir do século XVII a teoria do conhecimento torna-se disciplina central da Filosofia. O problema do conhecimento torna-se fundamental e a Filosofia precisa começar analisando a capacidade do homem para conhecer e também por entender o sujeito do conhecimento. A teoria do conhecimento se debruça sobre a relação entre o pensamento e as coisas, entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Entram em cena os filósofos modernos com três tarefas principais, segundo Chauí (2012):

1. Separar fé de razão, indicando que cada uma estava destinada a

conhecimentos diferentes e sem qualquer relação entre si.

2. Explicar como a alma, que é diferente dos corpos, pode conhecer os corpos. Consideraram que a alma pode conhecer os corpos porque os representa intelectualmente por meio das ideias e estas são imateriais como a própria alma.

3. Explicar como a razão e o pensamento podem ser mais fortes do que a vontade a ponto de controlá-la para que evite o erro.

Os dois filósofos que iniciam o exame da capacidade humana para o erro e a verdade são o inglês Francis Bacon e o francês René Descartes. Lembre-se de que os gregos perguntavam: como o erro é possível? Já para os filósofos modernos a pergunta é outra: como a verdade é possível? Para os modernos a busca é pela compreensão e explicação de como relatos mentais – que são as nossas ideias – podem corresponder ao que se apresenta verdadeiramente na realidade.

Para chegar a abordar o conhecimento verdadeiro, Bacon e Descartes examinaram de forma exaustiva as causas e as formas do erro. Inauguraram um estilo filosófico que permanecerá na Filosofia: a análise dos preconceitos e do senso comum.



Exemplificando

Você já ouviu alguém dizer que não se pode ingerir manga com leite? O que fundamenta esse conhecimento? Você teria coragem de testar?

O senso comum diz que juntar manga com leite é terrível para o corpo. Mas não é um conhecimento científico e sim do senso comum que persiste até nossos dias. Na época da escravidão no Brasil, os senhores se incumbiam de noticiar aos escravos que trabalhavam com o gado que a morte era certa a quem comesse manga e depois tomasse leite. O leite era um bem valioso que gerava grande lucro. Os escravos trabalhavam diretamente com o gado e retiravam o leite também. As fazendas estavam repletas de mangueais e a manga não tinha valor comercial. Por isso as mangas eram muito consumidas pelos escravos. Com a crença de que o leite seria terrível para quem já havia comido mangas, os escravos não precisavam de ninguém vigiando para não tomarem o leite.

Descartes localizava a origem do erro em duas atitudes que chamou de atitudes infantis, conforme Chauí (2012) apresenta:

1. A prevenção, que é a facilidade com que nosso espírito se deixa

levar pelas opiniões e ideias dos outros sem a preocupação de analisar e verificar se são ou não verdadeiras. São as opiniões que se cristalizam em nós sob a forma de preconceitos e que escravizam nosso pensamento, impedindo-nos de pensar e de investigar;

2. A precipitação, que é a facilidade e a velocidade com que nossa vontade nos faz emitir juízos sobre as coisas antes de verificarmos se nossas ideias são ou não são verdadeiras. São opiniões que emitimos como consequência de nossa vontade ser mais poderosa do que nosso intelecto. As opiniões se originam no conhecimento sensível, na linguagem, na imaginação e na memória.

Descartes está convencido de que é possível vencer os efeitos das origens dos erros ao apelar para uma reforma do entendimento e das ciências. É o próprio sujeito do conhecimento que vai agir contra os efeitos do erro ao decidir e optar pela necessidade de encontrar fundamentos seguros para o saber. Para tal, Descartes criou um procedimento: a dúvida metódica, conforme nos explica Chauí (2012, p. 167),



[...]procedimento[...]pelo qual o sujeito do conhecimento, analisando cada um de seus conhecimentos, conhece e avalia as fontes e as causas de cada um, a forma e o conteúdo de cada um, a falsidade e a verdade de cada um e encontra meios para livrar-se de tudo quanto seja duvidoso perante o pensamento.

Para Descartes, o conhecimento sensível – que é composto pela sensação, percepção, imaginação, memória e linguagem – é a causa do erro e deve ser afastado. Já o conhecimento verdadeiro é puramente intelectual, parte das ideias inatas e controla, através de regras, as investigações filosóficas, científicas e técnicas.



Faça você mesmo

Dado e informação. Como você relaciona esses elementos na construção de um conhecimento?

Dado pode ser entendido como um elemento antes que tenha sido organizado de forma que as pessoas possam entender e utilizar. Tratado isoladamente, o dado não carrega conhecimento, não transmite uma mensagem. Dado é um código que compõe a matéria-prima da informação: é a informação não tratada que ainda não apresenta relevância.

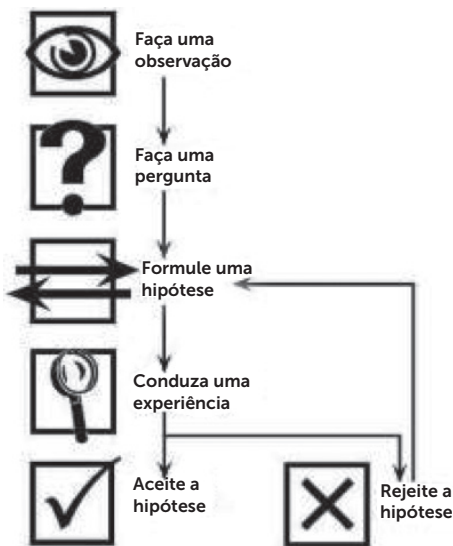
Informação é o dado já tratado. O resultado do processamento de um dado é a informação. A informação carrega significado e pode auxiliar no processo de tomada de decisão.

Agora, note como o conhecimento vai além da informação, porque carrega significado e tem uma aplicação. Conhecimento é o ato ou efeito de abstrair noção de alguma coisa, como: conhecimento de um fato, das leis, do conteúdo de um documento, conhecimento da estrutura e função de determinados sistemas. O saber, a instrução ou domínio científico estão relacionados com o conhecimento.

Sem medo de errar

Vamos retomar nossa situação-problema proposta no início dessa seção e também considerar os mais importantes conteúdos para resolvê-la. Você tem uma imagem com perguntas pontuais:

Figura 2.2 – Imagem com perguntas pontuais



Fonte: <http://www.proficiencia.org.br/~proficie/spaw/uploads/images/METODO_ESQUEMA.jpg> Acesso em: 2 ago. 2015.

A partir da figura podemos fazer interpretações. Dedique-se a esses tópicos:

- 1- Explique cada etapa apresentada nessa figura.
- 2- Dê um exemplo do que é possível descobrir usando essas etapas.

3- Para que serve esse tipo de investigação? Você a conhece? Qual é o nome que damos a esse tipo de conhecimento?

4- Quais são as características, as marcas desse tipo de conhecimento?

Você viu como conhecer envolve o sujeito e também o objeto do conhecimento, aquilo que buscamos compreender, dominar. Podemos considerar então que agimos sobre o objeto do conhecimento, o que insere a subjetividade nesse cenário. Você analisou, desde a Seção 1, como os filósofos gregos estabeleceram alguns princípios gerais do conhecimento verdadeiro.

Também, viu como, para Agostinho, o pensamento é ao mesmo tempo a essência do ser humano e a fonte dos erros que podem afastá-lo da verdade. Ele avalia que o homem é sempre sujeito ao erro, uma verdade imutável só poderia provir de Deus, que é a perfeição.

Como o passar da História, você acompanhou quando os filósofos modernos entraram em cena, e se defrontaram com três tarefas principais: separar fé de razão, explicar como a alma pode conhecer os corpos e explicar como a razão e o pensamento podem ser mais fortes do que a vontade.

Na luta para chegar ao conhecimento verdadeiro, Bacon e Descartes examinaram de forma exaustiva as causas e as formas do erro. Inauguraram um estilo filosófico que permanecerá na Filosofia: a análise dos preconceitos e do senso comum. Considere também em suas análises o procedimento para a busca pelo conhecimento: a dúvida metódica criada por Descartes.



Lembre-se

Para Agostinho, o conhecimento é a capacidade de concluir verdades imutáveis por meio dos processos mentais. Ao considerar que o homem é sempre sujeito ao erro, uma verdade imutável só poderia provir de Deus, que é a perfeição. Veja: o ser humano tem pensamento autônomo e acesso à verdade eterna, mas dependeria, para isso, de iluminação divina.

Para Descartes, o conhecimento sensível – que é composto pela sensação, percepção, imaginação, memória e linguagem – é a causa do erro e deve ser afastado. Já o conhecimento verdadeiro é puramente intelectual, parte das ideias inatas e controla, através de regras, as investigações filosóficas, científicas e técnicas.



Atenção

Em suas ações, você também pode evitar a origem dos erros, conforme apontou Descartes investigando se há a presença de duas atitudes infantis:

1. A facilidade como nos deixamos conduzir pelas opiniões dos outros sem analisar se são ou não verdadeiras. As opiniões que se cristalizam em nós sob a forma de preconceitos nos impedem de pensar livremente.
2. A facilidade e a velocidade com que nossa vontade nos lança a traçar veredictos sobre as coisas antes de verificarmos se nossos julgamentos de baseiam em ideias verdadeiras. Emitimos opiniões apoiadas em nossa vontade que cede ao nosso intelecto.

Descartes está convencido de que é possível vencer os efeitos das origens dos erros ao apelar para uma reforma do entendimento e das ciências. É o próprio sujeito do conhecimento que vai agir contra os efeitos do erro ao decidir e optar pela necessidade de encontrar fundamentos seguros para o saber.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com a de seus colegas.

"Formação da moral ocidental"

1. Competência de fundamentos de área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Reconhecer como posturas éticas e o domínio de um determinado conhecimento pode alterar o cenário empresarial.
3. Conteúdos relacionados	Ética e conhecimento.
4. Descrição da SP	Ricardo acaba de ser contratado como motorista usando um aplicativo de celular chamado Uber. Nesse tipo de aplicativo a pessoa que precisa de um motorista se conecta diretamente solicitando o serviço. Trata-se de um serviço parecido com os táxis, mas com diferenciais: a) em relação aos valores cobrados pelo serviço; b) para ser um motorista do Uber, basta cadastrar-se seguindo uma lista de exigências de segurança;

	<p>c) Motoristas do Uber não cobram por carona, mas recebem uma remuneração diretamente da empresa baseada na duração e distância da corrida;</p> <p>d) os carros da Uber são pretos, geralmente de luxo, com vários itens de conforto para os passageiros;</p> <p>e) os motoristas usam roupas sociais e até abrem a porta para a pessoa entrar.</p> <p>1- Que conhecimentos foram usados para idealizar esse aplicativo?</p> <p>2- Por que o Uber tem sido alvo de protestos e críticas dos taxistas?</p> <p>3- Quem está certo: os taxistas ou o Uber? Como resolver esse impasse?</p>
5. Resolução da SP	<p>1- Foram utilizados conhecimentos científicos (apoiados na observação de um problema da realidade) com conhecimentos técnicos que nos permitem elaborar e construir aplicativos para resolver uma situação da vida diária.</p> <p>2- Para os taxistas o Uber se configura como uma concorrência desleal. Para operar um táxi, o motorista precisa conseguir alvará e licença especial emitida pelas prefeituras das cidades. Conseguir uma permissão dessas envolve burocracia e também investimento. Na maioria das capitais brasileiras, a prefeitura parou de emitir alvarás e quem quiser ser taxista tem de comprar ou alugar de alguém que tenha esse documento.</p> <p>3- Depende de como o problema é analisado: para os taxistas a concorrência é desleal porque conseguiram o alvará se sujeitando a uma série de regras. Então querem ter a preferência para exercer a atividade. Nessa ótica seria injusto que o Uber aparecesse sem respeitar as mesmas regras e começasse a roubar clientes dos táxis. Já quem defende o Uber diz que o serviço prestado é diferente do táxi (porque é de um nível mais alto) e que é o equivalente a contratar um motorista particular, algo que já existe e é perfeitamente legal. O Uber apenas conectaria os clientes aos motoristas, e isso não pode ser considerado como concorrência aos táxis. Note como não há resposta única ou simples. Mas uma possibilidade de solução seria a partir do poder público, que, ao invés de proibir, se dedicasse a regularizar o serviço do Uber, obrigando os motoristas e as empresas a seguir regras, talvez parecidas às que os taxistas já são submetidos. Sendo que as mesmas regras valeriam também para qualquer outra empresa que desejasse prestar o mesmo serviço.</p>



Lembre-se

Buscar as causas e formas do erro foi um dos focos de Bacon e Descartes para chegar ao conhecimento verdadeiro. Foram esses dois filósofos que

inauguraram um estilo filosófico que segue na Filosofia até nossos dias: a análise dos preconceitos e do senso comum. Lembre-se de considerar em suas análises o procedimento para a busca pelo conhecimento, que é a dúvida metódica criada por Descartes.



Faça você mesmo

Confira o breve desafio a seguir:

Se eu lhe afirmasse que cortar o cabelo na lua crescente faz o cabelo crescer mais rápido, você:

- 1- Acreditaria na minha palavra, afinal eu devo saber o que digo para defender isso através de um artigo, por exemplo.
- 2- Não acreditaria: essa história não pode ser verdadeira, é muito absurda.
- 3- Acreditaria: uma amiga sua sempre corta o cabelo na lua crescente.
- 4- Não acreditaria porque não há nada na Bíblia que confirme isso.
- 5- Acreditaria porque a ciência explica como a lua afeta o movimento das marés e, por isso, também pode afetar o crescimento dos cabelos.

O que você escolheria?

Padrão de exercício: O mais importante nesse exercício não é sua resposta, a pergunta que se origina dela: quais são os critérios que você usa para decidir no que acredita? Baseia suas crenças no "bom senso comum"? Acredita no que a maioria das pessoas acredita? Confiar suas opiniões e crenças sobre a natureza a partir de livros sagrados? Não acredita em nada?

A Ciência investiga o mundo ao nosso redor e se depara o tempo todo com alegações sobre as quais deve decidir se "acredita" ou não. A tarefa e a responsabilidade da ciência são bem mais amplas do que a sua. O conhecimento obtido pela Ciência será usado para manipular geneticamente alimentos, medicar pessoas, construir máquinas que podem afetar milhões de vidas, entre tantas e tantas outras coisas. Para descobrir a verdade, a Ciência recorre a critérios claros, a métodos de investigação precisos longe das ilusões dos sentidos, dos preconceitos, das crenças pessoais, das superstições.

Em tempo: a Ciência não comprova que cortar o cabelo na lua crescente ou em qualquer outra lua interfira no crescimento dos cabelos.

Faça valer a pena

1. Método _____ é uma forma de investigação da natureza. Para isso, não considera _____ ou sentimentos religiosos. Baseia-se na observação sistemática dos fenômenos estudados e na lógica. Qualquer pessoa, tendo acesso aos experimentos, deve poder obter os mesmos resultados. Teorias baseadas em _____, que se fundamentam em dogmas de fé, permeadas de superstições, não podem fornecer resultados ou aplicações. É, por exemplo, o caso da Teoria Criacionista, segundo a qual um ser sobrenatural criou o Universo e a vida.

As palavras que completam o texto corretamente, na sequência, são:

- a) científico - superstições - misticismo.
- b) clássico - fatos - ciência.
- c) científico - provas - fatos.
- d) científico - evidências - provas.
- e) sócrático - fatos - misticismo.

2. Localizava a origem do erro em duas atitudes que chamou de atitudes infantis:

- 1. A prevenção, que é a facilidade com que nosso espírito se deixa levar pelas opiniões e ideias dos outros sem a preocupação de analisar e verificar se são ou não verdadeiras.
- 2. A precipitação, que é a facilidade e a velocidade com que nossa vontade nos faz emitir juízos sobre as coisas antes de verificarmos se nossas ideias são ou não são verdadeiras.

O filósofo que elaborou tal análise foi:

- a) Agostinho.
- b) Aristóteles.
- c) Platão.
- d) Descartes.
- e) Sócrates.

3. Considere as afirmações analisando se são (V) verdadeiras ou (F) falsas.

Os dois filósofos que iniciam o exame da capacidade humana para o erro e a verdade são o inglês Francis Bacon e o francês René Descartes:

() Esses filósofos conheciam as questões dos gregos antigos que queriam saber: como o erro é possível? Mas, como filósofos modernos, Bacon e Descartes tinham outra pergunta: como a verdade é possível?

() Para os modernos a busca é pela compreensão e explicação de como relatos mentais – que são as nossas ideias – podem corresponder ao que se apresenta verdadeiramente na realidade.

() Para chegar a abordar o conhecimento verdadeiro, Bacon e Descartes examinaram de forma exaustiva as causas e as formas do erro. Inauguraram um estilo filosófico que permanecerá na Filosofia: a análise dos preconceitos e do senso comum.

Escolha a alternativa que contém a resposta correta, respectivamente:

a) V – V – F.

b) V – V – V.

c) F – F – V.

d) F – V – F.

e) V – F – F.

Seção 2.3

Individualidade e Subjetividade

Diálogo aberto

Como nós nos formamos ética e moralmente? Quais princípios regem nossa moral? Nós os compartilhamos, os vivemos em sociedade? De que forma?

Prosseguimos na compreensão pelo que forja eticamente o homem. Buscamos explicações das origens da moral ocidental: como os valores, os princípios e a moral se estabelecem e se configuram em cada indivíduo e socialmente.

Você já acompanhou importantes percursos à luz da Filosofia desde Sócrates, os sofistas, Platão e Aristóteles que introduziram a ideia de que há diferentes maneiras de conhecer e como a luta pela busca da verdade e da correção foi central na Grécia Antiga. Também, viu como dois importantes pensadores: Santo Agostinho – com a importância da revelação –, e Renê Descartes – com o valor da intenção –, trouxeram novas interpretações sobre conhecimento, verdade e moral.

Nessa nova seção vamos enveredar pelas reflexões de Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant que perguntam essencialmente: como devemos agir? Parece uma questão simples, mas que impacta nossas vidas em todas as instâncias, todos os dias.

Vejam agora a situação problema desta seção, idealizado a partir da notícia abaixo:

“Noivos turcos trocam a festa de casamento por banquete para 4.000 refugiados sírios”

(Do UOL, em São Paulo – 05/08/2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/08/05/noivos-turcos-trocam-a-festa-de-casamento-por-um-banquete-para-refugiados-sirios.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2015).

Um casal turco recém-casado decidiu trocar a recepção para a família por um banquete para 4.000 refugiados sírios que vivem na região da fronteira entre Turquia e Síria. A boa ação de Fethullah Üzümcüolu e Esra Polat ganhou as redes sociais depois que a organização não

governamental Kimse Yok Mu, em que o pai do noivo, Ali Üzümcüolu, é voluntário, divulgou as imagens do evento.

O porta-voz da instituição, Hatice Avci, disse ao jornal "The Washington Post" que o pai do noivo acreditava que custear um grande jantar para parentes e amigos seria desnecessário enquanto tantas pessoas passavam fome tão perto de casa.

Quando sugeriu a ideia do banquete para os refugiados, o filho concordou em realizá-lo. "Fiquei muito feliz por meu filho ter aceitado a proposta e pelo fato de que o casal irá começar a sua jornada com uma ação tão altruísta", disse o pai, segundo a ONG.

A noiva, Esra, disse a jornais turcos que estava muito feliz em compartilhar as refeições com pessoas que precisavam tanto. "Fiquei chocada quando Fethullah me falou sobre a ideia na primeira vez. Mas fui conquistada por ela e foi uma experiência incrível", afirmou.

O noivo, Fethullah, disse que ver a felicidade nos olhos das crianças sírias foi algo impagável. "Começamos nossa jornada de felicidade fazendo outras pessoas felizes, e isso é um sentimento incrível".

A ONG tem uma cozinha móvel na região turca de Kilis, e alimenta os 4.000 refugiados sírios todos os dias. A organização opera em mais de 110 países e tem parceria com a ONU em projetos para ajudar os sírios que fugiram do país por conta da violência na região.

A partir dessa reportagem muitas questões podem ser feitas. Essas são as que você vai se dedicar especialmente:

1- Por que há refugiados num mundo tão extenso e cheio de recursos?

2- Em quais condições vivem os adultos, crianças e idosos refugiados no mundo?

3- Quais motivos podem levar uma pessoa a decidir compartilhar seu banquete de casamento apenas com refugiados?

4- Que marcas da moralidade e da ética são encontradas nessa reportagem?

Não pode faltar

"O homem nasce livre, mas por toda parte encontra-se acorrentado".

Jean-Jacques Rousseau

Você concorda com Rousseau? Já se sentiu acorrentado de alguma forma?

Essa é a frase inicial da obra “O Contrato Social”, que fez o filósofo político Jean-Jacques Rousseau ser conhecido mundialmente. Também, foi Rousseau quem afirmou que “o homem nasce naturalmente bom e a sociedade o corrompe”.

Você já pode notar como as concepções desse filósofo revelam um homem com natureza em essência boa sendo que a sociabilização seria a responsável pela deturpação, pelo desvio do homem do caminho do bem, da correção. O contato com a sociedade, que é má, tornaria os homens igualmente maus. O estado de natureza é mais vantajoso para o homem e lhe daria mais felicidade do que o estado social.

Rousseau estabelece estreita correlação entre as estruturas da sociedade e as condições morais e psicológicas do indivíduo. De onde originam, então, a discórdia, a corrupção? A resposta, segundo ele, é que advém da imensa desigualdade de riqueza e da excessiva complexidade da sociedade. Para o homem ser livre e feliz precisa estabelecer uma boa relação consigo mesmo e com os demais, o que, na análise de Rousseau, somente aconteceria numa comunidade simples, pequena, na qual todos participassem em igualdade de condições dos mesmos princípios, das mesmas crenças, estabelecendo então as leis e o governo em sintonia com tais valores. Rousseau afirma ser possível a constituição de um “Estado Ideal” obtido pelo consenso entre os sujeitos compondo uma sociedade com garantia plena de todos os direitos a todos os cidadãos, mantendo-os distantes da corrupção e ligados à vontade geral. Numa comunidade grande e complexa surgem inevitavelmente a desigualdade e o controle de poucos sobre uma maioria alienada, dominada e passiva. A propriedade privada seria causa e efeito da ganância e dos males sociais.



Assimile

Rousseau defende que o Estado Ideal é um estado social legítimo, em estreita relação com a vontade geral e distante da perversão. A soberania deve estar nas mãos do povo, através do corpo político dos cidadãos. A sociedade então transforma os direitos naturais de cada homem em direitos civis. O governo é justo e, através da cidadania, resguarda o bem comum.

Na busca pela igualdade e liberdade, os homens então fariam um pacto social unindo e dirigindo suas forças para objetivos comuns. Ao se agregarem, somarem as forças individuais, passariam a atuar de forma harmônica. Rousseau defende que, ao invés de destruir a igualdade natural, o pacto social seria fundamental para compor uma igualdade moral e legítima. A partir daí qualquer desigualdade física, na destreza ou na habilidade, se tornariam iguais por convenção e por direito. Veja como a consequência seria a união de todos por uma vontade geral, pelo interesse comum. Para Rousseau, o pacto social cria um corpo político com poder absoluto sobre todos e é este mesmo poder que, encaminhado pela vontade geral, recebe o nome de soberania. A autoridade soberana é simples, não pode ser dividida nem destruída, é indivisível e inalienável. É mais do que a soma da vontade e do interesse comum, se compondo como algo maior, que origina em cada homem e assume imensas proporções ao se configurar como um todo no Estado Ideal.

A apologia do sentimento, em oposição à razão

Rousseau faz uma denúncia apaixonada e radical da sociedade, aponta suas perversões, seus males, denuncia a ordem estabelecida como algo odioso. Não acredita na ciência, no progresso como percurso supremo da humanidade para conquistar a felicidade. Seu paradigma é o sentimento, que, para ele, está na essência do homem e ao qual a razão deve se subordinar.

A moral do coração de Rousseau tem como finalidade apontar um caminho que conduza o homem à liberdade. Livre de pressões sociais e de preconceitos o homem pode exercer então sua bondade nata.



Pesquise mais

O objetivo do artigo é a compreensão da antítese entre natureza e cultura ressaltada por Rousseau revelando como o homem distanciou-se do seu elemento harmônico. Destaca o distanciamento entre o homem e o mundo.

DALPICOLOR, André. A genealogia da moral no segundo Discurso de Jean-Jacques Rousseau. **Revista Eletrônica Internacional**, 17 abr. 2006. Disponível em: <http://www.sens-public.org/IMG/pdf/SensPublic_ADalpicolor_Rousseau.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2015.

Rousseau é um importante filósofo do Iluminismo, do Século das Luzes, o Século da Razão. Como explicar que se coloque contra a razão? Ele não se coloca contra a razão de forma absoluta. Defende que o percurso traçado pela sociedade, conduzida pela razão, está corrompido e pode ser corrigido desde que a razão se curve ao coração, ao sentimento. Essa seria uma forma segura do homem colocar em prática suas virtudes. A análise de Rousseau de que a natureza humana é boa, mas que a sociedade a contamina, permeou toda sua filosofia. As contribuições de Rousseau, em todos os campos aos quais se dedicou, desde a antropologia filosófica até a música, a educação, o romance e a política, o sentimento tem sempre primazia sobre a razão.



Assimile

Rousseau rebela-se contra a razão ao afirmar que nela está o fundamento da maldade, das formas de opressão, dos vícios engendrados pela civilização e expressos na vida social. A origem da desigualdade entre os homens não é natural, mas sim, social.

Segundo Rousseau, a razão engendra os males sociais, inibe os sentimentos naturais do homem, como os que ele chama de "sentimento de piedade" e "amor de si". O sentimento de piedade – comportando a compaixão e a comiseração – impedia que o homem em estado de natureza fizesse mal aos outros.

Observe o que Rousseau indicou sobre os males que incrementam a desigualdade na transição do homem natural para o homem civil:



[...] a ambição devoradora, o ardor de elevar sua fortuna relativa, menos por verdadeira necessidade do que para colocar-se acima dos outros, inspira a todos os homens uma negra tendência a prejudicarem-se mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa quanto, para dar seu golpe com maior segurança, frequentemente usa a máscara da bondade; em uma palavra, há, de um lado, concorrência e rivalidade, de outro, oposição de interesses e, de ambos, o desejo oculto de alcançar lucros a expensas de outrem. (ROUSSEAU, 1978, p. 267)

"Existe... só um imperativo categórico, que é este: aja apenas segundo a máxima que você gostaria de ver transformada em lei universal."

Immanuel Kant, A Metafísica da Moral (1797)

Você, com certeza, já ouviu: "faça para os outros o que você gostaria que fizessem a você." Essa é a base do imperativo categórico do grande filósofo alemão Immanuel Kant: você deve agir sempre baseado nos princípios que desejaria ver aplicados universalmente.

Mas por que "imperativo categórico"? Acompanhe:

- Imperativo, porque é um dever moral.
- Categórico, porque atinge a todos, de forma abrangente e universal, sem exceção.

Kant lutou para evitar o dilema das diferentes ideias que cada pessoa tem sobre o que gostaria que se fizesse a elas. Enfrentou o "relativismo moral", que é essa moralidade circunstancial tão difundida inclusive em nossos dias: a noção de que o que é certo depende da situação ou do contexto. Veja como fica óbvio que esse filósofo não podia aceitar a doutrina do utilitarismo que se apoia na máxima "os fins justificam os meios".



Refleta

Como podemos nortear nossas ações com base nos resultados, se até mesmo os planos mais bem cuidados também podem ser desvirtuados?

Muitas vezes temos como resultado de nossas ações não necessariamente aquilo que pretendíamos. Portanto, para Kant, basear nossos julgamentos nos resultados é um desvirtuamento moral.

Como, então, agir com segurança?

Na visão de Kant, se quisermos ser objetivos, temos que agir, não segundo os objetivos, as finalidades, mas conforme princípios universais e não sob regras circunstanciais.

A análise da moral para Kant não está relacionada a qualquer sentido religioso e inclusive se opõe à moral do coração de Rousseau. Segundo Chauí (2012), Kant volta a afirmar o papel da razão na Ética. Para ele não existe bondade natural, somos egoístas, agressivos, destrutivos, ambiciosos, cruéis, sedentos de prazeres que nunca nos saciam e pelos quais matamos, roubamos e mentimos. É justamente por isso que precisamos do dever para assim nos tornarmos sujeitos morais.

Kant faz uma distinção entre o que é moral e o que é legal. Agir moralmente não significa apenas agir de acordo com a lei, mas com intencionalidade. Agir moralmente significa agir de forma que a lei moral possa determinar imediatamente a vontade. O homem é um ser racional capaz de se regular por leis que impõe a si mesmo. Essas leis têm sede na razão e revelam sua autonomia do homem. São leis morais que o levam a praticar o bem, em detrimento dos seus caprichos e interesses individuais. Segundo Kant, o ser humano é dividido entre a sua inclinação para o prazer e a necessidade de cumprir o dever. Tanto pode se deixar conduzir pelos instintos como determinar-se pela razão.

Para agir moralmente não podemos nos deixar levar por nenhum interesse, devemos agir somente por dever. O conceito de dever exige consonância com a lei mas também exige o respeito como único modo de determinação da vontade.

O dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei. Essa ação por dever elimina todas as inclinações restando à vontade obedecer à lei. O pensamento do dever derruba a arrogância e é tido como princípio da moralidade.

Acompanhe como Chauí (2012) nos indica a exposição kantiana a partir de duas distinções:

1- A distinção entre razão pura teórica ou especulativa e razão pura prática.

2- A distinção entre ação por causalidade ou necessidade e ação por finalidade ou liberdade.

Veja: a razão pura teórica e a razão prática são universais, o que significa que são as mesmas para todos os homens, em qualquer tempo ou lugar. Os conteúdos podem variar conforme a experiência ou o contexto histórico. Mas as formas não variam, não estão condicionadas à história ou à experiência porque dependem do sujeito transcendental, epistemológico e não do eu psicológico (indivíduo).

Já a diferença entre razão teórica e razão prática encontram-se em seus objetos, como indica Chauí (2012):

[...] Kant considera que a razão teórica ou especulativa tem como matéria ou conteúdo a realidade exterior a nós, um sistema de objetos que operam segundo leis necessárias de causa e efeito, independentemente de nossa intervenção; em consequência, a razão prática não contempla uma causalidade externa necessária, mas institui sua própria realidade, na qual se exerce. Essa realidade prática é justamente a vida moral ou a existência humana em sociedade, existência que depende da ação da vontade humana, pois a sociedade é uma instituição criada pelos próprios homens.

A diferença entre razão pura teórica e razão pura prática decorre da distinção entre necessidade e finalidade/liberdade. (CHAUÍ, 2012, p. 393).

Segundo Kant, o sujeito transcendental compõe-se de aparelho cognitivo universal, que é comum e presente em todos os homens. Significa dizer que todo ser saudável possui tal aparato cognitivo formado por três campos: a razão, o entendimento e a sensibilidade. Para ele, a razão é que assegura os princípios que articulam intenção e dever conforme a autonomia do indivíduo. Nasce então a ideia de liberdade kantiana: sem liberdade não pode haver ato moral; para sermos livres, precisamos ser obrigados pelo dever de sermos livres.



Refleta

Se somos livres e racionais, por que valores, princípios morais e fins não são espontâneos em nós? Por que precisamos do dever para agir conforme a correção ética? Por que precisamos de leis e de regulação?

A resposta de Kant é que nós não somos apenas seres morais. Também, somos seres naturais: nosso corpo e nossa psique são compostos de impulsos, desejos, apetites e paixões. O conjunto dos nossos comportamentos, sentimentos e emoções são parte da natureza em nós, mas quem se submete a eles não tem autonomia ética. A natureza nos impele a agir por interesse. O interesse é a forma natural do egoísmo que nos leva a usar pessoas e coisas como instrumentos e meios para o que desejamos.

Kant alerta que o interesse nos faz viver na ilusão de que somos racionais e livres. Julgamos que nossas ações foram livremente decididas por nós quando, na verdade, são um impulso cego determinado pela

causalidade natural. Note que interessante: na visão kantiana, agir por interesse é agir à maneira dos animais: somos determinados por motivações vitais, físicas, psíquicas. Desejos, impulsos, apetites, comportamentos naturais, geralmente são muito mais fortes do que a razão.

Consequentemente, a razão prática e a verdadeira liberdade precisam superar nossa parte natural para se imporem ao nosso ser moral. É quando nos obrigamos a passar das motivações, do interesse, para o dever. Para sermos livres, precisamos ser obrigados pelo dever de sermos livres. Kant afirma que o dever revela nossa verdadeira natureza e não se mostra através de um conjunto de conteúdos fixos, que definiriam a essência de cada virtude e diriam que atos deveriam ser praticados e evitados em cada circunstância de nossa vida. O dever é uma forma que precisa valer para toda e qualquer ação moral. Tal forma não é meramente indicativa, mas imperativa. O imperativo não comporta hipóteses, vale incondicionalmente e sem exceções para todas e quaisquer circunstâncias de todas as ações morais. Por isso o dever é um imperativo categórico. Ordena incondicionalmente. Não é uma motivação psicológica, mas a lei moral interior.

Mas como agir moralmente, como agir frente a um imperativo categórico? Acompanhe como Kant deduziu as três máximas morais que exprimem a incondicionalidade dos atos realizados por dever, conforme Chauí (2012):

1. Aja como se a máxima de tua ação devesse ser eleita por sua vontade em lei universal da natureza. Essa máxima afirma a universalidade da conduta ética, significa aquilo que todo e qualquer ser humano racional deve fazer como se fosse uma lei inquestionável, que é válida para todos em todo tempo e lugar.

2. Aja de tal forma que trate a humanidade, tanto na sua própria pessoa como na pessoa de outro, sempre como um fim e nunca como um meio. Essa segunda máxima afirma a dignidade dos seres humanos como pessoas e, portanto, a exigência de que sejam tratados como fim da ação e jamais como meio ou como instrumento para nossos interesses.

3. Aja como se a máxima de sua ação devesse servir de lei universal para todos os seres racionais. Essa última máxima afirma que a vontade que age por dever institui um reino humano de seres morais porque racionais e, portanto, dotados de uma vontade legisladora livre ou autônoma.



Exemplificando

Por que mentir é imoral?

Veja a resposta de Chauí (2012) a partir de Kant: Porque o mentiroso transgredir as três máximas morais. Ao mentir, não respeita em sua pessoa e na do outro a humanidade (quer dizer, a consciência, racionalidade e liberdade). Essa violência praticada por quem mente esconde de outra pessoa um dado verdadeiro. E, pelo engano ao qual o outro é conduzido, usa a boa-fé desse outro. A segunda máxima também é desrespeitada, pois, se a mentira pudesse se universalizar, se generalizar por todo o gênero humano, abdicaríamos da razão e do conhecimento, da reflexão e da crítica, da capacidade para escolher e decidir, vivendo no erro, na ignorância e na ilusão.

As máximas de Kant revelam a importância de interiorizarmos o dever que tem origem na razão e na vontade do agente moral. Kant aponta que a vontade boa, que quer o bem, nasce do acordo entre vontade e dever. A vontade ética seria então constituída pela obediência à lei moral, respeito pelo dever e pelos outros.

Você percebeu que o imperativo categórico não nos diz para sermos honestos, mas nos oferece a essência da honestidade; não nos diz para sermos justos, corajosos ou generosos, mas nos dá a definição da essência da justiça, da verdade, da coragem ou da generosidade. Não há uma lista de quais ações determinadas devemos seguir e de que forma. Mas nos diz para sermos éticos cumprindo o dever, respeitando as três máximas morais. Quando agimos devemos nos perguntar se tal ação está em consonância, em conformidade com os fins morais, isto é, com as máximas do dever.

Como você viu, as respostas de Rousseau e de Kant, mesmo diferentes, buscam resolver a mesma dificuldade: explicar por que o dever e a liberdade da consciência moral são inseparáveis e compatíveis. A solução dos dois filósofos aponta que o dever precisa estar em nosso interior, e não imposto de fora por uma vontade estranha à nossa.



Faça você mesmo

O presidente americano Harry Truman decidiu lançar a primeira bomba atômica sobre Hiroshima, matando de uma vez só mais de cem mil pessoas. Ele cometeu ou não um atentado contra a moral?

Padrão de Resposta: Truman queria encerrar a guerra e obrigar o governo japonês a se render. O objetivo era o de evitar a perda de milhares de soldados e civis caso a guerra se prolongasse. Lançar a bomba sobre Hiroshima teria melhores consequências do que não o fazer. Se analisarmos que o valor moral das ações depende exclusivamente das consequências, Truman não cometeu um crime. Mas é preciso levar em conta um fator determinante: para salvar a vida de milhares de pessoas inocentes, Truman sacrificou a vida de outras pessoas inocentes.

É moralmente aceitável usar as pessoas como se fossem coisas de que podemos dispor conforme nossa vontade para atender aos nossos objetivos?

Padrão de Resposta: Immanuel Kant defendia que o valor moral das ações depende unicamente da intenção com que são praticadas. Para Kant, a única intenção capaz de dar valor moral a uma ação é a de cumprir o dever pelo dever. E é nosso dever não tratar as pessoas como meros instrumentos. Podemos afirmar que na visão kantiana Truman não reconheceu à população de Hiroshima a dignidade de pessoas, mas a usou como meio para obter o fim da guerra.



Faça você mesmo

Agir moralmente é agir frente a um imperativo categórico. O que isso significa?

Você consegue reconhecer ações suas que se curvam a um imperativo categórico?

Para Kant a razão não diz quais devem ser nossos objetivos, mas o que devemos fazer com os objetivos que temos. Ao agirmos temos em mente um fim e também os meios para alcançar esse fim. Quando a moralidade guia as nossas atitudes, a razão determina não só os meios mas também o fim. Kant afirmava que só a razão determina se uma ação é boa ou má, independentemente dos desejos que possamos carregar. Quando agimos moralmente, as nossas ações são guiadas pela razão. Kant defendeu que as regras morais são categóricas na sua forma. Uma atitude que é errada, é errada. As leis morais dizem apenas "Não faça tal coisa." Não dizem "Não faça tal coisa se o objetivo for X". Kant defende que as regras morais — os imperativos categóricos — derivam da razão. São os imperativos categóricos que descrevem o que temos de fazer, quer queiramos quer não. O que é bem diferente de nos guiar por nossas inclinações. Kant pensava que quando agimos moralmente somos guiados pela razão e não pela inclinação.

Sem medo de errar

Veja novamente nossa situação-problema proposta no início dessa seção:

Um casal turco recém-casado decidiu trocar a recepção para a família por um banquete para 4.000 refugiados sírios que vivem na região da fronteira entre Turquia e Síria. A boa ação de Fethullah Üzümcüolu e Esra Polat foi realizada na organização não governamental Kimse Yok Mu, na qual o pai do noivo, Ali Üzümcüolu, é voluntário. Foi inclusive do pai do noivo a ideia de, ao invés de custear um grande jantar desnecessário para parentes e amigos, pudesse ajudar milhares de pessoas que passavam fome tão perto da casa deles. O noivo, Fethullah, disse que ver a felicidade nos olhos das crianças sírias foi algo impagável. "Começamos nossa jornada de felicidade fazendo outras pessoas felizes, e isso é um sentimento incrível".

Busque as melhores respostas para:

1- Por que há refugiados num mundo tão extenso e cheio de recursos?

2- Em quais condições vivem os adultos, crianças e idosos refugiados no mundo?

3- Quais motivos podem levar uma pessoa a decidir compartilhar seu banquete de casamento apenas com refugiados?

4- Que marcas da moralidade e da ética são encontradas nessa reportagem?

Você viu em Rousseau como o homem é concebido com uma natureza em essência boa, sendo que a sociabilização seria responsável pela deturpação, pelo desvio do homem do caminho do bem, da correção. Para ele, é o contato com a sociedade, que é má, que tornaria os homens igualmente maus. O estado de natureza é mais vantajoso para o homem e lhe daria mais felicidade do que o estado social. É Rousseau quem estabelece estreita correlação entre as estruturas da sociedade e as condições morais e psicológicas do indivíduo.

Já Kant nos alerta que o interesse nos lança à ilusão de que somos racionais e livres. Você viu que, para ele, nossas ações são um impulso

cego determinado pela causalidade natural. Na concepção kantiana, agir por interesse é agir à maneira dos animais: somos determinados por motivações vitais, físicas, psíquicas. Desejos, impulsos, apetites, comportamentos naturais, geralmente são muito mais fortes do que a razão. A razão prática e a verdadeira liberdade precisam superar nossa parte natural para se imporem ao nosso ser moral. É quando nos obrigamos a passar das motivações, do interesse, para o dever. O dever é uma forma que precisa valer para toda e qualquer ação moral. Tal forma não é meramente indicativa, mas imperativa. A ética kantiana é a ética do dever que concilia dever e liberdade. O pensamento do dever derruba a arrogância e o amor próprio, e é tido como princípio supremo de toda a moralidade.



Lembre-se

Rousseau defende que, para o homem ser livre e feliz, precisa estabelecer uma boa relação consigo mesmo e com os demais, o que, na sua análise, somente aconteceria numa comunidade simples, pequena na qual todos participassem em igualdade de condições dos mesmos princípios, das mesmas crenças, estabelecendo então as leis e o governo em sintonia com tais valores. Numa comunidade grande e complexa, surgem inevitavelmente a desigualdade e o controle de poucos sobre uma maioria alienada, dominada e passiva. A propriedade privada seria causa e efeito da ganância e dos males sociais.



Atenção

O imperativo categórico de Kant não é uma lista indicando as ações que devemos seguir e de como fazer isso. Trata-se de nos debruçarmos sobre a essência da honestidade, a definição da justiça, da generosidade, da coragem, da verdade. Nos diz que, para sermos éticos, precisamos cumprir o dever, respeitar as três máximas morais. Em nossas ações devemos nos perguntar se estão em sintonia com os fins morais, com as máximas do dever.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com a de seus colegas.

"Individualidade e subjetividade"	
1. Competência de fundamentos de área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Reconhecer como posturas éticas, competências e habilidades profissionais estão inter-relacionadas.
3. Conteúdos relacionados	Ética, profissionalismo, competência profissional.
4. Descrição da SP	Elisa estava pronta para mais uma dinâmica no processo de seleção para o novo emprego. Quando todos os candidatos se organizaram em círculo, a pedido do avaliador, cada um recebeu um pequeno papel com a seguinte instrução: "Comente com o grupo por que a ética é indispensável ao profissional. Por que, junto com competência, habilidade e eficiência, também a conduta ética é imprescindível para exercer bem qualquer profissão?" O que Elisa deve dizer para o grupo?
5. Resolução da SP	A ética é indispensável ao profissional, porque na ação humana "o fazer" e "o agir" estão interligados. O fazer diz respeito à competência, à eficiência que o profissional precisa ter para exercer bem sua profissão. O agir refere-se à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes, de posturas que deve assumir no desempenho de sua profissão.



Lembre-se

As ações feitas por dever são ações em que o cumprimento do dever é um fim em si mesmo. A vontade que decide agir por dever é a vontade para a qual agir corretamente é o único motivo, é a base da decisão. Dispensa assim outras razões, não age como diz o senso comum, nem com "segundas intenções". Frente a uma regra ou norma moral age honestamente, com vontade de respeitar a regra sem qualquer outra intenção.



Faça você mesmo

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Através dos tempos, em vários conclave internacionais, vários documentos foram elaborados, visando à melhoria nas relações entre os homens e entre os povos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos – aprovada a 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas – foi o

mais amplo documento concebido em favor da humanidade. Nos seus 30 artigos, essa Declaração de caráter internacional contém uma súmula dos direitos e deveres fundamentais do homem, sob os aspectos individual, social, cultural e político.

Adaptado de: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/ligia.htm>>
Acesso em: 5 ago. 2015.

Qual é a relação que podemos estabelecer entre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as reflexões de Rousseau e Kant?

Padrão de Resposta: A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um pacto entre os cidadãos e o governo, no qual ambos reafirmam valores por meio da vontade geral. Na visão de Rousseau, se revela como uma tarefa ética. No Contrato Social, Rousseau destaca que o legislador deve se apresentar como um exemplo para a sociedade.

Já o caráter revolucionário, ao indicar a vontade geral, é a efetiva vivência dos direitos humanos que só pode se concretizar quando as regras morais forem internalizadas por cada pessoa, de forma que a humanidade e qualquer homem sejam sempre tratados ao mesmo tempo como um fim e jamais como um meio.

Faça valer a pena

1. (UFU – 2005 – Adaptado) “O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!’”

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 87).

A partir do texto e dos conhecimentos sobre o pensamento de Rousseau, é correto afirmar:

a) A desigualdade é um fato natural, autorizada pela lei natural, independentemente das condições sociais decorrentes da evolução histórica da humanidade.

b) A finalidade da instituição da sociedade e do governo é a preservação da individualidade e das diferenças sociais.

c) A sociabilidade tira o homem do estado de natureza onde vive em guerra constante com os outros homens.

d) Rousseau faz uma crítica ao processo de socialização, por ter corrompido o homem, tornando-o egoísta e mesquinho em relação aos semelhantes.

e) Rousseau valoriza a fundação da sociedade civil, que tem como objetivo principal a garantia da posse privada da terra.

2. (UEL – 2004 – Adaptado) “O Estado ou a Cidade mais que uma pessoa moral, cuja vida consiste na união de seus membros, e se o mais importante de seus cuidados é o de sua própria conservação, torna-se-lhe necessária uma força universal e compulsiva para mover e dispor cada parte da maneira mais conveniente a todos. Assim como a natureza dá a cada homem poder absoluto sobre todos os seus membros, o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, ganha, como já disse, o nome de soberania”.

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. Tradução: Lourdes Santos Machado. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1994, p. 48).

Considerando o texto e também seus conhecimentos sobre Rousseau, é correto afirmar:

a) A soberania surge como resultado da imposição da vontade de alguns grupos sobre outros, com o objetivo de conservar o poder do Estado.

b) O estabelecimento da soberania está desvinculado do pacto social que funda o Estado.

c) O Estado é uma instituição social dependente da vontade impositiva da maioria, e compõe a democracia.

d) A conservação do Estado independe de uma força política coletiva.

e) A soberania é estabelecida como poder absoluto orientado pela vontade geral e legitimado pelo pacto social para garantir a conservação do Estado.

3. "O imperativo categórico é, portanto só um único, que é este: Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal."

(KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 59).

A partir da formulação do imperativo categórico por Kant, uma ação é considerada ética quando:

- a) Privilegia os interesses particulares em detrimento de leis que valham universal e necessariamente.
- b) Ajusta os interesses egoístas de uns ao egoísmo dos outros, satisfazendo as exigências individuais de prazer e felicidade.
- c) É determinada pela lei da natureza, apoiando-se no fundamento do princípio de autoconservação.
- d) Está subordinada à vontade de Deus, que preestabelece o caminho correto para toda ação humana.
- e) A máxima que rege a ação a ser universalizada, ou seja, quando a ação pode ser praticada por todos, sem prejuízo da humanidade.

Seção 2.4

A Moral na Modernidade

Diálogo aberto

Você tem se envolvido na compreensão de como nós nos formamos ética e moralmente. Será que há princípios e normas que regem nossa moral? Somos livres para escolher tais valores? Estarão subordinados a alguma regulação, a alguma influência?

Estamos tentando entender o que forma eticamente o homem e também explicar as origens da moral ocidental: como valores, moral e princípios se organizam, se estabelecem e sobrevivem em cada um de nós e também como atuam na vida em sociedade.

O caminho que trouxe você até aqui, saiu lá da Grécia Antiga, viajou por importantes análises à luz da Filosofia desde Sócrates, sofistas, Aristóteles e Platão que apresentaram o homem como um ser que luta pelo conhecimento, pela busca da verdade e da correção. Passou por importantes pensadores, como Agostinho – apresentando a importância da revelação – e Descartes – com o valor da intenção –, que trouxeram outras formas de pensar a moral, a verdade e o conhecimento. Depois seu caminho enveredou por Rousseau e Kant, que carregaram questões intrigantes acerca de como cada um de nós deve agir e de como nossas ações impactam a vida em sociedade.

Nessa última seção desta unidade, convidamos três filósofos com suas reflexões inquietantes: Hegel, Nietzsche e Sartre. Não perca! Você vai se deparar com análises provocadoras, com desafios à reflexão para explicar as dificuldades do homem nesse tripé: a moral como uma construção histórico-cultural, a genealogia da moral e a questão da liberdade.

Está pronto? Então veja só a situação-problema desta seção:

“Tradição indígena faz pais tirarem a vida de crianças com deficiência física”

Fantástico – Edição do dia 07/12/2014 – com adaptações
(Texto integral disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/12/tradicao-indigena-faz-pais-tirarem-vida-de-crianca->

com-deficiencia-fisica.html>. Acesso em: 11 ago. 2015).

A Constituição assegura a grupos indígenas no Brasil o direito à prática do infanticídio, o assassinato de bebês que nascem com algum problema grave de saúde.

Para os índios, isso é um gesto de amor, uma forma de proteger o recém-nascido, mas tem gente que discorda. Um projeto de lei que pretende erradicar o infanticídio já foi aprovado em duas comissões na Câmara Federal e agora vai para votação no plenário. Do outro lado, os antropólogos defendem a não interferência na cultura dos índios.

O infanticídio indígena é um ato sem testemunha. As mulheres vão sozinhas para a floresta. Lá, depois do parto, examinam a criança. Se ela tiver alguma deficiência, a mãe volta sozinha para a aldeia. A prática acontece em pelos menos 13 etnias indígenas do Brasil, principalmente nas tribos isoladas, como os suruwahs, ianomâmis e kamaiurás.

Cada etnia tem uma crença que leva a mãe a matar o bebê recém-nascido. Criança com deficiência física, gêmeos, filho de mãe solteira ou fruto de adultério podem ser vistos como amaldiçoados dependendo da tribo e acabam sendo envenenados, enterrados ou abandonados na selva. Uma tradição comum antes mesmo de o homem branco chegar por lá, mas que fica geralmente escondida no meio da floresta.

Quando a mãe amamenta o filho, é como se tivesse dando a ele a certidão de nascimento, é que ele está sendo aceito por ela e pela comunidade. Os índios acreditam que só durante esse ritual o bebê se torna um ser vivo.

A partir dessa situação-problema, dedique-se a essas questões:

1. Quando um bebê se torna um ser vivo na nossa cultura? E na cultura indígena?

2. Podemos afirmar que há uma moral, uma ética que regula as ações das mães indígenas dessas etnias específicas ao realizarem o infanticídio?

3. Releia: *"Cada etnia tem uma crença que leva a mãe a matar o bebê recém-nascido. Criança com deficiência física, gêmeos, filho de mãe solteira ou fruto de adultério podem ser vistos como amaldiçoados dependendo da tribo e acabam sendo envenenados, enterrados ou abandonados na selva".* Cada etnia indígena do Brasil tem uma crença que leva a mãe a cometer o infanticídio. O que isso significa?

4. Considere a associação entre esses dois conceitos para explicar o infanticídio que acontece em pelos menos 13 etnias indígenas do Brasil: a moral como construção histórico-cultural em Hegel e o conceito de liberdade em Sartre.

Não pode faltar

Hegel e a moral como uma construção histórico-cultural

Rousseau e Kant tentaram fazer uma conciliação entre o dever e a ideia de uma natureza humana que precisa se curvar à moral, ser obrigada à moral. Mas aqui temos um conflito, conforme nos aponta Chauí (2012): se a ética requer uma pessoa autônoma e consciente, como explicar que a moral exija o cumprimento do dever? Relembre: entendemos dever aqui como um conjunto de normas, fins, valores e leis estabelecidos pela cultura.

Chauí (2012) nos conta que no século XIX entra em cena um filósofo alemão, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, buscando responder essencialmente ao problema da exterioridade entre o homem e a forma e o conteúdo do ato moral, já que estes são definidos pela cultura, impondo-se de forma exterior aos membros de uma cultura determinada.

Nessa análise, Hegel critica Rousseau e Kant por terem:

a) Dado mais valor e atenção à relação sujeito humano e natureza deixando em segundo plano a relação sujeito humano e cultura ou história.

b) Admitida a relação entre a ética e sociabilidade considerando vínculos muito frágeis, isto é, como relações pessoais diretas entre indivíduos independentes ou isolados. As relações pessoais entre os homens são mediadas e determinadas através das suas relações sociais. São essas que determinam a vida moral e ética das pessoas. Os fortes vínculos das relações sociais são fixados pelas instituições sociais, tais como família, sociedade civil, Estado.

Para Hegel, somos seres históricos e culturais. Por isso, além de nossa vontade individual subjetiva (que Kant nomeou como razão prática e Rousseau de coração), há uma outra, que tem muito mais poder, que determina a nossa e que está inscrita na cultura ou nas instituições: é a vontade objetiva.



Chauí (2012) explica a vontade objetiva – coletiva, impessoal, pública e social – como historicamente determinada. Essa vontade cria as instituições e junto com elas a moralidade como sistema regulador da vida coletiva através de “mores”, quer dizer, dos costumes e dos valores de uma sociedade, numa época específica.

A moralidade é um conjunto composto pelas instituições que obedecem, todas, aos mesmos costumes e valores educando os indivíduos para interiorizarem a vontade objetiva de sua sociedade e de sua cultura.

Chauí (2012) sintetiza a vida ética e o dever, para Hegel:



A vida ética é o acordo e a harmonia entre a vontade subjetiva individual e a vontade objetiva cultural. Realiza-se plenamente quando interiorizamos nossa cultura, de tal maneira que praticamos espontânea e livremente seus costumes e valores, sem neles pensarmos, sem os discutirmos, sem deles duvidarmos, porque são como nossa própria vontade os deseja. O que é, então, o dever? O acordo pleno entre nossa vontade subjetiva individual e a totalidade ética ou moralidade. (CHAUÍ, 2012. p. 396)

O imperativo categórico de Kant não pode, para Hegel, ser uma forma universal desprovida de conteúdo específico, mas vai ter, em cada sociedade, para cada cultura e em cada época, conteúdos determinados, que serão aceitos e válidos exclusivamente para aquela formação cultural e histórica. Consequentemente, cada sociedade, em cada época específica de sua história, estabelece os atos permitidos e proibidos, os valores positivos e negativos, o conteúdo dos deveres e do imperativo moral. Veja só: ser ético e ser livre será, então, interiorizar as regras morais daquela sociedade e agir de acordo com elas.

**Pesquise mais**

O artigo investiga as relações entre individualidade e espírito objetivo na filosofia política hegeliana. Retoma o significado de “vida ética” para apontar uma alternativa à interpretação de que Hegel seria partidário de um institucionalismo forte, que dissolveria o indivíduo quando de sua institucionalização sócio-política.

KERVÉGAN, Jean-François. Haveria uma vida ética? Université de Paris I

(Panthéon-Sorbonne). Tradução: Marcelo Koch. DoisPontos, Curitiba, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 83-107, abr. 2006. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/doisPontos/article/viewFile/5170/3887>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

Nietzsche e a genealogia da moral

Você já conhece o racionalismo ético que tem a razão como fundamento da vida moral, mas há também outra concepção filosófica conhecida como emotivismo ético. Como o próprio nome diz, “emotivismo ético” indica que o fundamento da vida moral é a emoção. Chauí (2012) nos conta que, tomando Rousseau como inspiração, os emotivistas:

a) Apontam a bondade natural de nossos sentimentos e nossas paixões, que são, por isso, a forma e o conteúdo da existência moral como relação intersubjetiva e interpessoal.

b) Destacam que os sentimentos e emoções são úteis para nossa sobrevivência e também para nossas relações com os outros. Resta então à ética conduzir tal utilidade visando impedir a violência e assegurar relações justas entre as pessoas.

Agora você vai conhecer outra concepção ética, contrária à racionalista, que contesta a razão, não aceita que a razão tenha qualquer domínio sobre paixões e desejos, apontando a liberdade com a plena manifestação do sujeito que deseja. Essa concepção encontra-se em Nietzsche e em vários outros filósofos contemporâneos e é muitas vezes chamada de irracionalista por se opor à razão.

Chauí (2012) revela que, mesmo com algumas variantes, essa concepção filosófica apoiada na ética das emoções e do desejo pode ser resumida nos seguintes pontos principais, tendo como referência a obra nietzscheana intitulada “A genealogia da moral”:

- a moral racionalista foi erguida com finalidade repressora e não para garantir o exercício da liberdade;
- a moral racionalista transformou tudo o que é natural e espontâneo nos seres humanos em vício, falta, culpa, e impôs a eles, com os nomes de virtude e dever, tudo o que oprime a natureza humana;



- paixões, desejos e vontade referem-se à vida e à expansão de nossa força vital, portanto, não se referem, espontaneamente, ao bem e ao mal, pois estes são uma invenção da moral racionalista;
- a moral racionalista foi inventada pelos fracos para controlar e dominar os fortes, cujos desejos, paixões e vontade afirmam a vida, mesmo na crueldade e na agressividade. Por medo da força vital dos fortes, os fracos condenaram paixões e desejos, submeteram a vontade à razão, inventaram o dever e impuseram castigos para os transgressores;
- transgredir normas e regras estabelecidas é a verdadeira expressão da liberdade e somente os fortes são capazes dessa ousadia. Para disciplinar e dobrar a vontade dos fortes, a moral racionalista, inventada pelos fracos, transformou a transgressão em falta, culpa e castigo;
- a força vital se manifesta como saúde do corpo e da alma, como força da imaginação criadora. Por isso, os fortes desconhecem angústia, medo, remorso, humildade, inveja. A moral dos fracos, porém, é atitude preconceituosa e covarde dos que temem a saúde e a vida, invejam os fortes e procuram, pela mortificação do corpo e pelo sacrifício do espírito, vingar-se da força vital;
- a moral dos fracos é produto do ressentimento, que odeia e teme a vida, envenenando-a com a culpa e o pecado, voltando contra si mesma o ódio à vida;
- a moral dos ressentidos, baseada no medo e no ódio à vida (às paixões, aos desejos, à vontade forte), inventa uma outra vida, futura, eterna, incorpórea, que será dada como recompensa aos que sacrificarem seus impulsos vitais e aceitarem os valores dos fracos;
- a sociedade, governada por fracos hipócritas, impõe aos fortes modelos éticos que os enfraqueçam e os tornem prisioneiros dóceis da hipocrisia da moral vigente;
- é preciso manter os fortes, dizendo-lhes que o bem é tudo o que fortalece o desejo da vida e o mal tudo o que é contrário a esse desejo. (CHAUI, 2012, p. 408)



Refleta

Para os filósofos antirracionais, a moral racionalista, dos ressentidos e dos fracos, daqueles que temem a vida na qual as paixões, o desejo e o corpo são partes integrantes e inseparáveis, é a moral dos escravos, dos que renunciam à verdadeira liberdade ética. Chauí (2012) nos dá exemplos dessa moral de escravos: a ética de Sócrates, a moral kantiana, a moral judaico-cristã, a ética da utopia socialista e democrática, quer dizer, toda moral que defenda que as pessoas são iguais, por serem racionais (Sócrates, Kant), por serem irmãos (religião judaico-cristã) ou ainda por possuírem os mesmos direitos (ética socialista e democrática).

Para lutar contra a concepção dos escravos, valoriza-se a moral dos senhores, a ética dos melhores, apoiada nos desejos, em nossos instintos vitais, naquilo que Nietzsche chama de vontade de potência, cuja referência pode ser encontrada nos guerreiros bons e belos das antigas sociedades, na busca de coragem e honra que o homem podia encontrar nos jogos, nos combates, nas disputas por fama e glória.

Tal concepção da ética nos remete a duas importantes considerações:

1. A ética nasce a partir do empenho de uma sociedade para controlar, limitar a violência, o uso da força do homem contra o homem. A filosofia moral é uma reflexão contra a violência considerando o homem como sujeito e não coisa, como livre, racional, desejante. A violência então estava fundada tanto nas ações contra outros – mentira, crueldade, assassinato etc. – como nas ações contra nós mesmos – inveja, remorso, medo, ódio, covardia etc. A ética tinha como foco instituir princípios, valores, meios e fins que pudessem libertar as pessoas dessa violência dupla. A partir dessa análise, Chauí (2012) expõe que os antirracionaisistas, afirmam que a própria ética, quando transformada em preconceitos, costumes e na confiança da capacidade apaziguadora da razão, passa a ser a forma perfeita da violência. Os antirracionaisistas defendem então o valor de uma violência nova – a potência ou a força dos instintos –, considerada pacificadora e libertadora. Será que essa tal violência pode ter um papel liberador e suscitar uma nova ética?

2. Muitos dos chamados irracionaisistas contemporâneos encontram na psicanálise e na teoria freudiana da repressão do desejo (essencialmente do desejo sexual) suas bases. Lutam por uma ética que desvincule o desejo da repressão sendo que a repressão seria a causadora de angústias, neuroses e psicoses. O interessante é que o próprio Freud considerava muito perigoso liberar o id, os desejos, as pulsões. A psicanálise havia descoberto uma ligação estreita e profunda entre o desejo de prazer e o desejo de morte. Se o desejo não fosse controlado e orientado por valores éticos propostos pela razão e por uma sociedade racional, estaríamos expostos a uma violência incontável do desejo.

No entanto, veja: essas duas considerações não devem camuflar os méritos e as dificuldades da proposta moral antirracionalista, como nos lembra Chauí (2012):

”
É o seu grande mérito desnudar a hipocrisia e a violência da moral vigente, trazer de volta o antigo ideal de felicidade que nossa sociedade destruiu por meio da repressão e dos preconceitos. Porém, a dificuldade, como acabamos de assinalar, está em saber se o que devemos criticar e abandonar é a razão ou a racionalidade repressora e violenta, inventada por nossa sociedade, que precisa ser destruída por uma nova sociedade e uma nova racionalidade. (CHAUI, 2012, p. 409)

Vale destacar que não foram apenas Nietzsche e Freud que criticaram a violência oculta sob a moral em nossa cultura. Essa mesma análise foi feita por Marx contra a ideologia burguesa. Ele analisou que os valores da moral vigente – racionalidade, liberdade, felicidade, respeito à subjetividade etc. – eram hipócritas. Mas, diferente de Nietzsche, não em si mesmos, mas porque eram impossíveis, irrealizáveis no contexto de numa sociedade violenta como é a nossa, fundada na exploração do trabalho, na desigualdade, na exclusão de muitos dos direitos culturais e políticos. Segundo Marx, a sociedade precisava mudar para que a ética tivesse oportunidade de se concretizar.

A moral da burguesia, para ele, pretendia ser um racionalismo humanista, porém, as condições materiais concretas na qual vive a maioria da sociedade impossibilitam a existência plena de um ser humano que realize os valores éticos.

Note como também o imperativo categórico kantiano não pode ser respeitado numa sociedade apoiada sob uma organização que remete uma parte da sociedade a ser tratada como coisa, meio ou instrumento para a outra parte.

Sartre e a questão da liberdade

Jean-Paul Charles Aymard Sartre, filósofo, crítico e escritor francês retoma, no século XX, a primeira grande teoria filosófica da liberdade exposta por Aristóteles. Para Aristóteles livre é aquele que tem em si mesmo o princípio para agir ou não agir, quer dizer, aquele que é causa interna de sua ação ou da decisão de não agir. A liberdade é concebida como uma força e como espontaneidade total da pessoa que oferece para si mesmo os motivos e os fins de sua ação sem ser forçado ou constrangido – interna ou externamente – por ninguém e por nada.

Na concepção aristotélica, a liberdade é o princípio que nos permite escolher, deliberar e decidir dentre possíveis alternativas. Poderíamos afirmar que a vontade livre é determinada pela inteligência ou ainda pela razão, causada então pelo pensamento.

Repare como a inteligência conduz a vontade numa certa direção, mas não a obriga nem a constrange, como afirmaram os filósofos posteriores a Aristóteles. Tanto é que podemos agir na direção oposta àquela indicada pela a razão ou pela inteligência. A vontade, uma vez incondicionada e livre, pode aceitar ou não aceitar o que a consciência dita. Nessa visão, a liberdade será ética apenas quando o exercício da vontade estiver em consonância com a direção que a razão aponta.

Sartre levou tal concepção ao extremo defendendo que a liberdade é a escolha incondicional que o próprio homem faz de seu ser e de seu mundo (SARTRE, 1987). Quando avaliamos estar sob o poder de forças externas mais fortes e poderosas do que nossa vontade, essa avaliação é uma decisão livre, visto que outras pessoas, frente às mesmas circunstâncias, não se resignaram.



Exemplificando

Você já viu reações diferentes de pessoas frente aos mesmos desafios, às mesmas dificuldades? O que faz alguns arregaçarem as mangas e lutar, enquanto outros ficam prostrados, sem ação?

Veja a resposta de Chauí (2012), a partir de Sartre:

Conformar-se ou resignar-se é uma decisão livre, tanto quanto não se resignar nem se conformar, lutando contra as circunstâncias. Quando dizemos estar fatigados, a fadiga é uma decisão nossa. Quando dizemos estar enfraquecidos, a fraqueza é uma decisão nossa. Quando dizemos não ter o que fazer, o abandono é uma decisão nossa. Ceder tanto quanto não ceder é uma decisão nossa.

Sartre nos amarra à nossa própria liberdade, afirma que não há limite para nossa liberdade, exceto o de que "não somos livres para deixarmos de sermos livres". Como somos totalmente livres, não há nenhum determinismo, nada nos força a fazer o que fazemos. Estamos sós, sem desculpas, sem justificar nossas ações pelas circunstâncias, paixões ou determinados de qualquer maneira a fazer o que fazemos.



Faça você mesmo

Compare as ideias de Rousseau e de Durkheim sobre educação. São semelhantes? Diferentes? Explique.

Quando Rousseau elabora o mito do bom selvagem forneceu argumentos para negar o valor, a importância da educação. Se a educação é uma ação intencional que tem como objetivo moldar o ser humano conforme modelo que a sociedade valoriza, podemos pensar que aceita a natureza, mas não como suficiente. Caso assim fosse, a educação não seria necessária. Por sua vez, Durkheim está em sentido oposto. Segundo esse sociólogo francês, a função da educação é a de introduzir a criança na sociedade.

Sem medo de errar

Retome nossa situação-problema proposta no início dessa seção:

Você viu que a Constituição garante a grupos indígenas no Brasil o direito à prática do infanticídio, uma vez que, para os índios, isso é um gesto de amor. Um projeto de lei que pretende erradicar o infanticídio já foi aprovado em duas comissões na Câmara Federal e agora vai para votação no plenário. Do outro lado, os antropólogos defendem a não interferência na cultura dos índios. Você também viu que, de acordo com a etnia, há uma crença que leva a mãe a matar o bebê recém-nascido. Criança com deficiência física, gêmeos, filho de mãe solteira ou fruto de adultério podem ser vistos como amaldiçoados dependendo da tribo e acabam sendo envenenados, enterrados ou abandonados na selva. Quando a mãe amamenta o filho, é como se tivesse dando a ele a certidão de nascimento, é que ele está sendo aceito por ela e pela comunidade. Os índios acreditam que só durante esse ritual o bebê se torna um ser vivo.

Busque as melhores respostas para:

1. Quando um bebê se torna um ser vivo na nossa cultura? E na cultura indígena?
2. Podemos afirmar que há uma moral, uma ética que regula as ações das mães indígenas dessas etnias específicas ao realizarem o infanticídio?

3. Releia: “Cada etnia tem uma crença que leva a mãe a matar o bebê recém-nascido. Criança com deficiência física, gêmeos, filho de mãe solteira ou fruto de adultério podem ser vistos como amaldiçoados dependendo da tribo e acabam sendo envenenados, enterrados ou abandonados na selva”. Cada etnia indígena do Brasil tem uma crença que leva a mãe a cometer o infanticídio. O que isso significa?

4. Considere a associação entre esses dois conceitos para explicar o infanticídio que acontece em pelos menos 13 etnias indígenas do Brasil: a moral como construção histórico-cultural em Hegel e o conceito de liberdade em Sartre.

Você viu em Hegel que somos seres históricos e culturais. Por isso, além de nossa vontade individual subjetiva, há outra que tem muito mais poder, que determina a nossa e que está inscrita na cultura ou nas instituições. Hegel a nomeou de vontade objetiva. Essa vontade cria as instituições e junto a elas a moralidade como sistema regulador da vida coletiva através dos costumes e dos valores de uma sociedade, numa época específica.

Viu que a moralidade é um conjunto composto pelas instituições que obedecem, todas, aos mesmos costumes e valores educando os indivíduos para interiorizarem a vontade objetiva de sua sociedade e de sua cultura.

Já em Sartre, você se deparou com as reflexões acerca da liberdade. Analisou como Sartre levou a concepção aristotélica ao extremo defendendo que “a liberdade é a escolha incondicional que o próprio homem faz de seu ser e de seu mundo”. Para Sartre, quando avaliamos estar sob o poder de forças externas mais fortes e poderosas do que nossa vontade, essa avaliação é uma decisão livre, visto que outras pessoas, frente às mesmas circunstâncias, não se resignaram. Sartre também afirma, de forma paradoxal, que “estamos condenados à liberdade”. Trata-se de um paradoxo porque Sartre associa, relaciona, liberdade e condenação, termos incompatíveis, já que, quem é livre, não pode estar condenado. Sartre quer dizer que a liberdade é como a necessidade e a fatalidade: não podemos fugir dela.



Lembre-se

Para Hegel, a vida ética pode se realizar de forma plena quando interiorizamos nossa cultura que passamos a praticar de maneira livre e espontânea seus valores e costumes sem pensar neles, sem os questionar, sem duvidar, porque se configuram como nossa própria vontade os deseja. O dever, então, seria o acordo entre nossa vontade e a totalidade ética ou moralidade.



Atenção

Rousseau não construiu um sistema filosófico, tal como Kant ou mesmo Aristóteles, mas trouxe contribuições originais para a filosofia, pedagogia e para a teoria política. Influenciou movimentos intelectuais e políticos europeus como a Revolução Francesa.

A teoria da bondade natural do homem, mesmo no século XVIII, foi alvo de severas críticas por alguns filósofos como Voltaire, por exemplo. Rousseau ataca os poderes exacerbados da ciência e da razão. É comum nossas atitudes transparecerem polidez e educação quando, realmente, nosso desejo é o de manipular, de levar vantagem sobre os demais. Para Rousseau, algumas normas sociais estabelecidas nos grandes centros urbanos afastaram o homem de sua verdadeira natureza. Para atingir o conhecimento primordial, segundo ele, deve-se pautar pelo sentimento, não pela razão ou pelo progresso científico.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com a de seus colegas.

"A moral na modernidade"

1. Competência de fundamentos de área

sem conteúdo

2. Objetivos de aprendizagem

Reconhecer como valores e posturas éticas se revelam no ambiente corporativo.

3. Conteúdos relacionados

Valores morais, ética, cultura.

4. Descrição da SP	<p>Por cerca de um ano, Rubens vai trabalhar numa construtora fora do Brasil. Lá há uma séria restrição alimentar com relação à carne de porco e também quanto ao consumo de álcool. Rubens não consegue compreender como o tabu alimentar persiste entre pessoas que julga tão inteligentes e competentes profissionalmente. Numa festa para todos os funcionários da empresa havia nativos e também muitos estrangeiros, como Rubens. Ainda assim, não foram servidas carne de porco e nenhuma bebida alcoólica.</p> <p>1- Como explicar que tais restrições foram estendidas a todos os participantes da festa?</p> <p>2- Como Rubens pode compreender e se adaptar melhor à vida nesse país durante o período de seu trabalho?</p>
5. Resolução da SP	<p>1- A festa comporta um momento no qual nativos e estrangeiros compartilham sob o teto da cultura específica do país. Portanto, as normas, costumes e valores desse país em questão é que vão marcar as posturas e ações.</p> <p>2- A cultura dos países tem marcas específicas construídas ao longo do processo histórico-cultural. Analisar sob a ótica do certo ou errado, bonito ou feio, não revela nossa postura de compreensão da pluralidade e da riqueza cultural. Também, precisamos levar em conta que a vida ética é o acordo entre a vontade subjetiva individual e a vontade objetiva cultural. Quando interiorizamos nossa cultura a praticamos espontânea e livremente, seguimos seus costumes e valores, sem questionamentos, sem dúvidas, porque compõem como nossa própria vontade os deseja.</p>



Lembre-se

Para Chauí (2012), a ação ética está pautada pelo antagonismo entre bem e mal, justo e injusto, virtude e vício, entre outros. Pensar o homem como agente ético, ser histórico capaz de emitir significados, de construir a sociedade e também a si próprio, nos direciona a uma postura ética para o reconhecer como portador de um “fazer” histórico. Nessa visão a ética está intimamente relacionada ao reconhecimento da natureza racional, livre e responsável do indivíduo.



Figura 2.3 - Célebre pintura do francês Eugène Delacroix (1798-1863), exposta no Museu do Louvre, em Paris, A liberdade guiando o povo, em homenagem à Revolução Francesa



Fonte: <http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/edicoes/17/imagens/liberdade1_24.jpg>. Acesso em: 9 ago. 2015.

“Onde não há lei não há liberdade.”

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Essa frase mostra um paradoxo? Explique.

Liberdade é o princípio que rege a escolha voluntária e racional a partir de alternativas possíveis. A escolha é um processo racional e, portanto, o princípio de liberdade é exclusivamente humano. Como todos os homens só são livres quando agem movidos unicamente por si mesmos, a dificuldade da conciliação entre liberdade e sociedade está centrada no fato de que nas sociedades os homens estão submetidos às leis e, portanto, o que move suas ações é externo.

Faça valer a pena

1. “Se nascemos numa sociedade que nos ensina certos valores morais – justiça, igualdade, veracidade, generosidade, coragem, amizade, direito à felicidade – e, no entanto, impede a concretização deles porque está organizada e estruturada de modo a impedi-los, o reconhecimento da contradição entre o ideal e a realidade é o primeiro momento da liberdade e da vida ética como recusa da violência. O segundo momento é a busca das brechas pelas quais possa passar o possível, isto é, uma outra sociedade que concretize no real aquilo que a nossa propõe no ideal”. (CHAUÍ, Marilena. Estudo da Filosofia. São Paulo, Saraiva, 1999, p. 306.)

Esse texto está em consonância com:

- a) A concepção de Nietzsche e de vários outros filósofos contemporâneos chamada de irracionalista por se opor à razão.
- b) A vontade objetiva de Hegel.
- c) As reflexões de Sartre sobre a liberdade.
- d) As análises de Kant e Rousseau sobre a vontade e a moral.
- e) Os questionamentos de Marx acerca da dominação do homem pelo homem.

2. Sartre afirma que “estamos condenados à liberdade”. Considere as afirmações analisando se são (V) verdadeiras ou (F) falsas.

() A liberdade é como a necessidade e a fatalidade, não há como fugirmos dela.

() A liberdade define, sem possibilidade de escaparmos, a nossa própria humanidade enquanto seres humanos.

() A liberdade é a capacidade para darmos um sentido novo ao que parecia fatalidade, transformando a situação de fato numa realidade nova, criada por nossa ação.

() Como somos totalmente livres, não há nenhum determinismo, nada nos força a fazer o que fazemos. Estamos sós, sem desculpas, sem justificar nossas ações pelas circunstâncias, paixões ou determinados de qualquer maneira a fazer o que fazemos.

Escolha a alternativa que contém a resposta correta, respectivamente:

- a) V - V - F - V.
- b) V - V - V - V.
- c) F - F - V - V.
- d) F - V - F - F.
- e) V - F - F - F.

3. O filósofo _____ critica _____ e _____ por terem:

a) Dado mais valor e atenção à relação sujeito humano e natureza deixando em segundo plano a relação sujeito humano e cultura ou história.

b) Admitida a relação entre a ética e sociabilidade considerando vínculos muito frágeis, isto é, como relações pessoais diretas entre indivíduos independentes ou isolados. As relações pessoais entre os homens são mediadas e determinadas através das suas relações sociais. São essas que determinam a vida moral e ética das pessoas. Os fortes vínculos das relações sociais são fixados pelas instituições sociais, tais como família, sociedade civil, Estado.

As palavras que completam o texto corretamente, na sequência, são:

a) Hegel - Rousseau - Kant.

b) Rousseau - Kant - Hegel.

c) Sartre - Kant - Hegel.

d) Hegel - Nietzsche - Kant.

e) Nietzsche - Rousseau - Kant.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Estudo da filosofia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret: 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**: ensaio sobre a origem das línguas: discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

A política e a evolução das concepções de mundo

Convite ao estudo

Vamos investigar agora, na Unidade 3, como nós nos formamos politicamente. Qual é a origem e a finalidade da vida política? Importantes pensadores, como Aristóteles, Platão, os sofistas, Agostinho, Rousseau, Maquiavel, Locke e Hobbes, se debruçaram sobre o homem e suas relações políticas para analisar essa trama tão fundamental em nossas vidas. Pensaram sob óticas distintas, por vezes, até semelhantes, mas todos nos provocam a refletir sobre as decorrências em nossas vidas a partir da concepção do homem como ser essencialmente político.

Veja as competências e objetivos da disciplina:

Competência de fundamento de área a ser desenvolvida:	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
Objetivo geral:	Compreender o homem e as relações sociais a partir da formação e da atuação política.
Objetivos específicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a origem e a finalidade da vida política. • Reconhecer os regimes políticos e a visão dos sofistas sobre a política. • Conhecer como Platão e Aristóteles concebem o homem político. • Entender o direito divino de governar para Agostinho e o realismo político de Maquiavel. • Identificar e compreender o Iluminismo e a política no século XIX. • Entender os princípios de Hobbes com o Estado Soberano, de Rousseau e o contrato social e de Locke com o Estado Liberal e o direito à propriedade.

Acompanhe a seguinte situação geradora de aprendizagem:

Não me representa

Daniel Buarque.

Disponível em: <<http://tab.uol.com.br/democracia/>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

"Pior forma de governo, exceto todas as outras", a democracia entrou na mira da frustração causada pela crise econômica mundial. Muitos países discutem modelos diferentes, com alguns flertando com o extremismo. Até o Brasil vive um reflexo disso, enfiado num vácuo de representatividade que separa a classe política dos cidadãos.

Tudo parecia ir bem, até que a economia estragou o clima. Desde a queda do Muro de Berlim, cada vez mais países davam poder ao povo e se transformavam em democracias, mas o sistema político começou a mostrar problemas por volta de 2008. A crise financeira chegou, mostrou suas garras e corroeu o que havia de confiança nas instituições. Na outra ponta desse cenário, ganhavam força movimentos extremistas, retrocessos políticos e populismo crescente.

Foi assim em muitas partes do mundo, entre elas o Brasil. Esse momento chegou por aqui um pouco mais tarde e de maneira sensivelmente diferente. [...]

O problema crucial no Brasil passa também pelo desencantamento e falta de identificação entre cidadãos e políticos. Mesmo que não haja uma situação extrema, a insatisfação está ligada ao malfadado modelo com o qual o país convive: uma intrincada rede de partidos políticos que confundem os cidadãos e geram paralisia do sistema.

Enquanto os brasileiros brigam e se rotulam de "coxinhas" e "petralhas", há uma perda de foco dos verdadeiros problemas políticos do país. É assim que a democracia começa a ser colocada em xeque. É dessa maneira que o povo perde sua força.

A crise que parece assolar o Brasil em 2015 é apenas uma fração do que acontece no mundo desde 2008. Um pente fino pelo globo mostra que quase metade da população mundial ainda vive sob governos autoritários, e mesmo onde há democracia vê-se enfraquecimento da governança, perda de participação política, encolhimento da liberdade de imprensa e deterioração geral com as atitudes associadas com o poder popular.

Dedique-se na busca de soluções para essas questões:

- **Por que há uma tendência mundial de repensar a democracia?**
- **A sociedade e os políticos ficam separados por uma barreira após as eleições. Por que isso ocorre? O que pode ser feito para alterar esse cenário?**
- **Quais são as formas para atuar, efetivamente, numa sociedade democrática?**

Para vencer esses desafios, acompanhe as quatro seções dessa Unidade. Na primeira, vamos entender a origem e a finalidade da vida política, os regimes políticos e a ótica dos sofistas que concebem a política como uma construção circunstancial. Na seção 2, revisitaremos Platão e Aristóteles em duas frentes: a construção idealista da República para Platão e o homem como animal político para Aristóteles. Na seção 3, conheceremos o direito divino de governar de Agostinho e o realismo político de Maquiavel. O Iluminismo e a política no século XIX serão nossos focos de estudos na Seção 4 com Hobbes e o Estado Soberano, Rousseau e o contrato social e Locke com o Estado Liberal e o direito à propriedade.

Através de debates, estudos de caso, análises e leituras, você vai identificar como se forma politicamente. Também, vai reconhecer as implicações das posturas políticas definindo você como um cidadão autônomo que ajuda a compor uma sociedade mais justa e muito mais democrática.

Seção 3.1

Origem e finalidade da vida política

Diálogo aberto

"Democratizar é um verbo reflexivo: ou a sociedade se democratiza ou ninguém a democratizará em lugar dela."

Emir Sader

Por que, para atuar como cidadão de forma mais efetiva, é preciso compreender como nós nos formamos politicamente? O conceito de cidadania está intimamente relacionado à noção de direitos, particularmente os direitos políticos que nos permitem intervir na direção do Estado, participando de forma direta ou indireta na formação e administração do governo.

Veja que interessante: numa sociedade, os direitos de qualquer indivíduo do grupo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres de todos os componentes da sociedade. A cidadania é a tomada de consciência de seus direitos, tendo como contrapartida a realização dos deveres. Isso quer dizer que é necessário o efetivo exercício dos direitos civis, dos direitos políticos e socioeconômicos, assim como participar e contribuir para o bem-estar da sociedade.

A cidadania está em processo permanente de construção e carrega um referencial de conquista dos seres humanos, buscando mais direitos, melhores garantias de vida individual e coletiva, maior liberdade, sem se conformar frente às dominações e opressões.

Acompanhe agora a situação-problema dessa seção:

Figura 3.1 | Professores da UFRJ usam outdoor para pedir diálogo com ministro



Fonte: <http://imguol.com/c/noticias/d1/2015/08/18/outdoor-sobre-a-greve-dos-docentes-da-universidade-federal-do-rio-de-janeiro-ufrrj-pede-negociacao-por-parte-do-ministro-da-educacao-renato-janine-ribeiro-em-botafofo-na-zona-sul-do-rio-1439931906794_615x300.jpg>. Acesso em: 18 nov. 2015.

São Paulo – O ministro da Educação, Renato Janine, aparece caracterizado como Mr. Burns, o personagem vilão do desenho animado Os Simpsons, em um *outdoor* fixado no campus da Praia Vermelha (zona sul) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assinada pela Associação dos Docentes da UFRJ (Adufrj), a peça faz parte da campanha #dialogaJanine, que reivindica mais diálogo entre o ministro e o movimento grevista das Instituições Federais de Ensino (IFES), iniciado no dia 28 de maio.

Os professores afirmam que todos os contatos até o momento foram com secretários do ministério. Segundo a Adufrj, Janine só se posiciona por redes sociais e nunca diretamente com professores, técnicos e estudantes. "O MEC reitera que está aberto ao diálogo. Desde o início da greve, as entidades sempre foram recebidas no MEC e continuarão sendo. É importante destacar que o diálogo tem sido feito pela instituição MEC", informou o ministério por meio de nota.

(Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2015/08/18/professores-da-ufrj-usam-outdoor-para-pedir-dialogo-com-ministro.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2015).

Veja as questões que se colocam agora:

- Como explicar a política a partir dessa reportagem e também considerando seus estudos?
- Vemos aqui uma ação social dos professores e isso é política também. Justifique.
- Por que para os professores o contato por redes sociais e com os secretários do ministério é insuficiente?
- O que se espera de um governo democrático frente a dilemas, impasses e divergências?

Não pode faltar

Os regimes políticos

Vamos, mais uma vez, recorrer à formação das palavras, agora para compreender o significado de "regimes políticos". Temos aqui o uso de dois vocábulos gregos: *arche* – o que tem comando – e *kratos* – a autoridade suprema. Formam-se dois grupos: as palavras

compostas com *arche* (arquia) designam quantos estão no comando. As compostas com *kratos* (cracia) designam quem está no poder.

Para Chauí (2012), do ponto de vista da “*arché*”, os regimes políticos são:

- a) monarquia ou governo de um só (monas);
- b) oligarquia ou governo de alguns (oligos);
- c) poliarquia ou governo de muitos (polos);
- d) anarquia ou governo de ninguém (ana).

Já do ponto de vista do “*kratos*”, os regimes políticos são:

- a) autocracia (poder de uma pessoa reconhecida como rei),
- b) aristocracia (poder dos melhores),
- c) democracia (poder do povo).

Por que retomamos a história da Grécia e da Roma Antiga para compreender esses processos? É que lá está o berço da organização social e política que herdamos, que fundamentam nossa formação política. Na história arcaica grega e romana, o regime político era oligárquico-aristocrático. Isso significa que as famílias ricas eram hereditárias do poder, mesmo quando aceitavam a entrada de novos membros no governo, já que as novas famílias se tornavam hereditárias também. Ainda assim, vale destacar que a cidade grega de Atenas teve o único regime verdadeiramente democrático.



Assimile

Regime político é a organização das relações estabelecidas entre governantes e governados. É, portanto, uma noção mais restrita que a de politeia entre os gregos, que designava a organização da sociedade política (*polis*) como um todo, compreendendo não só as relações entre governantes e governados, mas também o conjunto das relações econômicas e sociais, como a organização da família, por exemplo.

Aristóteles e Platão elaboraram três ideias políticas a partir dessa antiga experiência política: a que analisa a distinção entre regimes políticos e não políticos, a que causa a variação de regimes políticos e a de transformação de um regime político em outro.

Chauí (2012) explica as três ideias:

1. A distinção entre regimes políticos e não políticos: Só consideramos regime político se esse for instituído por um conjunto de leis reconhecido publicamente e sob o qual todos estejam sujeitos, mesmo os governantes. Ter ou não um corpo de leis nos leva à ideia de regimes políticos legítimos e ilegítimos. Um regime legítimo é aquele que além de atuar na legalidade, também é justo, as leis são feitas à luz da justiça. Quando a lei é injusta ou quando o regime é contraditório à lei estabelecida, temos um regime ilegítimo, ilegal.

2. A de causa da variação de regimes políticos: Aristóteles atribuía a variação dos regimes políticos a dois fatores principais: a natureza do povo e a extensão do território. Foram os filósofos gregos que legaram para o Ocidente a ideia de regimes políticos naturais. Veja a análise de Aristóteles, nas palavras de Chauí (2012, p. 447):



Assim, porexemplo, umpovo cuja índole ou natureza tende espontaneamente para a igualdade e a liberdade e cuja cidade é de pequena extensão territorial, naturalmente instituirá uma democracia e será mal-avisado se a substituir por um outro regime. Em contrapartida, um povo cuja índole ou natureza tende espontaneamente para a obediência a uma única autoridade e que vive num território extenso, naturalmente instituirá a monarquia, sendo desavisado se a substituir por outro regime político. Dessa maneira, os filósofos gregos legaram ao Ocidente a ideia de regimes políticos naturais, isto é, a ideia de que a instituição de um regime político depende de fatores produzidos pela natureza (a índole natural de um povo e o tipo de território em que se instala).

3. A transformação de um regime político em outro: A partir de mudanças econômicas, tais como diminuição do número de ricos e aumento do número de pobres ou o inverso e também como resultados de guerras (conquistas de novos territórios com suas populações), os regimes políticos se transformam. Para Aristóteles e Platão, a ausência ou a presença da lei, a variação militar e econômica, geram como consequência a decadência ou então a corrupção dos regimes políticos. Acompanhe essas consequências:

quando um só governa com foco em seus interesses pessoais, a monarquia degenera em tirania; a aristocracia degenera em oligarquia dos muito ricos quando esses também governam apenas em seu interesse próprio; a democracia degenera em demagogia e, por sua vez, a demagogia em anarquia. A anarquia pode conduzir à tirania quando a sociedade, sem governo, recorre para um homem superior aos demais buscando nele a salvação através do uso de armas e de argumentos.

Chauí (2012) reforça que essa tipologia platônico-aristotélica que analisa o valor dos que participam do poder e a teoria da decadência ou corrupção dos regimes políticos vai ter grande influência até o século XVIII.



Assimile

A política tem como objetivo concretizar a vida justa e feliz. Uma vez que isso significa que a vida propriamente humana é digna de seres livres, então é indissociável da ética. Para os gregos, a ética existia inserida na comunidade política. A *polis*, ou comunidade dos iguais, era a realização mais elevada da essência humana para os gregos antigos.

Segundo Aristóteles, a práxis – definida por ele como a ação voluntária de um agente racional em vista de um fim considerado bom – é, por excelência, política. Para ele, o homem é, por natureza, um ser político que não consegue viver sozinho, por isso realiza a sua felicidade plena na *polis*. É na cidade que se concretiza a felicidade, já que não teria sentido algum para o homem ser virtuoso se não fosse com o objetivo de compartilhar com os demais cidadãos. Aristóteles aponta que a felicidade entendida, praticada e exercida na *polis* deve visar sempre ao bem comum de todos os cidadãos. Quem age buscando o bem comum vive feliz. Então a felicidade seria a arte de viver bem e se compõe como o bem supremo à luz do qual todas as ações do homem se voltam.

A visão de Platão e de Aristóteles vincula ética e política: Platão identifica a justiça no indivíduo e também na *polis*; Aristóteles subordina o bem do indivíduo ao Bem Supremo da *polis*.

Nas palavras de Chauí (2012, p. 448):



Esse vínculo interno entre ética e política significava que as qualidades das leis e do poder dependiam das qualidades morais dos cidadãos e vice-versa, das qualidades da Cidade dependiam as virtudes dos cidadãos. Somente na Cidade boa e justa os homens poderiam ser bons e justos; e somente homens bons e justos são capazes de instituir uma Cidade boa e justa.



Pesquise mais

Numa abordagem filosófica, o artigo discute a formação ética a partir das possibilidades da arte de viver. Explicita que a arte de viver tem uma dimensão estética em que própria obra da vida tem a arte como modelo. Expõe a articulação entre o universal e o particular, para apontar que uma educação ético-estética se constitui pelo reconhecimento da tensão entre o eu singular e o nós.

HERMANN, Nadja. Ética: a aprendizagem da arte de viver. Educ. Soc., Campinas, v. 29, n. 102, p. 15-32, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0229102.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

Os sofistas e a política como uma construção circunstancial

Você se lembra de que os sofistas eram um grupo de filósofos que atuava na Grécia Antiga que se propunha ensinar a arte do convencimento aos cidadãos? Quem pudesse pagar pelas orientações dos sofistas ficava apto a assumir cargos públicos ou se defender em um caso litigioso. A técnica dos sofistas se concentrava na persuasão para convencer o interlocutor em um debate. Eram arditos oradores, deslumbravam aqueles que os ouviam ensinando a transformar um argumento fraco em um argumento forte, e vice-versa. O foco era argumentar, refutar o adversário, não importando qual posição precisariam defender. Articulavam as palavras conforme as necessidades do debate para envolver e derrotar o oponente. A partir do relativismo moral, os sofistas rejeitavam qualquer verdade universal, defendiam uma vida de subjetivismo relativista.

Note como fica clara aqui a posição dos sofistas ao analisar a *polis*: para eles, a vida na *polis* surge quando os homens percebem que é mais útil a vida em comum do que em isolamento. Isso significa que a *polis* nasce por convenção e, já que as leis são convenções

humanas, podem mudar, desde que haja mudanças nos cenários, nas circunstâncias.

O objetivo da política era alcançar a justiça compreendida como a concórdia obtida pela discussão pública de interesses contrários e de opiniões. Através do debate entre os opostos, garantia-se expor argumentos antagônicos de forma persuasiva o que deveria conduzir à vitória daquele interesse que fosse mais bem argumentado, sendo então aprovado pelo voto da maioria.

Segundo Chauí (2012), a justiça se configurava não apenas na conservação das leis, mas também em permitir e viabilizar sua mudança sem destruir a comunidade política. A única maneira de realizar mudanças na ordem política, sem destruição, é o debate para chegar ao consenso, isto é, a expressão pública da vontade da maioria, obtida pelo voto dos cidadãos reunidos em assembleia.

Nesse cenário, a atuação dos sofistas, que ofereciam seus préstimos como professores da arte da discussão e da persuasão, tinha muito valor e importância. Os jovens que pudessem pagar pelo trabalho dos sofistas eram orientados a discutir em público com excelente retórica, combater ou defender opiniões, aprendiam a usar argumentos persuasivos tanto para os prós como para os contras em todas as questões.



Refleta

Por que a retórica é tão importante na democracia?

A retórica é um instrumento de persuasão muito usado para fins políticos. A democracia considera a possibilidade de convencer os outros a apoiarem suas ideias. Por isso, a retórica é um recurso que, se bem aplicado, pode aumentar a influência política. Platão e Sócrates, porém, nos alertam: a retórica não considera a verdade. Isso significa que, por meios de paradoxos lógicos, ou tomando premissas falsas, a retórica também pode servir para enganar as pessoas, camuflar ou mesmo esconder a verdade.

A retórica, a eloquência, mesmo que por caminhos escusos, eram ensinadas pelos sofistas aos cidadãos comuns e esses, por sua vez, tinham maior envolvimento e participação na administração da cidade. Os sofistas adequaram o método dialético às necessidades

políticas da realidade na qual estavam inseridos. Aproveitaram-se do ambiente político ateniense do século V a. C. sendo que em Atenas, depois das reformas políticas instituídas por Péricles, as instituições políticas tinham uma característica fortemente democrática. Teoricamente, todos os cidadãos tinham a possibilidade de falar nas assembleias públicas e o senso de oportunismo dos sofistas não deixava escapar essas oportunidades.



Exemplificando

Você já ouviu pessoas discutirem a partir de premissas muito diferentes, muito distintas? Já observou que partem, geralmente, de um ponto que consideram como “verdade”, mas que pode ser apenas uma forma de análise entre tantas outras?

Isso pode significar que a verdade é relativa, que cada debatedor considera uma vertente. Os sofistas fizeram uma espécie de ruptura teórica com a filosofia pré-socrática, criando um ambiente favorável para que o sujeito político fosse o abalizador da verdade. Veja como faz sentido a máxima do sofista Protágoras: “O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são.”

Sem medo de errar

É o momento de retomar a situação-problema proposta no início dessa seção e também de considerar importantes conteúdos para resolvê-la.

O movimento grevista das Instituições Federais de Ensino (IFES) reivindica mais diálogo com o ministro da Educação Renato Janine Ribeiro. Os professores fixaram um *outdoor* no *campus* da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A peça faz parte da campanha #dialogaJanine. Os professores afirmam que todos os contatos até o momento foram com secretários do ministério e que Janine só se posiciona por redes sociais e nunca diretamente com professores, técnicos e estudantes.

Acompanhe as questões:

- Como explicar a política a partir dessa reportagem e também considerando seus estudos?

- Vemos aqui uma ação social dos professores e isso é política também. Justifique.

- Por que, para os professores, o contato por redes sociais e com os secretários do ministério é insuficiente?

- O que se espera de um governo democrático frente a dilemas, impasses e divergências?

Retome seus estudos sobre os regimes políticos, sobre a tipologia platônico-aristotélica que analisa o valor dos que participam do poder e a teoria da decadência ou corrupção dos regimes políticos.

Analise como surge a vida na *polis* para os sofistas e qual era o objetivo da política na concepção desses filósofos. Vale destacar o conceito que os sofistas tinham sobre a forma de exercer a justiça e como viabilizar mudanças sem destruir a comunidade política.

Considere também o valor e a importância da retórica na democracia. A própria característica da democracia, que abarca a possibilidade de convencer os outros a apoiarem suas ideias requer eloquência e retórica para aumentar a influência política.



Lembre-se

Segundo Aristóteles, a práxis é, por excelência, política. Para ele, o homem é um ser político por natureza e que não consegue viver sozinho. A *polis* possibilita que o homem realize sua felicidade plena. Aristóteles aponta que não teria sentido algum para o homem ser virtuoso se não fosse com o objetivo de compartilhar com demais cidadãos. A felicidade entendida, praticada e exercida na *polis* deve visar sempre ao bem comum de todos os cidadãos.



Atenção

Analise como surge a vida na *polis* para os sofistas e qual era o objetivo da política na concepção desses filósofos. Vale destacar o conceito que os sofistas tinham sobre a forma de exercer a justiça e como viabilizar mudanças sem destruir a comunidade política.

Considere também o valor e a importância da retórica na democracia. A própria característica da democracia, que abarca a possibilidade de convencer os outros a apoiarem suas ideias requer eloquência e retórica para aumentar a influência política.

Avançando na prática

Pratique mais!

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

“Origem e finalidade da vida política”

1. Competência de fundamentos de área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Reconhecer posturas éticas no âmbito profissional inclusive vinculadas às participações políticas. Questionar as formas de participação política dentro de uma empresa.
3. Conteúdos relacionados	Atuação. Representatividade. Participação política.
4. Descrição da SP	<p>Chegou o momento de votar para eleger os representantes da CIPA na empresa na qual Davi trabalha. Acompanhe essas informações importantes:</p> <p>a) CIPA é a sigla para Comissão Interna de Prevenção de Acidentes que visa à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, buscando conciliar o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde de todos os trabalhadores.</p> <p>b) A CIPA é formada por representantes do empregador, por ele designado, e dos representantes dos empregados eleitos.</p> <p>c) A Consolidação das Leis do Trabalho e a Constituição Federal brasileira garantem aos membros titulares da CIPA eleitos (os representantes dos empregados) dois anos de estabilidade no emprego, durante os quais só poderão ser desligados através de demissão por justa causa. O período de estabilidade, na verdade, tem uma duração um pouco maior do que dois anos: vai do momento de registro da candidatura do empregado à CIPA até um ano após o término de seu mandato.</p> <p>Davi tem em mente um objetivo primordial ao se inscrever como candidato na CIPA: quer ter sua estabilidade assegurada num momento de crise tão intensa. Tem acompanhado diversas demissões nos últimos tempos e quer se assegurar que não será dispensado.</p> <p>1- A disposição de Davi de se candidatar à CIPA é legítima? Explique.</p> <p>2- Como Davi deverá atuar para assegurar-se de que será o candidato eleito dentre os colegas?</p> <p>3- A CIPA também pode ser considerada como meio de participação política? Explique.</p>

5. Resolução da SP:

1- A disposição de Davi de se candidatar à CIPA é legítima, porém não pode ser a única. Ao nos envolvermos em diferentes formas de atuação, precisamos considerar que pode haver mais de uma variável em questão o que não anula a legitimidade das demais.

2- Ele deverá tentar convencer os colegas de que é o melhor, o mais capacitado candidato. Pode utilizar da retórica e de ações que revelem seu empenho em habilidades requeridas pela CIPA.

3- A CIPA também pode ser considerada como meio de participação política porque envolve a participação do indivíduo dentro de um grupo, inserido num contexto maior.



Lembre-se

O objetivo da política era alcançar a justiça compreendida como a concórdia obtida pela discussão pública de interesses contrários e de opiniões. Através do debate entre os opostos, garantia-se expor argumentos antagônicos de forma persuasiva o que deveria conduzir à vitória daquele interesse que fosse mais bem argumentado, sendo então aprovado pelo voto da maioria. Segundo Chauí (2012), a única maneira de realizar mudanças na ordem política, sem destruição, é o debate para chegar ao consenso, isto é, a expressão pública da vontade da maioria, obtida pelo voto dos cidadãos reunidos em assembleia.



Faça você mesmo

Quais são as principais finalidades dos sindicatos?

Por que a filiação sindical e a participação no sindicato da sua categoria pode ser uma forma de participação política?

Sindicato é a associação de trabalhadores (sindicato de trabalhadores) ou empresários (sindicato patronal) pertencentes a uma mesma categoria profissional ou de um mesmo ramo de atividades. Esses grupos têm o direito, garantido por lei (CLT, art. 511), de criar o seu sindicato, organizando, dessa forma, a categoria representada.

Os sindicatos dos trabalhadores existem para defender os interesses dos mesmos e organizá-los para a luta coletiva em defesa de seus direitos e necessidades. Unem os trabalhadores no plano da profissão e do local do estabelecimento (categoria e base territorial). Cabe ao sindicato defender e garantir junto ao sindicato patronal, ou diretamente aos empregadores, os direitos e as conquistas dos trabalhadores de sua base,

buscando estabelecer mais equilíbrio na relação entre capital e trabalho. Além de negociar melhores salários, estabelece acordos coletivos que melhoram as relações de emprego dos profissionais que representa, luta pela ampliação dos seus benefícios e da melhoria das condições gerais de trabalho. O direito à representação sindical é uma conquista do trabalhador, um direito adquirido do qual não devemos abrir mão.

Associar-se e, inclusive, atuar num sindicato é uma forma de defender seus direitos, de atuar politicamente em prol de uma categoria.

Faça valer a pena

1. Leia esses textos:

Texto 1: “[...] a finalidade da vida política era a justiça na comunidade. A noção de justiça fora, inicialmente, elaborada em termos míticos, a partir de três figuras principais: “*Themis*”, a lei divina que institui a ordem do Universo; cosmos, a ordem universal estabelecida pela lei divina; e “*dike*”, a justiça entre as coisas e entre os homens, no respeito às leis divinas e à ordem cósmica. Pouco a pouco, a noção de “*dike*” torna-se a regra natural para a ação das coisas e dos homens e o critério para julgá-las”. (CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2012. p. 444).

Texto 2: “[...] a *polis* nasce por convenção entre os seres humanos quando percebem que lhes é mais útil a vida em comum do que em isolamento. Convencionam regras de convivência que se tornam leis, nomos. A justiça é o consenso quanto às leis e a finalidade da política é criar e preservar esse consenso”. (CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2012. p. 444).

Texto 3: “A finalidade da política era a justiça entendida como concórdia, conseguida na discussão pública de opiniões e interesses contrários. O debate dos opostos, a exposição persuasiva dos argumentos antagônicos, deviam levar à vitória do interesse mais bem argumentado, aprovado pelo voto da maioria”. (CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2012. p. 444).

Escolha a alternativa que apresenta na sequência correta a quem se devem tais explicações:

- a) Gregos – sofistas – sofistas.
- b) Gregos – sofistas – gregos.
- c) Sofistas – sofistas – gregos.
- d) Gregos – gregos – gregos.
- e) Sofistas – gregos – gregos.

2. Leia as asserções a seguir:

A justiça se configurava não apenas na conservação das leis mas também em permitir e viabilizar sua mudança sem destruir a comunidade política. A única maneira de realizar mudanças na ordem política, sem destruição, é através do debate para chegar ao consenso, isto é, a expressão pública da vontade da maioria, obtida pelo voto dos cidadãos reunidos em assembleia.

PORTANTO,

a atuação dos sofistas, que ofereciam seus préstimos como professores da arte da discussão e da persuasão, tinha muito valor e importância. Os jovens que pudessem pagar pelo trabalho dos sofistas eram orientados a discutir em público com excelente retórica, combater ou defender opiniões, aprendiam a usar argumentos persuasivos tanto para os prós como para os contras em todas as questões.

Considerando as duas asserções, assinale a alternativa correta sobre a importância dos sofistas nos debates em busca da justiça:

- a) A asserção I é falsa e a asserção II é verdadeira.
- b) A asserção I é verdadeira e a asserção II a complementa e explica.
- c) As duas asserções são falsas.
- d) A asserção II se contrapõe à asserção I.
- e) A asserção I é verdadeira e a asserção II é falsa.

3. Relacione a segunda coluna de acordo com a primeira indicando os regimes políticos do ponto de vista da “arché”:

- (1) Monarquia. () Governo de muitos.
- (2) Oligarquia. () Governo de ninguém.
- (3) Poliarquia. () Governo de um só.
- (4) Anarquia. () Governo de alguns.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta:

- a) 1 – 4 – 3 – 2.
- b) 2 – 4 – 1 – 3.
- c) 4 – 3 – 1 – 2.
- d) 3 – 4 – 2 – 1.
- e) 3 – 4 – 1 – 2.

Seção 3.2

Platão, Aristóteles e o homem político

Diálogo aberto

Estamos no percurso para compreender melhor nossa formação política e também as relações políticas na sociedade como uma trama tão fundamental em nossas vidas.

Com especiais contribuições da Filosofia, nessa nova seção, vamos pensar a partir do foco de Platão e Aristóteles que concebem o homem como ser essencialmente político.

Você já viu, na seção anterior, como a tipologia platônico-aristotélica analisa o valor dos que participam do poder e a teoria da decadência ou corrupção dos regimes políticos. Viu como, segundo Aristóteles, a práxis é, por excelência, política. Para ele, o homem é um ser político por natureza e não consegue viver sozinho. A *polis* possibilita que o homem realize sua felicidade plena. Aristóteles aponta que não teria sentido algum para o homem ser virtuoso se não fosse com o objetivo de compartilhar com demais cidadãos. A felicidade entendida, praticada e exercida na *polis* deve visar sempre ao bem comum de todos os cidadãos.

Também, analisou como surge a vida na *polis* para os sofistas e o objetivo da política visto essencialmente como concessão para esses filósofos. Conheceu o conceito que os sofistas tinham sobre a forma de exercer a justiça e como viabilizar mudanças sem destruir a comunidade política. A característica marcante da democracia, a possibilidade de convencer os outros a apoiarem suas ideias, requer eloquência e retórica para aumentar o poder político, dá importância à prática dessas habilidades tão bem exercidas e ensinadas pelos sofistas.

Nessa seção vamos incrementar ainda mais o cenário com novos elementos revisitando dois importantes pensadores: Platão – e a construção idealista da República – e Aristóteles a partir de sua análise do homem como um animal político.

Vejamos agora a situação-problema desta seção:

Persiste, firme e sem pudor, o Brasil do ‘sabe com quem você está falando?’

(Mário Magalhães 26/08/2015. Disponível em: <<http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/08/26/persiste-firme-e-sem-pudor-o-brasil-do-sabe-com-quem-voce-esta-falando/>>. Acesso em: 27 ago. 2015).

Com dezenas de multas de trânsito no currículo, 14 delas por embriaguez ao volante, o empresário Ivo Nascimento de Campos Pitanguy atropelou e matou na quinta-feira o operário José Fernando Ferreira da Silva. Testemunhas asseguram que Pitanguy estava bêbado. Ele passou alguns dias em cana, mas não demorou. A justiça mandou soltá-lo, com base na apreciação do Ministério Público, que divergiu da Polícia Civil no fundamental. A polícia indiciou o atropelador por homicídio doloso – ao dirigir alcoolizado, assumiu o risco de matar. Mas a denúncia da Promotoria classificou o homicídio como culposo, aquele sem intenção. Em suma, adeus, cadeia pública.

Um taxista contou que em seguida ao acidente (crime?), em vez de socorrer o atropelado, o motorista tentou ligar seu carro (para fugir?). Só se aproximou do operário agonizante quando bombeiros e PMs chegaram. Quando o taxista lhe pediu para desligar o motor, Pitanguy reagiu assim, informou o repórter Sérgio Ramalho: “Tu sabe quem eu sou?” Insistiu: “Tu sabe quem eu sou?”

Antes mesmo de ler Roberto DaMatta eu já sabia, pelo meu pai, aluno dele, das considerações do antropólogo sobre o Brasil do “sabe com quem está falando?” como retrato da distinção entre brasileiros e brasileiros. O episódio na Gávea escancara a manutenção da diferença, ainda que o país de hoje seja um pouco menos desigual (o presidente da maior empreiteira nacional está em cana) que o dos tempos em que DaMatta teve a grande sacada.

Pitanguy estava com a carteira de motorista em dia, mesmo com 14 flagrantes de falta gravíssima. Talvez tivesse mesmo seus motivos para indagar “tu sabe quem eu sou?” Ninguém sabia quem era o operário morto. Justiça igual para todos, reafirma o cotidiano, não passa de balela.

Análise as seguintes questões e elabore as melhores respostas:

1- Releia esse trecho da matéria: “Antes mesmo de ler Roberto DaMatta eu já sabia, pelo meu pai, aluno dele, das considerações do

antropólogo sobre o Brasil do “sabe com quem está falando?” como retrato da distinção entre brasileiros e brasileiros. O episódio na Gávea escancara a manutenção da diferença, ainda que o país de hoje seja um pouco menos desigual (o presidente da maior empreiteira nacional está em cana) que o dos tempos em que DaMatta teve a grande sacada.”

Como você explica o uso da expressão “retrato da distinção entre brasileiros e brasileiros”?

2- Por que podemos afirmar que uma grande forma de injustiça social se revela no uso da pergunta ‘sabe com quem você está falando?’

Não pode faltar

Platão e a construção idealista da República

Você já imaginou uma sociedade governada por filósofos? Como seria uma cidade onde a justiça, a moral e a espiritualidade predominassem deixando em segundo plano os recursos materiais?

Pois foi assim que Platão se dedicou às suas reflexões de caráter político. Indicava que os Estados eram mal governados e que apenas a Filosofia poderia ajudar a discernir todas as formas de justiça política e individual. Uma vez que a justiça é concretizada pelo homem, deve ser intensamente buscada para que a ordem se estabeleça no convívio entre os iguais.

O que faz uma cidade feliz, para Platão, são as decisões assumidas na esfera comum, considerando o que for melhor para todos preservando assim a justiça e o direito.



Assimile

Perceba como justiça e direito estão intimamente relacionados. Nos referimos ao justo quando reconhecemos que o direito foi aplicado corretamente, com justiça. O direito é um conjunto de normas para disciplinar as relações, inclusive apontando sanções quando as regras são desrespeitadas. A aplicação das sanções está ligada à ideia do que é justo, daquilo que a sociedade considera como certo, correto.

Considerava que a política justa era feita com ciência, com ética e obtida através de uma base pedagógica sólida. Veja como Pessanha (2004) ressalta essa marca em Platão:

Compreende que o desejo de atuar politicamente deve passar primeiro por um processo iluminador e purificador do tipo socrático. Antes de agir, é necessário ter consciência da finalidade da ação. Para agir com retidão e justeza, é preciso, antes, saber o que é justiça; saber o que é essa medida padrão, essa justa medida capaz de medir as ações morais ou políticas, individuais ou coletivas, e revelar se elas são realmente justas...
(PESSANHA, 2004, p. 53).

Chauí (2012) aponta que, para Platão os homens são dotados de três princípios de atividades, três almas. E que também a *polis* tem uma estrutura tríptica, composta de três classes sociais. Acompanhe:

As três almas dos homens
Alma desejante ou concupiscente: o objetivo é satisfazer os apetites do corpo, ligados à sobrevivência, e também os que causam prazer.
Alma colérica ou irascível: ao reagir à dor nos protege contra as agressões de outros humanos e também do meio ambiente.
Alma intelectual ou racional: que se volta ao conhecimento que pode ser sob a forma de opiniões e percepções obtidas pela experiência, como também sob a forma de ideias verdadeiras contempladas pelo puro pensamento.

As três classes sociais
Classe econômica dos proprietários de terra, artesãos e comerciantes: garante a sobrevivência material da cidade.
Classe militar dos guerreiros: responsável pela defesa da cidade.
Classe dos magistrados: garante o governo da cidade sob as leis.

O que é, para Platão, um homem justo? É aquele cuja alma racional, fundada na vontade e no pensamento, consegue ser mais forte do que as outras duas almas. Dessa maneira, impõe à alma concupiscente a virtude da temperança ou moderação, e à alma colérica, a virtude da coragem, que deve controlar a concupiscência. Então, o homem justo é o homem virtuoso sendo que a virtude é o domínio da razão sobre a cólera e o desejo. A justiça ética seria obtida através da hierarquia das almas: a alma superior domina e se sobrepõe às almas inferiores.

E o que seria a justiça política? Platão usa a mesma hierarquia, agora aplicada à comunidade. Aos legisladores, que são sábios, cabe governar; os militares se subordinam aos legisladores e cabe a esses defender a cidade, e os componentes da classe econômica, por sua vez, subordinados aos legisladores, devem garantir a sobrevivência da *polis*.

E ainda temos mais uma questão: como concretizar, possibilitar uma cidade justa? Essa é a função da educação: desde a primeira infância, a *polis* deve tomar para si o cuidado total das crianças, educando-as para as funções necessárias à cidade. Veja como Chauí (2012, p. 445) explica esse processo:



A educação dos cidadãos submete as crianças a uma mesma formação inicial em cujo término passam por uma seleção: as menos aptas serão destinadas à classe econômica, enquanto as mais aptas prosseguirão os estudos. Uma nova seleção separa os jovens: os menos aptos serão destinados à classe militar enquanto os mais aptos continuarão a ser educados. O novo ciclo educacional ensina as ciências aos jovens e os submete a uma última seleção: os menos aptos serão os administradores da polis enquanto os mais aptos prosseguirão os estudos. Aprendem, agora, a filosofia, que os transformará em sábios legisladores, para que sejam a classe dirigente.

Acompanhe como fica o cenário de uma cidade justa: quem governa e a dirige racionalmente são os filósofos, é administrada pelos cientistas, protegida pelos guerreiros e mantida pelos produtores. Para o bem da *polis*, cada uma das classes deverá cumprir sua função.



Refleta

O que seria uma cidade injusta para Platão?

É aquela na qual a ordem fica subvertida e o bem comum da polis será abandonado. Veja: se o governo estiver nas mãos dos proprietários esses lutarão por interesses econômicos particulares; caso esteja nas mãos dos militares eles a envolverão em guerras porque desejam satisfazer seus desejos particulares de honra e glória. Para Platão, apenas os filósofos podem governar a polis com justiça porque esses têm como interesse o bem geral da *polis*.

Aristóteles e o homem como um animal político

A teoria política de Aristóteles é diferente da que você acabou de conhecer em Platão. Para analisar e apontar o que é justa, Aristóteles nos conduz a refletir sobre dois tipos de bens: os partilháveis e os participáveis. Conforme esclarece Chauí (2012), um bem é partilhável quando se relaciona a uma quantidade que pode ser dividida e distribuída, daí o “partilhável”. Já um bem é participável quando é uma qualidade indivisível, impossível de ser repartida e distribuída, podendo apenas ser participada.



Exemplificando

Veja esses exemplos para bem partilhável e participável: a riqueza é um bem partilhável (pode ser dividida e distribuída), e o poder político é um bem participável, porque é uma qualidade indivisível.

Aristóteles aponta então que há dois tipos de justiça na polis: a justiça distributiva, relacionada aos bens econômicos partilháveis; e a justiça participativa, relacionada ao poder político participável. A cidade será justa, ao fazer a diferença entre essas duas formas de justiça e possibilitar a concretização de ambas em igualdade.



Reflita

Você já ouviu essa afirmação “Tratar diferente os desiguais”? Ela é de Patrus Ananias, que foi ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Veja como essa frase está em consonância com a concepção de justiça para Aristóteles. Para esse filósofo, a justiça distributiva consiste em dar a cada um o que é devido e sua função é dar desigualmente aos desiguais para torná-los iguais.

Por que uma cidade é injusta quando há diferença entre ricos e pobres? Para Aristóteles, o objetivo da justiça distributiva é o de igualar os desiguais, através da distribuição desigual dos bens, para dar a todos o que lhes é devido como seres humanos. Chauí (2012) indica que, na cidade injusta, o direito dos pobres em ter acesso às riquezas é vedado por limitações impostas à extensão da propriedade, de fixação da boa remuneração do trabalho dos trabalhadores pobres, de impostos e tributos que recaiam sobre os ricos apenas etc. Perceba como a consequência é ter, na cidade injusta, uma parcela dos cidadãos sem o direito à vida boa garantido.



O caráter comunitário da filosofia de Aristóteles resulta das diversas formas de análise da política que o filósofo apresenta na articulação dos seguintes aspectos: a tese de que o ser humano é um animal político; o modo como esta é realizada na comunidade política, na qual o logos se manifesta como atividade discursiva compartilhada; o cultivo de determinadas virtudes ético-políticas presentes na convivência humana, sobretudo, a amizade; a autossuficiência do cidadão e o seu vínculo com a autarquia da comunidade política. A retomada de um moderno conceito de comunidade, na tentativa de reatualizar os princípios gerais do comunitarismo aristotélico, pode ser compatível com determinadas teses liberais, sobretudo, a questão da liberdade (autonomia) individual e o fato do pluralismo ético e político nas sociedades modernas.

RAMOS, Cesar Augusto. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 55, n. 129, p. 61-77, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2015.

Já para alcançar a justiça política é preciso respeitar o modo pelo qual a comunidade estabeleceu a participação no poder. Trata-se de levar em conta aquilo que a cidade mais valoriza: os regimes políticos variando em função do valor mais respeitado pelos cidadãos. Veja como Chauí (2012, p. 446) aponta essa flexibilidade em cada *polis*:



Há cidades que valorizam a honra (isto é, a hierarquia social baseada no sangue, na terra e nas tradições), julgando o poder a honra mais alta que cabe a um só: tem-se a monarquia, onde é justo que um só participe do poder. Há cidades que valorizam a virtude como excelência de caráter (coragem, lealdade, fidelidade ao grupo e aos antepassados), julgando que o poder cabe aos melhores: tem-se a aristocracia, onde é justo que somente alguns participem do poder. Há cidades que valorizam a igualdade (são iguais os que são livres), consideram a diferença econômica e não política entre ricos e pobres, e julgam que todos possuem o direito de participar do poder: tem-se a democracia, na qual é justo que todos governem.

Você notou que, enquanto Platão se debruça sobre a formação e a educação do governante filósofo, – que é o dirigente político –, Aristóteles destaca a qualidade das instituições políticas como os tribunais, assembleias, distribuição da riqueza, organização do exército, forma da coleta de impostos e tributos etc. Tanto Platão quanto Aristóteles deixam um legado importante para as teorias políticas subsequentes a partir de duas maneiras de conceber a qualidade justa da cidade: platonicamente, essa qualidade depende das virtudes do dirigente; aristotelicamente, das virtudes das instituições.



Exemplificando

A justiça distributiva consiste em dar desigualmente aos desiguais para torná-los iguais. Se, por exemplo, a *polis* passar por um período de fome em decorrência de fatores climáticos e que consiga obter alimentos para distribuir a todos, como deverá proceder para ser justa?

A cidade não poderá repartir os alimentos de forma igual para todos. Deverá doar o alimento aos pobres e vender aos ricos. Dessa maneira vai conseguir fundos para comprar novos alimentos. Será injusta se doar a todos ou se vender a todos. Também, será injusta se atribuir a todos as mesmas quantidades de alimentos já que as famílias são desiguais quanto ao número. Então, é justo tratar desigualmente os desiguais para que recebam os partilháveis segundo suas necessidades e condições.

Sem medo de errar

Vamos retomar nossa situação-problema proposta no início dessa seção e também considerar os mais importantes conteúdos para resolvê-la.

Recuperemos o texto “Persiste, firme e sem pudor, o Brasil do ‘sabe com quem você está falando?’”, do jornalista Mário Magalhães, publicado em 26/08/2015. Ali está em discussão o tema do chamado “carteiraço”, um comportamento comum na cultura brasileira (Disponível em: <<http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/08/26/persiste-firme-e-sem-pudor-o-brasil-do-sabe-com-quem-voce-esta-falando/>>. Acesso em: 27 ago. 2015).

A partir de sua leitura do trecho, analise as seguintes questões e elabore as melhores respostas:

1- Releia esse trecho da matéria: “Antes mesmo de ler Roberto DaMatta eu já sabia, pelo meu pai, aluno dele, das considerações do antropólogo sobre o Brasil do “sabe com quem está falando?” como retrato da distinção entre brasileiros e brasileiros. O episódio na Gávea escancara a manutenção da diferença, ainda que o país de hoje seja um pouco menos desigual (o presidente da maior empreiteira nacional está em cana) que o dos tempos em que DaMatta teve a grande sacada.” Como você explica o uso da expressão “retrato da distinção entre brasileiros e brasileiros”?

2- Por que podemos afirmar que uma grande forma de injustiça social se revela no uso da pergunta ‘sabe com quem você está falando?’

Você viu o que é um homem justo para Platão, lembra-se? É o homem virtuoso, sendo que a virtude é o domínio da razão sobre a cólera e o desejo. É aquele cuja alma racional, fundada na vontade e no pensamento, consegue ser mais forte do que as outras duas almas. Dessa maneira, impõe à alma concupiscente a virtude da temperança ou moderação, e à alma colérica, a virtude da coragem, que deve controlar a concupiscência. A justiça ética seria obtida através da hierarquia das almas: a alma superior domina e se sobrepõe às almas inferiores.

Também viu, em Aristóteles, que há dois tipos de justiça na polis: a justiça distributiva, relacionada aos bens econômicos partilháveis; e a justiça participativa, relacionada ao poder político participável. Foi em Aristóteles que você pôde refletir, a partir da pergunta: por que uma cidade é injusta quando há diferença entre ricos e pobres? O objetivo da justiça distributiva, para Aristóteles, é o de igualar os desiguais, através da distribuição desigual dos bens, para dar a todos o que lhes é devido como seres humanos.



Lembre-se

Platão e Aristóteles deixam um legado importante para as teorias políticas que vieram depois deles a partir de duas maneiras de conceber a qualidade justa da cidade: platonicamente, essa qualidade depende das virtudes do dirigente; aristotelicamente, das virtudes das instituições.



Atenção

Para pensarmos na formação da política, precisamos primeiro compreender o significado da palavra “*Polis*” – palavra de origem

grega (πολις) – era o modelo das antigas cidades gregas. Essas cidades da antiguidade tinham um modo de vida urbano que se tornou a base da civilização ocidental. É um elemento tão fundamental na constituição da cultura grega que, a partir da organização dessas comunidades, passa-se a afirmar que o homem é um “animal político”. Os cidadãos gregos (chamados no grego de “politikos”) nasciam livres e iguais.

O termo política é derivado do grego antigo “politeía” (πολιτεία), que indicava todos os procedimentos relativos à polis ou cidade-Estado. Por extensão, poderia significar tanto cidade-Estado quanto comunidade, sociedade, coletividade, todas definições referentes à vida urbana.

Avançando na prática

Pratique mais!	
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.	
“Platão, Aristóteles e o homem político”	
1. Competência de fundamentos de área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Reconhecer formas de estabelecer vínculos apoiados na justiça também no cenário corporativo.
3. Conteúdos relacionados	Justiça e sociedade.
4. Descrição da SP	<p>Fã de roque, o juiz Dalmir Franklin de Oliveira Júnior decidiu montar uma banda tendo como parceiros jovens que ele mesmo condenou por crimes como tráfico, roubo e até homicídio.</p> <p>A banda, chamada Liberdade, se apresenta no pátio do Case – Centro de Atendimento Socioeducativo de Passo Fundo –, onde os adolescentes estão internados, e em outros locais, sob escolta.</p> <p>A formação não é fixa, porque os músicos são liberados após cumprir a medida socioeducativa.</p> <p>O juiz afirma que nunca enfrentou problemas com os garotos na banda, mesmo os que, em um primeiro momento, se sentiram injustiçados com a pena imputada.</p>

	<p>Para conseguir uma vaga na percussão ou na guitarra, é preciso ter bom comportamento. Dos 70 a 80 internos, cerca de 25 participam das aulas de música do projeto e conseguem um lugar na banda.</p> <p>"Tem um respeito recíproco grande", conta o juiz, para quem a banda ensina responsabilidade, já que nela "cada um tem sua função".</p> <p>Dalmir, 39, começou a tocar teclado num grupo quando tinha 16 anos. "A música tem ampla aceitação social e dá outra etiqueta a esses jovens, permite que eles sejam vistos por outro viés que não o da delinquência", afirma.</p> <p>Marcelo Pimentel, 50, professor de percussão do projeto, concorda. "O único ser que se reúne para tocar um instrumento é o humano. Por isso, ali eles se sentem mais humanos", diz. As turmas, de aulas teóricas e práticas sobre ritmo e harmonia, foram montadas com a colaboração da comunidade e com o apoio da Pastoral Carcerária. Os instrumentos foram doados pelo magistrado, já que o projeto não conta com verba pública.</p> <p>"As pessoas não sabem o que é ser adolescente e estar preso em uma sexta-feira [quando todos se divertem]", diz o professor. "Eles têm que pagar pelos erros, mas não precisa ser um inferno." Ex-integrante da banda Osvaldo Gonçalves de Assis, 19, foi internado aos 16 anos por crimes como tráfico. "Sempre quis aprender. Agora sei tocar o básico", conta ele, que está em liberdade há poucas semanas e deixou o projeto.</p> <p>"Percebemos uma grande mudança nele", diz o juiz, que sonha com uma extensão do projeto fora do Case, para acolher egressos, como Assis.</p> <p>Quando recebeu a sentença, o rapaz tinha estudado só até a quarta série do fundamental. No Case, concluiu o ensino médio. "Quero fazer direito e ser advogado", diz ele, que trabalha em um supermercado e faz planos de continuar tocando. Adaptado de: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1674143-juiz-gaucha-monta-banda-de-rock-com-jovens-condenados-por-ele-mesmo.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2015.</p> <p>1- Nesse cenário, a música atuou como fator de agregação. Como? Explique.</p> <p>2- Dê outros exemplos de fatores de agregação em uma empresa.</p> <p>3- Por que é importante, no ambiente corporativo, reconhecermos que estamos sendo tratados com justiça?</p>
<p>5. Resolução da SP:</p>	<p>1- Ao tratar diferentes de forma diferente, a agregação se estabeleceu. Os meninos precisam mostrar seu empenho para serem inseridos no projeto. A música também atuou como fator de agregação ao colocar todos lado a lado: juiz e condenados, inclusive. Aqui a agregação se deu pela igualdade.</p> <p>2- Pode ser quando uma aparente regalia é concedida a um funcionário quando ele é o único a necessitar dela, por exemplo. Ou quando envolve o grupo em torno de uma conquista comum.</p> <p>3- No ambiente corporativo é importante reconhecermos que estamos sendo tratados com justiça porque isso contamina todas as relações que estabelecemos nessa esfera. Torna-nos mais coparticipativos, mais envolvidos, mais reconhecidos.</p>



Lembre-se

Por que podemos apontar algumas tribos indígenas brasileiras como exemplos da justiça aristotélica?

Para Aristóteles, há dois tipos de justiça: a distributiva, relacionada aos bens econômicos partilháveis e a justiça participativa, relacionada ao poder político participável. A riqueza é um bem partilhável (pode ser dividida e distribuída) e o poder político é um bem participável, já que é indivisível. Vários povos indígenas do Brasil não acumulam riqueza, retiram da natureza o que necessitam para viver, trabalham de forma que todos do grupo tenham os mesmos bens para a manutenção do que consideram uma vida digna. Quanto à justiça participativa, mesmo desempenhando diferentes papéis dentro do grupo, todos estão envolvidos, atuam diretamente na dinâmica da vida coletiva que é compartilhada de forma intensa.



Faça você mesmo

Redija um texto breve, entre 15 e 25 linhas, sobre o conceito de justiça, segundo o filósofo grego Aristóteles, com outros exemplos.

Faça valer a pena

1. Leia as afirmações a seguir:

I – O que faz uma cidade feliz são as decisões assumidas na esfera comum, considerando o que for melhor para todos preservando assim a justiça e o direito.

II – A política justa é feita com ciência, com ética e obtida através de uma base pedagógica sólida.

Essas afirmações apresentam algumas das reflexões de:

- a) Sócrates.
- b) Sócrates e Platão.
- c) Platão.
- d) Aristóteles.
- e) Platão e Aristóteles.

2. Por que uma cidade é injusta quando há diferença entre ricos e pobres?

a) Porque a injustiça social se instaura com grande dificuldade de igualar os pobres através da obtenção e remuneração do trabalho como forma de obter riqueza.

b) Há limitações às quais pobres e ricos são expostos que justificam a diferença entre esses, tais como, a fixação da boa remuneração do trabalho dos trabalhadores pobres e a obrigatoriedade para que impostos recaiam apenas sobre os ricos.

c) Para Aristóteles, o objetivo da justiça distributiva que é o de igualar os desiguais, através da distribuição desigual dos bens, para dar a todos o que lhes é devido como seres humanos. Na cidade injusta, o direito dos pobres em ter acesso às riquezas é vedado por limitações. A consequência é ter, na cidade injusta, uma parcela dos cidadãos sem o direito à vida boa garantido.

d) Segundo Platão, a justiça distributiva tem a finalidade de dar a todos os seres humanos o que lhes é devido. O direito dos pobres de ter acesso às riquezas, na cidade injusta, é impedido por várias limitações. A consequência é ter, na cidade injusta, uma parte dos cidadãos sem poder exercer o direito à vida com regalias.

e) Ao desrespeitar o modo pelo qual a comunidade estabeleceu a participação no poder, para Aristóteles, a cidade torna-se injusta. Não se leva em conta o que a cidade mais valoriza, como o direito dos pobres em ter acesso às riquezas vedado por limitações impostas à extensão da propriedade, de fixação da boa remuneração do trabalho dos trabalhadores pobres, de impostos e tributos que recaiam sobre os ricos apenas etc.

3. Considere as afirmações analisando se são (V) verdadeiras ou (F) falsas sobre a teoria política de Aristóteles:

() Para analisar e apontar o que é justiça, Aristóteles nos conduz a refletir sobre dois tipos de bens: os partilháveis e os participáveis.

() Um bem é partilhável porque se relaciona a uma quantidade que não pode ser partilhada, e é participável quando indica uma qualidade divisível.

() A riqueza é um bem partilhável – já que pode ser dividida e distribuída –, o poder político é um bem participável, porque é uma qualidade indivisível.

() Há dois tipos de justiça na polis: a justiça distributiva, relacionada aos bens econômicos partilháveis; e a justiça participativa, relacionada ao poder político participável. A cidade será justa ao fazer a diferença entre essas duas formas de justiça e possibilitar a concretização de ambas em igualdade.

Escolha a alternativa que contém a resposta correta, respectivamente:

a) V – V – F – V.

b) V – V – V – F.

c) F – F – V – F.

d) F – V – F – V.

e) V – F – V – V.

Seção 3.3

O direito divino de governar e o realismo político

Diálogo aberto

Exercer dignamente nossa cidadania, atuar como seres políticos que somos, interagir com a sociedade, requer a construção de uma consciência sociopolítica para que possamos observar, interpretar e atuar na trama desse rico universo de relações.

Com ajuda da Filosofia, continuamos a refletir sobre como nós nos formamos politicamente. Percorremos um caminho que passou pela compreensão dos regimes políticos, pelos sofistas que compreendiam a política como uma construção circunstancial, por Platão e Aristóteles, que concebiam o homem como ser essencialmente político e, agora, vamos nos deparar com a visão de Agostinho – com o direito divino de governar – e Maquiavel, – com o realismo político.

Vejam agora a situação problema desta seção:

Em 11 de setembro de 2001, dois aviões foram lançados com tripulação, seus passageiros e terroristas suicidas sobre as duas torres do World Trade Center, em Nova York. Essa foi apenas uma parte de uma sequência de atentados. As cenas ao vivo, mostradas pelas TVs de todo o mundo, faziam tudo parecer um grande espetáculo.

A organização terrorista Al Qaeda – com seu líder Osama Bin Laden –, foi responsabilizada pelo ataque aos Estados Unidos que utilizaram os atentados de 11 de setembro como justificativa para implementar uma "cruzada mundial contra o terror" em defesa da "paz mundial" e da sua segurança interna. O terrorismo, os governos que lhe dão apoio e abrigo e os países que desenvolvem armas de destruição em massa e que contestam o poder norte-americano, foram colocados como os principais alvos da nova doutrina de segurança nacional. Passaram a ser classificados em um agrupamento denominado "Eixo do Mal". A expressão "Eixo do Mal" foi utilizada pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, para se referir a três países ("Estados vilões") que constituíam uma grave ameaça ao mundo e à segurança dos

Estados Unidos: Coreia do Norte, Irã e Iraque. Segundo Bush, esses países desenvolviam armas de destruição em massa ou patrocinavam o terrorismo regional e mundial, ou faziam as duas coisas ao mesmo tempo. Mais tarde os Estados Unidos incluíram também Cuba, Líbia e Síria a este grupo de países. A expressão "Eixo do Mal" é uma dupla referência histórica: eixo lembra o eixo Berlim-Roma na Segunda Guerra Mundial (nazifascismo) e mal retoma o termo império do mal, forma como o governo Reagan se referia à União Soviética durante a Guerra Fria. Um eixo do mal mantém latente a ameaça exterior e justifica a necessidade de manutenção de um expressivo orçamento, do governo Bush, na defesa.

Em 2002, o presidente George Bush divulgou o documento "A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos", que ficou conhecido como "Doutrina Bush". Este documento apresenta as estratégias político-militares que passaram a ser adotadas pelo país em nome da defesa nacional, frente às ameaças a que poderiam estar sujeitos o território e o povo norte-americanos.

O documento declara a intenção dos Estados Unidos em agir militarmente, por conta própria e decisão unilateral em nome do direito de autodefesa, de maneira preventiva e antecipada: atacar antes e perguntar depois. Dessa forma, os Estados Unidos, em nome do antiterrorismo e do combate de países considerados e avaliados como ameaçadores aos seus interesses, justificaram as suas ações e procuraram torná-las legítimas diante da opinião pública norte-americana e internacional.

A Doutrina Bush determinou ainda o fortalecimento das alianças com outros Estados para derrotar o terrorismo no mundo. A declaração norte-americana deixou claro que, em nome da "paz e da segurança internacional", os Estados Unidos não permitirão a ascensão de qualquer potência, a ponto de rivalizar com o seu poder e a sua liderança militar, alcançada desde o fim da Guerra Fria e da URSS. Ao afirmar a sua condição de superpotência militar global, a Doutrina Bush aponta para o alargamento dos interesses econômicos norte-americanos.

A guerra e a ocupação do Iraque, embora façam parte das ações pragmáticas da Doutrina Bush de guerra preventiva, não foram apoiadas em provas de que este país desenvolvesse armas de destruição em

massa (justificativa para a sua invasão) ou financiasse o terror. Depois dos Estados Unidos declararem a vitória sobre o Iraque, de terem conseguido a prisão de Saddam Hussein e o estabelecimento de um governo provisório, a situação do Iraque permaneceu incontrolável.

A Doutrina Bush mudou a direção das relações internacionais dos Estados Unidos, substituindo os princípios da contenção da época da Guerra Fria – baseada na persuasão e dissuasão – pelo de ataques preventivos. Consolidou o unilateralismo como princípio norteador da nova política externa norte-americana, indiferente aos tratados e instituições internacionais.

Adaptado de: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/doutrina-bush-guerra-contra-o-terrorismo-e-o-eixo-do-mal.htm>>. Acesso em: 2 set. 2015.

Baseado na leitura deste texto, surgem algumas questões importantes:

1- Como explicar a Doutrina Bush considerando as análises de Maquiavel?

2- “Os fins justificam os meios”. Essa máxima se aplica a esse caso? Explique.

3- Em que se baseou o estabelecimento do “Eixo do Mal”? Como explicar o medo que se instaura a partir das concepções de Maquiavel?

Não pode faltar

Agostinho e o direito divino de governar

Imagine um governante que não tenha a idolatria do poder, que busque o bem comum acima do seu proveito pessoal, que não tenha o objetivo de dominar seus semelhantes, que tenha clareza das formas para concretizar uma sociedade fraterna e justa e que lute por conquistá-la com seus pares. Ai está uma fórmula bem interessante para um governante que, com certeza, terá muitos adeptos orgulhosos por caminhar ao seu lado.

No entanto, para Santo Agostinho, apenas essas virtudes e propósitos são insuficientes. Segundo ele, só poderá existir concórdia na sociedade

humana enquanto houver reto exercício da arte de governar. E isso só será possível quando governantes e governados aceitarem, adorarem, e cultuarem Deus. Caso contrário, declara Agostinho, o bom senso vai ceder lugar a uma torrente de vícios o que comprometerá todo exercício do governo.

Agostinho alerta que a política é uma feita pelos homens e, como esses são marcados pelo pecado, ela só pode ser exercida com justiça e autenticidade se estiver imersa na graça de Cristo. A convivência justa nas organizações sociais só se realiza quando Cristo for a base, o alicerce e o centro, dirigindo todas as ações humanas.

Considera que a política é uma atividade fundamental para que a paz e o bem se instaurem na sociedade, para assegurar a tranquilidade e a ordem na vida das pessoas. Agostinho aponta que a função política só será corretamente vivenciada quando pautada pelo interesse dos governantes em servir e prestar culto ao verdadeiro Deus.

Em suas análises, ressalta a soberania que Deus tem sobre o mundo e o homem. E, para esse filósofo, quando o homem reconhece seu criador e passa viver sob seus dogmas, todas as ações humanas, – sendo que a política é uma delas –, alcançarão a finalidade suprema na vida terrestre e contribuirão para a felicidade dos cidadãos aqui e agora, preparando-os para a felicidade completa na cidade celeste. Veja nas palavras de Agostinho:



Também serviços prestados à pátria terrena, se fizeres com amor vero e religioso ganharás a pátria celeste [...] deste modo, proverás, de verdade, ao bem de teus concidadãos a fim de fazê-los usufruir não da falsidade dos prazeres temporais, nem da [...] impunidade da culpa, mas da graça da felicidade eterna. Suprimam-se todos os ídolos e todas as loucuras, convertam-se as pessoas ao culto do verdadeiro Deus e a pios e castos costumes, e então verás a tua pátria florir não segundo a falsa opinião dos estultos, mas segundo a verdade professada pelos sábios, quando esta pátria, em que nasceste para a vida mortal, será uma porção daquela pátria para a qual se nasce não com o corpo, mas pela fé, onde [...], após o inverno cheio de sofrimentos desta vida, florescerão na eternidade que não conhece ocaso [...] pois, o amor mais ordenado e mais útil pelos cidadãos consiste em levá-los ao culto do Sumo Deus e à religião. Este é o amor verdadeiro da pátria terrestre, que te fará merecer a pátria celeste (AGOSTINHO, Epist. 104, 10).

O êxito das organizações políticas estará assegurado quando todos os seus membros se conscientizarem que o bem da coletividade está acima dos interesses de grupos particulares, já que esses monopolizam a função política colocando-a a serviço exclusivo do bem particular.

Para Santo Agostinho, o governante precisa agir de forma que o povo veja e reconheça nele alguém preocupado com sua vida temporal, sem medir esforços para construir uma sociedade fraterna e justa. É essencial que os cidadãos sintam-se amparados pelas leis e sistemas de governo que assegurem uma vida social digna, com condições de crescimento espiritual, visando ao pleno desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano. Segundo Agostinho, isso só pode ocorrer se Deus estiver no centro e na base dos interesses políticos.



Pesquise mais

No livro “Confissões”, Santo Agostinho conta sua própria vida, sua evolução espiritual, sua procura da verdade. Trata-se da história de um homem que se transformou num dos maiores nomes do pensamento cristão com marcas importantes da época da transição da cultura greco-romana para a síntese entre Classicismo e Cristianismo.

Já no livro “De magistro” traz o diálogo entre Agostinho e Adeodato com a questão da linguagem, sua origem e papel no processo do conhecimento.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões; De magistro = Do mestre**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores) – Confissões, tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina; De magistro, tradução de Ângelo Ricci. Inclui vida e obra de Santo Agostinho. Bibliografia. Disponível em: <<http://proferlao.pbworks.com/w/file/etch/68252414/06%20-%20Santo%20Agostinho%20-%20vida%20e%20obra%20-%20Confissões%20-%20De%20Magistro.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

A função política não deve se limitar a resolver problemas de ordem material. Ao considerar que o ser humano é um todo, Agostinho defende que a função política deve direcionar seus esforços para favorecer aos cidadãos dessa pátria terrena condições para a prática do culto ao Deus verdadeiro. Segundo ele, onde Deus não está presente a paz torna-se impossível. Portanto, a ética agostiniana se fundamenta no amor de Deus. Ela encontra sua verdadeira razão de ser, na prática do preceito evangélico: “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”.



Assimile

O pensamento agostiniano sobre a política está fundamentado na transcendência do homem. A política, para Santo Agostinho, se articula com a teologia na qual guarda todas as esperanças. Dessa forma, para ele, a política tem função específica na cidade terrestre e é importante já que promove e prepara para a cidade celeste.

O exercício da função política em Santo Agostinho abrange a pessoa humana inteira tomando seu corpo e alma. Traça então um caminho teológico para aqueles que se sentem chamados para exercer cargos de governo. Agostinho defende que o objetivo relativo da política é garantir a tranquilidade, a ordem e o bem comum de todos os cidadãos. Para ele esses são bens necessários, porém não absolutos. Uma vez ancorada em Deus, pode promover a paz por excelência que, para Agostinho, só experimentariam aqueles que usufruem de Deus.

A legitimidade do poder está na relação com Deus, de onde origina todo o poder, o que faz Agostinho afirmar que “não há autoridade que não venha de Deus” (Rm 13:1). Veja como há uma intensa relação entre o uso do poder e a caridade.

Todas as instituições sociais, incluindo a política, tem como finalidade última fazer os homens inflamarem o desejo mais ardente expresso na oração do Pai-Nosso: “venha a nós o vosso reino.” Por isso que esse filósofo defende que amar a Deus e aos homens é a mesma coisa.



Reflita

Como explicar o relativismo político entre a cidade terrestre e a cidade celeste que Agostinho apresenta?

Santo Agostinho apresenta a sentido social e teológico da política quando a descreve a função que precisa ser exercida visando ao presente e também a eternidade. A reflexão agostiniana sobre a política considera que o homem é um peregrino sobre a Terra e que a pátria terrena não suprime o desejo e a busca da felicidade plena que só será verdadeiramente saciada na pátria celeste. Note como esse relativismo político não desvaloriza as iniciativas na tentativa de solucionar os problemas sociais da comunidade. Ao contrário, o pensamento do fim último do homem, que está na cidade celeste, deve impregnar com suas marcas as atividades políticas. Isso evitará que o amor próprio se constitua como um obstáculo na concretização do bem comum. O fim último da cidade terrestre é contemplar e ter como meta alcançar a república celeste, na qual, para Agostinho, prevaleceria a caridade.

Maquiavel e o realismo político

Nicolau Maquiavel, no final do século XV, consolidou a separação entre o poder temporal e espiritual em “O Príncipe”, obra que inaugura o pensamento político moderno. É a época na qual se dava o enfraquecimento dos papas e o fortalecimento dos reis na condução política. Trata-se, como destaca Chauí (2012), de uma obra demolidora e revolucionária em relação à tradição do pensamento político.

Por que Maquiavel foi tão revolucionário? Acompanhe: para elaborar as teorias políticas, de até então, os teólogos tomavam a Bíblia e o Direito Romano como ponto de partida, e os renascentistas – contemporâneos de Maquiavel – partiam das obras dos filósofos clássicos. Já Maquiavel, não. Ele toma a experiência concreta e real de seu tempo para formular o pensamento político. Traz respostas novas para uma realidade histórica igualmente nova que os contemporâneos tentavam interpretar usando a lente de autores antigos, sem observar o que acontecia à volta.



Pesquise mais

Veja só que interessante! A Revista Veja tem edições especiais intituladas “Veja na história”. Há uma entrevista especial, supostamente com Nicolau Maquiavel (na verdade, inspirada em seus escritos) na Edição de VEJA Especial de comemoração de 500 anos do Descobrimento do Brasil. Confira!

Entrevista com Nicolau Maquiavel: A realidade crua do poder. **VEJA**. Especial: A aventura do descobrimento, abr. 2000. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/descobrimento/entrevista-nicolau-maquiavel.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

Chauí (2012) ressalta quatro pontos nos quais podemos notar a ruptura maquiavelista com a tradição política:

1. Para Maquiavel, não há qualquer fundamento anterior e exterior à política: nem razão, nem Deus ou natureza. A obra “O Príncipe” aponta que toda cidade está cindida por dois desejos opostos: o desejo dos poderosos de comandar e oprimir e o desejo do povo, contrário a esse, de não ser nem comandado nem oprimido. Ora, para Maquiavel, essa divisão essencial já indica que não há homogeneidade originária da ordem natural, da razão do homem ou mesmo da vontade divina. O

cenário social é então composto por lutas internas que nos obrigam a instaurar o poder político para unificar e dar identidade a essa realidade. Veja que interessante: a política nasce das lutas sociais e é produzida pela própria sociedade para dar a si mesma identidade e unidade e se configura como resultado da ação social a partir das divisões sociais.

2. Já que a sociedade é dividida na sua origem, jamais poderá se compor como uma comunidade homogênea, única, lutando por um objetivo como o bem comum. Maquiavel diz que essa imagem falsa de unidade social é uma arma que os poderosos utilizam para ludibriar, oprimir e comandar o povo, como se os interesses dos grandes e dos populares fossem únicos, como se todos fossem irmãos vivendo em harmonia na comunidade. Note como Maquiavel destrói a ideia da boa comunidade política voltada para o a justiça e o bem comum como defendiam os pensadores cristãos, romanos e gregos. Afirma que o objetivo da política é a tomada e a manutenção do poder, coisa que os políticos sempre souberam.

3. Acompanhe como Chauí (2012) indica o terceiro ponto da ruptura maquiavelista:



Maquiavel recusa a figura do Bom Governo encarnada no príncipe virtuoso, portador das virtudes cristãs, das virtudes morais e das virtudes principescas. O príncipe precisa ter virtú, mas esta é propriamente política, referindo-se às qualidades do dirigente para tomar e manter o poder, mesmo que para isso deva usar a violência, a mentira, a astúcia e a força. A tradição afirmava que o governante devia ser amado e respeitado pelos governados. Maquiavel afirma que o príncipe não pode ser odiado. Isso significa, em primeiro lugar, que o príncipe deve ser respeitado e temido – o que só é possível se não for odiado. Significa, em segundo lugar, que não precisa ser amado, pois isso o faria um pai para a sociedade e, sabemos, um pai conhece apenas um tipo de poder, o despótico. A virtude política do príncipe aparecerá na qualidade das instituições que soube criar e manter e na capacidade que tiver (fortuna ou sorte) para enfrentar as ocasiões adversas. (CHAUÍ, 2012, p. 460).

4. Segundo Chauí (2012), Maquiavel rejeita a divisão clássica dos regimes políticos – monarquia, aristocracia, democracia –, assim como suas formas ilegítimas – tirania, oligarquia, demagogia/

anarquia – e, tampouco que o regime legítimo seja o hereditário e que o regime ilegítimo, aquele que foi tomado pela conquista. **Na visão maquiavelista, todo regime político, com qualquer origem ou forma, poderá ser legítimo ou ilegítimo. Aponta que o critério para medir a legitimidade ou a ilegitimidade, é a liberdade.**



Refleta

Quando um regime político é legítimo?

O que Maquiavel nos responde, segundo Chauí (2012), é que o príncipe pode ser um monarca hereditário ou por conquista; pode também ser um povo que conquista o poder pela força. Segundo ele, qualquer desses regimes políticos será legítimo se for uma república e não tirania ou despotismo. Só é legítimo o regime no qual o poder não está a serviço dos desejos e interesses de um particular ou de um grupo de particulares. Ainda para Maquiavel, legitimidade e ilegitimidade dependem da forma como as lutas sociais encontram respostas políticas capazes de assegurar o único princípio que rege a política: o poder do príncipe deve ser superior ao dos grandes e estar a serviço do povo.

A tradição grega uniu política e ética de forma inseparável. Já a tradição romana colocou na pessoa virtuosa do governante essa marca ética e política trazida da tradição grega. Por sua vez, conforme nos diz Chauí (2012), a tradição cristã transformou a pessoa política num corpo místico sacralizado que encarnava a vontade de Deus. Temos aqui o tripé hereditariedade, personalidade e virtude construindo o centro da política, voltada para o propósito de bem comum e justiça. Todo esse corpo de ideias é atacado e demolido por Maquiavel. Veja como ele revela a figura do príncipe virtuoso em Chauí (2012):

A *virtú* do príncipe não consiste num conjunto fixo de qualidades morais que ele oporá à fortuna, lutando contra ela. A *virtú* é a capacidade do príncipe para ser flexível às circunstâncias, mudando com elas para agarrar e dominar a fortuna. Em outras palavras, um príncipe que agir sempre da mesma maneira e de acordo com os mesmos princípios em todas as circunstâncias fracassará e não terá *virtú* alguma.

Para ser senhor da sorte ou das circunstâncias, deve mudar com elas e, como elas, ser volúvel e inconstante, pois somente assim saberá agarrá-las e vencê-las. Em certas circunstâncias,

deverá ser cruel, em outras, generoso; em certas ocasiões deverá mentir, em outras, ser honrado; em certos momentos, deverá ceder à vontade dos outros, em algumas, ser inflexível. O *ethos*, ou caráter do príncipe, deve variar com as circunstâncias, para que sempre seja senhor delas. (CHAUÍ, 2012, p. 461)

Perceba como a ruptura que Maquiavel instaura é profunda: para ele, a lógica política está totalmente desvinculada das virtudes éticas dos indivíduos reveladas na sua vida privada. É Maquiavel quem aponta que os valores políticos são medidos pela utilidade social e pela eficácia prática, apartados dos valores que norteiam a moralidade privada das pessoas.

Você já deve ter ouvido as expressões “maquiavélico” e “maquiavelismo”. Elas foram criadas lá no século XVI e são usadas até hoje. O que representam? Para Chauí (2012) exprimem o medo que se tem da política quando esta é simplesmente política, isto é, sem as máscaras da religião, da moral, da razão e da natureza. Maquiavel, ao inaugurar a teoria moderna da lógica do poder como independente da religião, da ética e da ordem natural, só poderia ter sido visto como “maquiavélico”.



Exemplificando

Por que os termos maquiavélico e maquiavelismo se relacionam a uma imagem satânica da política?

Veja o que nos responde Chauí (2012): no século XVI, para o Ocidente cristão, o príncipe maquiavelista, não sendo o bom governo sob Deus e a razão, só poderia ser diabólico, já que era antagônico ao divino. A teologia política instaurava a sacralização do poder. O oposto disso seria a demonização. É essa imagem satânica da política como ação social puramente humana que os termos maquiavélico e maquiavelismo designam.

Nesse contexto, veja como Maquiavel altera a noção de virtude política: passa a ser considerada como a capacidade e a astúcia para se moldar às circunstâncias e aos tempos, como ousadia para reconhecer e aproveitar a boa ocasião e força para não ser levado pelas más. Então, a fortuna, na concepção maquiavelista, é propícia para quem quiser agarrá-la, se revela como um presente a quem tiver astúcia para lutar por ela, dobrá-la e vencê-la. Derruba

assim a tradicional oposição entre a constância do caráter virtuoso e a inconstância da fortuna.

Sem medo de errar

Vejamos agora a situação problema desta seção:

Em 11 de setembro de 2001, dois aviões foram lançados com tripulação, seus passageiros e terroristas suicidas sobre as duas torres do World Trade Center, em Nova York. Essa foi apenas uma parte de uma sequência de atentados. As cenas ao vivo, mostradas pelas TVs de todo o mundo, faziam tudo parecer um grande espetáculo.

A organização terrorista Al Qaeda – com seu líder Osama Bin Laden –, foi responsabilizada pelo ataque aos Estados Unidos que utilizaram os atentados de 11 de setembro como justificativa para implementar uma "cruzada mundial contra o terror" em defesa da "paz mundial" e da sua segurança interna. O terrorismo, os governos que lhe dão apoio e abrigo e os países que desenvolvem armas de destruição em massa e que contestam o poder norte-americano, foram colocados como os principais alvos da nova doutrina de segurança nacional. Passaram a ser classificados em um agrupamento denominado "Eixo do Mal". A expressão "Eixo do Mal" foi utilizada pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, para se referir a três países ("Estados vilões") que constituíam uma grave ameaça ao mundo e à segurança dos Estados Unidos: Coreia do Norte, Irã e Iraque. Segundo Bush, esses países desenvolviam armas de destruição em massa ou patrocinavam o terrorismo regional e mundial, ou faziam as duas coisas ao mesmo tempo. Mais tarde os Estados Unidos incluíram também Cuba, Líbia e Síria a este grupo de países. A expressão "Eixo do Mal" é uma dupla referência histórica: eixo lembra o eixo Berlim-Roma na Segunda Guerra Mundial (nazifascismo) e mal retoma o termo império do mal, forma como o governo Reagan se referia à União Soviética durante a Guerra Fria. Um eixo do mal mantém latente a ameaça exterior e justifica a necessidade de manutenção de um expressivo orçamento, do governo Bush, na defesa.

Em 2002, o presidente George Bush divulgou o documento "A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos", que ficou conhecido como "Doutrina Bush". Este documento apresenta as

estratégias político-militares que passaram a ser adotadas pelo país em nome da defesa nacional, frente às ameaças a que poderiam estar sujeitos o território e o povo norte-americanos.

O documento declara a intenção dos Estados Unidos em agir militarmente, por conta própria e decisão unilateral em nome do direito de autodefesa, de maneira preventiva e antecipada: atacar antes e perguntar depois. Dessa forma, os Estados Unidos, em nome do antiterrorismo e do combate de países considerados e avaliados como ameaçadores aos seus interesses, justificaram as suas ações e procuraram torná-las legítimas diante da opinião pública norte-americana e internacional.

A Doutrina Bush determinou ainda o fortalecimento das alianças com outros Estados para derrotar o terrorismo no mundo. A declaração norte-americana deixou claro que, em nome da "paz e da segurança internacional", os Estados Unidos não permitirão a ascensão de qualquer potência, a ponto de rivalizar com o seu poder e a sua liderança militar, alcançada desde o fim da Guerra Fria e da URSS. Ao afirmar a sua condição de superpotência militar global, a Doutrina Bush aponta para o alargamento dos interesses econômicos norte-americanos.

A guerra e a ocupação do Iraque, embora façam parte das ações pragmáticas da Doutrina Bush de guerra preventiva, não foram apoiadas em provas de que este país desenvolvesse armas de destruição em massa (justificativa para a sua invasão) ou financiasse o terror. Depois dos Estados Unidos declararem a vitória sobre o Iraque, de terem conseguido a prisão de Saddam Hussein e o estabelecimento de um governo provisório, a situação do Iraque permaneceu incontrollável.

A Doutrina Bush mudou a direção das relações internacionais dos Estados Unidos, substituindo os princípios da contenção da época da Guerra Fria - baseada na persuasão e dissuasão - pelo de ataques preventivos. Consolidou o unilateralismo como princípio norteador da nova política externa norte-americana, indiferente aos tratados e instituições internacionais.

Adaptado de: <[http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/doutrina-bush-guerra-contra-o-terrorismo-e-o-eixo-do-](http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/doutrina-bush-guerra-contra-o-terrorismo-e-o-eixo-do)

mal.htm>. Acesso em: 2 set. 2015.

Baseado na leitura deste texto, surgem algumas questões importantes:

1- Como explicar a Doutrina Bush considerando as análises de Maquiavel?

2- “Os fins justificam os meios”. Essa máxima se aplica a esse caso? Explique.

3- Em que se baseou o estabelecimento do “Eixo do Mal”? Como explicar o medo que se instaura a partir das concepções de Maquiavel?

Você viu os quatro pontos essenciais nos quais podemos notar a ruptura maquiavelista com a tradição política, que são:

1. Para Maquiavel, não há qualquer fundamento anterior e exterior à política: nem razão, nem Deus ou natureza.

2. Já que a sociedade é dividida na sua origem, jamais poderá se compor como uma comunidade homogênea, única, lutando por um objetivo como o bem comum. Maquiavel diz que essa imagem falsa de unidade social é uma arma que os poderosos utilizam para ludibriar, oprimir e comandar o povo, como se os interesses dos grandes e dos populares fossem únicos, como se todos fossem irmãos vivendo em harmonia na comunidade.

3. Maquiavel recusa a figura do Bom Governo encarnada no príncipe virtuoso, portador das virtudes cristãs, das virtudes morais e das virtudes principescas. O que significa que o príncipe deve ser respeitado e temido – o que só é possível se não for odiado. A virtude política do príncipe aparecerá na qualidade das instituições que soube criar e manter e na capacidade que tiver (fortuna ou sorte) para enfrentar as ocasiões adversas.

4. Maquiavel rejeita a divisão clássica dos regimes políticos, assim como suas formas ilegítimas. Na visão maquiavelista, todo regime político, com qualquer origem ou forma, poderá ser legítimo ou ilegítimo. O critério para medir a legitimidade ou a ilegitimidade, é a liberdade.



Atenção

Você também viu que o tripé hereditariedade, personalidade e virtude construindo o centro da política, voltada para o propósito de bem comum e justiça foi atacado e demolido por Maquiavel. Para ele, a lógica política está totalmente desvinculada das virtudes éticas dos indivíduos reveladas na sua vida privada.



Lembre-se

Maquiavel altera a noção de virtude política: passa a ser considerada como a capacidade e a astúcia para se moldar às circunstâncias e aos tempos, como ousadia para reconhecer e aproveitar a boa ocasião e força para não ser levado pelas más.

Avançando na prática

Pratique mais!

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com as de seus colegas.

“O direito divino de governar e o realismo político”

1. Competência de fundamentos de área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Reconhecer como um líder pode ser autorizado, legitimado através da fé.
3. Conteúdos relacionados	Liderança. Direito divino.
4. Descrição da SP	Em 1830, nasce, no sertão do Ceará, Antônio Vicente Mendes Maciel, que, mais tarde receberia o apelido de Antônio Conselheiro. Desde cedo, sentiu as injustiças praticadas contra o povo pobre do sertão, (composto então por ex-escravos e indígenas mestiços). Surge nele o intenso desejo de libertar esse povo das péssimas condições em que viviam. Tornou-se um missionário laico e, durante suas pregações pelo sertão por mais de 20 anos, deixou marcas de sua fé por onde passava construindo, – contando com trabalho comunitário –, pequenas capelas, represas, cemitérios etc. Conselheiro era amado pelo povo que o considerava um messias, um profeta. Porém, era perseguido pelas autoridades.

	<p>Na última década do século XIX, concretizou seu objetivo de formar uma comunidade igualitária: Belo Monte (Canudos, no interior da Bahia). A comunidade cresceu rápido e tornou-se uma das maiores cidades do nordeste, com 25.000 habitantes. Era organizada, religiosa, produtiva e comunitária. As pessoas de posses, os políticos e alguns setores da Igreja não aceitavam uma comunidade como essa. E, em 1896 teve início a maior guerra campesina do século XIX. As três primeiras expedições militares enviadas para Canudos foram derrotadas pelos sertanejos. A quarta expedição, que uniu exército e polícia, composta por milhares de homens e até canhões conseguiu, no dia 5 de outubro de 1897, tomar a cidade de Canudos. Todos os habitantes foram mortos, inclusive as crianças. Canudos virou cinzas, mas também tornou-se, por seu sonho e resistência, símbolo de luta e esperança.</p> <p>1- Conselheiro se tornou um líder apoiado em quais princípios?</p> <p>2- Por que uma comunidade como essa se revelava como uma ameaça para as pessoas de posses, os políticos e alguns setores da Igreja?</p>
5. Resolução da SP:	<p>1- Os princípios eram: a luta pela igualdade e guiar a comunidade de forma profética (apoiada na fé).</p> <p>2- O poder das pessoas de posses, dos políticos e de alguns setores da Igreja ficava ameaçado com uma comunidade seguindo Conselheiro que não se vinculava a nenhum desses três setores. Além disso, poderia mover tantas pessoas contra esses poderosos de forma a desestabilizá-los.</p>



Lembre-se

Na visão de Maquiavel, para um governante, é preferível ser temido ou amado?

Para Maquiavel, um governante precisa ser um e outro. Porém, ao considerar que é difícil reunir as duas condições, é mais seguro se fazer temer que amar. A justificativa de Maquiavel é que o amor se mantém por um vínculo de obrigações que, já que os homens são pérfidos, é rompido quando se oferece ocasião de proveito particular; mas o temor se mantém por um receio de castigo, que não se abandona jamais.

Adaptado de: <<http://veja.abril.com.br/historia/descobrimento/entrevista-nicolau-maquiavel.shtml>>. Acesso em: 16 ago. 2015.



Faça você mesmo

A partir de sua leitura do texto sobre Maquiavel e sobre Santo Agostinho, redija um breve texto, entre 10 e 15 linhas, que descreva o tipo de líder foi o chefe de Canudos, Antônio Conselheiro.

Faça valer a pena

1. Agostinho aponta que a função política só será corretamente vivenciada quando:

- a) A desigualdade histórica da humanidade for superada.
- b) O principal objetivo do governante for atingido.
- c) For pautada pelo interesse dos governantes em servir e prestar culto ao verdadeiro Deus.
- d) O homem não for mais corrompido pelas condições excludentes de trabalho.
- e) A sociedade civil tiver assegurada a posse igualitária de terras.

2. As análises de Santo Agostinho quanto ao direito divino de governar indicam:

I – Que o exercício da função política abrange a pessoa humana inteira tomando seu corpo e alma. Traça um caminho teológico para aqueles que se sentem chamados para exercer cargos de governo.

II – Defende que o objetivo relativo da política é garantir a tranquilidade, a ordem e o bem comum de todos os cidadãos. Para ele esses são bens necessários, porém não absolutos.

III – A legitimidade do poder está na relação com Deus, de onde origina todo o poder.

IV – Todas as instituições sociais, incluindo a política, tem como finalidade fazer os homens inflamarem o desejo expresso na oração do Pai-Nosso: “venha a nós o vosso reino.” Por isso, defende que amar a Deus e aos homens é a mesma coisa.

Estão corretas as afirmações:

- a) III e IV.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) I e II.
- e) II, III e IV.

3. (Adaptado de ENEM 2010) “O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levem ao assassinio e ao roubo.” (MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo: Martin Claret, 2009).

No século XVI, Maquiavel escreveu “O Príncipe”, reflexão sobre a monarquia e a função do governante. A manutenção da ordem social, para Maquiavel, baseava-se na:

- a) Inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- b) Bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- c) Compaixão quanto à condenação dos servos.
- d) Neutralidade diante da condenação dos servos.
- e) Conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe.

Seção 3.4

O Iluminismo e a política no séc. XIX

Diálogo aberto

O que nos faz viver em sociedade? Por que temos sido chamados a atuar como cidadãos dignos, éticos e justos? Qual é a importância de construir nossa consciência sociopolítica?

Você tem refletido sobre como nós nos formamos politicamente. Nessas análises, estudamos os regimes políticos, a política como uma construção circunstancial para os sofistas, as concepções de Platão, Aristóteles, Agostinho e Maquiavel acerca do que nos forma, essencialmente, como seres políticos.

Nessa seção, você vai expandir as análises, pensando sobre o Iluminismo e a política no século XIX nas visões de Hobbes, Rousseau e Locke. Com novos estudos você terá a possibilidade de ampliar e aprofundar suas respostas sobre a situação-problema dessa unidade.

Acompanhe agora a situação-problema desta seção:

Um país essencialmente agrário, lá no início de seu processo industrial, enfrentava um período de imensas injustiças sociais. A sociedade era regida pelo absolutismo e se dividia em três classes: a primeira, a segunda e a terceira classe.

A primeira classe era o Clero: formado por 2% da população esses estavam isentos de pagar impostos.

A segunda classe era a Nobreza: apenas 2,5% da população era nobre. Também esses não pagavam impostos e tinham acesso a cargos públicos. Nessa classe estava o rei, sua família e os nobres que frequentavam o palácio compartilhando das inúmeras benesses da família real.

A terceira classe concentrava o restante da população, com pouco mais de 95%. Essa era a classe responsável por sustentar todo o reino. Formada por burgueses, camponeses, artesãos e pelo proletariado.

A burguesia, que estava incluída aqui, era composta pelos grandes comerciantes, banqueiros, advogados e médicos. Esses detinham certo poder econômico, por meio do comércio e da indústria, mas não tinham direitos políticos, ascensão social nem liberdade econômica.

Foi então que o Rei Sol chegou ao reinado com o país totalmente imerso em dívidas de antigos reinados, dívidas contraídas nas guerras de conquista da monarquia e também da manutenção da corte, que era muito luxuosa.

O Rei Sol, assim como seus antecessores, detinha o poder absoluto, controlava todas as áreas: economia, justiça, política e até mesmo a religião. O povo não tinha voz, não podia votar, nem sequer emitir qualquer opinião sobre o governo. Todos que se opunham ao Estado eram presos ou condenados à morte na guilhotina.

A população da terceira classe vivia em condições extremamente precárias. Grande parte era composta de camponeses pobres que trabalhavam em latifúndios ou feudos dos nobres. A economia passava por uma crise, mais da metade da população trabalhava no campo, porém, fatores como secas e inundações, pioravam ainda mais a situação da agricultura fazendo com que os preços subissem. Eles sofriam com a fome e a miséria. Quase a totalidade dos salários eram revertidos em impostos altíssimos que pagavam a vida boa da nobreza e da família real. Toda esta situação fazia com que também a burguesia – ligada à manufatura e ao comércio – ficasse cada vez mais infeliz.

Na tentativa de contornar a crise, o Rei Sol resolveu cobrar mais tributos do povo. Sentindo que seus privilégios estavam ameaçados, a primeira e a segunda classe pressionavam o rei para convocar uma assembleia com o objetivo de obrigar o povo a assumir os novos tributos.

O conflito entre os privilegiados da primeira e segunda classe com o povo – terceira classe – tomavam grandes proporções.

Foi quando o povo se revoltou, saiu dessa organização de classes, reuniu-se e formou uma Assembleia Nacional Constituinte.

O Rei Sol ainda tentou reagir, mas o povo permanecia unido, tomando conta das ruas. O slogan dos revolucionários era: "Liberdade, Igualdade e Fraternidade".

Tomam então a prisão onde estavam os inimigos políticos do rei libertando todos. Seguem com fúria popular invadindo, matando e tomando os bens da nobreza.

A mesma guilhotina que servira para aniquilar os opositores do rei, agora era usada pelos revoltosos: o Rei Sol e sua esposa tiveram as cabeças decepadas pela guilhotina em 1793 e a Monarquia Constitucional chegou ao seu fim nesse mesmo ano.

Adaptado de: <<http://revolucao-francesa.info/>>. Acesso em: 22 set. 2015.

A partir desta situação, surgem as seguintes questões que debateremos ao longo desta seção:

1- Essa história exemplifica bem a visão de Hobbes sobre o estado da natureza. Explique.

2- Por que precisamos de um contrato social?

3- Quais são as marcas de um Estado Liberal?

Não pode faltar

Você já se perguntou se realmente temos vocação para viver em sociedade? Por que nos organizamos socialmente? Será que já ouviu a expressão de Hobbes: “O homem é o lobo do homem”? Pense: como podemos ser algozes de nossa própria espécie?

Três importantes pensadores – Hobbes, Rousseau e Locke – se dedicaram às reflexões sobre o estado de natureza, contrato social e o direito à propriedade. As ideias desses filósofos carregam análises e debates até nossos dias e, provavelmente, continuarão a influenciar a política.

Para iniciar nossos estudos, acompanhe essa reflexão sobre a situação pré-social – aquela na qual os indivíduos existem isoladamente – para compreendermos melhor como nos organizamos em sociedade. Na visão de Chauí (2012), temos duas principais concepções do estado de natureza, a partir de Hobbes e Rousseau:

1. No século XVII, a concepção de Hobbes indica que, em estado de natureza, os indivíduos vivem isolados e em constante luta: é a guerra

de todos contra todos. Imagine como o medo invade esse estado de natureza, principalmente o medo da morte violenta. Buscando se protegerem mutuamente, os homens cercaram as terras e inventaram armas. Note como essas ações são inúteis: sempre haverá alguém mais forte que invadirá e ocupará as terras. Nesse cenário a posse é vulnerável, não tem reconhecimento; a vida não tem garantias.

2. A concepção de Rousseau – no século XVIII – mostra que, em estado de natureza, os homens viviam num cenário idílico: isolados nas florestas, usufruindo da natureza, sobrevivendo apenas com o que ela lhes oferecia, sem lutas e discórdias, usando o canto, o gesto e o grito para se comunicar de forma benevolente. Para Rousseau, esse estado de felicidade original – o bom selvagem inocente –, tem fim quando alguém cerca um terreno e o reconhece como sua propriedade, quando frente ao terreno cercado, indica: "É meu". A divisão entre o que é meu e o que é teu, – que gerou a propriedade privada –, dá origem a outro estado de sociedade. Esse novo estado corresponde, agora, ao estado de natureza hobbesiano da guerra de todos contra todos.



Refleta

Para o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) "O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros". O que ele quer dizer com isso?

Em 1755, Rousseau elaborou "A teoria do bom selvagem" apontando que o homem, por natureza, é bom e livre. É na sociedade que a maldade humana tem suas raízes já que a organização social impõe a tirania, a escravidão, a servidão, com leis que privilegiam as elites dominantes em detrimento dos mais fracos. Essa é a fórmula que estabelece a desigualdade entre os homens na vida social. Rousseau faz uma crítica contundente e objetiva contra a sociedade moderna, contra a exploração do homem pelo homem. Para ele, o homem possui uma natureza boa que é corrompida pelo processo civilizador. Rousseau criou o mito em torno da figura do bom selvagem – o ser humano em seu estado natural, não contaminado por constrangimentos sociais – como uma idealização teórica. Não pretende negar as conquistas da civilização, mas indicar possíveis caminhos para reconduzir os homens à felicidade.

Tanto o estado de natureza de Hobbes como o estado de sociedade de Rousseau revelam a percepção do social a partir do poder da força, da terrível luta entre fracos e fortes. Para superar esse estado de vida tão ameaçador, os homens resolvem passar

do estado de natureza à sociedade civil, ao Estado Civil. Criam então o poder político.

Veja como Chauí (2012) aponta essa passagem do estado de natureza à sociedade civil dando origem ao contrato social:

A passagem do estado de natureza ao estado civil ou à sociedade civil se dá por meio de um pacto social ou contrato social, pelo qual os indivíduos concordam em renunciar à liberdade natural (ou o poder para fazer tudo o que se quer, desde que nenhum obstáculo impeça a ação) e à posse natural de bens e armas e em transferir a um terceiro – o soberano – o poder para criar e aplicar as leis (determinando o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o permitido e o proibido), usar a força (encarregando-se, em nome de todos, de vingar os crimes), declarar a guerra e a paz. O contrato social funda a soberania e institui a autoridade política, isto é, a pólis ou a civitas. É instituído, portanto, o estado civil, que deve pôr fim às lutas mortais do estado de natureza (hobbesiano) ou o estado de sociedade (rousseauísta). (CHAUÍ, 2012, p. 465).

Como podemos explicar a legitimidade do pacto social? A Lei Régia Romana usava a máxima: "O poder é conferido ao soberano pelo povo", para legitimar a teoria do pacto social. O conceito de direito natural é trazido à tona como garantia e segurança ao contrato social. Por natureza, todos têm direito à vida, a tudo que é necessário à sua liberdade e também à sobrevivência, mesmo que alguns sejam mais fortes que outros.



Assimile

O direito romano é um termo histórico-jurídico que se refere, originalmente, ao conjunto de regras jurídicas de Roma e, mais tarde, aplicado a todo território do Império Romano do Ocidente e do Oriente. De forma geral, a história do direito romano abarca mais de mil anos (de 449 a. C. a 530 d. C.).

O direito romano continuou a influenciar a produção jurídica mesmo após a queda do Império Romano sendo redescoberto pelos juristas italianos, no século XI. É grande a influência do direito romano sobre os direitos nacionais europeus. O sistema romano-germânico é adotado por vários países europeus e está baseado no direito romano. O mesmo acontece com o sistema jurídico que vigora em todos os países latino-americanos.

A teoria jurídica romana só é reconhecida se as partes contratantes forem iguais e livres e também se, de forma livre e voluntária, consentirem ao pacto tornando-o válido. Para Chauí (2012), uma vez que as partes contratantes possuem os mesmos direitos naturais e são livres, possuem então o direito – e também o poder – para transferir essa liberdade a um terceiro. Consentem voluntária e livremente, entregando ao soberano algo que possuem, legitimando o poder da soberania. Através do direito natural, os indivíduos selam um pacto de viver em sociedade sem causar danos de forma recíproca. Compõem assim, de forma livre, a vontade social transferindo ao soberano o poder de governar a todos.



Assimile

A teoria do direito natural também é conhecida como jusnaturalismo. Em latim, direito se diz “jus”, de onde originam “justiça” e “justo”. O jusnaturalismo assegura a transferência do direito natural dos indivíduos para um governante, de forma livre e voluntária.

Observe essas visões de Hobbes e Rousseau sobre a formação do Estado: Hobbes considera que o pacto social, ao reunir os homens numa multidão, passam então a formar um corpo político criado pela ação humana e que se denomina Estado. Em Rousseau, os homens são pessoas morais, que, através do pacto, criam a vontade do grupo como corpo moral coletivo ou Estado.

Temos aqui uma diferença essencial entre comunidade e sociedade trazida por esse pensamento político. Conforme nos alerta Chauí (2012), a teoria do direito natural e do contrato não fala em comunidade, mas em sociedade. Essa diferença se estabelece pela própria concepção que o significado de cada termo carrega. Acompanhe:

- Comunidade pressupõe um grupo humano homogêneo, indiviso, que compartilha os mesmos bens, costumes, ideias e que tem um destino comum.
- Sociedade pressupõe a existência de indivíduos isolados e independentes, com direitos naturais e individuais, que escolhem, voluntariamente, se associarem como forma de obter vantagem recíproca.

Comunidade e sociedade carregam ideias contrárias: comunidade é uma coletividade natural ou até mesmo divina; sociedade é uma coletividade voluntária, histórica e humana.



Exemplificando

Por que dizemos “comunidade indígena” e não “sociedade indígena”? As comunidades indígenas são um ótimo exemplo de comunidade humana. Por quê?

Viver em proximidade e em grupo não assegura que se forme uma comunidade. Dizemos que os índios brasileiros vivem em comunidade porque se organizam de forma homogênea, com um grupo único, indiviso, compartilhando uma cultura única, com costumes e ideias. Mesmo com diferenças entre as diversas comunidades indígenas brasileiras, cada uma se compõe como uma comunidade. Apresentam formas diferenciadas de vida e organização de cada povo indígena; com planos de vida, anseios e visões específicas para desenvolvimento de seus territórios.

Quem é o soberano, aquele que tem o poder legitimado, que exerce a soberania?

Na visão hobbesiana, o soberano pode ser um grupo de aristocratas, um rei, ou mesmo uma assembleia democrática. O número dos governantes não é importante, mas sim a determinação de quem detém o poder. O Estado tem poder absoluto e, através das instituições públicas, pode então promulgar e aplicar leis, definir e assegurar a propriedade privada e inclusive exigir obediência dos governados de forma incondicional. Os direitos naturais intransferíveis são respeitados – o direito à vida e à paz –, já que foi por eles que o soberano foi criado. “O soberano detém a espada e a lei; os governados, a vida e a propriedade dos bens”, como explica Chauí (2012). Hobbes analisa que a soberania pertence a quem o direito natural foi transferido para que garanta a paz e a segurança. Nessa concepção, a monarquia se configura como o regime político mais capaz de realizar tal objetivo.

Acompanhe como Chauí (2012), indica a visão rousseauísta:

Para Rousseau, o soberano é o povo, entendido como vontade geral, pessoa moral coletiva livre e corpo político de cidadãos. Os indivíduos, pelo contrato, criaram-se a si mesmos como povo e é a este que transferem os direitos naturais para que sejam transformados em direitos civis. Assim sendo, o governante não é o soberano, mas o representante da soberania popular. Os indivíduos aceitam perder a liberdade natural pela liberdade civil, isto é, a cidadania e, com ela, o direito civil à propriedade



de bens. Enquanto criam a soberania e nela se fazem representar, são cidadãos. Enquanto se submetem às leis e à autoridade do governante que os representa, chamam-se súditos. São, pois, cidadãos do Estado e súditos das leis. (CHAUÍ, 2012, p. 466).

No pensamento político de Hobbes e de Rousseau, a propriedade privada é um direito civil, não um direito natural. No estado de natureza (Hobbes) e no estado de sociedade (Rousseau), os homens se apossam de bens e terras, mas não há leis para assegurar tais posses. Temos então a propriedade privada como um efeito do contrato social e um decreto do soberano.



Pesquise mais

A expressão “sociedade civil” carrega diversidade de significados e, muitas vezes, tal diversidade se expressa em uma contradição, com consequências políticas. O artigo apresenta a tortuosa história do conceito no campo das ideias políticas – remontando ao início da modernidade e apresentando distintos significados dependendo das posições teóricas, do contexto histórico e da forma de autoridade política no período em questão.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O conceito de sociedade civil**. PUC-Rio - Certificação digital no. 0310315/CA. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310315_05_cap_04.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

Mas, para a burguesia em ascensão na época, tal teoria não era suficiente. Veja: o capitalismo estava em processo de consolidação com o poder econômico da burguesia em crescimento. Porém, o regime político permanecia monárquico assim como também continuava nas mãos da nobreza o prestígio social e o poder político. A burguesia precisava de uma teoria para aferir sua legitimidade fazendo frente à hereditariedade que legitimava a nobreza. Tal teoria é a da propriedade privada – como direito natural – elaborada de forma coerente pela primeira vez pelo filósofo inglês John Locke, no final do século XVII e início do século XVIII.

Locke aponta que o trabalho é o que assegura o direito natural – como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para manter e conservar a vida e a liberdade. Para fazer do trabalho o legitimador

da propriedade privada enquanto direito natural, Locke recorre a Deus uma vez que, com o trabalho, fez esse mundo que é sua grande obra. Nessa análise, já que o mundo foi criado por Deus, passa a ser então sua propriedade, seu domínio. Ora, Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e deu a ele o mundo. Quando Deus expulsa o homem do Paraíso, não retirou seu domínio do mundo, mas esse domínio agora se daria com o trabalho, com o suor de seu rosto. Para Locke, Deus, na criação do mundo e do homem, dá o direito à propriedade privada como fruto legítimo do trabalho. A conclusão é que a propriedade privada tem origem divina e é um direito natural.

O Estado existe a partir do contrato social e sua principal finalidade é garantir o direito natural da propriedade. Chauí (2012), ressalta que agora a burguesia está totalmente legitimada frente à realeza e sente-se até acima dela. O burguês acredita que é proprietário graças ao seu próprio trabalho, mas que reis e nobres são meros parasitas da sociedade. Seguindo esse mesmo raciocínio, veja como o burguês também se reconhece como superior – social e moralmente – aos pobres. Uma vez que Deus criou todos os homens iguais e deu a todos a missão de trabalhar concedendo assim o direito à propriedade privada, os pobres – aqueles trabalhadores que não conseguem tornar-se proprietários privados – são culpados por ocuparem essa condição inferior. Não possuir propriedade, ser pobre, significa, nessa reflexão, que são obrigados a trabalhar para outros. Isso porque são perdulários, gastando o salário em vez de juntá-lo para comprar propriedades, ou porque são preguiçosos não trabalhando o suficiente para conseguir uma propriedade. Ao Estado caberia então defender a propriedade privada contra os pobres e contra a nobreza.



Pesquise mais

John Locke foi um importante filósofo britânico, que trouxe grandes contribuições para o pensamento da época, tanto em filosofia política quanto em epistemologia. Locke viveu em uma Inglaterra permeada por guerras civis, revoluções políticas e execuções de reis, isto é, marcada pelo conflito entre a Coroa, defensora do absolutismo, e o Parlamento, defensor do liberalismo. Assim, se Thomas Hobbes é o teórico que justifica o absolutismo (prescindindo de recursos bíblicos e adâmicos), John Locke é o teórico pai do liberalismo político.

VILELA, Francy José Ferreira. O liberalismo político de John Locke. **Revista Pandora Brasil**, n. 60, jan. 2014. ISSN 2175-3318 - "Políticas: teorias e práticas". Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/politica_60/francy.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

Na teoria liberal que Locke inicia, – e que depois seguirá com realizadores da Independência norte-americana e da Revolução Francesa, e finalmente, no século XX, com pensadores como Max Weber, dentre eles –, afirmará que o Estado não cria ou institui a propriedade, mas que tem três funções. Veja como Chauí (2102), nos indica tais funções:

1. Através das leis e das formas de mantê-las – com ações da polícia e do exército –, assegurar o direito natural de propriedade. O Estado não interfere na vida econômica, ao não ter instituído a propriedade, não tem poder de interferir. É daqui que nasce a ideia de liberalismo: o Estado respeita a liberdade econômica dos proprietários privados, delega as regras e as normas das atividades econômicas a esses.

2. Já que os proprietários privados são capazes de estabelecer regras e normas da vida econômica para regular o mercado, cria-se entre o Estado e o indivíduo uma esfera social, a sociedade civil. Sobre a sociedade civil o Estado tem apenas a função de arbitrar conflitos nela existentes usando as leis e a força.

3. O Estado deve garantir a liberdade de pensamento de todos os governados, a liberdade de consciência. Só poderá censurar nos casos que se emitam opiniões que provoquem revolta contra a autoridade, conspiração, insubordinação, de forma que exponham o próprio Estado ao risco. Cabe então ao Estado o direito de legislar: autorizar ou proibir tudo quanto pertença à esfera da vida pública, sem o direito de intervir sobre a consciência dos governados.

Na principal obra de filosofia política de Locke, "Dois Tratados sobre o Governo", tinha como foco contestar o absolutismo real, a doutrina do direito divino dos reis.

Além disso, Locke também tentou elaborar uma teoria que juntasse a liberdade dos cidadãos com a manutenção da ordem política. Aqui se dá um dos princípios básicos do capitalismo liberal – uma sociedade sem a interferência governamental –, quando o

filósofo inglês defende que, aquilo que atribui direito à propriedade é o trabalho que se dedica a ela. Com a condição que isso não prejudique outros, fica garantido o direito ao fruto do trabalho.

Para Locke a organização das leis e do Estado deve ser feita com o objetivo de assegurar o respeito aos direitos naturais: a proteção da vida, da liberdade e da propriedade de todos. Indica ser essa a única razão de ser de um governo. Se o governante não respeita, assegura e garante tais direitos, os governados podem derrubá-lo e substituí-lo por outro mais competente.

Locke teve grande influência sobre todos os pensadores de seu tempo e foi uma das principais referências teóricas para os líderes das revoluções que, a partir do final do século XVIII, transformaram a sociedade ocidental.



Assimile

O cenário de liberalismo se consolida na Inglaterra em 1688, com a Revolução gloriosa. e, no restante da Europa, apenas em 1789, com a Revolução Francesa. Já nos Estados Unidos, consolida-se em 1776, com a luta pela independência.



Vocabulário

Algoz: Indivíduo que era responsável pela execução de alguém condenado à morte, às torturas; carrasco. Pessoa desumana e cruel; quem é capaz de realizar atos abomináveis ou terríveis.

Idílico: Maravilhoso, utópico, fantasioso, terno.

Liberalismo: Conjunto de princípios e teorias políticas, que apresenta como ponto principal a defesa da liberdade política e econômica. Neste sentido, os liberais são contrários ao forte controle do Estado na economia e na vida das pessoas.



Faça você mesmo

Trecho do discurso de Robespierre feito em fevereiro de 1794. Diz ele:

“Democracia é um estado onde o povo soberano, guiado por suas próprias leis, faz por si mesmo tudo o que pode fazer bem, e por delegados o que não pode fazer por si mesmo...”

(Textes choisis III. 113, apud Doyle, p. 272, e Rosanvallon, p. 146. Mathiez, Albert, Études sur Robespierre, Paris, Éditions Sociales, 1973. Poperenm J, Textes Choisis de Robespierre, Paris, Éditions Sociales, 1974 – Tradução da autora).

Como você relaciona essa frase de Robespierre com a criação do Estado Civil?

Para superar a vida tão ameaçadora que o estado de natureza de Hobbes e o estado de sociedade de Rousseau revelavam (a luta entre fortes e fracos), os homens resolvem passar do estado de natureza à sociedade civil, ao Estado Civil. Segundo Chauí (2012), ao criar o poder político tem origem o contrato social no qual os homens abrem mão da sua liberdade natural e a posse de bens e armas e transferem para um terceiro o poder de criar e aplicar as leis. A autoridade política, a soberania, é fundada a partir do contrato social. Assim é instituído o Estado Civil, que tem como objetivo encerrar as lutas mortais do estado de natureza (hobbesiano) ou o estado de sociedade (rousseauísta).

Sem medo de errar

Vamos rever a situação-problema desta seção:

Um país essencialmente agrário enfrentava um período de imensas injustiças sociais. A sociedade era regida pelo absolutismo e se dividia em três classes: a primeira, a segunda e a terceira classe: a primeira classe era o Clero: formado por 2% da população esses estavam isentos de pagar impostos; a segunda classe era a Nobreza: apenas 2,5% da população era nobre. Também esses não pagavam impostos e tinham acesso a cargos públicos e a terceira classe concentrava o restante da população, com pouco mais de 95%. Essa era a classe responsável por sustentar todo o reino. Formada por burgueses, camponeses, artesãos e pelo proletariado. A população da terceira classe vivia em condições extremamente precárias.

O Rei Sol assume o país totalmente imerso em dívidas de antigos reinados.

Esse rei, assim como seus antecessores, detinha o poder absoluto, controlava todas as áreas: economia, justiça, política e até mesmo a religião. O povo não tinha voz, não podia votar, nem sequer emitir qualquer opinião sobre o governo. Todos que se opunham ao Estado

eram presos ou condenados à morte na guilhotina.

A economia passava por uma crise, mais da metade da população trabalhava no campo, porém, fatores como secas e inundações, pioravam ainda mais a situação da agricultura fazendo com que os preços subissem. Eles sofriam com a fome e a miséria. Quase a totalidade dos salários eram revertidos em impostos altíssimos que pagavam a vida boa da nobreza e da família real. Toda esta situação fazia com que também a burguesia – ligada à manufatura e ao comércio – ficasse cada vez mais infeliz.

Na tentativa de contornar a crise, o Rei Sol resolveu cobrar mais tributos do povo. Sentindo que seus privilégios estavam ameaçados, a primeira e a segunda classe pressionavam o rei para convocar uma assembleia com o objetivo de obrigar o povo a assumir os novos tributos.

O conflito entre os privilegiados da primeira e segunda classe com o povo – terceira classe – tomavam grandes proporções.

É quando o povo se revolta, sai dessa organização de classes, reúne-se e forma uma Assembleia Nacional Constituinte.

O Rei Sol ainda tentou reagir, mas o povo permanecia unido, tomando conta das ruas. O slogan dos revolucionários era: "Liberdade, Igualdade e Fraternidade".

Tomam a prisão onde estavam os inimigos políticos do rei libertando todos. Seguem com fúria popular invadindo, matando e tomando os bens da nobreza.

A mesma guilhotina que servira para aniquilar os opositores do rei, agora era usada pelos revoltosos: o Rei Sol e sua esposa tiveram as cabeças decepadas pela guilhotina em 1793 e a Monarquia Constitucional chegou ao seu fim nesse mesmo ano.

Adaptado de: <<http://revolucao-francesa.info/>>. Acesso em: 22 set. 2015.

A partir desta situação, surgem as seguintes questões que debateremos ao longo desta seção:

1- Essa história exemplifica bem a visão de Hobbes sobre o estado da natureza. Explique.

2- Por que precisamos de um contrato social?

3- Quais são as marcas de um Estado Liberal?

Vamos retomar alguns pontos essenciais para compreender o que leva os homens, na visão de Hobbes e Rousseau a abandonar o estado de natureza à sociedade civil, ao Estado Civil criando o poder político.

1. Para Hobbes, em estado de natureza, os indivíduos vivem isolados e em constante luta: é a guerra de todos contra todos. Na tentativa de se protegerem mutuamente os homens cercaram as terras e inventaram armas. A posse é vulnerável, não tem reconhecimento, a vida não tem garantias.

2. Na visão de Rousseau, em estado de natureza, os homens viviam num cenário idílico: isolados nas florestas, usufruindo da natureza, sobrevivendo apenas com o que ela lhes oferecia, não havia lutas e desentendimentos. Esse estado de felicidade original – o bom selvagem inocente – tem fim quando alguém cerca um terreno e o reconhece como sua propriedade. A divisão entre o que é meu e o que é teu, – que gerou a propriedade privada –, dá origem a outro estado de sociedade. Esse novo estado corresponde, agora, ao estado de natureza hobbesiano da guerra de todos contra todos.

O estado de natureza de Hobbes e o estado de sociedade de Rousseau revelam a percepção do social a partir do poder da força, da terrível luta entre fracos e fortes. Para superar esse estado de vida ameaçador, os homens resolvem passar do estado de natureza à sociedade civil, ao Estado Civil criando o poder político.

A legitimidade do pacto social é explicada através da entrega do poder ao soberano: “O poder é conferido ao soberano pelo povo”. Vem à tona o conceito de direito natural como garantia e segurança ao contrato social. Já que as partes contratantes possuem os mesmos direitos naturais e são livres, possuem então o direito – e também o poder – para transferir essa liberdade a um terceiro. Compõem assim, de forma livre, a vontade social transferindo ao soberano o poder de governar a todos.

Lembre-se de considerar em suas análises que, para a burguesia em ascensão na época, era necessária uma teoria para aferir sua legitimidade fazendo frente à hereditariedade que legitimava a nobreza. Tal teoria é a da propriedade privada – como direito natural – elaborada de forma coerente pela primeira vez pelo filósofo inglês John Locke.

Segundo ele, o trabalho é o que assegura o direito natural – como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para manter e conservar a vida e a liberdade. Para fazer do trabalho o legitimador da propriedade privada enquanto direito natural, Locke recorre a Deus uma vez que, com o trabalho, fez esse mundo que é sua grande obra. Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e deu a ele o mundo. Quando Deus expulsa o homem do Paraíso, não retirou seu domínio do mundo, mas esse domínio agora se daria com o trabalho. Então, para Locke, Deus, na criação do mundo e do homem, dá o direito à propriedade privada como fruto legítimo do trabalho. Agora a burguesia está totalmente legitimada frente à realeza e sente-se até acima dela. O burguês acredita é proprietário graças ao seu próprio trabalho, mas que reis e nobres são meros parasitas da sociedade. Nesse mesmo raciocínio, o burguês também se reconhece como superior aos pobres. Uma vez que Deus criou todos os homens iguais e deu a todos a missão de trabalhar concedendo assim o direito à propriedade privada, os pobres são culpados por ocuparem essa condição inferior. Não possuir propriedade, significa, nessa análise, que são obrigados a trabalhar para outros: porque são perdulários, gastando o salário em vez de juntá-lo para comprar propriedades, ou porque são preguiçosos não trabalhando o suficiente para conseguir uma propriedade. Ao Estado caberia então defender a propriedade privada contra os pobres e contra a nobreza.



Lembre-se

Locke defende que a organização das leis e do Estado deve ser feita com o objetivo de assegurar o respeito aos direitos naturais: a proteção da vida, da liberdade e da propriedade de todos. Essa é a única razão de ser de um governo.



Atenção

Veja essas diferentes concepções de Hobbes e Rousseau sobre a formação do Estado:

- Hobbes considera que o pacto social, ao reunir os homens numa multidão, passam então a formar um corpo político criado pela ação humana e que se denomina Estado.

- Para Rousseau, os homens são pessoas morais, que, através do pacto, criam a vontade do grupo como corpo moral coletivo ou Estado.

No pensamento político de Hobbes e de Rousseau, a propriedade privada é um direito civil, não um direito natural.

No estado de natureza (Hobbes) e no estado de sociedade (Rousseau), os homens se apossam de bens e terras, mas não há leis para assegurar tais posses. Temos então a propriedade privada como um efeito do contrato social e um decreto do soberano.

Avançando na prática

Pratique mais!

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com a de seus colegas.

"O Iluminismo e a política no século XIX"

1. Competência de fundamentos de área

Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.

2. Objetivos de aprendizagem

Reconhecer que o sindicato se configura como uma forma de organização na defesa dos direitos e interesses, coletivos ou individuais, de uma determinada categoria profissional.

3. Conteúdos relacionados

Liderança, organização, associação de trabalhadores.

4. Descrição da SP

Jane acaba de ser contratada por uma escola para atuar como professora iniciando assim sua carreira profissional. Um pequeno grupo de colegas conversou com ela orientando-a para realizar a sindicalização. Jane tem dúvidas sobre o processo, não está claro para ela o objetivo de se tornar uma professora sindicalizada ou de vir a participar de uma organização sindical.

Oriente Jane nos seguintes aspectos:

- a) O que são sindicatos?
- b) O que eles fazem?
- c) Como os sindicatos funcionam?

5. Resolução da SP:

a) Sindicatos são pessoas jurídicas de direito privado que têm base territorial de atuação e são reconhecidas por lei como representantes de categorias de trabalhadores ou econômicas (empregadores).

b) Os sindicatos defendem os direitos e interesses, coletivos ou individuais, de uma categoria profissional. Em questões judiciais ou administrativas os sindicatos representam e defendem os interesses da categoria. Os sindicatos também mantêm serviços de orientação sobre direitos trabalhistas e a maioria deles conta com um departamento jurídico para defender os interesses de seus associados. Frente à qualquer dúvida sobre direitos trabalhistas, antes de recorrer à Justiça do Trabalho, deve-se recorrer ao sindicato.

c) Sindicatos funcionam a partir da associação de trabalhadores que pertencem a uma mesma categoria profissional ou de empresas ou entidades de atuação em um mesmo ramo de atividades. Os sindicatos de trabalhadores são chamados de Sindicatos Profissionais e do de empresas ou entidades de Sindicatos Patronais. No Brasil os sindicatos são subsidiados por uma contribuição obrigatória (conhecida como imposto sindical) e também arrecadam recursos por via de contribuições assistenciais (estipuladas em dissídios, acordos e convenções coletivas) ou confederativas. Com competência legal para representar suas categorias na base territorial de sua atuação, os sindicatos são necessários para validar toda norma coletiva, que pode ser de três naturezas: Dissídios coletivos, Convenções coletivas ou Acordos coletivos.

O empregador não pode impedir que o trabalhador organize e participe de sindicatos. Este é um direito do trabalhador garantido por lei ao trabalhador (CLT, art. 511).

Adaptado de: <http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=376%3Asindicatos&catid=21%3Adireitos-do-trabalhador&Itemid=46>. Acesso em: 16 out. 2015.



Faça você mesmo

Rousseau se mostrava convencido de que o homem deve se fazer na e pela política. Na obra "Do Contrato Social" temos a seguinte definição de república: "Chamo pois de república todo o Estado regido por leis, sob qualquer forma de administração que possa conhecer, pois só nesse caso governa o interesse público e a coisa pública passa a ser alguma coisa. Todo o governo legítimo é republicano".

Por que "todo governo legítimo é republicano"? O que isso quer dizer?

Padrão de Resposta: Numa comunidade política, mesmo sob forma monárquica, ninguém está acima da lei. O poder é republicano, ao contrário, não se deveria falar em república quando uma comunidade política que adota essa forma de governo cai sob a ditadura de uma ou mais pessoas que se colocam acima das leis e, conseqüentemente, acima do bem comum.



Lembre-se

Chauí (2012) indica que a passagem do estado de natureza à sociedade civil dá origem ao contrato social. Graças a um pacto social as pessoas concordam em renunciar à liberdade natural e à posse natural de bens e armas, transferindo a um terceiro – o soberano – o poder para criar e aplicar as leis.

1. (Adaptado - UNICAMP - 2012) “O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles. [...] A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. [...] Haverá sempre uma grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. Sejam homens isolados, quantos possam ser submetidos sucessivamente a um só, e não verei nisso senão um senhor e escravos, de modo algum considerando-os um povo e seu chefe. Trata-se, caso se queira, de uma agregação, mas não de uma associação; nela não existe bem público, nem corpo político”. (ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. [1762]. São Paulo: Abril, 1973. p. 28, 36).

No trecho apresentado, o autor:

- a) Argumenta que um corpo político existe quando os homens se encontram associados em estado de igualdade política.
- b) Reconhece os direitos sagrados como base para os direitos políticos e sociais.
- c) Defende a necessidade de os homens se unirem em agregações, em busca de seus direitos políticos.
- d) Denuncia a prática da escravidão nas Américas, que obrigava multidões de homens a se submeterem a um único senhor.
- e) Apresenta a ordem social como uma dádiva divina, uma vez que se configura como um direito sagrado para todos os homens.

2. (Enem PPL 2012) “O homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transferir o eu para a unidade comum, de sorte que cada particular não se julgue mais como tal, e sim como uma parte da unidade, e só seja percebido no todo”. (ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999).

A visão de Rousseau em relação à natureza humana, conforme expressa o texto, diz que:

- a) O homem civil é formado a partir do desvio de sua própria natureza.
- b) As instituições sociais formam o homem de acordo com a sua essência natural.
- c) O homem civil é um todo no corpo social, pois as instituições sociais dependem dele.
- d) O homem é forçado a sair da natureza para se tornar absoluto.
- e) As instituições sociais expressam a natureza humana, pois o homem é um ser político.

3. (UFSM 2013) Sem leis e sem Estado, você poderia fazer o que quisesse. Os outros também poderiam fazer com você o que quisessem. Esse é o “estado de natureza” descrito por Thomas Hobbes, que, vivendo durante as guerras civis britânicas (1640-60), aprendeu em primeira mão como esse cenário poderia ser assustador. Sem uma autoridade soberana não pode haver nenhuma segurança, nenhuma paz. (Fonte: LAW, Stephen. *Guia Ilustrado Zahar: filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008).

Considere as afirmações:

- I. A argumentação hobbesiana em favor de uma autoridade soberana, instituída por um pacto, representa inequivocamente a defesa de um regime político monarquista.
- II. Dois dos grandes teóricos sobre o estado de natureza”, Hobbes e Rousseau, partilham a convicção de que o afeto predominante nesse “estado” é o medo.
- III. Um traço comum da filosofia política moderna é a idealização de um pacto que estabeleceria a passagem do estado de natureza para o estado de sociedade.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

Referências

AGOSTINHO [Aurélio Augustinus]. **A cidade de Deus**: contra os pagãos. Tradução: Oscar Paes Lemos. Petrópolis: Vozes, 1991. v. 1, 414 p., v. 2, 589 p. (Coleção Pensamento Humano).

----- **Epístola 104 a Nectário**. 410.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2012.

HOBBS, T. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PESSANHA, José Américo. Platão e as ideias. In: **Curso de filosofia**: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e graduação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

SADER, Emir. Democracia, socialismo e anticapitalismo. In: FORTES, Luiz Roberto Salinas; NASCIMENTO, Milton Meira do (Orgs.). **A Constituinte em debate**. São Paulo: SOFIA Editora SEAF, 1987 (Colóquio realizado entre 12 e 16 de maio de 1986), p. 48.

A disputa contemporânea entre as concepções de mundo

Convite ao estudo

A Unidade 4 deste livro investigará como se dá a disputa contemporânea entre as concepções de mundo ao longo de alguns períodos da história. Partiremos do século XIX e vamos seguir até o nosso, o século XXI, reconhecendo marcas e relações entre a filosofia, a ética e a política.

Vamos analisar e refletir sobre a consolidação do Estado Liberal no século XIX e XX, sobre as marcas do Socialismo e a crítica que realizou contra o modelo capitalista, passaremos também pela socialdemocracia compreendendo as características do Estado de Bem-Estar Social. Também vamos observar o Neoliberalismo e suas manifestações no mundo contemporâneo.

Mais do que meramente entender esse cenário, ao desenvolver uma leitura crítica de como a sociedade se funda, como a vida política e ética é regulada, você terá a oportunidade de assumir posturas mais conscientes, atitudes mais reflexivas, compreendendo a trama que compõe nossa sociedade e nossa história.

Veja as competências e objetivos da disciplina:

Competência geral a ser desenvolvida:	Reconhecer as relações entre filosofia, ética e política e sociedade.
Objetivo geral:	Compreender o cenário social, político e ético a partir da trama histórico-econômica com reflexos na consolidação do Estado do século XIX ao XXI.
Objetivos específicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a consolidação do Estado Liberal nos séculos XIX e XX. • Conhecer o Socialismo e a crítica ao modelo Capitalista.

- | | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• Entender a Socialdemocracia e o Estado de Bem-Estar Social• Identificar e reconhecer o Neoliberalismo com suas manifestações no mundo contemporâneo. |
|--|---|

Acompanhe agora a seguinte situação geradora de aprendizagem:

“Dança das cadeiras – De Robespierre a Hitler, esquerda e direita se constituíram como extremos ideológicos na cena política mundial”

Marcello Scarrone (Adaptado)

No começo, foi simplesmente uma questão de assentos na sala de reunião. Do lado direito do presidente da assembleia, o grupo dos deputados mais voltados para a manutenção da ordem constituída, do poder do rei e dos valores políticos tradicionais; do lado oposto, os que buscavam mudanças e novidades, moderadas ou radicais que fossem, como, por exemplo, a adoção da forma de governo republicana. Assim se dividiu e articulou a primeira assembleia política da França revolucionária [...].

Com o passar do tempo, tanto na França como em outros países, os termos esquerda e direita se tornam rótulos para definir tendências políticas opostas: sob a bandeira da esquerda se arrolam os revolucionários, [...] ou simplesmente os partidários de soluções políticas que visem uma maior justiça e igualdade social, ao passo que expoentes da direita são aqueles que encarnam a fidelidade às tradições políticas, a manutenção da propriedade privada ou a legitimação de hierarquias sociais constituídas, quando não até a instauração de regimes que tentam restringir liberdades e direitos da população.

Termos como revolucionários ou progressistas, e, do outro lado, reacionários ou conservadores, acabam se tornando, em diferentes contextos, equivalentes respectivamente de esquerda e direita. Mas o vocabulário político, com seus sinônimos e antônimos, se complica com o passar do tempo, pelos modelos institucionais que aparecem e sobretudo pelo

surgimento do movimento dos trabalhadores e de partidos que se inspiram no socialismo, nas suas várias modalidades.

Se, para os partidos burgueses existentes nos parlamentos europeus na segunda metade do século XIX, esquerda e direita significam tão somente uma maior ou menor ênfase dada à centralização política ou a certo tipo de programa social, o nascimento, a partir das últimas décadas do século XIX, e, mais tarde, a entrada na competição eleitoral de agrupamentos de inspiração socialista, vão fazer com que eles ocupem progressivamente o espaço político da esquerda, e, com sua multiplicação e suas ramificações, criem as condições para que se possa passar a falar de “esquerdas”, no plural. Assim, ao lado de socialistas, marxistas ou não, teremos anarquistas, sindicalistas revolucionários, e mais tarde comunistas, com suas subdivisões políticas e partidárias.

Como a esquerda, também a direita se transforma numa família com muitos filhos. Dos simples restauradores de antigos privilégios e formas institucionais, aos propugnadores de governos fortes, centralizadores e autoritários nas mãos de membros das classes abastadas, aos expoentes de programas e governos ao serviço das classes burguesas, até grupos, movimentos e partidos que têm como objetivo a aniquilação de qualquer presença política de esquerda. [...]

(Fonte: Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/danca-das-cadeiras>>. Acesso em: 12 nov. 2015).

Veja as questões que essa situação nos coloca:

- 1. Há várias consequências da dicotomia esquerda-direita no cenário político brasileiro atual. Cite e comente duas delas.*
- 2. Por que ainda vivemos a dicotomia “esquerda-direita”?*
- 3. A mera declaração de igualdade não quer dizer que automaticamente sejamos todos iguais. Quais*

instrumentos de que dispomos para aplicar a igualdade de forma eficaz na nossa sociedade?

4. Os movimentos sociais ampliaram a liberdade com o direito de lutar contra as censuras, torturas, tiranias, contra toda exploração e dominação, seja social, religiosa, econômica, cultural ou política. Como? Quais ferramentas cada um de nós dispõe para conquistar o direito à liberdade e aplicá-la de forma igualitária?

Para vencer tais desafios, acompanhe as quatro seções desta unidade. Na primeira, vamos entender a consolidação do Estado Liberal e do Capitalismo no século XIX e início do século XX. Na Seção 4.2, nosso foco será a compreensão do socialismo com as críticas que lançou sobre o modelo capitalista. A seguir, na Seção 4.3, o tema será a Socialdemocracia e o Estado de Bem-Estar Social. O Neoliberalismo e suas manifestações no mundo contemporâneo fecha nossos estudos na Seção 4.4.

Com suas leituras, estudos, análises, reflexões, debates e estudos de caso, você vai identificar e reconhecer como filosofia, política e ética se entrelaçam e atuam de forma intensa no cenário da nossa sociedade.

Seção 4.1

A consolidação do estado liberal no século XIX

Diálogo aberto

Já imaginou um mundo se reformulando em novas bases, com inovações tecnológicas propiciando avanços jamais sonhados? Como entender um mundo que se forma em condições aparentemente tão promissoras relegar uma imensa massa de trabalhadores à miséria e à condições de trabalho subumanas? Que cenários nos conduziram à Primeira Guerra Mundial? Por que o sistema capitalista foi intensamente abalado, afetando diversas nações? Você vai desvendar, conhecer e entender tudo isso para compor a trama da consolidação do estado liberal no século XIX e XX.

No século XIX, tivemos a consolidação do capitalismo e o desenvolvimento do pensamento liberal, momento no qual a Europa Ocidental se transformava rapidamente, principalmente com as transformações geradas pela Primeira Revolução Industrial. As principais bases do liberalismo eram: a valorização e a defesa da propriedade privada, a liberdade de comércio, produção e de contrato de trabalho, culminando com o individualismo econômico e a busca do lucro.

A política liberal dos séculos XIX e XX, sem a intervenção do Estado, levou à disputa imperialista, à Primeira Guerra Mundial e conduziu também à crise de superprodução de 1929.

A chamada Primeira Revolução Industrial disseminou a manufatura, aumentou a produção a níveis nunca vistos, inundou o mundo de mercadorias. Seu desenvolvimento levou à segunda fase, que gerou novas transformações. Deste cenário, podemos depreender as seguintes reflexões:

1. Quais foram essas transformações e quais são as relações entre essas modificações econômicas e a Primeira Guerra Mundial?

2. Quais são as consequências dessa guerra?

3. O final do século XIX e início do século XX são marcados por movimentos grevistas que irrompem como reação à exploração capitalista. Quais são as motivações desses movimentos?

Não pode faltar

Segunda fase da Revolução Industrial

São processos históricos que nos conduzem a mudanças no cenário político, econômico, social e cultural. A Revolução Industrial é um desses processos que podem ser analisados em fases distintas, uma vez que se alteram com o passar do tempo.

Graças à produção organizada e mecanizada como grande indústria e o trabalho assalariado de uma massa operária, foram lançadas as bases do capitalismo em plena Revolução Industrial. A Revolução Industrial representa a constituição/generalização de relações capitalistas de produção, o que é fundamental para o pleno domínio do capital sobre as condições de sua valorização (OLIVEIRA, 2002, parte 1, cap. 2).



Assimile

A Revolução Industrial carregou um amplo espectro de transformações em diferentes aspectos da economia. Teve início na Inglaterra, país que se transformou partindo de uma sociedade de economia agrária para uma sociedade industrial de produção em larga escala, especialmente na produção têxtil.

O aumento da produção se dá agora através da manufatura. Ora, como quem realiza o trabalho é o operário, o capitalista fica condicionado à dependência de sua capacidade que, claro, tem limites. Utilizar máquinas e instrumentos se concretiza como uma maneira de incrementar os lucros, possibilitando o aumento significativo da produção. Veja como Marx (1987) explica esse novo cenário:



A máquina da qual parte a revolução industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que ao mesmo tempo opera com certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e é acionado por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma. Temos então a máquina, mas ainda como elemento simples da produção mecanizada (MARX, 1987, p. 429).

A mecanização do trabalho restringe a função do trabalhador, que agora é ditada pela máquina, organizando assim um novo processo produtivo.



Refleta

Quando a mecanização do trabalho atinge as classes trabalhadoras, temos várias consequências. Pense: qual consequência direta que podemos atribuir à mecanização do trabalho?

A consequência direta é a desqualificação do trabalhador e, por isso, a mão de obra infantil e feminina puderam ser inseridas para aumentar a produção.

Cresce então a necessidade por novas tecnologias, já que através delas é possível otimizar os lucros. É quando o modelo industrial sofre várias mudanças com aprimoramentos tecnológicos buscando sempre por novidades. Principalmente, a partir da segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos, uma nova onda tecnológica inaugura a Segunda Revolução Industrial, representando um aprimoramento técnico e científico da Primeira Revolução Industrial.

Veja quanta tecnologia se consolida nessa fase: motor à explosão, corantes sintéticos, invenção do telégrafo, emprego da energia elétrica, prensa elétrica, telefone, rádio, válvula eletrônica, raio X, dentre tantos e tantos outros. Toda essa tecnologia permite a exploração de novos mercados e a aceleração do ritmo industrial. Muitos cientistas, técnicos e estudiosos passaram a se dedicar à elaboração de teorias e à construção de máquinas que reduzissem o tempo e os custos para a fabricação de produtos, culminando com o consumo em escalas cada vez maiores.



Assimile

O capitalismo inglês, muitas vezes chamado de "capitalismo originário" por ter sido pioneiro e singular, tem como marcas a emergência de uma estrutura econômica apoiada em duas frentes: na produção industrial e também na constituição de um proletariado industrial fixado nos principais centros urbanos. O capitalismo só se completa com a produção mecanizada, em larga escala e organizada nas grandes indústrias, além de gerar uma massa operária submetida ao trabalho assalariado.

Com o controle mais pontual sobre os gastos, tornou-se possível calcular de modo preciso as margens de lucro. O capitalismo rompe então as fronteiras e segue, acelerado, a caminho do domínio da economia mundial. Inaugura-se o Imperialismo europeu no século XIX.

Imperialismo europeu no século XIX

Quando falamos em "imperialismo", é provável que você pense

em “Era dos Impérios” e, em parte, essa a concepção está correta. Especificamente, o Imperialismo do século XIX consistiu numa política expansionista das principais nações europeias. O grande objetivo está apoiado num tripé: buscar matérias-primas, mão de obra barata e mercado consumidor.

Veja como Costa (2005) indica a expansão que conduziu ao imperialismo europeu no século XIX:



A capitalização de recursos, o aumento do consumo, a necessidade de barateamento dos custos das matérias-primas e da força de trabalho pressionavam as potências industriais a expandirem sua estrutura econômica para além das fronteiras nacionais. Essas mesmas pressões haviam levado a Inglaterra, a partir do início do século XIX, a criar um vasto império colonial e a romper o equilíbrio europeu, apoiando — sempre que possível — a independência das nações latino-americanas entre os anos de 1810 e 1830. (COSTA, 2005, p. 138)

A industrialização gerou forte concorrência entre as nações, que agora disputam territórios e tentam ampliar fronteiras com exércitos modernizados e diplomacia. Note como esse processo agravou o caráter nacionalista dos países europeus. De forma paradoxal, a industrialização também exigia uma integração econômica como nunca havia sido vista.

A riqueza gerada pelo processo de produção requeria crédito e também sustentação financeira. É quando bancos e bolsas de valores iniciam sua integração com as indústrias, criando formas de estruturar a complexa economia que agora é mundial e integrada.



Exemplificando

A Inglaterra, nessa época, ficou conhecida como o grande Império “onde o Sol não se põe”. Por quê?

Devido à sua vasta expansão, que integrava grandes países, como a Índia e a Austrália, essa expressão se aplica muito bem à Inglaterra do século XIX. No entanto, a influência do Império Inglês se estendeu a outras nações, que não eram formalmente colônias, mas com quem tinham forte e estreita dependência econômica, o que ocorreu com o Brasil.

A difusão do capitalismo no século XIX significou o surgimento de novas potências industriais, que passariam a competir com a economia

inglesa e a transformar as relações econômicas internacionais.

No início do século XX, com tensões nacionalistas cada vez mais veementes, o Imperialismo chegou ao seu ponto de saturação. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) é resultado direto de tal saturação.



Faça você mesmo

Há alguma nação hoje que possa ser considerada como o "Imperialismo Atual"? Qual? Que características em comum esta nação possui com a Inglaterra do século XIX?



Pesquise mais

A Guerra do Paraguai, a abolição da escravidão no Brasil e em outras regiões, bem como o monopólio de comércio de artigos ingleses no país, são consequências da forte influência da Inglaterra sobre o Brasil e sobre outros países da América Latina. Confira a seguir um artigo que pode ajudá-lo a compreender o que foi o Imperialismo Inglês durante o século XIX.

BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. **Estud. av.**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 269-285, ago. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 dez. 2015.

Movimentos grevistas

Para Huberman (1967), as consequências das mudanças nas relações de produção começam a ser sentidas pelos próprios trabalhadores, no século XIX, que passam então a reagir contra tais condições, batalhando pela diminuição da jornada de trabalho, agindo diretamente através da destruição de máquinas, compondo grupos e associações para a defesa de seus interesses. Coloca-se assim a questão social como um dos grandes embates do século XIX.

A Revolução Industrial trouxe riqueza para os burgueses, mas os trabalhadores viviam na miséria. Muitas mulheres e até mesmo crianças executavam diversos trabalhos nas fábricas ganhando muito pouco. A jornada de trabalho diária variava entre 14 a 16 horas para as mulheres, e de 10 a 12 horas para as crianças. Os burgueses realizavam grandes festas comemorando os lucros obtidos e os trabalhadores concluíam que precisavam lutar pelos seus direitos.

As greves então se consolidaram como forma de luta dos operários.

Como os proprietários das fábricas detinham muito mais poder político do que a massa de trabalhadores, na maioria dos países as greves foram consideradas ilegais. Apenas no início do século XX é que foram legalizadas em grande parte dos países ocidentais, de modo parcial.



Assimile

Em primeiro de maio comemoramos o “Dia Mundial do Trabalho”. É um marco a favor do trabalho, um símbolo da luta dos trabalhadores. Em primeiro de maio de 1886, uma greve de operários em Chicago (Estados Unidos) – que lutava pela jornada de trabalho de oito horas contra as 13 horas habituais – sofreu uma terrível repressão da polícia, resultando na morte de alguns trabalhadores.

A história da legislação trabalhista se desenrolou sempre com muitas lutas, com operários e sindicatos resistindo a intensas pressões para culminar em diversos direitos trabalhistas assegurados.



Pesquise mais

A partir do filme *Germinal*, o artigo aborda o instituto da greve no direito do trabalho. Faz uma análise histórica, relacionando-o a época do filme. Aborda o aspecto conceitual da greve e analisa a base legal brasileira quanto ao movimento grevista.

LOBATO, Ana Terra Feitosa; SCHALCHER, Tayana Chrystine Wood.

Greves Trabalhistas: Análise histórica; aspectos legais e atuais. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=3563&idAreaSel=8&seeArt=yes>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

Primeira Guerra Mundial

Nos anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, a Europa vivia um clima de rivalidade entre as grandes potências pela disputa de colônias na África e na Ásia, além de territórios dentro do próprio continente. As tensões que se formaram na Europa a partir da segunda metade do século XIX culminaram na 1ª Guerra Mundial (28 de julho de 1914 a 11 de novembro de 1918).

Nesse período, a propagação do imperialismo – econômico e político – e do nacionalismo provocou a formação dos Estados nacionalistas por meio de processos como a Unificação Alemã e a Unificação Italiana. A Alemanha, especificamente, promoveu sua unificação com a Prússia usando como mote principal a rivalidade com a França.

Na virada do século XIX para o século XX, esses países nacionalistas tornaram-se também potências econômicas e militares almejando expandir seus domínios para outras regiões, como os continentes asiático e africano. Esse fenômeno ficou conhecido como Neocolonialismo. Também existiam projetos de blocos nacionalistas no continente europeu com duas expressões mais significativas: o pan-eslavismo (nacionalismo eslavo, encabeçado pela Rússia czarista) e o pangermanismo (nacionalismo germânico, comandado pela Alemanha e pela Áustria).

Nos Bálcãs, região na qual países como Sérvia e Bósnia se encontravam, configurou-se o centro dos conflitos entre interesses eslavos e germânicos. O Império Austro-Húngaro não aceitava a criação do Estado da “Grande Sérvia”, apoiado pela Rússia, sendo que disputavam a influência política da região. Essa tensão, que era localizada, tomou proporções muito maiores. A Alemanha apoiava as investidas do Império Austro-Húngaro e, na década de 1890, era uma das nações mais militarizadas da Europa, representando grande ameaça à França e à Inglaterra – um dos maiores impérios da época.

Duas alianças foram formadas:

a) Alemanha, Áustria-Hungria e Itália formaram uma aliança político-militar que ficou conhecida como Tríplice Aliança.

b) A Rússia aliou-se à França e à Inglaterra, formando assim a Tríplice Entente. Dessas alianças nasceu a guerra em âmbito continental, que se estendeu para todo o globo.



Assimile

A Primeira Guerra Mundial foi o primeiro grande conflito internacional do século XX com proporções catastróficas. Envolveu países dos cinco continentes com cerca de 10 milhões de mortos e 20 milhões de feridos, resultando também na queda de quatro impérios: Russo, Austro-Húngaro, Alemão e Otomano.

Crise de 1929

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a economia dos Estados Unidos se tornou a mais importante do mundo. Em pleno processo de recuperação, Alemanha e Inglaterra não tinham mais como continuar se sobrepondo aos demais países. Os Estados Unidos contavam com

compradores dentro e fora do país, estimulavam a oferta de crédito para os compradores, e até mesmo incrementavam a política de aumento salarial para empregados. Mesmo com fases de pequena recessão – decréscimo na produção econômica –, o governo intervinha no mercado injetando ainda mais crédito, com o objetivo de reparar os danos.

Veja como tal processo culminou na “bolha inflacionária”:

- A expansão de crédito produzia taxas de juros artificiais que não tinham respaldo nas reais reservas de crédito, que deveriam se sustentar na poupança.
- Os investidores que dispunham de ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque recebiam um sinal falso da expansão de crédito.
- Supondo dispor de muito mais recursos do que tinham na realidade, os investidores ampliavam seus negócios, aumentavam salários, investiam mais e mais.

Chegou um momento no qual não era mais possível mascarar a artificialidade da expansão econômica com muito dinheiro emitido em circulação, porém sem relação de valor real com a produção. A superprodução culminava com um momento crítico: produzia-se muito mais do que o mundo podia consumir. Com estoques elevados, as demissões foram inevitáveis e isso teve diversas consequências. Foi quando a Bolsa de Valores de Nova Iorque – responsável pela administração dos investimentos aplicados e do crédito emitido – entrou em colapso.

Essa crise da economia norte-americana representou intensa ameaça ao sistema capitalista. Os Estados Unidos, durante o início do século XX, transformaram-se no paradigma de consumo e de prosperidade material. Nações inteiras tinham sua balança comercial arraigada na onda de consumo e na concessão de empréstimos feita pelos cofres estadunidenses.

Nas nações europeias afetadas pela crise, eclodiram movimentos socialistas com o surgimento de governos totalitários. Contra esse verdadeiro caos social e contra a terrível miséria, Alemanha e Itália incrementaram o movimento nazifascista. Os movimentos de esquerda ganharam ainda muito mais força, apontando o comunismo como saída para a crise. Rapidamente uma nova guerra mundial veio discutir o jogo político-econômico internacional.



Figura 4.1 | Desemprego nos Estados Unidos e no Canadá



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Depress%C3%A3o#/media/File:8b33132r.jpg>. Acesso em: 23 mar. 2016.

O desemprego fez com que milhões de pessoas, inclusive famílias inteiras, ficassem desabrigadas, especialmente nos Estados Unidos e no Canadá. Aqui, uma família sem-teto de sete pessoas, caminhando em Brawley, Condado de Imperial, Califórnia, EUA (Fonte: Wikipédia. Dorothea Lange, fev. 1939. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Depress%C3%A3o#/media/File:8b33132r.jpg>. Acesso em: 23 mar. 2016).

Por que várias nações sofreram com essa crise americana?



Vocabulário

Capitalismo: Pode ser entendido, genericamente, como um regime de produção, distribuição e apropriação da riqueza material, cujo movimento se autodetermina segundo leis gerais da acumulação de capital. Como tal, implica a configuração de relações sociais específicas, baseadas na divisão da sociedade em classes antagônicas e na competição legal pelo poder econômico no âmbito dos mercados (PRONI, 1997).

Imperialismo: Prática utilizada pelas nações e povos mais poderosos para ampliar e manter o controle ou influência sobre nações ou povos mais fracos. No mundo antigo, o imperialismo deu origem a grandes impérios que surgiam quando um povo tentava dominar os demais, criando um sistema de controle centralizado.

Sem medo de errar

Vamos voltar à situação-problema proposta no início desta seção e retomar importantes conteúdos para resolvê-la.

No século XIX, tivemos a consolidação do capitalismo e o desenvolvimento do pensamento liberal, momento no qual a Europa Ocidental se transformava rapidamente, principalmente com as

transformações geradas pela Primeira Revolução Industrial. As principais bases do liberalismo eram: a valorização e a defesa da propriedade privada, a liberdade de comércio, produção e de contrato de trabalho, culminando com o individualismo econômico e a busca do lucro.

A política liberal dos séculos XIX e XX, sem a intervenção do Estado, levou à disputa imperialista, à Primeira Guerra Mundial e conduziu também à crise de superprodução de 1929.

A chamada Primeira Revolução Industrial disseminou a manufatura, aumentou a produção a níveis nunca vistos, inundou o mundo de mercadorias. Seu desenvolvimento levou à segunda fase, que gerou novas transformações. Deste cenário, podemos depreender as seguintes reflexões:

1. *Quais foram essas transformações e quais as relações entre essas modificações econômicas e a Primeira Guerra Mundial?*

2. *Quais são consequências dessa guerra?*

3. *O final do século XIX e início do século XX são marcados por movimentos grevistas que irrompem como reação à exploração capitalista. Quais as motivações desses movimentos?*

Considere seus estudos sobre a Primeira Guerra Mundial analisando o cenário no qual se desenrolaram as bases para que o conflito eclodisse. Analise como aspectos da Revolução Industrial contribuíram para o armamento das nações e para o acirramento das tensões entre os países. Lembre-se de rever aspectos marcantes dos movimentos grevistas e como as relações de produção afetaram o cenário econômico com consequências sociais.

Avalie as intensas mudanças que se processaram na sociedade capitalista a partir das marcas da segunda fase da Revolução Industrial, retomando como essas mudanças impactaram no início da Primeira Guerra Mundial.



Lembre-se

Nos anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, a Europa vivia um clima de rivalidade entre as grandes potências pela disputa de colônias na África e na Ásia, além de territórios dentro do próprio continente.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

O desafio agora é para você praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com a de seus colegas.

Consolidação do Estado Liberal no século XIX e início do século XX

1. Competências de fundamento de área

Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.

2. Objetivos de aprendizagem

Reconhecer características das garantias trabalhistas dos anos 1920 e estabelecer uma comparação com os direitos nos dias atuais.

3. Conteúdos relacionados

Conquistas e direitos trabalhistas.

4. Descrição da SP

Figura 4.2 - Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, seção de malharia, São Paulo, anos 1920.



Fonte: <http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/imagens_reportagens/rd76not06img04.jpg>. Acesso em: 11 nov. 2015.

Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, seção de malharia, São Paulo, anos 1920.

Em uma visita ao sindicato, Marcelo viu essa fotografia. Ao ler a legenda, ficou curioso para saber como eram as condições trabalhistas daquela época. Responda às perguntas que intrigaram Marcelo:

1. Como eram as condições de trabalho nas indústrias na época dessa fotografia? Havia garantias trabalhistas nos anos 1920 no Brasil?
2. O que é um direito trabalhista? Onde está assegurado?
3. Como assegurar que estamos desempenhando nossos deveres e garantidos nossos direitos de trabalhadores?

5. Resolução da SP

1. As condições eram muito precárias com trabalho desumano, sem regras ou garantias para os operários que não tinham descanso semanal, férias ou horário definido.
2. Direito trabalhista é o ramo do direito que regula as relações existentes entre empregados e empregadores. As normas do trabalho no Brasil se encontram na

	<p>Constituição Federal, na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho ou Trabalhistas) e outras leis esparsas, como a do estagiário. A CLT foi criada em 1943, pelo Decreto nº 5.452, e baseia-se na Constituição Federal.</p> <p>3. O caminho para assegurar que o trabalhador cumpra seus deveres e avalie se seus direitos estão garantidos é o conhecimento. Precisa conhecer a CLT e as normas e regras da sua empresa. Deve analisar, inclusive, a consonância entre as regras da empresa e a CLT.</p>
--	---



Faça você mesmo

Figura 4.3 | Crise na Alemanha: mulher usando dinheiro para acender sua lareira.



Fonte: <<http://www.estudopratico.com.br/wp-content/uploads/2013/09/consequencias-da-primeira-guerra-mundial.jpg>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

Crise na Alemanha: mulher usando dinheiro para acender sua lareira.

Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/wp-content/uploads/2013/09/consequencias-da-primeira-guerra-mundial.jpg>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

Por que queimar dinheiro? Elabore um texto que explique essa fotografia.

Faça valer a pena

1. Com o final da 1ª Guerra Mundial a euforia consumista teve de ser refreada. O ritmo de produção do período de guerra era muito mais do que o suportado por uma economia em tempos de paz. Aos poucos, a diminuição do ritmo de produção e a redução na margem de lucro das empresas foram dando sinais de um processo de recessão da economia dos EUA. [...] uma avalanche de desemprego começou a tomar conta do país. Não tendo como escoar sua própria produção, as empresas reduziram os gastos com mão de obra para equilibrar suas finanças. O cidadão americano, acostumado com a estabilidade econômica, contraiu dívidas com a esperança de pagá-las com o retorno financeiro dado pela especulação na bolsa de valores. Ao mesmo tempo, as economias europeias, assoladas pelos conflitos da Primeira Guerra, deram sinais claros de recuperação e diminuíram sua demanda pela produção estadunidense. Esse processo desenvolvido ao longo dos anos de 1920, logo apresentou um quadro desastroso à economia dos EUA. O poder de compra

do salário reduziu-se drasticamente. A indústria não conseguia escoar a riqueza produzida. No campo, estoques inteiros se acumulavam à espera de preços que, no mínimo, cobrissem as despesas com a produção. Em 1928, mais de 4 milhões de pessoas não tinham trabalho. (SOUZA, Rainer Gonçalves. Adaptado de <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/crise-1929.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2015.)

O fragmento de texto apresenta:

- a) As bases primordiais da Segunda Revolução Industrial.
- b) O cenário da economia norte-americana que viria a culminar na Grande Depressão.
- c) A grande oportunidade que as empresas europeias encontraram para expandir seus negócios em território americano.
- d) Os motivos pelos quais se estabeleceram as lutas dos movimentos grevistas.
- e) As principais reivindicações dos “trade unions”.

2. (UFPE, 1996) Após a Primeira Guerra Mundial, a febre de negócios baseada na especulação provocou a Crise de 1929. Identifique, nas alternativas a seguir, os principais fatos que a produziram.

- a) Aparecimento de ideologias como o Fascismo e o Nazismo.
- b) Superprodução de mercadorias e saturação dos mercados consumidores.
- c) Retraimento do crédito e proibição das exportações.
- d) Equilíbrio entre a agricultura e o comércio.
- e) Má colheita e demanda ilimitada da indústria.

3. (FGV 2003 – adaptado) Sobre o imperialismo no século XIX, é correto afirmar que caracterizou-se:

- a) Pela valorização da diplomacia e do reconhecimento da autodeterminação dos povos em lugar de intervenções militares e da manutenção das áreas coloniais.
- b) Pelo incremento das atividades mercantis e pelo fluxo de matérias-primas dos países desenvolvidos para as regiões em processo de desenvolvimento.
- c) Pela emergência de potências asiáticas detentoras de alta tecnologia, abundante mão de obra e enormes reservas de matérias-primas.
- d) Pela conquista e subordinação de territórios destinados ao papel de fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos dos países industrializados.
- e) Pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista comercial e pela articulação de diversas regiões do planeta por meio do fortalecimento do mercado internacional.

Seção 4.2

O socialismo e a crítica ao modelo capitalista

Diálogo aberto

Com foco na disputa contemporânea entre as concepções de mundo, esta nova seção vai nos levar a reflexões sobre o socialismo como alternativa real ao capitalismo. Você terá mais e novas ferramentas para ampliar a interpretação da situação geradora de aprendizagem, baseada na leitura do texto *Dança das cadeiras – De Robespierre a Hitler*, esquerda e direita se constituíram como extremos ideológicos na cena política mundial, de Marcelo Scarrone (Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/danca-das-cadeiras>>. Acesso em: 12 nov. 2015).

Você acompanhou, na seção anterior, tópicos essenciais para chegar até aqui. Viu as marcas da segunda fase da Revolução Industrial, analisou como se estabeleceu e quais as consequências do Imperialismo europeu no século XIX, relacionou as mudanças nas relações de produção com os primeiros movimentos grevistas, compreendeu em que bases se estabeleceu a Primeira Guerra Mundial e também entendeu a Crise de 1929 como o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX.

Nesta nova seção, vamos analisar o Socialismo e como este sistema econômico e político afetou a todo o mundo, e os ideais desse modelo, que podem ser tomados como uma resposta aos problemas atribuídos ao sistema capitalista, em especial pelo modelo liberal vigente até então. Além disso, veremos os eventos históricos fundamentais para a humanidade, como a Revolução Russa de 1917, a Segunda Guerra Mundial, a Revolução Cultural Chinesa em 1947 e a Revolução Cubana em 1959.

Vejamos agora a situação-problema desta nova seção:

“Preso no passado ou aberto ao futuro?”

Após sua ascensão e queda, o socialismo enfrenta o desafio de continuar como alternativa real para a humanidade”

Ao longo do século XX, propostas socialistas alcançaram o poder político, realizando transformações de alcance variado. Em certo momento, a alternativa socialista parecia invencível, destinada à vitória universal. Não foi o que aconteceu. Ao contrário: o socialismo, embora ainda vivo, está moribundo. [...]

O socialismo contemporâneo surgiu na esteira das revoluções americana e francesa, em fins do século XVIII. “Todos os homens nascem livres e iguais e têm o direito de lutar pela felicidade” [...]. Entretanto, permaneceram as desigualdades sociais, de gênero e a escravidão. Milhões de seres humanos continuaram sendo considerados inferiores, destinados a serem “civilizados” ou vítimas de genocídio, como aconteceu com os povos nativos da América, da África e da Ásia. À aristocracia do sangue, fundada na hereditariedade, sucedeu uma outra, burguesa, baseada na propriedade privada dos bens de produção. Foi da esperança de vencer a burguesia que nasceu o socialismo. [...]

Nas últimas décadas do século XIX, o capitalismo internacional mudaria de patamar, através de uma grande revolução científica e tecnológica. Liderados pelos bancos (capitalismo financeiro), apareceram os grandes monopólios, concentrando imensos contingentes de trabalhadores. Surgiu o proletariado, que se tornaria a principal base social e política das propostas socialistas. Formaram-se partidos de massa, muitos referenciados nas ideias de Marx. Tratava-se de combinar, de forma original, reforma e revolução, lutas nacionais e articulação internacional, socialismo e democracia.

[...] O socialismo triunfaria nos centros capitalistas importantes – a Europa e os Estados Unidos – e depois se estenderia para o resto do mundo, sob a liderança do proletariado internacional e de suas organizações. A eventual irrupção de uma guerra apressaria o advento do socialismo, pois os partidos socialdemocratas se levantariam contra ela, realizando a esperada revolução.

A Primeira Grande Guerra, entre 1914 e 1918, dissolveria estas esperanças. Salvo exceções, os partidos proletários socialistas aderiram à defesa dos respectivos Estados nacionais. [...] Ao longo dos anos 1930, enquanto os países capitalistas afundavam na

crise econômica iniciada em 1929, a União Soviética conhecia um gigantesco desenvolvimento, tornando-se uma potência econômica e militar. A Segunda Guerra Mundial confirmaria esta mutação. O nazi-fascismo seria vencido por uma Grande Aliança, mas o papel da URSS foi decisivo, tendo ela suportado os maiores custos materiais e humanos provocados pelo conflito. Em 1945, no fim da guerra, era imenso o prestígio da União Soviética. Sua economia planificada inspirava políticas em todo o mundo. Muitos criticavam o Estado ditatorial, até entre os socialistas, mas havia no ar expectativas de aberturas democráticas.

A URSS já não se encontrava isolada: o socialismo estendera-se por quase um terço do mundo. [...]

Seguiu-se, entre 1946 e 1991, a bipolarização do mundo, na chamada Guerra Fria. Nos anos 1970, a URSS parecia um ator incontornável nas relações internacionais. Mas já então se avolumavam críticas à sua economia: ineficiência, excessivo centralismo e estatismo, despesas militares exageradas. Do ponto de vista político, a ditadura perdia legitimidade. O socialismo ainda era capaz de mobilizar tanques e aviões, mas já não inspirava a própria população, sobretudo os jovens. A tentativa de autorreforma, nos anos 1980, conduziu, de modo fulminante e inesperado, ao fim do socialismo soviético e à desagregação do país.

Era o fim de um ciclo. A China se afastou radicalmente do socialismo: a combinação que ali se efetua, entre capitalismo e dirigismo estatal, com a manutenção de uma rigorosa ditadura política, causa perplexidade e é um desafio à imaginação. [...] E Cuba conserva sua independência muito mais pelas reservas nacionalistas de sua revolução do que pelas aspirações e pelos valores socialistas. [...]

O modelo socialista soviético está bem morto e é difícil imaginar sua ressurreição. [...]

Como aventura humana, porém, o socialismo não necessariamente se encerrou. Tem a seu favor as contradições agudas que o capitalismo continua a operar, evidenciando desigualdades gritantes e destrutivas. Elas são uma fonte recorrente de estímulo para que sejam pensadas alternativas que valorizem a igualdade e a liberdade.

Estão dadas as bases para pensar o socialismo como uma experiência aberta para o futuro da humanidade. Superadas as ilusões cientificistas, ela pode ser empreendida através da luta política, que é sempre imprevisível, mas da qual os socialistas dependem para persuadir as gentes, democraticamente, a respeito da validade e da superioridade de suas propostas.

[...] Se os homens não foram livres e iguais nos padrões do socialismo soviético, nunca poderão ser livres e iguais sob regimes capitalistas.

Fonte: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/preso-no-passado-ou-aberto-ao-futuro>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

Responda a estas questões:

1. *Pode-se considerar o socialismo uma perspectiva, uma experiência aberta para o futuro da humanidade?*

2. *Quais foram as motivações que levaram as populações desses países a se revoltarem contra os regimes anteriores, que não as atendiam e, frequentemente, as oprimiam?*

3. *Reflita sobre a validade da seguinte afirmação: “Se os homens não foram livres e iguais nos padrões do socialismo soviético, nunca poderão ser livres e iguais sob regimes capitalistas.”.*

Não pode faltar

Socialismo no mundo

Uma revolução – seja a burguesa ou a popular – tem grande importância na esfera política. Durante o século XIX, conforme o capitalismo industrial se desenvolvia e as classes populares se tornavam proletárias, a face popular cresceu e se manifestou em novas revoluções, que foram derrotadas. Veja como Chauí (2012) nos apresenta esse cenário com o surgimento das teorias socialistas:

As teorias socialistas tomam o proletariado como sujeito político e histórico e procuram figurar uma nova sociedade e uma nova política na qual a exploração dos trabalhadores, a dominação política a que estão submetidos e as exclusões sociais e culturais a que são forçados deixem de existir. Porque



seu sujeito político são os trabalhadores, essas teorias políticas tendem a figurar a sociedade futura como igualitária, feita de abundância, justiça e felicidade. Como percebem a cumplicidade entre o Estado e a classe economicamente dominante, julgam que a existência do primeiro se deve apenas às necessidades econômicas da burguesia e por isso afirmam que, na sociedade futura, quando não haverá divisão social de classes nem desigualdades, a política não dependerá do Estado. São, portanto, teorias antiestatais, que apostam na capacidade de autogoverno ou de autogestão da sociedade. (CHAUÍ, 2012, p. 472)

Das lutas populares e das tradições libertárias nascem as teorias socialistas modernas, buscando liberdade e justiça, voltando-se contra a opressão dos poderosos, contra a servidão voluntária.



Exemplificando

Acompanhe esse exemplo e veja porque é comum representarmos a sociedade através de uma pirâmide. Trata-se de uma imagem concreta para compreendermos como se estabelece o poder do cume até a base:

“A sociedade é como uma imensa pirâmide de tiranetes que se esmagam uns aos outros: o corpo do tirano é formado pelos seis que o aconselham, pelos sessenta que protegem os seis, pelos seiscentos que defendem os sessenta, pelos seis mil que servem aos seiscentos e pelos seis milhões que obedecem aos seis mil, na esperança de conseguir o poder para mandar em outros.” (CHAUÍ, 2012, p. 473)

Socialismo na URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

De 1922 a 1991, a União Soviética representou o bloco comunista no mundo combatendo o capitalismo. Até o início do século XX a Rússia era absolutista, sendo governada por um czar e tinha ainda o sistema feudal como modo de produção.

No final do século XIX, houve uma rápida industrialização de regiões como São Petersburgo e Moscou graças a construção de uma estrada, mas a Rússia não contava com estrutura para abarcar mudança tão intensa. A situação de miséria persistia para os camponeses. A dura realidade só aumentava a insatisfação da população, culminando na Revolução Russa de 1905 – movimento sem liderança definida, mas com um claro propósito de contestação do sistema. Essa revolução foi o primórdio de uma outra, maior, que dominou a Rússia em 1917 e que teria como consequência uma transformação significativa do país.

A Revolução Russa de 1917 foi conduzida pelo Partido Bolchevique (radicais de esquerda), reunindo um grupo que defendia mudanças pela ação revolucionária. O movimento condenou o czar Nicolau II à morte. A Rússia foi o primeiro país do mundo a instalar um regime socialista baseado nos princípios do marxismo – socialismo científico, elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels. A Primeira Guerra Mundial teve importante influência para esse movimento revolucionário na Rússia e para a formação de um grande país comunista.



Assimile

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi constituída oficialmente em 1922, compondo um país de dimensões continentais reunindo Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Transcaucásia, Estônia, Lituânia, Letônia, Moldávia, Georgia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguizão e Tadjiquistão.

A formação da URSS teve Lênin à frente como o responsável por conduzir os trabalhadores na revolução e também por organizar e estruturar a política e a economia do novo país. Veja as principais medidas que o governo revolucionário dirigido por Lênin implementou para modificar a sociedade russa, de acordo com os moldes do socialismo:

- Extinção de todos os títulos de nobreza.
- Reforma agrária e fim da propriedade privada da terra.
- Nacionalização dos bancos.
- Desapropriação de indústrias, bancos e grandes estabelecimentos comerciais, que passaram a pertencer ao Estado.
- Criação do Exército Vermelho com o objetivo de garantir a Revolução.
- Instituição do Partido Comunista, o antigo Partido Bolchevique, como único partido do país. O sistema de partido único criou a "ditadura do proletariado", ou seja, o governo dirigido pelos trabalhadores.



Faça você mesmo

Descubra: quantos partidos políticos o Brasil tem atualmente? Há algum que se relaciona com as propostas socialistas? Qual?

Stalin assume o controle da União Soviética após a morte de Lênin, instalando uma ditadura socialista que se estendeu até a década de 1950.

A Crise de 1929 – que abalou de forma intensa os países capitalistas – não afetou a União Soviética, já que o país se estabelecia em bases comunistas. A Rússia teve grande crescimento nesse período, que se acentuou após a Segunda Guerra Mundial, quando passou a exercer um maior protagonismo no contexto geopolítico mundial.



Pesquise mais

Confira o filme *Reds* (1981), baseado no livro *Os dez dias que abalaram o mundo*, do jornalista americano John Reed, que narra em forma de reportagem a Revolução Russa de 1917.

REDS. Direção de Warren Beatty. Produção de Warren Beatty. Roteiro: Warren Beatty. EUA: Paramount Pictures, 1981. (184 min.), (DVD.), son. color. Legendado. Trailer oficial disponível em: <<https://youtu.be/WjjRDJ039FI>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Segunda Guerra Mundial

Você já viu que o final da Primeira Guerra Mundial aconteceu em 11 de novembro de 1918, deixando um terrível rastro de cerca de dez milhões de mortos. Esse conflito teve como resultado mudanças intensas no cenário mundial. Segundo Neves (2008), foi um terremoto político: em 1914 havia quase vinte impérios e reinos e somente três repúblicas; em 1918 o quadro quase se inverteu. Os Estados derrotados, de forma especial a Alemanha, enfrentaram condições muito duras impostas pelos tratados de paz. Neves (2008) aponta que esta seria uma das causas da guerra ainda mais devastadora que, vinte anos depois, incendiaria o mundo: a Segunda Guerra Mundial. A luta por territórios também disparou essa guerra tida como um dos maiores conflitos vividos pela humanidade.

A Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) envolveu grande número de países a maioria situada em território europeu. Japão, Alemanha e Itália tinham intenções de aplicação de projetos de caráter expansionista com o objetivo de se tornarem potências hegemônicas e, para isso, lutavam para conquistar novos territórios. Promoveram invasões a outros territórios visando anexá-los a seus domínios.

Mas a concretização da Segunda Guerra Mundial ocorreu em 1939,

quando a Alemanha invadiu a Polônia. França e Inglaterra responderam de forma imediata em defesa da Polônia, declarando guerra à Alemanha.

A União Soviética entrou no conflito em 1941, ao ser invadida pelo exército alemão. Nesse mesmo ano, os Estados Unidos foram atacados pelos japoneses na sua base naval de Pearl Harbor marcando também a entrada na guerra. Estabelecia-se então um conflito apoiado em dois grupos: Potências do Eixo e Aliados. O Eixo se compunha pela Alemanha, Itália e Japão. Os Aliados tinham como integrantes França, Inglaterra, União Soviética, Estados Unidos, China, Brasil, dentre outros.

Os países que compunham o Eixo conquistaram vários territórios nos quais implantaram a “Nova Ordem” nazista. No período de 1939 até 1942, exploraram o trabalho das pessoas e as riquezas desses países, sendo responsáveis pela morte de milhões de judeus, eslavos e ciganos, grupos que o Eixo considerava como inferiores. Os países ocupados começaram a reagir, com movimentos clandestinos e guerrilhas.

Eixo e Aliados se enfrentaram por anos, parecendo estar perto do final em 1943, com a rendição da Itália. Foi apenas dois anos depois que Japão e Alemanha também se renderam por não conseguirem mais fazer frente ao conflito, concretizando assim a derrota do Eixo. Foram duas bombas atômicas, lançadas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, que causaram a rendição do Japão.

Um rastro com mais de 40 milhões de mortos, milhares de mutilados, pessoas com famílias destruídas e sem moradia, cidades em ruínas, esse foi o legado da Segunda Guerra Mundial. Com o final desse conflito dramático, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Nova York. O conselho de Segurança da ONU procura resolver disputas internacionais a partir do diálogo e da cooperação.

Agora o mundo enfrentava um novo período histórico: a fase de reconstrução. Nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, a URSS tornou-se uma potência mundial, confrontando os EUA que já haviam se beneficiado da Guerra e despontando como primeira potência, dando início à chamada Guerra Fria, conflito que se arrastou por décadas até 1989, com a queda do Muro de Berlim.



Confira a seguir o artigo de Silva, que traz um panorama do período da Segunda Guerra Mundial, apresentando suas causas e consequências:

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pela vida dos outros. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. ed. 116, maio 2015. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/pela-vida-dos-outros>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

Socialismo na China

Desde o século XIX, a China carregava o rótulo de “quintal do mundo”. Isso porque a China foi dividida entre os países hegemônicos do período (França, Alemanha, Inglaterra, Rússia e Japão). Sua estrutura social, com a população e os meios de produção predominantemente agrários, remetia a uma imagem de nação atrasada, sem coesão cultural e aberta à influência estrangeira até a Revolução Cultural Maoista. Mao Tsé-tung, tentando alterar essa realidade, seguiu modelos soviéticos para construir o socialismo chinês. Concretizou seu projeto depois de primeiro de outubro de 1949, quando foi proclamada a República Popular da China.

Na década de 1950, o país investiu no desenvolvimento da indústria pesada relegando a segundo patamar a indústria dos bens de consumo. Na tentativa de agilizar a edificação socialista, no final dos anos 1950, Mao Tsé-tung lançou o “Grande Salto para Frente” – tratava-se de realizar, em pouco tempo, uma nova política econômica voltada ao aumento da produção industrial e agrícola. O objetivo primordial era o de promover a transformação imediata da China, conduzindo-a de um país agrícola e atrasado para uma nação industrializada e moderna. O “Grande Salto para Frente” foi um fracasso, a escassez de alimentos fez com que a população passasse por grandes dificuldades, levando à fome e à morte milhões de camponeses.

Foi então que, em 1960, a China divide o movimento comunista internacional ao findar suas relações com a URSS. A grande revolução cultural proletária, um dos mais significativos acontecimentos da história socialista, teve início em 1966. Mao Tsé-tung, contando com o apoio significativo da juventude chinesa, tentou fazer uma revolução ideológica, cultural e econômica no país. Perceba como uma revolução dessas proporções alteraria todas as estruturas da China.

O objetivo era o de eliminar as arcaicas relações sociais, instaurando novas. Nesse período, o líder Mao Tsé-tung afastou os oponentes do Partido Comunista – acusando-os de pertencer à burguesia – foram expurgados líderes conservadores e milhões de chineses foram perseguidos e mortos.



Pesquise mais

Para adotar o comunismo, a China precisou adaptar teorias à realidade de seu povo, criando um modelo próprio. A influência veio de Confúcio, que dizia ser preciso descobrir o novo por meio do antigo, e de outros pensadores chineses, como Mozi. Veja essa interessante matéria sobre o comunismo na China.

BUENO, André. China: um comunismo reinventado. **Revista Filosofia Ciência & Vida**. Disponível em: <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/56/artigo210224-1.asp>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

Você pode também conferir o livro *Henfil na China* (antes da Coca-Cola), em que o cartunista carioca fundador do Pasquim faz um relato de sua viagem pela China comunista, antes do período de abertura econômica dos anos 1980:

HENFIL. **Henfil na China (antes da Coca-Cola)**. ed. 18. Rio de Janeiro: Record, 1987.

Socialismo em Cuba

Acompanhe esse cenário: era o ano de 1959: Cuba apresentava uma das maiores rendas per capita do Caribe. Mas o que a estatística não revelava é que apenas uma minoria ganhava muito exportando açúcar, enquanto a população vivia em condições de extrema pobreza sem contar com serviços públicos e sem emprego. Os Estados Unidos – nação que, em 1888, ajudou Cuba a se libertar da colonização espanhola que durou quatrocentos anos – marcava ostensiva presença na ilha. O ditador Fulgencio Batista aceitava que empresários americanos controlassem a economia, dominassem a maioria das terras para a agricultura e que milhares de estrangeiros se dirigissem à capital, Havana, para desfrutar dos bordéis e cassinos, principalmente no período compreendido entre 1920 e 1933, quando a venda e o consumo de álcool estavam proibidos nos Estados Unidos.

Nesse país arrasado, um grupo de guerrilheiros, sob a liderança de Che Guevara, Fidel Castro e Raúl Castro, tomam o poder no primeiro dia do ano de 1959. Fuzilam muitos dos simpatizantes de Fulgencio Batista,

julgam outros por abuso dos direitos humanos e crimes de guerra e condenam, outros tantos, à prisão perpétua. A Revolução Cubana foi provavelmente o acontecimento mais importante da segunda metade do século XX na América Latina e serviu de inspiração para milhares de revolucionários.

Os guerrilheiros que derrubaram o poder vigente apresentam reformas políticas amplas e ambiciosas: serviços públicos melhores e gratuitos para todos, com destaque para educação e saúde, planificação da economia – isso significava que empregos, metas de produção e salários passariam a ser controlados pelo governo –, reforma agrária e nacionalização das terras – retirando-as das posses dos americanos e das empresas privadas. O novo líder cubano, Fidel Castro, declarou, em maio de 1961, que o regime da ilha era socialista, consolidando a aproximação com a URSS.

Veja como Sader (2001) indica a marca do socialismo em Cuba:



[...] na medida em que sua lógica é contraditória com a do capitalismo, em que os direitos universais da população continuam a ser a prioridade fundamental do governo e em que sua ideologia segue pregando a socialização econômica e social (SADER, 2001, p. 112).

Ainda segundo Sader (1992), a revolução cubana não é somente um produto histórico da mobilização popular, mas é, acima de tudo, o desenvolvimento de um programa de transformações democráticas, nacionais e socialistas que transformou a sociedade cubana a partir da fuga de Batista para o exterior e da instalação do poder revolucionário na capital Havana.



Reflita

Por que ainda usamos o termo “esquerda”? Nas décadas de 1950 e 1960 um terço da população mundial era governada pelo socialismo. Essa nova realidade redefiniu o conceito de esquerda – que se originou na Revolução Francesa ao indicar a posição que os deputados radicais ocupavam no plenário da Assembleia Constituinte. A partir de então, o termo “esquerda” passou a ser sinônimo de socialismo e comunismo. E o que esse termo indica hoje? Atualmente, o conceito mais aceito é o de filósofos, dentre eles Norberto Bobbio (1909-2004), que coloca a defesa da igualdade como o critério que separa esquerda e direita.

Pereira (2015) relata que, por uma década, os cubanos treinaram grupos de guerrilha por toda a América Latina. Ásia e África também receberam apoio militar e civil de Cuba às suas guerras pela libertação. A atuação internacional da ilha não se limitava a um simples estímulo revolucionário, mas se mostrou bem mais complexa e ampla. Os Estados Unidos conseguiram fazer uma dura frente de oposição e vencer vários desses grupos que não possuíam a experiência cubana, que não contavam com condições próprias para a revolução.

Agora o Estado cubano via também como seu dever interferir na dinâmica internacional, inclusive para fortalecer sua própria Revolução. Para Cuba, segundo Pereira (2015), a política exterior sempre representou bem mais do que o mero estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais: influenciava as propostas de políticas internas e para a construção de uma nova identidade nacional. Cuba se posicionava para o mundo a partir de sua relação com as duas superpotências da Guerra Fria: Estados Unidos e União Soviética – oposição que perduraria até 1991, com a queda do regime comunista soviético.

Em 1967, com o assassinato de Che Guevara na Bolívia, a estratégia de guerrilhas cessou.



Pesquise mais

Confira a seguir um artigo que descreve a situação social em Cuba, a partir de uma reportagem feita sobre a ilha, com o olhar de turista:

KÄUFER, Tobias. Cuba confronta turistas dos EUA com outro lado da história. **Carta Capital**. Seção Internacional; Américas. 13 maio 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/cuba-confronta-turistas-dos-eua-com-outro-lado-da-historia-2581.html>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

Você também pode conferir o livro *A Ilha* – Um repórter brasileiro no país de Fidel Castro, em que o jornalista brasileiro Fernando Moraes realiza uma reportagem em 1976, em Cuba, assim que as relações entre ambos os países são reestabelecidas depois de 10 anos do início do período de regimes militares no Brasil. A reportagem, polêmica no período, foi reeditada em 2001.

MORAES, Fernando. **A Ilha**: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



Socialismo: Define um sistema socioeconômico em que o Estado é dono de todos os serviços e atividades produtivas de um país. Seu objetivo principal é garantir a igualdade, fazendo com que a riqueza e as oportunidades sejam distribuídas para todos os cidadãos. Para Karl Marx, o socialismo era um estágio transitório, um caminho que transportaria uma sociedade do capitalismo ao comunismo, um sistema sem classes e sem governo.

Sem medo de errar

Vamos retomar a situação-problema apresentada no início desta seção. Temos uma interessante análise a fazer sobre a ascensão e a queda do socialismo e de que forma enfrenta hoje o desafio de continuar como alternativa real para a humanidade, por meio da leitura do artigo de Daniel Aarão Reis (Preso no passado ou aberto ao futuro?. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/preso-no-passado-ou-aberto-ao-futuro>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

Veja as questões às quais você vai se dedicar, buscando as melhores respostas:

1. *Pode-se considerar o socialismo uma perspectiva, uma experiência aberta para o futuro da humanidade?*
2. *Quais foram as motivações que levaram as populações desses países a se revoltarem contra os regimes anteriores, que não as atendiam e, frequentemente, as oprimiam?*
3. *Refleta sobre validade da seguinte afirmação: “Se os homens não foram livres e iguais nos padrões do socialismo soviético, nunca poderão ser livres e iguais sob regimes capitalistas.”.*

Considere em suas análises as experiências socialistas vividas pela extinta URSS, China e Cuba. Reveja como em cada um desses cenários há aspectos similares e outros bem marcantes, particulares, característicos dos países envolvidos, tornando-os únicos.

Considere em suas análises como o socialismo pode ser uma perspectiva para o futuro da humanidade a partir dos alicerces que

fundamentam tal teoria e das formas como foi concretizado na URSS, na China e na América Latina: Cuba.

Lembre-se de avaliar também a validade da afirmação contida na 3ª questão, já que se trata de uma afirmativa que resgata um aspecto importante do contexto do surgimento dos regimes alinhados ao socialismo: o combate à desigualdade social.



Atenção

É importante verificar como os movimentos sociais revolucionários se tornaram, cada qual à sua maneira, respostas aos anseios da população de cada país em que o socialismo foi adotado como regime político e direcionamento ideológico.



Lembre-se

Das lutas populares e das tradições libertárias nascem as teorias socialistas modernas buscando liberdade e justiça, voltando-se contra a opressão dos poderosos, contra a servidão voluntária. Tais teorias fundam-se nas relações e ações sociais, recusam a separação entre Estado e sociedade.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois compare-as com a de seus colegas.

"O Socialismo e a crítica ao modelo capitalista"

1. Competência de Fundamentos de Área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Reconhecer a naturalização como um impedimento à luta pela igualdade social.
3. Conteúdos relacionados	Naturalização, justiça e igualdade social.
4. Descrição da SP	Julia, Sofia e Augusto trabalham na mesma empresa e foram contratados para a mesma função. Julia ganha menos do que Sofia e Augusto recebe um salário maior do que as duas mulheres. Julia é negra e Sofia é branca. As duas não estão empenhadas em buscar explicações da empresa e solucionar essa diferença salarial que afeta diretamente a isonomia. As frases "sempre foi assim e não vai mudar", "fazer o quê?", "os homens sempre terão vantagens", "os negros devem saber seu lugar", são as usadas por Julia e Sofia para explicar a situação.

	1. O que é isonomia? 2. A reação das duas mulheres e, inclusive a de Augusto, está apoiada na naturalização. O que é naturalização? Explique.
5. Resolução da SP	1. Termo jurídico. Princípio, garantido pela Constituição, de acordo com o qual todos os indivíduos são iguais diante da lei, sem que haja distinção e/ou diferenciação entre eles. 2. A naturalização é a tentativa de justificar as desigualdades sociais remetendo-se a supostas causas naturais. Sob a ótica do naturalismo, a situação de inferioridade econômica entre as pessoas ocorre devido a fatores como a "raça" (etnia) e o sexo (gênero). O racismo e a discriminação por gênero (machismo e feminismo) são, portanto, tentativas ideológicas de explicação da desigualdade social através do recurso à naturalização. O grupo social hegemônico, que se encontra no poder, beneficia-se do recurso à naturalização porque, através dele, se permite estabelecer uma hierarquização de grupos. Depois coloca-se como topo dessa hierarquia.



Lembre-se

Como estabelece o texto da webaula desta seção, há três principais correntes socialistas modernas: socialismo utópico, anarquismo e comunismo (ou socialismo científico). Confira como cada uma dessas correntes adota uma conduta diferente para abordar a questão.



Faça você mesmo

Elabore breve relato narrando uma situação em que ficou evidente um processo de naturalização de desigualdade, relacionado a outros aspectos.

Faça valer a pena

1. (PUCCAMP) A Revolução Socialista na Rússia, em 1917, foi um dos acontecimentos mais significativos do século XX, uma vez que colocou em xeque a ordem socioeconômica capitalista.

Sobre o desencadeamento do processo revolucionário, é correto afirmar que:

- Os mencheviques tiveram um papel fundamental no processo revolucionário por defenderem a implantação da ditadura do proletariado.
- Os bolcheviques representavam a ala mais conservadora dos socialistas, sendo derrotados, pelos mencheviques, nas jornadas de outubro.
- Foi realimentado pela participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial, o que desencadeou uma série de greves e revoltas populares em razão da crise de abastecimento de alimentos.
- Foi liderada por Stalin, a partir de outubro, e estabeleceu a tese da necessidade da revolução em um só país, em oposição a Trotsky, líder do exército vermelho.

e) O Partido Comunista conseguiu superar os conflitos que existiam no seu interior quando estabeleceu a Nova Política Econômica, que representava os interesses dos setores mais conservadores.

2. (UERJ – adaptado) Camaradas, a vida de nosso bem-amado Stalin pertence ao povo inteiro. Stalin é nosso guia, nosso sol. Morte a todos os restos do bando fascista. [Sokorine, militante do Partido Comunista da URSS, 1936.] (Apud FERREIRA, Jorge. O socialismo soviético. In: REIS, Daniel Aarão Filho (org.) O século XX: o tempo das crises. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.)

O terror e a propaganda foram dois lados complementares do regime stalinista. Contudo, muitos historiadores afirmam que eles não são suficientes para explicar o grau de aprovação conseguido por este regime tanto dentro como fora da União Soviética.

O apoio político dado a Stalin dentro da URSS também é explicado pela:

a) Eclosão da segunda revolução russa, que modificou as bases ideológicas do bolchevismo e excluiu lideranças como a de Trotski.

b) Manipulação estatal do nacionalismo, que possibilitou a mobilização popular e revitalizou o caráter messiânico da cultura russa.

c) Entrada de capitais estrangeiros após a Segunda Guerra Mundial, que facilitou a retomada da industrialização e permitiu a diminuição do desemprego.

d) Introdução da Nova Política Econômica, que permitiu a manutenção da pequena propriedade privada e assegurou a permanência da aliança operário-camponesa.

e) Manutenção da crença popular de que havia um destino a ser cumprido, determinado por entidades divinas.

3. (UERJ, 2004 – adaptado) “O caminho para a revolução pela longa guerra de guerrilha foi descoberto um tanto tardiamente pelos revolucionários sociais do século XX [...]. A própria palavra ‘guerrilha’ não fazia parte do vocabulário marxista até depois da Revolução Cubana de 1959.” (HOBBSAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995).

A guerrilha foi fundamental para a vitória, em Cuba, no ano de 1959, liderada por Fidel Castro e Che Guevara.

O grupo revolucionário cubano fez a opção por essa estratégia, por acreditar que:

a) A adesão ao comunismo impunha a luta direta contra o poder estabelecido.

b) A ocupação militar norte-americana anulava outras formas de luta contra a elite política.

c) A ditadura instalada no país eliminava a possibilidade de uma oposição ao regime por via legal.

d) O nacionalismo pequeno-burguês impedia a presença das camadas populares nos partidos de oposição à ditadura.

e) Estavam fadados à vitória ao lutar por uma causa tão nobre e sobre a qual todo o povo cubano ofereceria apoio incondicional.

Seção 4.3

A socialdemocracia e o estado de bem-estar social

Diálogo aberto

Nossos estudos na Unidade 4 investigam a disputa contemporânea entre as concepções de mundo ao longo de alguns períodos da história. Partimos do século XIX analisando a consolidação do Estado Liberal. Avançamos até o início do século XX, conhecendo como processos históricos têm nos conduzido a mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse percurso, avaliamos como as duas guerras mundiais alteraram significativamente a trama do cenário global com consequências em todas as áreas. Estudamos também o socialismo no mundo, como atingiu a sociedade e como esses ideais resultaram nas revoluções russa, chinesa e cubana.

Agora, nesta nova seção, vamos inaugurar mais uma etapa que comporá esse rico panorama rumo até o século XXI, reconhecendo marcas e relações entre a filosofia, a ética e a política. Vamos compreender como se dá a trama que envolve a Guerra Fria; a Socialdemocracia e o Estado de Bem-Estar Social, a reação da Europa ao modelo socialista e também os anos dourados do capitalismo em meados do século XX. Você verá como emergiram eventos que culminaram no cenário no qual o capitalismo preponderou como um sistema socioeconômico em que o capital e os meios de produção são propriedade privada e como tal sistema invadiu o mundo.

Acompanhe agora a situação-problema desta nova seção:

Brasil definiu em 64 seu alinhamento na Guerra Fria

Christian Lohbauer (adaptado)

O golpe militar que desalojou o presidente João Goulart em março de 1964 não foi um evento isolado na história política brasileira e mundial. Foi resultado de um processo de polarização interna, associado à polarização do sistema internacional. O antagonismo entre norte-americanos e soviéticos começou com a corrida nuclear no imediato pós 2ª Guerra Mundial, [...] e ficou explícito na Guerra da Coreia no início

dos anos 1950. Todas as nações se viram obrigadas a um alinhamento que garantisse a defesa de seus interesses vitais. O Brasil enfrentou o mesmo desafio para definir o seu destino e concluiu seu alinhamento em 1964.

Jânio condecora Che Guevara com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Entre 1955 e 1968, período da Guerra Fria marcado pela "coexistência pacífica" entre as duas superpotências, flexibilizou-se a ordem bipolar diante das evidências da capacidade destrutiva que carregavam as armas atômicas. [...] Se as tensões da Guerra Fria se estabilizaram no período de coexistência pacífica, a guerra ideológica se aprofundou e marcou conflitos por todos os continentes. No Brasil não foi diferente.

A polarização ganhou destaque com a eleição da chapa Jan-Jan em outubro de 1960. Na época havia a possibilidade de se eleger candidatos a presidente e vice de chapas diferentes. Jânio Quadros foi eleito presidente com apoio da UDN e de alas conservadoras da sociedade. João Goulart, o Jango, foi eleito vice com apoio do PTB e dos meios operários, apesar da derrota desastrosa do general Henrique Lott. Em pouco tempo a combinação mostrou-se explosiva. Jânio governava de forma errática. Combinava medidas populistas e alinhadas à esquerda com ações conservadoras. Conseguiu desagradar aos dois lados e aprofundar a polarização interna da sociedade.

Com a renúncia, a disputa pelo poder no Brasil entrou em processo de instabilidade permanente até o golpe de 1964. A posse de Jango, nacionalista moderado, não encontrou boa recepção nas alas conservadoras das Forças Armadas, mas encontrou simpatia das ligas camponesas de Francisco Julião, apoiadas pelos cubanos, e nas lideranças estudantis da UNE e da juventude católica de esquerda. Também apoiavam Jango uma parte da burguesia nacional "anti-imperialista" e, principalmente, os movimentos operários.

[...] A tentativa de se modernizar uma sociedade muito desigual, ainda dependente da exportação de café, mas com industrialização crescente, era vista por muitos como um caminho para o socialismo. E o apoio a representações com orientação socialista atormentava militares e conservadores.

Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, Jango governou em

regime parlamentarista tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves. San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores do gabinete de Tancredo, reatou relações diplomáticas com a União Soviética e defendeu a neutralidade do Brasil na crise dos mísseis cubanos.

Enquanto isso, o presidente John Kennedy questionava seus secretários sobre como agir em relação ao Brasil. Instruiu Lincoln Gordon, seu embaixador em Brasília, a interferir mais ativamente na política brasileira. Foi o tempo em que Kennedy decidiu envolver os Estados Unidos na defesa dos interesses do Vietnã do Sul enviando milhares de militares para bombardear o avanço comunista de Ho Chi Minh. Kennedy não teve tempo de ver o resultado da decisão de se envolver no Sudeste Asiático. Foi assassinado em novembro de 1963, momento em que no Brasil Jango tinha fracassado em decretar estado de sítio para conter agitações no campo e greves operárias em São Paulo.

No início de 1964, a intenção de iniciar reformas de base por decreto ficou explícita no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Bandeiras vermelhas e pedidos de reforma agrária em uma época em que o livro vermelho com os pensamentos de Mao Tsé-tung começava a ser distribuído internacionalmente dão uma ideia do temor que o comunismo despertava nos meios conservadores. A polarização internacional também estava presente no Brasil. E em 1964 veio a ruptura.

O Estado de S. Paulo, 28 de março de 2014. Adaptado de: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-definiu-em-64-seu-alinhamento-na-guerra-fria,1146324>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

Você viu como a política internacional não se restringe a envolver determinados países dentro de um conflito, seja ele qual for. O final da Guerra Fria não é um episódio isolado, mas compõe um vasto processo de mudança que não ficou limitado ao EUA e à URSS, mas chegou a muitos outros países. Esse cenário nos permite compreender a instabilidade e a complexidade da ordem internacional composta por uma trama com efeitos pelos países do globo.

Temas como autonomia, desenvolvimento e multilateralismo dos países se colocam como desafios e possibilidades para ampliar horizontes da agenda política e econômica mundial do período recente.

Acompanhe agora as questões que vão nortear seus estudos:

1. *Quais foram os impactos da Guerra Fria no Brasil?*
2. *A globalização aproximou muito os países em diversos aspectos. Especialmente na economia, como pode ser explicada?*
3. *É possível reconhecer uma hegemonia entre os países logo após a queda do Muro de Berlim? Qual? Como afeta a dinâmica das relações entre eles?*

Não pode faltar

Guerra Fria

Nós já vimos que o final da Segunda Guerra Mundial foi marcado pela reconstrução dos países, mesmo dentre os vitoriosos. Duas superpotências mundiais emergiram a partir desse terrível conflito: Estados Unidos, em primeiro lugar, e União Soviética em segundo. Especialmente a União Soviética contava com 25 milhões de mortos e grande parte das construções havia sido totalmente destruída.

A nova ordem bipolar – EUA X URSS – lançou as bases para a Guerra Fria: soviéticos e norte-americanos passavam de aliados a adversários. Para além da disputa entre duas nações, Estados Unidos e União Soviética tinham muito mais em jogo: representaram o antagonismo entre modos de organização social, econômica e das relações políticas. A Guerra Fria era a marca contundente do enfrentamento de duas ideologias com a oposição de valores socialistas e capitalistas.

Há várias diferenças entre a ideologia capitalista e a socialista. Como explicar as diferenças mais marcantes, especialmente no campo da economia? Acompanhe:

- Sistema capitalista: forma avançada e sistemática da economia de mercado, com a valorização da propriedade privada, livre iniciativa individual, trocas econômicas com o mínimo de intervenção estatal e por vários outros fatores inerentes ao mercado.

- Sistema socialista: encara a produção econômica a partir da compreensão marxista da mais-valia, que explica o lucro pela existência do trabalho excedente, apropriado pelo capitalista. Daí a justificativa da

abolição da propriedade privada, instrumento que garante a exploração.

As nações estavam empenhadas em fazer valer a hegemonia do sistema que representavam. EUA e URSS desenvolveram ações governamentais e manifestações culturais que julgavam mais eficazes na propaganda da sua visão de mundo específica.

Veja outras ações que as superpotências realizaram para tentar manter e ampliar sua liderança de dominação:

1. Montaram planos vultosos de ajuda financeira para nações que tiveram perdas na Segunda Guerra Mundial:

a) Plano Marshall: os norte-americanos enviaram dinheiro para nações da Europa Ocidental e do Continente Americano.

b) Comecon: ajuda que a URSS destinava aos países integrados ao socialismo.

2. As duas nações se envolveram em questões políticas relacionadas à ampliação e à retração do socialismo e do capitalismo em países do mundo. A Guerra Fria determinou tanto o auxílio como a intervenção militar de exércitos que lutavam pelo interesse ideológico do bloco específico que representavam. As guerras do Vietnã e da Coreia, as revoluções Chinesa e Cubana são exemplos marcantes da ação capitalista e socialista.

Enquanto Estados Unidos e União Soviética estabeleciam conflitos indiretos, uma corrida armamentista e tecnológica seguia de forma paralela, assinalando o ápice da disputa: armas nucleares, corrida pela exploração espacial, aprimoramento e ampliação de exército e de armamento militar, anúncio de novas e modernas tecnologias voltadas à destruição são alguns exemplos marcando o gasto de imensas quantias pelas duas nações.



Assimile

A chamada "Crise dos Mísseis", um conflito que teve os Estados Unidos, a União Soviética e Cuba como protagonistas e que pôs o mundo à beira de uma guerra nuclear durante a Guerra Fria, completou 50 anos.

A crise durou 13 dias, de 15 de outubro, quando os EUA descobriram a ameaça, até o dia 28, data em que o presidente russo Nikita Krushev

recuou e ordenou a retirada dos 42 mísseis instalados em São Cristóbal, uma pequena cidade da ilha.

Crise que chegou à beira de uma guerra nuclear completa 50 anos. UOL, São Paulo, 12 out. 2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2012/10/12/crise-que-chegou-a-beira-de-uma-guerra-nuclear-completa-50-anos.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2016.



Pesquise mais

Veja que interessante esse infográfico sobre a Crise dos Mísseis em Cuba.

Ameaça no Atlântico – Manobras militares de EUA e URSS na crise dos mísseis em Cuba. Veja na História – Outubro de 1962. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/crise-dos-misseis/infografico-ameaca-atlantico.html>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

Assista também ao filme 13 dias que abalaram o mundo, que aborda essa história de forma muito envolvente e interessante.

13 Dias que Abalaram o Mundo. País: EUA. Direção: Roger Donaldson. Roteiro: David Self. Produção: Beacon; Tig Productions. 2000. Duração: 145 min.

Na década de 1970, a tensão foi enfraquecendo principalmente graças à assinatura de acordos controlando a corrida armamentista. O colapso da economia soviética contribuiu muito para a concretização de mudanças na estrutura da economia. A queda do Muro de Berlim marcava o auge da crise do socialismo soviético marcando, no final da década de 1980, o final da Guerra Fria e a desintegração do bloco socialista.

A Guerra Fria não se limitou à rivalidade entre EUA e URSS. Esse cenário conturbado – com a tensão agravada pela Guerra do Vietnã e pela Crise dos Mísseis Soviéticos – atingiu também toda a América Latina, incluindo o Brasil. O sucesso da Revolução Cubana aumentava a necessidade dos EUA de afugentar a ameaça comunista dos países sob os quais tinha alguma influência.

Jânio Quadros, presidente do Brasil na época, foi alvo de duras críticas dos setores conservadores ao aproximar diplomaticamente o Brasil à URSS. O envio de seu vice, João Goulart, à China comunista provocou ainda mais a ira dos setores de oposição, associando a alta

cúpula do governo brasileiro ao bloco socialista. Em 1961, Jânio abdica à presidência e João Goulart teve sua imagem política associada às “perigosas ideologias de esquerda”. Grande parcela da sociedade civil apoiava as forças armadas contra João Goulart, o que contribuiu para a queda do então presidente. Um golpe de Estado – em 1º de abril de 1964 – dá início ao Regime Militar no Brasil com a deposição de João Goulart.



Refleta

A Operação Condor, formalizada em reunião secreta realizada em Santiago do Chile, no final de outubro de 1975, é o nome que foi dado à aliança entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul na década de 1970 – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – para a realização de atividades coordenadas, de forma clandestina e à margem da lei, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos regimes militares da região.

Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Na prática, a Operação Condor formou uma aliança com uma forte marca da globalização. Por quê?

Ela ignorou as fronteiras nacionais entre seus signatários para a repressão aos adversários políticos. Inclusive usou da força da somatória de seis países – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai –, ampliando os tentáculos, alcançando números assustadores. Nos anos 1980, o Peru, então sob uma ditadura militar, também juntou-se ao grupo. Calcula-se que a Operação Condor teria chegado ao saldo total de 50 mil mortos, 30 mil desaparecidos e 400 mil presos.



Faça você mesmo

Quais as consequências do governo ditatorial no Brasil? Elabore um texto apresentando sua análise sobre essa questão.

A Socialdemocracia e o Estado de Bem-Estar Social

A socialdemocracia é uma forma de capitalismo, trata-se de um capitalismo reformado, com melhor distribuição de renda e serviços públicos. Nega o socialismo e tem como fortes marcas a preocupação social e a luta contra a pobreza, a exclusão social e as injustiças sociais, defendendo um forte estado democrático, o que a diferencia dos

modelos liberais. Mesmo com esse viés, a socialdemocracia não defende o fim do capitalismo e das classes sociais.



Assimile

Alemanha, Suécia, França, Inglaterra, Holanda e Espanha são alguns dos vários países da Comunidade Europeia que têm forte tradição em partidos socialdemocratas.

A socialdemocracia defende os princípios de um Estado que assuma o papel de agente da promoção e defesa social e que organize também a economia. Quando o Estado tem essas características, estamos diante do Estado de Bem-Estar Social. Nesse cenário, o Estado regulamenta, além da economia do país, a vida política e social juntamente com empresas privadas e sindicatos. O Estado de Bem-Estar Social tem como função essencial assegurar serviços públicos e proteção à população. Essa forma de organização político-social se originou na Crise de 1929, na qual o mercado não era capaz de absorver a superprodução. A saída para a essa crise foi a retomada do Estado, com intervenção na economia e investimento em políticas sociais, e a regulação do mercado, opondo-se, portanto, ao liberalismo.

A socialdemocracia aponta a necessidade de um “Estado necessário”, diferentemente do socialismo – no qual o Estado tem interferência máxima – e do liberalismo, no qual a interferência é mínima.

O economista inglês John Maynard Keynes propôs um novo modelo de organização política e econômica. Segundo ele, “O problema político da humanidade consiste em combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual” (KEYNES, 1972, p. 309 apud FONSECA, 2010, p. 442). Note como o liberalismo luta pela eficiência econômica e também pela liberdade individual. Já o socialismo destaca a igualdade e a justiça social. Keynes buscou uma alternativa que pudesse fazer a essência, a conciliação desses três fatores. Assim, a política econômica poderia buscar a estabilidade e a justiça social. Keynes afirma “[...] inúmeras vezes a necessidade de buscar o novo. A polaridade capitalismo versus socialismo afigura-se-lhe pobre e maniquesta; fazia-se mister construir uma nova alternativa” (FONSECA, 2010, p. 442).

A análise de Keynes tem como foco a crítica ao modelo liberal defendendo uma política de intervenção do Estado. “De forma explícita

ou não, adotava o pressuposto de buscar uma sociedade com menos disparidades sociais e mais humana, mas sem abrir mão da liberdade, dos direitos civis e políticos, da propriedade e do reconhecimento pelo esforço e pelo mérito” (FONSECA, 2010, p. 443). Para Keynes, tanto o stalinismo soviético quanto o capitalismo selvagem eram repugnantes.

A reação da Europa ao modelo socialista

Você se lembra que o socialismo é um sistema político-econômico criado no século XIX em oposição ao capitalismo e ao liberalismo? O princípio básico do socialismo é a extinção da propriedade privada dos meios de produção e a tomada do poder e do controle do Estado por parte do proletariado com divisão igualitária da renda.

Foi apenas no século XX, com a Revolução Russa, em 1917, que se inaugura uma nova experiência política, uma nova forma de distribuir a riqueza gerada coletivamente e – no capitalismo – apropriada por poucos. Cuba, China e alguns países africanos e do sudeste asiático seguiram a URSS e buscaram construir suas próprias versões de socialismo. O antagonismo em relação ao sistema capitalista é evidente. Acompanhe as marcas do socialismo:

- Socialização dos meios de produção: as forças produtivas pertencem à sociedade cabendo ao Estado o controle destas. O lucro, então, não fica concentrado nas mãos da minoria, mas é apropriado pelo Estado que, com esses recursos, deveria atender às necessidades da população. Não existem classes sociais e todos têm as mesmas oportunidades e rendimentos menos desiguais.

- A economia é planificada, o que significa que há controle dos setores econômicos, dirigidos pelo Estado, regulando assim o mercado de acordo com as prioridades do país, e não de acordo com as taxas de lucro ou de setores mais rentáveis ao capital.

Em 1991, com a queda da União Soviética, o sistema socialista entrou em declínio, perdeu força no mundo. Hoje há alguns poucos países socialistas, como Cuba, China, Vietnã e Coreia do Norte. Mesmo nesses casos, há divergências entre autores sobre a caracterização desses países.

Os anos dourados do capitalismo em meados do século XX

Após a Segunda Guerra Mundial, a economia do mundo atingiu

recordes de crescimento exercendo grande estímulo sobre o ritmo de crescimento econômico. Os “anos dourados do capitalismo” – compreendidos no período de 1949 a 1973 – evidenciaram os benefícios desse modelo econômico, deixando em segundo plano seus problemas estruturais.

Esse período se estruturou graças à sinergia entre aumento de produtividade, aumento dos salários e geração de empregos. Para Mattos (1998), a associação de alguns fatores define os anos dourados que geraram um ciclo virtuoso de crescimento durante mais de duas décadas. São eles:

- Vendas em crescimento, ganhos de escala, oligopólio, preços rígidos à baixa, rentabilidade e produtividade crescente nos setores líderes.
- Salários reais crescentes definidos no âmbito das negociações coletivas entre capital e trabalho.
- Estado transferindo renda para os excluídos do mercado de trabalho organizado e investindo na área social.
- Moeda-crédito internacional estável e abundante.

Nos “Anos Dourados” (entre 1950 e 1960), houve grande crescimento econômico e industrial em diversos países, conduzindo mudanças nos hábitos de consumo da população e impulsionando também avanços na tecnologia. As casas foram invadidas pelos aparelhos de televisão, geladeira, freezer, lavadora de roupas automática, telefones, equipamentos de vídeo e fotografia, discos de vinil, calculadoras de bolso movidas à bateria, rádios menores e movidos à pilha, dentre tantos e tantos outros. Mas o progresso tecnológico não ficou restrito às casas: motores a jato, radares, navios, computadores, foram incrementados nesse período assim como a inovação de máquinas armamentistas. Até mesmo a indústria farmacêutica foi fomentada. Houve uma crescente urbanização, com o automóvel assumindo o símbolo de mudança mundial.

Porém, a riqueza continuava dividida de forma desigual, inclusive entre países que estavam envolvidos nesse crescimento dos “anos dourados”. Até mesmo a comida não era distribuída equitativamente. Apesar da superprodução, havia ainda pessoas passando fome no mundo.

Acompanhe como Vicente apresenta esse cenário:



As crises do petróleo de 1973 e 1979 interfeririam de maneira decisiva no desencadeamento do fim do Estado de bem-estar social. No ambiente da guerra fria, essas crises, além de quadruplicar o valor do petróleo e do gás natural da URSS, representaram uma das jogadas do bloco soviético para estrangular o abastecimento de combustíveis da potência norte-americana. Essas crises do petróleo, somadas à insatisfação das empresas privadas com o modelo de Estado vigente, isto em razão das altas cargas de impostos cobradas pelo Estado de bem-estar social, levaram à consolidação das críticas das correntes defensoras de outras concepções de Estado e de sociedade. A expansão do Estado de bem-estar social começou a ser ameaçada em um momento crítico, em que a carga tributária atingiu níveis alarmantes para a lucratividade e o desempenho do setor privado, o que também cooperou para intensificar a crise no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

A consequência imediata dessa crise econômica e estatal resultou na intensificação das pressões políticas em favor do desmantelamento do sistema de Estado de bem-estar social, considerado ineficaz para reverter esse quadro pouco promissor. As portas estavam abertas para novas propostas destinadas a enfrentar as altas taxas de inflação e os preocupantes índices de paralisação econômica (VICENTE, 2009, p. 124-125).



Pesquise mais

Confira um perfil biográfico e acadêmico sobre o economista britânico John Maynard Keynes:

BARRETO, Pedro. Perfil – John Maynard Keynes. **Revista Desafios do Desenvolvimento** – IPEA, ano 6, edição 52, 5 jul. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2267:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 21 out. 2014.

Sem medo de errar

Retome a situação-problema desta nova seção: “Brasil definiu, em 64 seu alinhamento na Guerra Fria”, de Christian Lohbauer – O Estado de S. Paulo, 28 de março de 2014.

Considere que a política internacional é ampla, não se limita a envolver certos países num conflito, inclusive o da Guerra Fria. Avalie também que o final da Guerra Fria faz parte de um contexto mais amplo, compondo um vasto processo de mudança para além da bipolaridade EUA X URSS, atingindo outros países. A partir desse cenário você poderá compreender a instabilidade e a complexidade da ordem internacional composta por uma trama com efeitos pelos países do globo.

No período recente, temas como autonomia, desenvolvimento e multilateralismo dos países se apresentam como grandes desafios e possibilidades para ampliar horizontes da agenda política e econômica mundial.

Estas são as questões que vão nortear seus estudos:

1. *Quais foram os impactos da Guerra Fria no Brasil?*
2. *A globalização aproximou muito os países em diversos aspectos. Especialmente na economia, como pode ser explicada?*
3. *É possível reconhecer uma hegemonia entre os países logo após a queda do Muro de Berlim? Qual? Como afeta a dinâmica das relações entre eles?*

Retome pontos essenciais nos quais podemos notar a configuração do mundo em alguns aspectos:

1. Como uma nova ordem bipolar – EUA X URSS – lançou as bases para a Guerra Fria: soviéticos e norte-americanos passavam de aliados a adversários. Para além da disputa entre duas nações, Estados Unidos e União Soviética tinham muito mais em jogo: representaram o antagonismo entre modos de organização social, econômica e das relações políticas. A Guerra Fria era a marca contundente do enfrentamento de duas ideologias com a oposição de valores socialistas e capitalistas.

2. Que a socialdemocracia tem também como marcas sua preocupação social e a luta contra a pobreza, a exclusão social e as injustiças sociais, defendendo um forte estado democrático, o que a diferencia dos modelos liberais. Mesmo com esse viés, a socialdemocracia não defende o fim do capitalismo e das classes sociais.

3. Após a Segunda Guerra Mundial, a economia do mundo atingiu recordes de crescimento exercendo grande estímulo sobre o ritmo de crescimento econômico. Os “anos dourados do capitalismo” – compreendidos no período de 1949 a 1973 – evidenciaram os benefícios desse modelo econômico, deixando em segundo plano seus problemas estruturais.



Lembre-se

Nos “anos dourados do capitalismo”, a riqueza continuava dividida de forma desigual, inclusive entre países que estavam envolvidos nesse crescimento. Apesar da superprodução, inclusive de alimentos, havia ainda pessoas passando fome no mundo.



Atenção

Em 1991, com a queda da União Soviética, o sistema socialista entrou em declínio e perdeu força no mundo. Hoje, há alguns poucos países socialistas, como Cuba, China, Vietnã e Coreia do Norte. Mesmo nesses casos, há divergências entre autores sobre a caracterização desses países.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois compare-as com a de seus colegas.

“A socialdemocracia e o Estado de Bem-Estar Social”

1. Competência de Fundamentos de Área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Reconhecer como o socialismo democrático apresenta-se no século XX.
3. Conteúdos relacionados	Capitalismo, Socialismo.
4. Descrição da SP	Suponha que Aline e o irmão Bernardo morem e trabalhem em países com organizações sociais bem diferentes: Aline num país capitalista e Bernardo, num socialista. Aline não é proprietária, trabalha como assalariada. Qual a diferença ideológica entre o trabalho que esses irmãos realizam?

<p>5. Resolução da SP</p>	<p>Proposta de resolução:</p> <p>Aline não possui e não controla os meios de produção, vende sua força de trabalho (através do salário que recebe) para sobreviver. A produção de Aline tem como finalidade o lucro da empresa.</p> <p>Bernardo vive numa sociedade na qual não há separação entre os donos de capital e os donos da força de trabalho de forma que a economia tem uma planificação global. A produção de Bernardo tem como finalidade atender às necessidades básicas da sociedade, e não o lucro da empresa. Nesse tipo de sociedade não pode existir a exploração do trabalho.</p> <p>O texto a seguir auxilia a elaboração e o aprofundamento da resposta:</p> <p>[...] modo de produção capitalista é uma forma de organização social marcada pela separação entre os proprietários e controladores dos meios de produção (máquinas, matérias-primas, instalações etc.) e os que não possuem e não controlam os meios de produção, dependendo exclusivamente da venda de sua força de trabalho, através do salário, para sobreviver.</p> <p>Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/capitalismo.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.</p>
----------------------------------	---



Lembre-se

Nos chamados "Anos Dourados", a riqueza continuava dividida de forma desigual, inclusive entre países que estavam envolvidos nesse crescimento. Até mesmo a comida não era distribuída equitativamente. Apesar da superprodução, havia ainda pessoas passando fome no mundo.



Faça você mesmo

Quais as vantagens do capitalismo? E do socialismo? Como conciliar apenas as vantagens desses modos de produção?

Faça valer a pena

1. Leia as assertivas a seguir:

I. A socialdemocracia defende os princípios de um Estado máximo, que assuma o papel de agente da promoção e defesa social e que assuma o monopólio da economia.

POR ISSO,

II. Quando o Estado tem essas características, estamos diante do Estado de Bem-Estar Social que tem como função essencial assegurar serviços públicos e proteção à população.

Considere as duas assertivas e escolha a alternativa correta:

- a) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.
- b) A assertiva I é uma proposição falsa, e a II é verdadeira.
- c) As duas assertivas são verdadeiras, e a II assertiva justifica e completa a I.
- d) As assertivas são verdadeiras, mas não dependem uma da outra para ter sentido.
- e) As assertivas são verdadeiras e excludentes entre si.

2. Podemos afirmar, sobre a Guerra Fria, que:

I. As nações envolvidas estavam empenhadas em fazer valer a hegemonia do sistema que representavam.

II. EUA e URSS desenvolveram ações governamentais e manifestações culturais que julgavam mais eficazes na propaganda da sua visão de mundo específica.

III. As guerras do Vietnã e da Coreia, as revoluções Chinesa e Cubana são exemplos marcantes da ação capitalista e socialista.

IV. Enquanto Estados Unidos e União Soviética estabeleciam conflitos diretos, uma corrida armamentista e tecnológica seguia de forma paralela assinalando o ápice da disputa.

Estão corretas as afirmações:

- a) Apenas II e III.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas I, III e IV.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II, III e IV.

3. Assinale V para Verdadeiro ou F para Falso nas afirmações a seguir sobre os anos dourados do capitalismo:

(___) Houve grande crescimento econômico e industrial em diversos países, conduzindo mudanças nos hábitos de consumo da população e impulsionando também avanços na tecnologia.

(___) As casas foram invadidas por aparelhos com novas tecnologias.

(___) O progresso tecnológico ficou restrito às casas.

(___) Houve uma crescente urbanização, com o automóvel assumindo o símbolo de mudança mundial.

(___) Nesse período a riqueza passou a ser dividida de forma mais igual dentre

os países que estavam envolvidos no crescimento dos “anos dourados”.

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

a) F – V – F – V – F.

b) F – V – F – F – F.

c) V – V – F – V – F.

d) V – F – V – V – V.

e) V – V – F – V – V.

Seção 4.4

O neoliberalismo e suas manifestações no mundo contemporâneo

Diálogo aberto

Nesta nova seção, encerraremos os estudos da Unidade 4 que investigam a disputa contemporânea entre as concepções de mundo. Nosso percurso está focado principalmente, a partir do século XIX, com a consolidação do Estado Liberal, seguindo para o início do século XX, compreendendo a trama dos processos históricos que possibilitam mudanças nas esferas cultural, política, econômica e social.

Nesse caminho avaliamos várias frentes, tais como as duas guerras mundiais, o socialismo no mundo, as revoluções russa, chinesa e cubana, o Neocolonialismo, a Guerra Fria, a Socialdemocracia e o Estado de Bem-Estar Social, a reação da Europa ao modelo socialista e os anos dourados do capitalismo em meados do século XX.

Na Seção 4.4, vamos trabalhar sobre tópicos importantes para compreender o Neoliberalismo e suas manifestações no mundo contemporâneo. Os estudos vão culminar na sua melhor e mais apurada compreensão do nosso novo século, o século XXI, reconhecendo marcas e relações entre filosofia, ética e política.

Você vai contar com novas reflexões para ampliar e aprofundar a interpretação da nossa Situação Geradora de Aprendizagem, baseada na leitura do texto *Dança das cadeiras – De Robespierre a Hitler, esquerda e direita se constituíram como extremos ideológicos na cena política mundial*, de Marcelo Scarrone (Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/danca-das-cadeiras>> Acesso em: 12 nov. 2015).

Acompanhe agora esta interessante entrevista, que ajuda a contextualizar a situação-problema desta seção:

Criador do movimento Occupy Wall Street, o ativista Micah White culpa a influência de corporações nos governos pela crise política e afirma que os protestos são ineficazes e precisam se reinventar.

Uma onda de revoltas contra o sistema político tomou o mundo desde 2010, com protestos se estendendo de Túnis a Brasília, passando por Madrid, Atenas e Nova York. Apesar de separados por milhares de quilômetros, os atos possuem elementos comuns. Para Micah White, ativista e criador do Occupy Wall Street, as revoltas e protestos expõem o descontentamento da população em relação à representação política e à influência do dinheiro das corporações nos governos.

Segundo o ativista, as diversas manifestações [...] são um sintoma de um "sentimento contagiante de descontentamento" e só "foram possíveis graças à internet". Contudo, tanto a Primavera Árabe, em 2010, quanto o 15M na Espanha, em 2011, ou as manifestações de junho de 2013, no Brasil, foram incapazes de produzir os resultados esperados. "Estamos vivendo o período com mais protestos da história humana, porém eles não estão funcionando. E quando se alcança esse momento, em vez de repetir os comportamentos tradicionais, de gritar e segurar cartazes, é preciso inovar", afirma Micah White [...].

CartaCapital (CC): Existe uma crise nas democracias representativas de hoje em dia?

Micah White (MW): Com certeza. Além de uma crise na democracia representativa, existe uma crise no modelo de ativismo, de como as pessoas protestam. Existe uma crise no poder dado às pessoas para forçar os governos a fazer o que elas querem. Como não há uma forma para que pessoas comuns protestem e aprimorem ou mudem os governos, de certa forma, não existe democracia. [...]

CC: O problema é que a democracia já não funciona mais ou que não temos instrumentos de democracia direta?

MW: No caso dos Estados Unidos, eu realmente não acho que haja democracia no sentido de pessoas conduzindo o governo. O que realmente acontece é que o dinheiro conduz o governo e é impossível se eleger sem ter muito dinheiro. A outra ponta dessa realidade é que quem gasta mais dinheiro vence as eleições. Essa é a crise de representatividade. Com isso, também temos o problema de corporações e associações poderem financiar partidos políticos de forma ilimitada. Na verdade, nós não temos uma democracia. Temos alguma outra coisa, algo mais distante.

CC: Isso significa que o sistema democrático não funciona mais?

MW: Eu não acho de forma alguma que o sonho da democracia



esteja morto. O sonho da democracia vem acontecendo desde o princípio da civilização e os humanos sempre estiveram lutando por democracia. Por cinco mil anos derrubamos faraós, reis e tiranos à procura de democracia. Agora, estamos em um daqueles momentos da história em que temos um ponto baixo de democracia, mas haverá um ponto alto de democracia logo. Isso requer, contudo, um tipo de inovação dentro de nossos conceitos de ativismo. [...]

CC: Você acredita que o avanço do neoliberalismo ajudou a reduzir a importância dos movimentos sociais pelo mundo?

MW: Protestos são uma forma de guerra e guerra é a política por outros meios. Protestos são formas de influenciar o sistema político por métodos não convencionais. E a revolução é uma mudança no regime legal. É transformar o legal em ilegal ou o ilegal em legal. Ou seja, é uma forma de estado de guerra. [...] O problema é que não vemos os protestos no contexto de guerra. Nós os vemos como uma grande festa ou coisa do tipo, enquanto o outro lado percebe a importância disso. O mais importante, contudo, não é culpar os outros, mas culpar a si mesmo. Movimentos sociais não falharam porque a polícia era muito forte. Durante a história, pessoas derrubaram governos com uma polícia muito mais forte, seja porque eles descobriram uma forma ou porque conseguiram fazer com que a polícia mudasse de lado. Por isso, quando falhamos é porque nossa teoria estava errada e não porque o outro lado era mais forte. [...]

CC: Você não se acha muito otimista?

MW: Eu acho que vivemos em um momento em que as pessoas estão tão focadas naquilo que parece possível que nós não alcançamos nada. É preciso incomodar o poder e não agir apenas com aquilo que é seguro. Foi isso que Occupy Wall Street e a Primavera Árabe fizeram. O melhor ativismo é aquele que mexe com as coisas que temos medo.

Fonte: PELLEGRINI, Marcelo. A democracia está em crise porque o dinheiro controla governos. Entrevista: Micah White. Carta Capital. Seção Política, 03 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-democracia-esta-em-crise-porque-o-dinheiro-controla-governos-7013.html>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

Essa entrevista nos traz algumas inquietantes reflexões. A necessidade de expandir o capitalismo – rompendo barreiras nacionais – foi determinada por importantes fatores: a desintegração da União Soviética e consequente fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim, ou seja, o desmantelamento do modelo de socialismo real, o avanço industrial

e tecnológico, a estruturação dos blocos econômicos regionais e, inclusive, a própria reorganização do capitalismo, assumindo uma nova forma atual, o neoliberalismo. No entanto, a partir da crise econômica de 2008, mesmo a doutrina neoliberal começa a demonstrar sinais de esgotamento de respostas aos crescentes problemas da atualidade, como o aumento da desigualdade social e econômica entre pessoas e entre países, xenofobia, desgoverno, corrupção e crescimento de movimentos extremistas.

Vamos pensar agora, especialmente, nestas questões:

1. *Explique as relações entre liberalismo e neoliberalismo a partir de suas marcas e características.*

2. *Quais são marcas do neoliberalismo, especialmente no final do século XX?*

3. *A partir do questionamento do neoliberalismo, responda: como se dá a crise mundial nesse início de século XXI?*

Não pode faltar

Vamos analisar, nesta seção, alguns importantes aspectos para compreender o neoliberalismo e suas manifestações no mundo contemporâneo. Para iniciar, vamos tratar do liberalismo que se organiza como uma doutrina filosófica formada por um conjunto de premissas sobre a ação humana e sobre a produção de riqueza. Não podemos deixar de considerar a intrínseca associação do liberalismo econômico com seu aspecto político e filosófico.

Nós já vimos que a base do liberalismo pressupõe a geração de riqueza, o direito à propriedade privada, a competitividade econômica, a liberdade da ação individual – assegurada pelo Estado – com a moderada intervenção estatal sobre o mercado. Note que, ao considerar essas marcas, reconhecemos que o liberalismo é fundamental na democracia representativa, assegurando suas premissas. Um Estado muito autoritário, à esquerda ou à direita, foge dos anseios liberais.



Assimile

Neoliberalismo é a resposta à crise do capitalismo decorrente da expansão da intervenção do Estado, antagônica à forma mercadoria,

ainda que necessária para sustentá-la. [...] consiste essencialmente em uma tentativa de recompor a primazia, e recuperar o âmbito, da produção de mercadorias. Renegando as formas socialdemocratas [...], nega a crise estrutural e histórica do capitalismo e se volta às origens desse, do tempo do liberalismo – daí o nome de neoliberalismo.

Neoliberalismo. Verbete. Verbetes de Economia Política e Urbanismo. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/neolib/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

O neoliberalismo é uma etapa posterior de desenvolvimento do liberalismo e do regime capitalista. Veja como Santos (1999) revela esse percurso:



Logo após a II Guerra Mundial estendeu-se uma onda política liberal no mundo. O nacionalismo, o protecionismo, o militarismo, o racismo haviam conduzido o mundo a duas brutais guerras mundiais. Tratava-se de resgatar a democracia política, o livre comércio, as doutrinas liberais de respeito às minorias. Contudo, no plano econômico, reconhecia-se os limites da economia liberal. A intervenção estatal revelava-se necessária para garantir os mercados e estimular o crescimento e particularmente o emprego.

O antigo liberalismo econômico era substituído pelo novo 'liberalismo' que aceitava a intervenção estatal a favor do pleno emprego; as grandes empresas como forma mais eficiente de organização da produção, seguidos planos de crescimento, dimensionando o mercado e introduzindo inovações; as instituições financeiras multilaterais, como reguladoras do dinheiro mundial, com uma cotação fixa para o dólar em ouro [...]; os partidos políticos (exceto os comunistas que foram ilegalizados a partir de 1947, sob a pressão da guerra fria); a distribuição de renda através de um regime fiscal progressivo [...]. (SANTOS, 1999, p. 126-127).

Note como vários fatores, inclusive a crise do petróleo que o mundo viveu em 1973 e a forte onda de inflação nos anos 1980, conduziram o Estado de Bem-Estar Social ao declínio. É nessa época também que o socialismo entra em colapso, tendo sua derrocada representada, em 1989, pela queda do muro de Berlim. Esses fatores, associados, abriram espaço para uma grande ofensiva do pensamento liberal, traduzido no projeto neoliberal no final do século XX. Acompanhe como De Cicco e Gonzaga nos apresenta os neoliberais:

[...] neoliberais, herdeiros dos séculos XIX e XX da doutrina de John Locke e da Revolução de 1688, na Inglaterra. Para tal doutrina o importante é a liberdade individual e não o Estado, simples instrumento para garantir o livre jogo das forças econômicas em presença no mercado, com pouca influência na esfera social. [...] Apesar da seriedade de suas colocações, não tem os pensadores liberais conseguido empolgar a opinião pública, pelo contraste entre suas teorias e a realidade social das desigualdades abissais entre milionários e miseráveis, por exemplo, na América Latina, que exigem uma presença maior do Estado, empreendendo reformas profundas, inadmissíveis para um neoliberal. (DE CICCIO; GONZAGA, 2011, p. 256-257)



Segundo Setti (2004), há uma relação estreita entre neoliberalismo e capitalismo, especialmente quando já estava bem marcado o esgotamento do modelo socialdemocrata em países da Europa. A necessidade de expandir o capitalismo – rompendo barreiras nacionais – foi determinada por importantes fatores: a desintegração da União Soviética e o consequente fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim, ou seja, o desmantelamento do modelo de socialismo real, o avanço industrial e tecnológico, a estruturação dos blocos econômicos regionais e, inclusive, a própria reorganização do capitalismo assumindo uma nova forma atual, o neoliberalismo.



Assimile

O cenário dos anos 1980 e 1990 apresenta uma crescente hegemonia do ideário neoliberal como modelo de ajuste estrutural das economias e pela reafirmação do domínio político e militar dos Estados Unidos, com o fim da Guerra Fria e o colapso do chamado socialismo real do Leste Europeu e na antiga URSS.

O neoliberalismo – neo significa “novo” – retoma as bases do liberalismo, surgido na Europa no final do século XIX, que possibilitou o crescimento e a expansão do capitalismo no mundo. O neoliberalismo está associado a duas fases distintas: à virada do século XIX para o século XX e especialmente ao período dos anos 1970 até a crise de 2008.

Em 2008, cai por terra o discurso da prosperidade sem fim, da não intervenção do Estado na economia, frente à crise mundial com o grande esforço que todos os governos fizeram para salvar suas economias, inclusive as empresas privadas. Oreiro (2011) relata como foi essa crise no comércio internacional:



A crise financeira de 2008 foi a maior da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929. Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira se espalhou pelo mundo todo em poucos meses. O evento detonador da crise foi a falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008, após a recusa do Federal Reserve (Fed, banco central americano) em socorrer a instituição. Essa atitude do Fed teve um impacto tremendo sobre o estado de confiança dos mercados financeiros, rompendo a convenção dominante de que a autoridade monetária norte-americana iria socorrer todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário.

O rompimento dessa convenção produziu pânico entre as instituições financeiras, o que resultou num aumento significativo da sua preferência pela liquidez, principalmente no caso dos bancos comerciais. O aumento da procura pela liquidez detonou um processo de venda de ativos financeiros em larga escala, levando a um processo Minskiano de "deflação de ativos", com queda súbita e violenta dos preços dos ativos financeiros, e contração do crédito bancário para transações comerciais e industriais. A "evaporação do crédito" resultou numa rápida e profunda queda da produção industrial e do comércio internacional em todo o mundo. (Acesso em: 11 fev. 2016)

Veja que interessante: as duas crises – de 1929 e de 2008 – estão relacionadas à especulação do mercado financeiro. Mas uma diferença fundamental se estabelece entre ambas: em 1929, a crise se deu graças à superprodução industrial nos Estados Unidos; já a crise de 2008, que segue com consequências até nossos dias, foi resultado da especulação financeira e da expansão desmedida do crédito bancário sem considerar as reais possibilidades de pagamento desses créditos.



Refleta

A Reuters divulgou, em 18 de janeiro de 2016, a seguinte matéria:

"62 mais ricos do mundo têm mesma riqueza que metade da população mundial, diz Oxfam"

As 62 pessoas mais ricas do mundo têm agora o mesmo dinheiro que a soma de metade da população mundial, o equivalente a cerca de 3,5 bilhões de pessoas, à medida que os super-ricos têm ficado cada vez mais ricos e os pobres mais pobres [...].

A riqueza dos 62 mais ricos aumentou 44 por cento desde 2010, enquanto a riqueza dos 3,5 bilhões mais pobres caiu 41 por cento, afirmou a Oxfam em um relatório divulgado antes da reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça.

Quase metade dos indivíduos super-ricos são dos Estados Unidos, enquanto 17 são da Europa e o restante de países como China, Brasil, México, Japão e Arábia Saudita.

"A preocupação dos líderes mundiais sobre a crescente crise da desigualdade até agora não se traduziu em ações concretas - o mundo se tornou um lugar muito mais desigual e a tendência está se acelerando", disse a diretora-executiva da Oxfam International, Winnie Byanyima [...].

"Não podemos continuar a permitir que centenas de milhões de pessoas passem fome enquanto os recursos que poderiam ser usados para ajudá-las são sugados por aqueles no topo", acrescentou Byanyima. [...]

WHITING, Alex. 62 mais ricos do mundo têm mesma riqueza que metade da população mundial, diz Oxfam. Reuters. Seção Mundo. 18 jan. 2016. Adaptado. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKCN0UW14N>>. Acesso em: 22 jan. 2016.



Faça você mesmo

Você já deve ter ouvido a expressão "Os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres." Por que o senso comum tem essa percepção? Ela é fundamentada?

Veja como temos a mundialização estreitamente relacionada às formas de reprodução do capital, favorecendo os mecanismos imperialistas de dominação. A globalização é considerada um processo do capitalismo contemporâneo, mas vale lembrar que Marx e Engels já a apresentavam em 1848 com todas as marcas do século XXI:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se



em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. [...] As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. [...] Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. (MARX; ENGELS, 2001, p. 26)

A nova feição que o capitalismo assumiu – o neoliberalismo – atingiu o trabalhador também na ideologia, fomentando valores que, para Setti (2004), diluem cada vez mais sua revolta contra a opressão capitalista perdendo, consequentemente, a capacidade de organização e de luta.



Exemplificando

“O neoliberalismo nasceu como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social keynesiano. [...] O neoliberalismo propõe: a retirada do Estado da economia; abertura da economia; privatização das estatais; desregulamentação da economia. Essa política aumenta os fluxos de capitais, mercadorias e informações, reduzindo a capacidade de intervenção e controle do Estado sobre esses fluxos. Dessa forma, o Estado nacional perde poder e se torna vulnerável ao capital especulativo e às multinacionais.

O neoliberalismo propõe uma desregulamentação da economia (controles públicos menos rígidos das atividades econômicas), a privatização das empresas estatais como as usinas de energia, as indústrias de base, a construção e administração de estradas, a administração de portos e até parte de setores de fundamental interesse público como saúde e educação. Segundo o neoliberalismo, ao enxugar os gastos com políticas sociais e obras públicas, o governo tende a diminuir os impostos e estimular as atividades produtivas. Portanto, o livre funcionamento do mercado, sem controles inibidores do Estado, é o caminho para a elevação da produção e, consequentemente, geração de emprego e de renda, acarretando efeitos sociais positivos”.

PAREJO, Luiz Carlos. Neoliberalismo: Entenda a doutrina econômica capitalista. UOL Educação. Seção Geografia. 30 jun. 2007. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/neoliberalismo-entenda-a-doutrina-economica-capitalista.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

É importante compreender o papel do Estado nesse contexto: principalmente nas décadas de 1980 e 1990, a construção hegemônica do pensamento político mundial apresentava o Estado como um agente que precisava estar recolhido ao máximo – também chamado de “Estado mínimo” –, passando assim as decisões para o plano privado, inclusive repassando para empresas particulares os serviços básicos estatais. Essa é a premissa usada para defender a livre concorrência e a suposta eficiência. Principalmente na esfera econômica, restaria ao Estado a menor intervenção possível, restringindo sua ação em setores que não interessam ao mercado.



Pesquise mais

Esse artigo analisa o desgaste ao qual a palavra liberal tem sido submetida. Segundo Marco Maciel, é empregada, muitas vezes, como se fosse uma fórmula mágica capaz de conferir sentido a discursos vazios de conteúdo. Destaca que hoje é universalmente aceito que o liberalismo econômico não serve a uma sociedade livre, mas a seu oposto.

MACIEL, Marco. O liberalismo revisitado. **Lua Nova**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 64-67, jun. 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2016.

Sader (2014) lembra que, para Marx, o capital não é para produzir, mas para acumular. Então o capital se desloca de forma maciça para a especulação, uma vez que o lucro é menor na produção. Seguindo o modelo neoliberal, isso se impôs em escala mundial: o capital financeiro – de forma especulativa – passou a compor setor hegemônico no capitalismo.

Para Visentini (2010), no início do século XXI, várias previsões indicavam que uma Nova Ordem Mundial, apoiada na democracia, prosperidade e paz, se estabeleceria. O Terceiro Milênio, inaugurado em 2001, prometia a consolidação da nova sociedade globalizada com a estabilidade assegurada pelo mercado, equilibrando-a. Porém, dez anos depois de tais previsões, esses princípios não se cumpriram, ou se cumpriram parcialmente.



Em lugar da paz, seguiram-se anos de confrontos sangrentos que sinalizaram a emergência de guerras, conflitos civis e padrões de violência de novo tipo. A prosperidade prometida não ocorreu, ao menos para a grande maioria das pessoas e países. A globalização, ainda que lançando bases para um crescimento ulterior, gerou desemprego estrutural, recessão em vários países (com retrocesso da produção industrial) e instabilidade financeira mundial, em meio à concentração de renda. A democracia liberal, por sua vez, realmente hoje é adotada (ao menos formalmente) pela maioria esmagadora dos países. (VISENTINI, 2010, p. 339)

Sem medo de errar

Vamos retomar a situação-problema proposta no início desta seção a partir da entrevista de Micah White para a Revista Carta Capital.

Uma onda de revoltas com protestos contra o sistema político tomou o mundo desde 2010. Para Micah White, ativista e criador do *Occupy Wall Street*, as revoltas e protestos expõem o descontentamento da população em relação à representação política e à influência do dinheiro das corporações nos governos. Para ele, as manifestações são um sintoma de um "sentimento contagiante de descontentamento" e só "foram possíveis graças à internet". Contudo, essas manifestações foram incapazes de produzir os resultados esperados. "Estamos vivendo o período com mais protestos da história humana, porém eles não estão funcionando. E quando se alcança esse momento, em vez de repetir os comportamentos tradicionais, de gritar e segurar cartazes, é preciso inovar", afirma Micah White.

Também, destaca que vivemos uma crise na democracia representativa, no modelo de ativismo, no poder dado às pessoas para forçar os governos a fazer o que elas querem. Como não há uma forma para que pessoas comuns protestem e aprimorem ou mudem os governos, de certa forma, não existe democracia. Essa realidade gerou o *Occupy Wall Street* e diversos outros protestos que estão acontecendo ao redor do mundo.

Essa entrevista nos lança algumas questões:

1. Explique as relações entre liberalismo e neoliberalismo a partir de suas marcas e características.
2. Quais são as marcas do neoliberalismo no final do século XX?

3. *A partir do questionamento do neoliberalismo, responda: como se dá a crise mundial nesse início de século XXI?*

Você viu importantes aspectos para nortear esses estudos e a elaboração das suas melhores respostas:

1. A intrínseca associação do liberalismo econômico com seu aspecto político e filosófico.

2. A base do liberalismo pressupõe a geração de riqueza, o direito à propriedade privada, a competitividade econômica, a liberdade da ação individual – assegurada pelo Estado – com a moderada intervenção do Estado sobre o mercado. O liberalismo é fundamental na democracia representativa assegurando suas premissas.

3. O neoliberalismo retoma as bases do liberalismo que possibilitou o crescimento e a expansão do capitalismo no mundo.

4. Estreita relação entre neoliberalismo e capitalismo, rompendo barreiras nacionais, foi determinada por importantes fatores: a desintegração da União Soviética, o fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim, o desmantelamento do modelo de socialismo real, o avanço industrial e tecnológico, a estruturação dos blocos econômicos regionais e, inclusive, a própria reorganização do capitalismo, assumindo uma nova forma atual, o neoliberalismo.

5. A mundialização estreitamente relacionada às formas de reprodução do capital, favorecendo os mecanismos imperialistas de dominação.

6. A nova feição que o capitalismo assumiu – o neoliberalismo – atingiu o trabalhador também na ideologia, fomentando valores e diluindo cada vez mais sua revolta contra a opressão capitalista perdendo, conseqüentemente, a capacidade de organização e de luta.



Lembre-se

O neoliberalismo constitui um dos fenômenos mais polêmicos e complexos que envolvem a atual discussão nas áreas da economia e da política.



Atenção

Reveja a definição de neoliberalismo, presente no item Exemplificando.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e depois as compare com a de seus colegas.

“O Neoliberalismo e suas manifestações no mundo contemporâneo”

1. Competência de Fundamentos de Área	Reconhecer as relações entre a filosofia, a ética e a política.
2. Objetivos de aprendizagem	Reconhecer na Economia Solidária uma possibilidade de trabalho com características próprias e diferenciadas.
3. Conteúdos relacionados	Economia Solidária, Capitalismo.
4. Descrição da SP	<p>A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados. Alguns princípios são muito importantes para a economia solidária. São eles: cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade.</p> <p>Ricardo está iniciando seu trabalho com uma associação de produtores agrícolas que tem como base a Economia Solidária. Ele precisa saber mais sobre essa forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar. A partir desse contexto, responda:</p> <p>Esse tipo de economia pode alterar as relações de produção? Explique como esse tipo de prática econômica se diferencia da prática econômica individual e de livre concorrência proposta pelo neoliberalismo.</p>
5. Resolução da SP	<p>Confira um trecho da entrevista de Paul Singer, economista e professor da Universidade de São Paulo, que discute as diferenças entre a economia solidária e as formas neoliberais de prática econômica:</p> <p>“O trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção. Trabalhadores educados no capitalismo têm cada vez mais oportunidade de passar à economia solidária – isso está acontecendo, por exemplo, com empreendimentos que falham, entram em crise e os trabalhadores coletivamente os assumem organizados em cooperativas. [...] Um dos exemplos de economia solidária, para Singer, é o “O clube de troca, que foi criado em situações de crise de mercado de trabalho. Ele surgiu em vários</p>

	<p>lugares. Na América do Norte, na Ilha de Vancouver, em que havia uma base aérea e acho que uma fábrica. A população trabalhava nesses lugares e os dois fecharam de repente; todos ficaram sem trabalho. Um inglês, que morava lá, sugeriu organizar trocas entre eles; quer dizer, eles trabalhariam uns para os outros, para todos poderem viver, comer etc. Mas, para fazer essa troca, era preciso organizar um mercado e um sistema de preços, então ele sugeriu criar uma moeda específica para essa atividade. Essa foi a invenção do LETS (Local Exchange and Trade System)".</p> <p>Economia solidária. Entrevista com Paul Singer. Estudos Avançados, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2016.</p>
--	---



Lembre-se

"O neoliberalismo surgiu com o diagnóstico de que a economia capitalista deixava de crescer por excesso de regulamentações. 'O Estado não é uma solução, é o problema', não se cansou de proclamar Ronald Reagan. O que seria problema no Estado seria o excesso de limitações à livre circulação do capital. Liberado desses entraves, o capital voltaria a investir, a economia a crescer e todos voltariam a ganhar."

SADER, Emir. Neoliberalismo século XXI? Carta Maior. 20 out. 2014. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Neoliberalismo-seculo-XXI-/2/32038>>. Acesso em: 20 jan. 2016.



Faça você mesmo

Responda à seguinte reflexão: com o Estado mais contido durante o século XXI, a economia mundial realmente cresceu, levando todos a ganhar?

Faça valer a pena

1. Para Setti (2004), é possível compreender os tentáculos do neoliberalismo como uma resposta do capitalismo à sua própria crise, acompanhada:

- Da ampliação dos poderes e ações dos Estados com incentivo ao setor produtivo estatal.
- De uma relação produtiva mais equitativa, diminuindo sensivelmente o abismo entre os que produzem e os que consomem.

- c) De alterações significativas favorecendo aqueles que vendem a mão de obra em detrimento dos donos do capital.
- d) Da privatização dos Estados, do desmonte do setor produtivo estatal e da flexibilização dos direitos trabalhistas.
- e) De uma mudança no processo de mundialização de modo a alterar as relações de produção, especificamente nos países da América Latina.

2. Segundo Setti (2004), o neoliberalismo diferencia-se do liberalismo clássico quanto:

- a) Ao poder que atribui aos Estados, que determina as bases da economia e da política, afetando os setores produtivos.
- b) À área de atuação, já que o neoliberalismo está concentrado em países europeus.
- c) À circulação internacional de bens e capitais e também em relação à preocupação em se formar blocos econômicos, gerando o protecionismo em torno das economias mais fortes.
- d) Ao sistema que permite gerir a riqueza produzida pelas nações.
- e) À circulação regional de capitais sem foco na formação de blocos econômicos globais.

3. Qual é a premissa usada para defender a livre concorrência e a suposta eficiência do Estado no contexto do neoliberalismo?

- a) O Estado como um agente que precisava estar recolhido ao máximo – também chamado de “Estado mínimo” – passando assim as decisões para o plano privado, inclusive repassando para empresas particulares os serviços básicos estatais.
- b) O Estado como um agente que promove as bases da economia, gerando emprego e dando suporte no atendimento dos serviços básicos estatais.
- c) O Estado como um agente essencial, forte e determinante, assumindo decisões nas esferas econômicas, sociais e políticas que afetam diretamente a sociedade.
- d) O Estado atuando como um “Estado mínimo” o que significa que os gastos destinados à sua própria gestão estão recolhidos ao máximo, enquanto os destinados à sociedade estão estendidos ao máximo.
- e) O Estado como um agente que tem o poder de alterar a influência da globalização a partir de suas ações, conhecido como “Estado mínimo”.

Referências

A ONDA. Direção: Dennis Gansel. Produção: Christian Becker, Martin Moszkowicz. Roteiro: Dennis Gansel. Alemanha: Constantin Film Produktion GmbH, 2009. son., color., Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZbyCJEIRBaA>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África: a África sob dominação colonial, 1880-1935**. São Paulo: Ática/Unesco, 1991. v. 7.

CHANGSHENG, Shu. A muralha está de pé. **Revista de História**, 1º nov. 2015. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-muralha-esta-de-pe>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2012.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 2005.

DE CICCO, Cláudio; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **Teoria geral do estado e ciência política**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DUTT, R. Palme. **Problemas da história contemporânea**. Rio de Janeiro: Rumo, 1964.

FERNANDES, Cláudio. Neoliberalismo. **Brasil Escola**. s/d. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/neoliberalismo.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 442, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/01.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

HENFIL. **Henfil na China (antes da Coca-Cola)**. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A era do capital: Europa 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **A era dos extremos: o breve Século XX – 1914-1990**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza dos homens**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LORD KITCHENER. In: PANIKKAR, K. M. **A dominação Ocidental na Ásia**. Tradução:

Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

LUDWIG, Von Mises. **O liberalismo segundo a tradição clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

MACIEL, Marco. O liberalismo revisitado. **Lua Nova**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 64-67, jun. 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MARX, Karl. Divisão do trabalho e manufatura. In: _____. **O capital: crítica da economia política**. 11. ed. São Paulo: Bertrand Brasil-Difel, 1987. L. I. v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: LP&M Pocket, 2001.

MATTOS, F. A. **Retrospectiva histórica do processo de globalização financeira**. São Paulo: Cultura Vozes, 1998.

MORAES, Fernando. **A Ilha**: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FAU-USP. **Neoliberalismo** – Verbetes. Projeto Csaba Deák. s/d. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/neolib/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

NEVES, Luis Felipe da Silva. O primeiro confronto armado mundial lançou as sementes do segundo. **Revista de História**, 04 out. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/mundo-em-guerra>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

OLIVEIRA, C. A. B. de. **O processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. 2002. 270 f. Tese (Doutorado)-UNICAMP/IE. Campinas, 2002.

OREIRO, José Luis. Origem, causas e impacto da crise. **Jornal Valor Econômico**, 13 set. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/1004628/origem-causas-e-impacto-da-crise>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

O RESGATE do soldado Ryan. Direção: Steven Spielberg. Produção: Steven Spielberg, Mark Gordon (II), Mark Huffam. Roteiro: Robert Rodat. Música: John Williams. EUA: Paramount Pictures, 1998. DVD (163 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=S7Wnyl-lbeU>>. Acesso em: 1º fev. 2016.

PAREJO, Luiz Carlos. Neoliberalismo: entenda a doutrina econômica capitalista. **UOL Educação**. Seção Geografia. 30 jun. 2007. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/neoliberalismo-entenda-a-doutrina-economica-capitalista.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

PELLEGRINI, Marcelo. "A democracia está em crise porque o dinheiro controla governos". Entrevista: Micah White. **Carta Capital**. Seção Política, 03 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-democracia-esta-em-crise-porque-o-dinheiro-controla-governos-7013.html>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O mundo é uma ilha. **Revista de História**, 1º nov. 2015. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-mundo-e-uma-ilha>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

PRONI, Marcelo Weishaupt. História do capitalismo: uma visão panorâmica. **Cadernos do CESIT**, Campinas, n. 25, out. 1997. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/cesit/images/stories/25CadernosdoCESIT.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

REDS. Direção: Warren Beatty. Produção: Warren Beatty. Roteiro: Warren Beatty. EUA: Paramount Pictures, 1983. DVD (184 min.), son., color. Legendado. Trailer oficial. Disponível em: <<https://youtu.be/WjjRDJ039FI>>. Acesso em: 1º fev. 2016.

REIS, Daniel Aarão. Preso no passado ou aberto ao futuro? **Revista de História da Biblioteca Nacional**. 2015. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/preso-no-passado-ou-aberto-ao-futuro>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. **Neoliberalismo e Saúde**. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim

Verêncio, Manguinhos, Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/neosau.html>> Acesso em: 20 jan. 2016.

SADER, Emir. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Moderna, 1992.

_____. **Cuba**: um socialismo em construção. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Neoliberalismo século XXI? **Carta Maior**. 20 out. 2014. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Neoliberalismo-seculo-XXI-/2/32038>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTOS, Theotonio dos. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Revista Econômica**, v. 1, n. 1, p. 126-127, 1999. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.1_N.1_Theotonio_dos_Santos.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2016.

SARRAUT, A. Grandeur et servitude coloniales. Paris, 1931. In: BERUTTI, Flávio. **Tempo e espaço**: história ensino médio. Volume único. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 18-19.

SETTI, Gabriel Augusto Miranda. A hegemonia neoliberal e o capitalismo contemporâneo. **Revista Urutágua** - Revista acadêmica multidisciplinar Centro de Estudos Sobre Intolerância - Maurício Tragtenberg, Maringá, n. 05, 2004. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br//005/04eco_setti.htm> Acesso em: 20 jan. 2016.

VICENTE, M. M. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 214 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/b3rzx/pdf/vicente-9788598605968-08.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

VISENTINI, Paulo G. **História mundial contemporânea (1776-1991)**: da independência dos Estados Unidos ao colapso da União soviética. 2. ed. atual. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1005-Manual_do_Candidato_-_](http://funag.gov.br/loja/download/1005-Manual_do_Candidato_-_Historia_Mundial_Contemporanea_1776-1991.pdf)

[Historia_Mundial_Contemporanea_1776-1991.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1005-Manual_do_Candidato_-_Historia_Mundial_Contemporanea_1776-1991.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

WHITING, Alex. 62 mais ricos do mundo têm mesma riqueza que metade da população mundial, diz Oxfam. **Reuters**. Seção Mundo. 18 jan. 2016. Adaptado. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKCN0UW14N>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

Anotações

[illegible]

Anotações

[illegible]

Anotações

[illegible]

ISBN 978-85-8482-346-8



9 788584 823468 >